



INTERSECÇÕES

Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais

ISSN: 1984-2406

Centro Universitário Padre Anchieta Jundiaí/SP Graduação e Pós-Graduação em Letras

EDIÇÃO 19

ANO 9

NÚMERO 2

MAIO 2016

Organização e editoração: Profa. Dra. Maria Cristina de Moraes Taffarello



INTERSECÇÕES

ARTIGOS

A AFETIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO	5
Anna Maria Martins SOUZA	5
Micheline Mattedi TOMAZI.....	5
Mário Acrisio ALVES JUNIOR	5
A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DO MALENTENDIDO EM UMA ENTREVISTA DE PESQUISA EM UMA PERSPECTIVA INTERACIONISTA	28
Diana de Souza PINTO	28
Tamara de Souza CAMPOS.....	28
A CRÔNICA “HERCULANO E O 25 DE ABRIL” DE JOSÉ SARAMAGO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOB DUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS	43
Luisa Helena Borges FINOTTI.....	43
Karina Luiza de Freitas ASSUNÇÃO.....	43
A PROPÓSITO DO CONCEITO DE POLISSEMIA.....	63
Hélder Sousa SANTOS	63

A TÉCNICA DA MONTAGEM CINEMATOGRAFICA E A POLIFONIA EM <i>O MEZ DA GRIPPE</i>	85
Marcelo Fernando de LIMA.....	85
Naira de Almeida NASCIMENTO	85
AS FRONTEIRAS ENTRE A ARGUMENTAÇÃO E A INJUNÇÃO: UM ESTUDO DAS TIPOLOGIAS TEXTUAIS EM UM TEXTO DE OPINIÃO.....	102
Manoel Francisco GUARANHA	102
Antônio José Carneiro CARDOSO.....	102
“BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”: A DISCURSIVIZAÇÃO DO LINCHAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE SOCIAL	116
Claudemir SOUSA	116
Francisco Vieira da SILVA.....	116
ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR NUMA CAIXA DE PANDORA	133
Márcia Aparecida Amador MASCIA.....	133
Adair Mendes NACARATO	133
Luzia BUENO	133
ESCALARIDADE E PROTOTIPIA NO DOMÍNIO DA IMPERFECTIVIDADE EM ESPANHOL	149
Márluce COAN	149
Valdecy de Oliveira PONTES.....	149
HUMOR E PERSUAÇÃO NO DISCURSO RELIGIOSO: O PAPEL DA ALUSÃO EM UMA PREGAÇÃO	170
Franciely Corrêa de FREITAS	170
Ana Cristina CARMELINO	170
<i>LIÇÃO DE CASA É PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS DISCURSIVAS SUBJETIVADORAS EM ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E DE GOVERNO</i>	185
Carmen Brunelli de MOURA.....	185
Marluce Pereira da SILVA.....	185
MULHERES, PERIFERIA E AGENCIAMENTO ENUNCIATIVO: ANÁLISE DE UMA LETRA DE MÚSICA	201
Valquiria Botega de LIMA.....	201
Mónica Graciela Zoppi FONTANA.....	201

O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E OS DISCURSOS SOBRE CORRUPÇÃO E DESGOVERNO.....	213
Alessandra Souza SILVA.....	213
Edvania Gomes da SILVA.....	213
O INGLÊS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: EVIDÊNCIAS DA SUBÁREA DE LINGUAGEM E LINGUÍSTICA	234
Kyria Rebeca FINARDI.....	234
Cláudio FRANÇA.....	234
ON THE FICTIVE INTERACTION QUALITY OF WRITTEN ROUTE DIRECTIONS	251
José Vicente Santos MENDES.....	251
WWW.ONDE ESTÁ A LITERATURA INFANTIL?.BR.....	265
Suzana DAMIANI.....	265

A AFETIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO

Anna Maria Martins SOUZA¹

Micheline Mattedi TOMAZI²

Mário Acrísio ALVES JUNIOR³

Resumo: Este artigo examina os discursos dos candidatos à presidência da República, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), extraídos do primeiro bloco de um debate eleitoral, apresentado em outubro de 2014 pela Rede Globo. Focalizamos, nestes discursos, a maneira como certas estruturas e estratégias podem determinar ações, pensamentos e sentimentos de seus potenciais eleitores. Para isso, recorreremos aos trabalhos de Bolívar (2003, 2006, 2015), que propõe algumas tipologias de afetividade, linguisticamente marcadas. Os resultados indicam que os candidatos se preocuparam mais em desconstruir a imagem do outro do que atribuir algo positivo a si mesmos, caracterizando o fenômeno da polarização discursiva.

Palavras-Chave: Discurso. Afetividade. Debate eleitoral. Polarização discursiva.

Abstract: *This article examines the discourses of the presidential candidates, Aécio Neves (PSDB) and Dilma Rouseff (PT), extracted from the first part of an electoral debate, presented in October 2014 by RedeGlobo. Our focus was on the way certain structures and strategies may determine actions, thoughts and feelings of potential electors. For this end, we drew upon the works of Bolívar (2003, 2006, 2015), who proposes some linguistically marked types of affectivity. The results indicate that the candidates were more concerned in deconstructing their opponent's image than in attributing something positive to themselves, characterizing the typical phenomenon of discursive polarization.*

Keywords: *Discourse. Affectivity. Electoral debate. Discursive Polarization.*

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, annamaria_ms@hotmail.com.

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística – Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos – na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). Pós-doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutorado em Estudos em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestrado pela PUC-MG. Membro do GT em Linguística e Análise da Conversação da ANPOLL, da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e líder do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, michelinetomazi@gmail.com.

³Bolsista CAPES/FAPES de Pós-Doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, marioalwes@hotmail.com.

Considerações iniciais

O discurso político, assim como os discursos produzidos em outras esferas sociais, é caracterizado pela expressão da subjetividade que, explícita ou implicitamente, numa atitude de maior ou menor engajamento, pode não apenas denunciar a presença de um enunciador – ator político, mas também revelar as intenções submersas em seu projeto de fala, ao se dirigir a um público alvo ideal – cidadãos eleitores, no caso da esfera política. A cena política, no entanto, se distingue das demais esferas por servir a uma expectativa de poder, o que, por conseguinte, envolve o domínio do controle social pelo discurso.

A fim de acentuar o poder de influência do discurso político, concretizado linguisticamente por meio de estratégias discursivas diversas, muitos analistas do discurso têm atribuído relevante atenção ao que podemos considerar como novas perspectivas nos estudos sobre argumentação (nova retórica) ou ao fenômeno do *ethos* discursivo. Para o presente trabalho, porém, julgamos mais apropriada uma abordagem crítica do discurso, apoiando-nos, pois, nos estudos sobre afetividade discursiva desenvolvidos por Bolívar (2003, 2006, 2015).

Em suma, pretendemos, neste trabalho, examinar como as seleções de certas estruturas discursivas manifestam afetividades. Para tanto, tomamos como objeto de análise o primeiro bloco do último debate do segundo turno das últimas eleições presidenciais, exibido pela Rede Globo no dia 24 de outubro de 2014. Observaremos os discursos dos dois candidatos à presidência – Dilma Rousseff, representante do Partido dos Trabalhadores (PT); e Aécio Neves, membro do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) –, a fim de verificar quais estratégias afetivas são utilizadas por ambos os participantes. Para o desenvolvimento deste artigo, partimos da hipótese de que ambos os candidatos empregam, em seus turnos de fala, estruturas discursivas polarizadas que buscam promover não só a persuasão, mas a manipulação discursiva, uma vez que procuram despertar nos eleitores sentimentos negativos a respeito do oponente.

O artigo se divide, além desta introdução, em seis etapas, sendo que: as quatro primeiras competem, respectivamente, à fundamentação teórica sobre a Análise Crítica do Discurso; à polarização presente no discurso; às afetividades no bojo dos estudos sobre emoções no discurso; e às estratégias linguísticas de gerenciamento da afetividade; na etapa seguinte, apresentamos a proposta de análise quali-interpretativa do bloco do debate eleitoral em apreço; e, por fim, na última seção, tecemos algumas considerações finais.

A análise crítica do discurso

A análise crítica do Discurso (ACD) é um conjunto de práticas acadêmicas que tem por finalidade estudar o papel da linguagem e da interação social, visando a desvendar formas de manipulação do discurso e do acesso praticado pelos atores sociais que dispõem de um capital simbólico, ou seja, aqueles que possuem maior relevância na persuasão discursiva. Essas formas de manutenção linguística são feitas, sobretudo, por meio da cognição e visam ao controle social, a fim de defender os interesses de um grupo muito restrito. Por essa razão, Bolívar (2003) afirma que a ACD contribui com uma relevante função social, ao revelar formas de abuso de poder:

[...] O maior compromisso é com a sociedade em que vivemos, para desenvolver a investigação e melhorar a academia [...] para manter os valores fundamentais da condição humana, a liberdade de pensamento, a pluralidade, a democracia, a tolerância e a paz. Se partimos do pressuposto de que a linguagem tem um papel central na construção de “realidades”, estamos obrigados a averiguar de que maneira pode-se descrever melhor o sistema linguístico e também, explicar como que esse sistema é usado na prática por aqueles que falam e escrevem em contextos específicos, com propósitos particulares, nos quais as relações de poder e os valores culturais tem muito a ver⁴ (BOLÍVAR, 2003, p. 10-11).⁵

Portanto, a pergunta que se faz é: “Onde reside o compromisso? Justamente, como acadêmicos, devemos chamar a atenção sobre o processo de construção (e desconstrução) de realidades com a palavra” (BOLÍVAR, 2003, p. 22).

A partir de considerações como estas, a ACD surgiu para contemplar aquilo que o diálogo entre semântica, sintaxe e pragmática pode proporcionar de um ponto de vista mais abrangente, por levar em conta o discurso como prática social. Todavia, é importante atentarmos para o fato de que nem todos os enfoques da ADC estão voltados para a crítica e nem tampouco para a linguística. O que se observa é que todos os analistas do discurso tendem a respeitar o princípio da linguagem enquanto prática social, mutável ao contexto em

⁴ Todas as traduções deste artigo são de inteira responsabilidade dos autores.

⁵[...] el mayor compromiso es con la sociedad en que vivimos, para desarrollar la investigación y mejorarla academia [...] para mantener los valores fundamentales de la condición humana, la libertad de pensamiento, la pluralidad, la democracia, la tolerancia y la paz. Si partimos del supuesto de que el lenguaje tiene un papel central en la construcción de “realidades”, estamos obligados a averiguar de qué manera se puede describir mejor el sistema lingüístico y, también, a explicar cómo este sistema es usado en la práctica por los que hablan y escriben en contextos específicos, con propósitos particulares, en los que las relaciones de poder y los valores culturales tienen mucho que ver (BOLÍVAR, 2003, p. 10-11).

que se insere. Para essa afirmação, Bolívar (2003, p. 12-13) nos elenca algumas considerações sobre os princípios que regem a ACD, a saber:

- O discurso é social, pois as palavras e os significados se constroem por meio da interação social e sofrem alterações conforme o lugar, o como e com quem se fala;
- O discurso é um conhecimento, pois as relações de trocas discursivas se dão por meio da experiência de mundo que possuímos acerca do que as pessoas sabem, do que dizem que sabem e de como assimilam o saber do outro. Sendo assim, o discurso está, também, ligado à forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo e aos processos cognitivos que influenciam a construção e a compreensão dos significados discursivos;
- O discurso é histórico, na medida em que é por meio da história que se podem explicar as mudanças sociais, políticas e culturais, pois ela dá conta de revelar as forças que dão forma ao pensamento e ao conhecimento. Também é necessário pôr os olhos na história para entender como estão entrelaçadas as redes de conexões intertextuais estabelecidas na interação social em momentos diferentes;
- O discurso é diálogo, pois tanto a fala como a escrita são atos sociais, de modo que, falamos, lemos e escrevemos sempre para alguém. Cabe, portanto, ao controlador do discurso selecionar as possibilidades de acesso às informações que o interlocutor terá ou não, durante o diálogo.

Como visto, o estudo do discurso se dá de formas variadas e, por isso, não é possível tratá-lo como objeto homogêneo. Isso implica que, em primeiro lugar, os interessados em analisar o discurso devem dar maior atenção ao contexto no qual ele foi produzido e, também, aos processos de produção, de compreensão, de circulação e, principalmente, de manipulação a que foram submetidos, pois só assim poderão realizar afirmações acerca das estruturas que caracterizam a língua. Ademais, um analista não pode ignorar as formas de produção discursiva, bem como o léxico, gramática, pragmática, retórica, estilística, pois cada um desses níveis de análise aponta para uma evidência chave, capaz de explicar tanto os conteúdos que o discurso oferece como, também, as relações que se dão entre os participantes, por meio da interação social, além de buscar explicações e propor ações que contribuam para melhorar a sociedade em que vivemos.

O que compõe o quadro mais amplo da ACD são as concepções de discurso como prática social, juntamente com outras noções fundamentais, como a interação social, poder, acesso, controle, história, cognição, ação, diálogo e ideologias, e, assim, em outras palavras, podemos defini-la como um conjunto de “disciplinas que, fundamentalmente, se ocupa em

analisar, sejam estas opacas ou transparentes, as relações de dominação, discriminação, poder e controle, tal como se manifestam através da linguagem” (WODAK, 2003, p.119).⁶ Desse modo, os estudos voltados para essa área possuem natureza multidisciplinar e nos permitem obter as noções que cercam as formas como o discurso modela a sociedade e a inverte; além de permitir reconhecer como as relações sociais são moldadas pelo discurso. No âmbito político, essas noções nos dão base para analisar as ações discursivas de cada ator social, no sentido de que cada um deles representa um dado partido e de que, ao produzir seu discurso, o político desconstrói as ideologias do oponente ao mesmo tempo em que constrói as que deseja instituir.

A polarização nos discursos

O item anterior nos revela que os discursos, principalmente os políticos, são construídos por meio da interação, a partir das relações sociais que são fundamentais para os momentos de mudança social e política, porque buscam legitimar o ideal de uma elite simbólica e, assim, manipular aqueles que não pertencem ao seu grupo. Por isso, Bolívar (2010) afirma que o discurso não é somente uma representação de mundo, mas, fundamentalmente, uma prática social, ao passo que não se podem ignorar os tipos de estratégias adotadas para a construção das relações de controle social e de identidade.

Essas estratégias são movidas com o intuito de veicular a ideologia de grupos e são justamente nesses pontos que as disputas ideológicas ocorrem. Segundo Van Dijk (2012), as ideologias possuem uma estrutura polarizada que reflete a competição e o conflito entre membros do grupo e a categorização em intragrupos e extragrupos. Dessa forma, o pesquisador explica que os discursos ideológicos são polarizados porque geralmente apresentam um “quadrante ideológico” que consiste em: “Enfatizar *nossas* coisas boas; enfatizaras coisas ruins *Deles*; Não enfatizar *Nossas* coisas ruins; e Não enfatizar as coisas boas *Deles*” (VAN DIJK, 2012, p.32).

É por meio dessas estratégias polarizadas que os discursos políticos buscam ser legitimados de modo a tentar, de forma manipulativa, defender suas propostas, deslegitimando as ideologias do oponente, por meio de um gama de argumentos cujo objetivo

⁶“disciplinas que fundamentalmente se ocupan de analizar, ya sean éstas opacas o transparentes, las relaciones de dominación, discriminación, poder y control, tal como se manifiestan a través del lenguaje”

é essencialmente o descrito no quadrante ideológico acima. Bolívar nos afirma que, para essas questões,

[...] é importante averiguar como se constrói a polarização nos diálogos conflitivos, tomando como base as estratégias discursivas que se expressam em todos os níveis de linguagem (fonológico, gramatical, semântico e pragmático) e também mediante estratégias do tipo retóricas e estilísticas, sem deixar de lado as estratégias sociais e políticas que evidenciam a dinâmica social (BOLÍVAR, 2010, p. 349).⁷

A manipulação pelo discurso pode se manifestar por meio de diferentes estratégias linguísticas, selecionadas pelos atores sociais envolvidos numa dada interação. A maneira como esses atores operam com tais escolhas define claramente como cada um quer produzir seu discurso. Mas não se trata somente disso. Veremos, mais adiante, como as escolhas são dotadas de potencial para despertar certos sentimentos em nós, enquanto ouvintes/leitores, denunciando, assim, as intenções que o sujeito deseja produzir pelo discurso. Antes, porém, delineamos alguns breves esclarecimentos sobre a noção de afetividade.

Afetividade e emoções

O conceito de afetividade está diretamente vinculado aos diversos estudos acerca das emoções enquanto objeto de interesse da linguística, mantendo, de fato, relações mais estreitas com certas abordagens do discurso. Uma das tônicas desses estudos se concentra na ideia de que, em muitos casos, a expressão das emoções resulta de um projeto de influência (aspecto racional) de um sujeito sobre seu interlocutor. Essa é a posição assumida, por exemplo, por Plantin (2011, p.139), para quem, no decorrer de uma atividade discursiva, “as informações intencionais se combinam às informações não intencionais”,⁸ sendo estas últimas referentes ao que é considerado não racional, incluindo-se, logo, a expressividade das emoções.

Nem sempre, no entanto, foi possível conceber razão e emoção como aspectos constituintes em interação. Lima (2007) registra que em boa parte das filosofias clássica, medieval e contemporânea inspiradas por Platão, a separação entre razão e emoção foi, ao

⁷“es importante averiguar cómo se construye la polarización en el diálogo conflictivo, tomando en cuenta las estrategias discursivas que se expresan en todos los niveles del lenguaje (fonológico, gramatical, semántico y pragmático) y también mediante estrategias de tipo retórico y estilístico, sin dejar de lado las estrategias sociales y políticas que se ponen en evidencia en la dinámica social.”

⁸ “les informations intentionnelles se combinent aux informations non intentionnelles”

longo do tempo, se tornando cada vez mais acentuada. A autora lembra, nesse sentido, o postulado cartesiano segundo o qual “as paixões seriam signo de doença [e] somente se elas fossem alijadas, a mente estaria em perfeita saúde”, e explica que esse “modo dicotômico de pensar emoção e razão contribuiu com séculos de atraso em termos dos debates sobre o assunto” (LIMA, 2007, p.140).

Apesar desse atraso, o certo é que hoje a questão é discutida de forma mais aberta e em diferentes perspectivas. No bojo dos estudos do discurso, Plantin, a quem já fizemos referência, e outros autores de renome vêm, pois, tomando partido de uma “retórica dos efeitos” para tratar das emoções no discurso. Charaudeau (2007, p. 242), inspirado pelo modelo aristotélico de abordagem das paixões, define que “persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador”.

Ainda que não seja nosso foco aprofundarmos as discussões em torno do pressuposto de que razão e emoção não constituem conceitos em relação de oposição, é necessário considerar que se trata, para nós, de uma ideia bastante oportuna, tendo em vista que o gênero *debate eleitoral*, analisado neste artigo, é regido por um verdadeiro jogo de intenções que suscitam as mais diversas emoções.

A propósito dos estudos de viés analítico sobre as emoções no discurso, algumas pesquisas oferecem instrumentais metodológicos bastante produtivos, como é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Charaudeau (2007, 2012), que se apoia em um quadro de categorias patêmicas, e de obras como a que foi organizada por Rabatel, Monte e Rodrigues (2015), que apresenta uma coletânea de artigos em que são analisadas as marcações linguísticas das emoções no discurso midiático.

Julgamos, porém, pertinente, por uma opção metodológica, nos concentrarmos em um quadro sistemático de emoções modalizadas, ou seja, em uma tipologia de afetividade linguisticamente marcada, sugerida por Bolívar (2015), por considerarmos seu conjunto de categorias o mais operacional para ser aplicado em nosso material de análise, a saber, o bloco do debate eleitoral em apreço.

Antes, no entanto, de partimos para as análises, cabem algumas considerações sobre o emprego de certas operações linguísticas na produção das afetividades no discurso.

Estratégias linguísticas no gerenciamento da afetividade

A arquitetura de um texto pode ser construída de diversas formas. Uma delas é por meio da carga afetiva produzida por determinadas estruturas discursivas, e como o conjunto dessas estruturas dentro de um discurso tem o poder de influenciar a nossa forma de agir, pensar e sentir sobre a que – ou a quem – estamos nos referindo. Dessa forma, dizer “eu amo maçã” suscita mais afetividade do que dizer “eu gosto de maçã”. Esses efeitos trazem o interlocutor ao mais próximo possível do que se quer expressar, já que o verbo “amar” é dotado de maior carga afetiva do que o verbo “gostar (de)”. É evidente que essas construções de significados afetivos também dependem do contexto, definido por Van Dijk (1998) como a totalidade das propriedades da situação social que são relevantes para o funcionamento e compreensão do discurso e de suas estruturas.

Tomaremos como base a relação de dependência do contexto em que certas escolhas estão atuando e os propósitos comunicativos, que interferem dentro de uma produção discursiva, ou seja, os sentidos, intenções e ideologias expressos e os espaços e eventos sociais em que o discurso está inserido.

Tratando-se, particularmente, de um debate político, essa caracterização é bem mais evidente, pois, nesse caso, a única forma de legitimar ideologias é por meio das produções linguísticas. Sendo assim, os participantes tenderão a utilizar sempre uma construção discursiva do outro como sendo “mau”, “um inimigo” a quem se pode julgar como o culpado por todos os males acontecidos. Ou seja, polarizando o *Nós* como sendo positivo e o *Eles*, negativo. É válido observar, conforme destaca Bolívar (2015) que

[...] é possível detectar a afetividade por meio da análise linguística em todos os níveis: fonético (alargamento de vogais), morfológico (sufixos), sintáticos (ordem de palavras), semântico (tema), pragmático (atos de fala), discursivo (gêneros mais avaliativos). (BOLIVAR, 2015, p. 150).

Levando em conta os discursos políticos, essa afetividade tende a ser a mais polarizada possível, de modo que, as seleções das palavras utilizadas trazem a imposição de uma ideologia, tendendo a reforçar a ideia do *Nós* como a parte positiva e do *Eles* como a parte negativa, cuja tentativa é obter um controle de poder. Compreendendo a linguagem afetiva como característica de um discurso de apreciação, de teor avaliativo, alinhamo-nos com o pensamento de Bolívar (1986) ao conceber que

[...] a avaliação na linguagem pode ser definida como o modo em que

usamos a linguagem para expressar o que sentimos sobre as coisas, pessoas e eventos. Nesse sentido, a avaliação compreende as coisas que dizemos e fazemos com a linguagem, a fim de relatar nossas experiências, expressar sentimentos e controlar os outros (BOLIVAR, 1986, p. 32).

Como visto, o discurso político é caracterizado por uma interação plena, de forma que sua rede de comunicação inclui atores políticos, cidadãos e os meios pelos quais se encarregam de reportar e avaliar a intenção. Dessa forma, o eixo avaliativo-afetivo no discurso é composto pelos valores imaginários auto-atribuídos ou percebidos pelos atores envolvidos na situação comunicativa. Os tipos de afetividade que surgem tendem a trazer a distinção dos grupos: *Nós* como sendo os “bons” e os *outros/Eles* como sendo os “maus”. Vejamos a figura abaixo, proposta por Bolívar (2015) e adaptado para este artigo, que ilustra de maneira didática essa distinção:

Figura 1: Os eixos de afetividade discursiva adaptado de Bolívar (2015, p. 149).

Atores	Papéis	Sentimento no imaginário
Eu/ Nós/ “o meu partido”	Benfeitor	Segurança e proteção
Povo (vocês) / Nós	Beneficiário	Esperança, felicidade, agradecimento
Nós	Bons	Felicidade, alegria
Eles (outros), (oponente) / “o seu partido”	Maus	Infelicidade, temor, perigo.

A figura acima representa as formas como os discursos políticos vêm sendo construídos ao longo da argumentação. Assim, pode-se perceber que o discurso tende a trazer sentimentos que envolvem o ouvinte/leitor acerca da sua posição relacionada ao oponente. No entanto, essas formas de referenciar os atores sociais não são o bastante para entendermos a maneira como é construída a afetividade discursiva. Vejamos a próxima figura abaixo, também proposta por Bolívar (2015) e adaptada por nós, que procura ilustrar os tipos de afetividades e suas funções dentro da ação discursiva:

Figura 2: Tipos de afetividade e suas funções discursivas adaptado de Bolívar (2015, p. 150).

Tipo de afetividade	Função discursiva	Exemplos
Expressada	Expressa sentimentos próprios diretamente	“[...] me honra muito essa comparação com o presidente Fernando Henrique. [...]”
Conotada	Expressar sentimentos próprios indiretamente	“[...] eu tenho certeza que eu neste próximo mandato farei um governo muito melhor se for eleita, principalmente controlando a inflação. [...]”
Atribuída	Atribuir sentimentos a outros	“[...] Eu tenho orgulho enorme do meu candidato a Ministro da Fazenda. A senhora parece que não tem do seu [...]”
Induzida (em outros)	Provocar em outros interlocutores sentimentos positivos e negativos	“[...] tenho certeza de que o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação [...]”
Invocada	Fazer pensar em sentimentos compartilhados	“[...] lamentavelmente candidata esse é o retrato do Brasil real [...]”
Narrada	Sentimentos próprios narrados a Outros	“ [...] eu vivi os tempos escuros desse país [...]”

A figura 2 representa as formas de manifestação da afetividade discursiva. Obviamente, essa afetividade tem duas direções, sendo uma positiva e a outra negativa. No viés positivo, temos o sentimento de aceitação; no negativo, o de rejeição. Ambos podem ser tratados como uma ação discursiva de reconhecimento-desconhecimento, empatia-antipatia, inclusão-exclusão, especificação-generalização, e assim por diante. Trata-se, portanto, de uma afetividade atribuída a outros e, dessa forma, extremamente manipulada por meio das estruturas discursivas.

Veremos, mais adiante, como essas formas de controle de afetividade se manifestam no discurso político selecionado para análise.

Antes, porém, a fim de esclarecer melhor o objeto de estudo desta pesquisa, algumas considerações acerca do gênero *debate eleitoral* serão apresentadas, com o propósito de explicar a importância de levar em conta algumas informações sobre este gênero em particular. Tal conhecimento nos ajudará a compreender melhor como se dá o funcionamento discursivo das tomadas de turnos dos participantes e, principalmente, a essência das intenções veiculadas por meio do debate.

Sabemos que estamos a todo tempo gerenciando nossas tomadas discursivas, de modo a tentar sempre querer convencer o outro daquilo que queremos transmitir. Dentro do gênero

debate, esses gerenciamentos discursivos tornam-se mais costumeiros, pois o que está em questão é, de fato, o convencimento do público sobre aquilo que se diz. O debate é composto por dois ou mais debatedores que irão argumentar e contra-argumentar sobre um dado tópico, essencialmente polêmico, a fim de dividir opiniões. Desse modo, cada participante irá tentar convencer o seu ouvinte a aderir à sua opinião. O mediador do debate é aquele que gerencia as tomadas de turno de cada participante, não permitindo que haja sobreposição de tempo.

O debate eleitoral se estrutura, fundamentalmente, com base nas disputas ideológicas, de modo que cada representante de um grupo tenta, por meio de estratégias argumentativas que visam a construir uma imagem de alguém credível, legitimar e propagar as ideologias do seu partido político. Essas disputas ideológicas geralmente primam apenas por defender os interesses do grupo ao qual o ator social pertence. Com esse entendimento, Cristovão, Durão e Nascimento (2002, p. 129) sintetizam que “debater é, num evento dialógico e polêmico, defender pontos de vista com o fim de fazer o interlocutor aderir ao que se propõe”.

Com esta breve apresentação das características do gênero em apreço, seguimos com a análise do debate eleitoral.

Análise do debate: polarização e afetividade em questão

Para o desenvolvimento das análises, foi necessário, analisar a transcrição do último debate eleitoral, exibido pela Rede Globo, no dia 24 de outubro de 2014. Para isso, optamos por utilizar a transcrição disponibilizada pelo próprio site da emissora, o G1.

A fim de darmos início às análises, lançamos mão das Figuras 3 e 4, que demonstram os discursos pronunciados pelos candidatos. Nas figuras, destacamos o tipo de afetividade discursiva, sua função discursiva expressada e o exemplo retirado do debate em análise. Iniciamos com base na fala de Aécio Neves:

Figura 3: Afetividade Discursiva do candidato Aécio Neves (PSDB)

Classificação	Afetividade expressada	Citação direta do objeto analisado
Atribuída	“Nós”: respeito “Eles”: desdém	“[...] Eu tenho orgulho enorme do meu candidato a ministro da fazenda. A senhora parece que não tem do seu [...]”
Expressada	Privilégio	“[...] me honra muito essa comparação com o presidente Fernando Henrique [...]”
	Desconfiança	“[...] eu não acredito nisso, candidato [...]”
	Orgulho/ honra	“[...] tenho uma honra e um orgulho enorme de ter hoje como um aliado muito próximo o presidente Fernando Henrique [...]”
	Orgulho/ alegria	“[...] eu governei Minas, com orgulho enorme [...]”
Induzida	Medo/ revolta	“[...] O governo do PT e o governo da candidata Dilma Rousseff fracassou na condução da economia, pois nos deixará uma inflação saindo de controle, por mais que ela não reconheça, um crescimento pífio, fracassou na gestão do estado nacional. O Brasil é hoje um cemitério de obras abandonadas, inacabadas, e com sobre preço de fortes denúncias de desvios por toda a parte, e fracassou na melhoria dos nossos indicadores sociais. [...]”
	Indignação	“[...] é justo com o dinheiro brasileiro [...]”
	Negligência	“[...] onde o atual governo não avançou [...]”
	Segurança/ tranquilidade	“[...] Nós não vamos fazer é o bolsa empresário que ajuda apenas um grupo muito restrito de brasileiros em detrimento da grande maioria. Fique tranquila, candidata, fiquem tranquilos brasileiros [...]”
	Esperança/ mudança	“[...] Bancos públicos serão fortalecidos, não serão aparelhados no meu governo [...]”
	Indignação/ medo	“[...] Essa é uma demonstração clara da perversidade do aparelhamento da máquina pública em benefício de um projeto de governo [...]”
	Medo	“[...] as denúncias em relação ao Pronatec são graves, candidata [...]”
	Dúvida/ desconfiança	“[...] você confiaria mais no governo que traz a inflação desse patamar de 916% ao ano ou deixar esse período do Lula na minha conta a 12% ou um que a entrega maior, como acontece no caso da presidente Dilma? [...]”
Conotada	Centrado/ cuidado com o povo brasileiro	“[...] eu aproveito a pergunta sobre o Minha Casa, Minha Vida para mais uma vez denunciar o terrorismo que seu partido vem fazendo. Pessoas que estão na lista para serem beneficiadas pelo Minha Casa, Minha Vida estão recebendo mensagem dizendo que se votarem no PSDB sairão do cadastro. Não é verdade. Eu quero tranquilizar a todos os brasileiros e brasileiras. [...]”
	Confiança/ segurança	“[...] estou preparado para ela [...]”
	Esperança	“[...] eu digo a todos os brasileiros, quero ser lembrado como o presidente que revolucionou a educação no Brasil. [...]”
Invocada	Lamentar	“[...] lamentavelmente candidata, esse é o retrato do brasil real [...]”
	Lamentar	“[...] nós vamos muito mal na saúde [...]”
	Lamentar	“[...] Vamos mal na segurança pública [...]”
	Lamentar	“[...] Vamos muito mal na educação [...]”

A figura 3 ilustra as afetividades expressadas pelo candidato Aécio Neves (PSDB)

durante o primeiro bloco do debate. Notamos que, numa visão geral, ele utilizou mais da afetividade classificada como *induzida*, ou seja, aquela pela qual se busca provocar em outros interlocutores sentimentos positivos e negativos. Como esperado, os sentimentos despertados pelo participante são sempre os de medo e insegurança: quando relacionado ao futuro, caso sua oponente ganhe; insatisfação e revolta com a situação em que o Brasil se encontra atualmente; segurança e esperança de um governo melhor caso ele seja eleito. Essas estratégias são características de um texto polarizado, em que o participante deixa manifestas suas intenções de apresentação positiva, quando faz com que os telespectadores tenham boas impressões a seu respeito e, em contrapartida, constrói uma imagem negativa do seu oponente, tentando despertar nos telespectadores sentimentos ruins a respeito da candidata Dilma e do seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Agora, atentemos para a figura 4, que expõe a afetividade na fala da candidata Dilma Rousseff (PT):

Figura 4: Afetividade Discursiva da candidata Dilma Rousseff (PT).

Classificação	Afetividade expressada	Citação direta do objeto analisado
Atribuída	Perseguição / Vítima	Essa revista que fez e faz (.) sistemática oposição a mim (.) faz uma calúnia uma difamação do porte que ela fez hoje e o senhor ENDOSSA a pergunta [linha 11 – 12]
	Sem credibilidade	“Eu acho que o senhor tá mal informado” [linha 72]
Expressada	Repulsa/ ira	“Eu manifesto aqui a minha INTEIRA indignação” [linha 13 – 14]
	Indignação/ surpresa	“<eu fico> (.) <muito> é:: es:ta (.) ESTARRECIDA com um senhor” [linha 35 - 36]

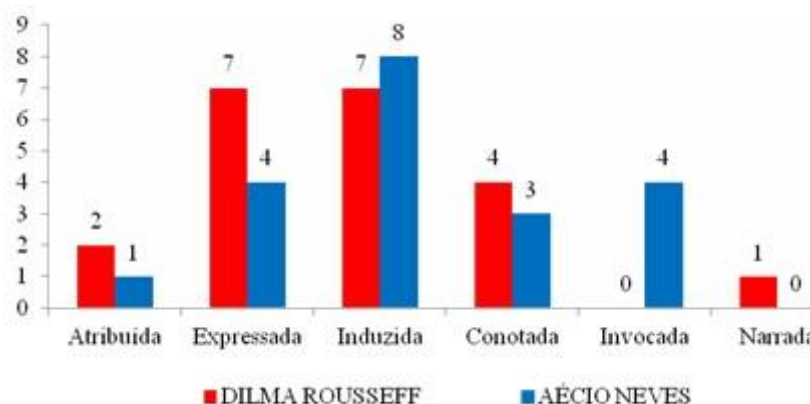
	Respeito	“[...] tenho respeito pela liberdade de imprensa [...]”
	Desconfiança	“ [...] o senhor vem aqui e quer que as pessoas acreditem que vocês vão manter o subsídio. Eu não acredito nisso, candidato. [...]”
	Desconfiança	“[...] vocês mingauaram a Caixa. Vocês, candidato, eram contra fazer política social com subsídio. [...]”
	Apreço	“[...] eu gosto do Pronatec, candidato [...]”
	Surpresa/ duvida	“[...] eu não entendo o estarecimento do senhor [...]”
Induzida	Desconfiança/ falta de credibilidade	“[...] Porque essa revista tem o hábito de nos finais das campanhas na reta final, tentar dar um golpe eleitoral e isso não é a primeira vez que ela fez. [...]”
	Revolta	“[...] tenho certeza de que o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação [...]”
	Medo	“[...] Vocês bateram o recordes de desempregos, recordes de baixos salários [...]”
	Cuidado	“[...] Nós também fizemos, mas beneficiamos quem, candidato? Empregos brasileiros, brasileiros que são empregados. [...]”
	Medo	“[...] vocês quebraram os bancos públicos no Brasil [...]”
	Medo	“ [...] o senhor vem para mim com esta conversa de que vão fazer política social. Me desculpe, candidato, eu não acredito, sabe por que? Porque a prática fala muito mais que palavras vazias. [...]”
	Desprezo/ incompetência	“[...] Candidato vocês jamais tiveram essa dimensão. Aliás, o programa de vocês são programas piloto, pequenos e fragmentados. [...]”
Conotada	Indignação	“[...] agora eu não vou deixar que ela desapareça [...]”
	Esperança/ confiança	“[...] eu tenho certeza que eu neste próximo mandato farei um governo muito melhor se for eleita, principalmente controlando a inflação. [...]”
	Confiança/ segurança	“[...] é meu compromisso o controle da inflação. [...]”
	Confiança	“[...] Nós mantivemos emprego e mantivemos o salário. [...]”
Narrada	Vítima/ guerreira	“[...] eu vivi os tempos escuros desse país. [...]”

Observamos, pelas produções discursivas proferidas pela candidata Dilma Rousseff, que há um equilíbrio com relação aos tipos de afetividades manifestadas linguisticamente pela participante, pois ela utilizou da afetividade induzida e expressada numa mesma quantidade. Tais observações podem ser explicadas pelo fato de que, como a candidata estava o tempo inteiro sendo “atacada” pelo seu oponente, Aécio Neves, que não deixou passar em branco nenhum escândalo vivido pelo PT, a hipótese que se levanta a respeito desses resultados é de que a candidata se preocupou mais em expressar os seus próprios sentimentos ao mesmo tempo em que não deixou de tentar induzir o público a respeito dos sentimentos que ela compartilhou.

Levando em consideração que ambos os participantes estavam num debate eleitoral,

em que as disputas ideológicas são bastantes presentes, essa manifestação de afetividade induzida, realizada pelos dois, já é esperada. Para ilustrar melhor, o gráfico a seguir apresenta os tipos de classificações afetivas utilizados pelos dois candidatos:

Figura 5: Afetividade discursiva dos dois candidatos.



Como pode ser observado na figura 5, que confronta as escolhas de cada candidato, houve diferenças relevantes para os variados tipos de afetividades adotados nesta pesquisa. Alguns exemplos serão apresentados a seguir, mostrando como as escolhas dos candidatos influenciam nossas formas de agir, pensar e sentir, conforme propõe o estudo das categorias de afetividade.

Afetividade atribuída

Conforme verificado nos resultados, os candidatos não fizeram tanta exploração desse tipo de afetividade, de modo que a candidata Dilma realizou duas vezes e o candidato Aécio apenas uma. A hipótese para esse resultado pode ser o fato de que ambos os candidatos estavam mais preocupados em desconstruir a imagem do outro do que atribuir algo positivo a si mesmo. Sendo assim, encontramos nos dados os seguintes exemplos:

Exemplo 1: Candidato Aécio Neves:

“[...]Eu tenho orgulho enorme do meu candidato a Ministro da Fazenda. A senhora parece que não tem do seu[...].”

Exemplo 2: Candidata Dilma Rousseff:

“[...] Agora essa revista que fez e que faz sistematicamente oposição a mim, faz uma calúnia e uma difamação do porte que ela fez hoje. E o senhor endossa. [...]”

No exemplo 1, que consiste em uma das falas do candidato Aécio Neves, a ênfase na

primeira pessoa com o uso do verbo “ter” indica uma atribuição ao seu próprio sentimento, cujo sentido está na expressão nominal, ou seja, o nome “orgulho” indica honra e o adjetivo qualificador “enorme” modaliza o sentimento de respeito e ufania que ele imprime ao seu candidato a Ministro da Fazenda e, por extensão, ao seu partido. Em seguida, a continuidade de sua fala indica uma atribuição negativa ao sentimento da candidata Dilma Rousseff sobre o seu Ministro da Fazenda, marcando uma polarização. Embora a transcrição marque a fala do candidato com um ponto dividindo as duas orações, entendemos que a ideia não deixa de ser de oposição, facilmente inferível pela elipse do conector “mas”. Além disso, o uso do pronome de tratamento “senhora” é ironicamente marcado pela construção do candidato que, nessa referência, insere o verbo “parecer” somado ao advérbio de negação imprimindo o sentido de probabilidade de que Dilma Rouseff não tenha orgulho de seu Ministro da Fazenda, argumento que pode suscitar no interlocutor/telespectador inferências relacionadas ao contexto de corrupção no PT, denotando não só a ironia, mas também agregando à cena discursiva um tom de provocação.

Nesse sentido, verifica-se, como estratégia de desconstrução da imagem de sua oponente, que Aécio Neves opta por uma espécie de sondagem dos sentimentos da candidata petista, observação que merece destaque, já que, nas palavras de Bolívar (2015, p.150), “a afetividade atribuída a outros é importante na interação porque quem fala interpreta, com fins positivos ou negativos, estados de ânimo e sentimentos dos outros”.

Já no exemplo 2, a fala da candidata expressa uma afetividade atribuída que também exprime sentimento negativo a uma instituição midiática imparcial cujo discurso de oposição, calúnia e difamação da revista, “que fez e que faz sistemática oposição” a pessoa de Dilma Rouseff é endossada pelo candidato, sendo, portanto, ele também um caluniador e difamador. Esses termos possuem, por uma convenção social, uma carga semântica negativa. Uma vez que se considera o contexto em que são ditas, verifica-se que todas elas foram direcionadas às ações da oposição contra Dilma. Essas construções linguísticas remetem à ideia de que a candidata está sofrendo uma perseguição política e midiática em seu governo, argumento que pode reforçar uma afetividade atribuída para atingir o sentimento de seus eleitores, telespectadores do debate.

Afetividade expressada

Esse tipo de afetividade foi um dos mais explorados por Dilma Rousseff, empatando apenas com o tipo de afetividade induzida. Já Aécio Neves não explorou tanto a afetividade expressada, de forma que os resultados encontrados são sete usos para a candidata e quatro para o candidato. Vejamos os exemplos de algumas utilizações desse tipo de afetividade a seguir:

Exemplo 3: Candidato Aécio Neves:

“[...]me honra muito essa comparação com o presidente Fernando Henrique [...]”

Exemplo 4: Candidata Dilma Rousseff:

“[...] Eu manifesto aqui a minha inteira indignação [...]”

Uma análise das estratégias linguísticas do exemplo 3 mostra que a estrutura discursiva utilizada pelo candidato Aécio se refere ao próprio falante e a um membro do seu grupo/partido, aproximando-nos de um sentimento de respeito, privilégio e honra pela comparação. Esse sentimento só foi expresso por Aécio Neves ao fazer menção a um membro do intragrupo (Nós). No que diz respeito à polarização, o exemplo 3 ilustra bem como ela é construída, pois o candidato enfatiza o *Nós* como positivo. Essa polarização conduz os eleitores a pensarem, sentirem e agirem acerca do pressuposto criado pelo candidato do PSDB, sobre a apresentação positiva do candidato e de seu partido e uma apresentação negativa da sua oponente e, conseqüentemente, de seu partido.

No exemplo 4, ao tomar a palavra a partir da primeira pessoa do singular, colocando-se, portanto, como sujeito agente daquilo que quer expressar, ou seja, “inteira indignação”, parece demonstrar os sentimentos de repulsa e de ira vivido pela candidata Dilma, projetando a ideia de que ela não só nega, mas amarga pelas injúrias feitas pelo discurso da oposição em diálogo com a mídia que a ataca, no sentido de demonstrar repulsa e desprezo e aproveitar o próprio veículo midiático televisivo para mostrar-se diferente do que a mídia tem dito a seu respeito, ao veicular falsas denúncias e ofensas. Trata-se, a nosso ver, de um recurso bastante oportuno, tendo em vista que o espaço discursivo em que ocorre a interação em foco – debate eleitoral televisivo – autoriza os atores sociais envolvidos a buscarem uma vinculação positiva com o povo, traço que, conforme registra Bolívar (2015), é o que caracteriza a afetividade de tipo expressada.

Afetividade induzida

A propósito da afetividade induzida, os dois participantes do debate não demonstraram diferença significativa em seus discursos, já que registramos uma ocorrência a mais na fala de Aécio na comparação com sua oponente. Por se tratar de um debate eleitoral, essa relação de indução do público torna-se bastante frequente, pois ambos querem polarizar o discurso, de modo a influenciar o outro de que *Nós* (intragrupo) somos os salvadores capazes de resolver qualquer problema, e, em contrapartida, também tentam convencer de que *Eles* (exogrupo) são maus e responsáveis por todas as fatalidades do Brasil:

Exemplo 5: Aécio Neves:

“[...]as denúncias em relação ao Pronatec são graves, candidata. [...]”

Exemplo 6: Dilma Rousseff:

“[...] vocês quebraram os bancos públicos no Brasil [...]”

No exemplo 5, do candidato Aécio Neves, vale destacar o emprego das palavras “denúncias” e “graves”. Ambas são palavras convencionalmente interpretadas como fortes e que obtêm uma carga semântica bem negativa, o que, por conseguinte, transmitem um sentimento de insegurança, medo e desconfiança relacionado à idoneidade do governo feito pelo PT, ou seja, no momento presente.

Já no fragmento do exemplo 6, o tempo é passado e o sentido tem força argumentativa muito maior porque não é de denúncia, mas de acusação com relação a uma ação já efetivada e modalizada não só no tempo verbal, passado, mas também na escolha do verbo “quebrar” com o sentido de falência dos bancos públicos. Tal argumento possui força modalizadora, orientando o discurso para a desconfiança acerca da idoneidade e capacidade de governo do outro partido. Ambos os exemplos produzem o efeito de indução, de persuasão de seus ouvintes, em que se busca a desconfiança, o medo, a falta de credibilidade nos partidos adversários e em seus dirigentes.

Vale destacar que os exemplos 5 e 6 ilustram bem a força de certas seleções lexicais em função da situação comunicativa. No exemplo 5, é possível interpretar o emprego do qualificador “graves” não somente como um especificador – denúncias *graves*, mas como um item que direciona os ouvintes do debate a refletirem acerca da ampla e negativa dimensão das “denúncias”. O mesmo efeito se verifica no exemplo 6, em que o emprego do verbo “quebrar” em lugar, por exemplo, de “falir”, indica o desejo de atacar o exogrupo, ou seja, o candidato adversário e o partido ao qual é filiado.

Afetividade conotada

Entre os tipos de afetividades utilizados pelos candidatos, percebe-se que a conotada exerce um meio-termo entre todas as já categorizadas neste artigo, pois ambos os candidatos expressaram seus próprios sentimentos em proporções semelhantes, sendo quatro ocorrências para a candidata Dilma e três para o candidato Aécio. Vejamos os exemplos dessas aplicações linguísticas utilizadas pelos participantes:

Exemplo 7: Candidato Aécio Neves:

“[...]eu digo a todos os brasileiros, quero ser lembrado como o presidente que revolucionou a educação no Brasil [...]”

Exemplo 8: Candidata Dilma Rousseff:

“[...]é meu compromisso o controle da inflação. [...]”

Conforme dito, a conotada é aquela que indiretamente expressa sentimentos próprios. No exemplo 7, destacam-se as estruturas operadas pelo emprego de “quero ser lembrado” e de “presidente que revolucionou a educação”, que expressam o comprometimento do candidato com a população brasileira, procurando despertar o sentimento de zelo, de segurança e de alegria nos eleitores pela via de um discurso persuasivo quanto às carências da educação brasileira. A candidata, em 8, também optou por induzir sentimentos que enfatizassem o seu comprometimento com os brasileiros, e, para tanto, assume o sentimento de promessa, “meu compromisso”, cujo alvo é monetário, isto é, o “controle da inflação” de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda brasileira e, portanto, das condições de vida da população. Tais seleções exprimem preocupação com a mudança do país, expressando, igualmente ao seu oponente, os sentimentos de zelo, segurança e alegria para os eleitores.

Afetividade invocada

Esse foi um dos tipos de afetividade que mais apresentou diferenças na quantidade de ocorrências entre os participantes. Isso porque a candidata Dilma não fez uso de tal tipo afetivo, ao passo que o candidato Aécio empregou quatro estruturas com afetividade invocada. Vejamos o exemplo transcrito abaixo:

Exemplo 9: Aécio Neves:

“[...] lamentavelmente candidata. esse é o retrato do Brasil real [...]”

Esse tipo de afetividade caracteriza-se pelo fato de induzir sentimentos

compartilhados, ou seja, quando o falante, pelo seu discurso, se junta ao grupo de ouvintes interessados, uma vez que são eles seus potenciais eleitores. Nesse sentido, o candidato Aécio, ao utilizar esse recurso, utiliza-se do advérbio de modo junto ao nome da candidata, “lamentavelmente candidata”, focando na modalização de sua visão negativa diante do que se diz. Nesse momento, Aécio Neves, ao considerar que a culpa da situação lamentável em que se encontra o Brasil é do PT, tendo como representante direta Dilma Rousseff, coloca-se como um cidadão brasileiro que está próximo do seu eleitor e que se sente prejudicado com a situação econômica, financeira e política do Brasil no governo do PT. Esse tipo de afetividade denota um sentimento compartilhado, como se todos os brasileiros concordassem com o que foi dito e Aécio Neves seria, apenas, o porta-voz desse anúncio de lástima e tristeza sentida pelos eleitores.

Afetividade narrada

Por fim, este último tipo de afetividade esteve presente no debate apenas por meio do discurso de um candidato e somente uma vez. Dilma fez referência ao seu passado, narrando seus próprios sentimentos, conforme observamos na ocorrência transcrita a seguir:

Exemplo 10: Dilma Rousseff:

“[...] eu vivi os tempos escuros desse país [...]”

A palavra, “escuro”, dentro desse contexto, remete o interlocutor/eleitor ao contexto da ditadura como um momento histórico sombrio e triste do qual o brasileiro não se orgulha e sabe que a candidata viveu esse tempo difícil da história do Brasil. Quando ela narra que viveu esses momentos, o sentimento a que nos remete é de sofrimento e de vitimização, pelo fato de ter sofrido a perseguição, a censura e mesmo a tortura dos tempos da ditadura. É, pois, uma estratégia discursiva que resgata sua história militante e política.

Como foi possível observar em todos os tipos de afetividades exemplificados acima, nos momentos em que houve a aparição de manifestações sentimentais positivas, elas estavam sempre relacionadas ao Eu/Nós, no âmbito de diversos temas, bem como promessas de governo, estratégias políticas e ações do passado. Quando o uso da afetividade era negativo, remetia a Ele(s)/ Você(s)/ “o seu partido”, associando-os às falhas do governo atual, dos governos anteriores e amedrontando os eleitores, caso o oponente vencesse as eleições.

Com relação às estratégias de confronto entre os dois participantes, o que se percebe é que o candidato Aécio Neves (PSDB) utilizou mais estratégias para obter maior força com o

mecanismo de controle, (8 ocorrências da Afetividade Induzida e 4 ocorrências da Afetividade Invocada). Esses tipos de afetividades fazem com que os outros sintam algo que ele ajudou a construir. Já a candidata Dilma Rousseff (PT) optou por empregar, na maior parte das ocorrências, estratégias que direcionassem os ouvintes aos seus sentimentos (7 ocorrências de afetividade Expressada) e, de igual maneira, também tentou, com a afetividade Induzida (7 ocorrências), fazer com que os outros sentissem algo que ela concebeu.

Considerações finais

Este artigo buscou trazer uma discussão acerca dos efeitos, em diversos níveis, que as escolhas linguísticas operadas por atores sociais em uma determinada situação de interação verbal podem produzir quando fazem uso dos tipos de afetividade. Para isso, os discursos dos candidatos à presidência da República, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), apresentados no último debate eleitoral exibido pela Rede Globo no dia 24 de outubro do ano de 2014, foram escolhidos como objeto de estudo. O que se constatou foi que ambos os candidatos expressaram abertamente seus afetos em diversos assuntos e, ao mesmo tempo, tentaram despertar os mesmos sentimentos nos eleitores/telespectadores. Confirmada, também, foi a hipótese apresentada no início deste artigo, de que ambos os candidatos se preocuparam mais em desconstruir a imagem do outro, do que atribuir algo positivo a si mesmos, o que reforçou a polarização discursiva, que caracterizou todo o período eleitoral de 2014.

O ponto claramente notado nesta análise é que se trata de mais uma contribuição acerca da ideia de que somos sujeitos socialmente construídos. As pessoas com quem convivemos contribuem diretamente para a formação de quem somos e do que pensamos e sentimos, fazendo-nos refletir, mais uma vez, sobre a importância do modo como nos expressamos.

Acreditamos que a análise desenvolvida revela o quão tendenciosas são essas afetividades, e que, paradoxalmente, certas emoções são expressas por motivações racionais. Desse modo, o ator social, candidato/candidata, ao tomar a palavra, torna-se um líder que, indiretamente, impõe as ideologias políticas do seu partido, e a expectativa de poder se concretiza pela influência da instância política sobre a cognição social, tal é o alcance possibilitado pela instância midiática que intermedeia o debate eleitoral.

Nesse sentido, a análise quali-interpretativa que apresentamos neste artigo nos leva a

refletir criticamente acerca dos efeitos que certas escolhas linguísticas trazem para o discurso, orientando os sujeitos alvos do discurso a pensar, sentir e agir de modo semelhante ao ator social, cuja fala lhe foi autorizada e legitimada por seu lugar “político”, o de candidato(a) à Presidência da República, que disputa eleições presidenciais em nossa sociedade. É, portanto, abrindo mão de diferentes tipos de afetividades que o ator social procura alcançar as metas de ação, de influência e de manipulação sobre o outro.

O ponto-chave que deve ser abordado com uma reflexão mais crítica não está especificamente voltado para a troca de sentimentos despertados nos ouvintes, após ouvirem tal ou qual discurso, mas como esse despertar de sentimentos é estrategicamente empregado. Decerto que o poder de persuasão e a força argumentativa residem no fato de que ambos os candidatos procuram incitar sensações de desconforto, desconfiança e medo com relação à oposição, caracterizando um modo de controle de poder e de gerenciamento de argumentos afetivos para garantir a adesão do eleitor.

Assim, de forma mais ampla, a análise desenvolvida neste artigo é também uma amostra de como o fenômeno da afetividade, em conjunto com as diferentes categorias aqui aplicadas, pode ser bastante produtiva para o analista do discurso, sobretudo quando se presta a examinar discursos em que a busca pela construção de uma imagem credível – mesmo que, para tanto, isso ocorra por meio da desconstrução da boa imagem do oponente – está bem evidente, como é o caso da cena política e, especificamente, do gênero em apreço.

Referências

BOLÍVAR, Adriana. **Interaction through written text: a discourse analysis of newspaper editorials**. Tesis de Doctorado. Universidad de Birminham, Inglaterra, 1986.

_____. **Análisis del discurso y compromiso social**. Akademos. vol.5, nº 1, 2003, p. 7-31.

_____. La descortesía em la dinámica social y política. In: II colóquio internacional del programa Edice, **Actas del II Coloquio Internacional del Programa EDICE**. Esitocolmo e Costa Rica, 2006, p.137-164.

_____. Las estrategias linguisticas del discurso ideológico. Hablar para dividir. **Revista SIC**. Ed.728. Setembro-Outubro, 2010. p.348-351. Disponível em: <<http://saber.ucv.ve/jspui/handle/123456789/3655>>. Acesso em: 27 jun. 2015, p. 348-351.

_____. A afetividade no discurso populista. Trad. Ricardo Gualda. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 143-160.

CHARAUDEAU, Patrick. Une problématisation discursive de l'émotion: à propos des effets de pathémisation à la télévision. Dans PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (Éds.). **Les émotions dans les interactions**, Lyon, PUL, 2000, p.125-156.

_____. Pathos e discurso político. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. **As emoções no discurso**. v.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 240-251.

CRISTÓVÃO, Vera Lúcia L.; DURÃO, Adja B. A. B.; NASCIMENTO, Elvira L. O debate como gênero textual a ser fomentado nas aulas de línguas. **SIGNUM: Estud. Ling.** Londrina, n.5, dez 2002, p. 125-157.

ELEIÇÕES 2014. Leia e veja a íntegra do debate da Globo no 2º turno. G1: política. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html> Acesso em 11 de abril de 2016.

LIMA, Helcira. Patemização: emoções e linguagem. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. **As emoções no discurso**. v.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.140-149.

OSWALDO, Zé. Debate eleitoral 2014 - 2º turno - Globo 24/OUT [1º BLOCO]. In: YOUTUBE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rpGGoYKXpd4>>. Acesso em: 07 maio 2015.

PLANTIN, Christian. **Les bonnes raisons des émotions**: principes et méthodes pour l'étude du discours émotionné. Berne: Peter Lang, 2011.

RABATEL, Alain; MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças S. **Comment les médias parlent des émotions**: l'affaire Nafissatou contre Dominique Sreauss-Kahn. Limoges: Lambert-Lucas, 2015.

VAN DIJK, Teun A. Cognitive context models and discourse. In: OOSTEDORP, H. Van; GOLDMAN, S. (Eds.). **The construction of mental models during reading**. Hillsdale, Erlbaum, 1998, p. 189-226.

_____. Política, Ideologia e discurso. In: MELO, I. F. (Org.) **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2012, p. 15-49.

WODAK, R. El enfoque historico del discurso. En: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Métodos de Análisis crítico del discurso**. Gedisa: Barcelona, 2003, p.101-142.

A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DO MALENTENDIDO EM UMA ENTREVISTA DE PESQUISA EM UMA PERSPECTIVA INTERACIONISTA

Diana de Souza PINTO⁹

Tamara de Souza CAMPOS¹⁰

Resumo: O presente artigo visa a investigar como entrevistadora e entrevistado coconstroem um momento de malentendido durante uma entrevista de pesquisa, examinando as pistas de contextualização (GUMPERZ, 2002) empregadas pelos participantes. Objetiva-se, assim, observar como ambos se alinham localmente na tentativa de promover um reparo. Por fim, analisamos em que medida o malentendido é mitigado e quais as estratégias discursivas utilizadas para esse fim.

Palavras-Chave: Entrevista de pesquisa. Malentendido. Pistas de contextualização. Alinhamento. Análise da Conversa.

Abstract: *This paper aims at investigating how interviewer and interviewee co-construct a moment of misunderstanding in a research interview by examining the clues of contextualization (GUMPERZ, 2002) used by both participants. The purpose is to examine how they align themselves in an attempt to achieve repair. Finally, we analyze to what extent the misunderstanding is mitigated as well as the discursive strategies used for this purpose.*

Keywords: *Interview. Misunderstanding. Contextualization Cues. Footing. Conversation Analysis.*

⁹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Rio de Janeiro, Brasil. dianap@globocom

¹⁰ Doutoranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Rio de Janeiro, Brasil tamara.campos86@gmail.com A pesquisa de doutorado que o artigo integra foi aprovada pelo Comitê de Ética via Plataforma Brasil em 2014 (CAAE: 24071814.3.0000.5285) e, como preconiza a legislação, teve seu TCLE devidamente aprovado.

Introdução

Este trabalho analisa um segmento de uma entrevista de pesquisa de doutorado. Uma das autoras realizou a entrevista, cujo objetivo foi familiarizar-se com a área da regência orquestral, já que, na referida tese, investigar-se-ão os discursos produzidos por professor e por um aluno do curso de regência de uma universidade federal do Rio de Janeiro.

Na entrevista de caráter narrativo, aspirava-se reconstruir com o entrevistado sua história de vida, incentivando a narração de estórias que contemplassem desde seu primeiro contato com a música na infância até sua ocupação atual como músico de uma orquestra sinfônica e regente de uma banda, também sinfônica, além de projetos futuros.

Referencial teórico-metodológico

Para este artigo, enfocaremos um trecho em que ocorre um malentendido (SCHEGLOFF, 2009) entre entrevistadora e entrevistado com duração aproximada de três minutos. Nesse quadro micro da entrevista, observaremos como esse malentendido é construído de forma colaborativa, através do prisma da Análise da Conversa (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003; GARCEZ, 2008), examinando aspectos como a alternância de turnos, pausas e ênfases nas elocuições. Também nos ancoramos na Sociolinguística Interacional, ao adotarmos a definição de discurso como uma construção colaborativa entre os participantes de uma interação. O conceito de pistas de contextualização (GUMPERZ, 2002), que ancora a análise sobre como os participantes sinalizam suas pressuposições contextuais no evento de fala (HYMES, 1972), juntamente com as noções de alinhamento (GOFFMAN, 2002) e fachada (GOFFMAN, 2011), nortearão este estudo.

Fachada é o “equipamento expressivo do tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1985, p.29). Construimos a nossa imagem no curso da interação baseados em expectativas e obrigações para o papel que desempenhamos e monitoramos o outro constantemente para nos reprojertarmos, caso julgemos necessário. Trata-se, portanto, de uma construção interpessoal.

Enquadre e alinhamento são constructos que auxiliam na análise da entrevista permitindo ao analista observar a dinamicidade que marca os encontros face a face. A noção de alinhamento refere-se à postura adotada pelos atores, pois ao longo dos encontros face a face, estamos a todo tempo mantendo ou propondo (re)enquadres, que, por sua vez, ajudam a

organizar a interação. O enquadre “formula a metagemagem a partir da qual situamos o sentido implícito da mensagem enquanto ação” (RIBEIRO e GARCEZ, 2002, p.107).

Ao focar a análise nas pistas de contextualização (GUMPERZ, 2002), aproximamos de uma percepção êmica. As pistas ou convenções de contextualização são sinais de natureza linguística, paralinguística, prosódica e não verbal que orientam falantes e ouvintes no processo de negociação do que está acontecendo aqui e agora quando interajo com meu interlocutor, ou seja, o enquadre da interação. Pausas, hesitações, questões relacionadas à prosódia, trocas de turnos, escolhas lexicais são pistas que analisaremos para interpretar as posições assumidas na interação. Portanto, as pistas de contextualização sinalizadas pelos participantes afetam, mesmo que de modo sutil, o entendimento sobre qual o enquadre que orienta a situação.

Muitos autores têm se debruçado sobre o evento de fala entrevista de pesquisa dada à prevalência do mesmo em estudos das Ciências Humanas e Sociais desde a década de 1980 (MISHLER, 1986; BASTOS, 2005, 2013). Fundamentalmente, as críticas centram-se em entrevistas baseadas em um padrão de pergunta/resposta, sendo a primeira responsável por determinar/circunscrever a segunda, estruturando o evento. Para Wolfson (1997, p.222), as narrativas contidas em entrevistas “formais” e “espontâneas” diferenciam-se daquelas narradas em conversas na medida em que a seleção do tópico e da audiência, por exemplo, não é objeto de negociação entre os participantes. Nesse sentido, a entrevista de pesquisa, embora tenha ocorrido por meio de um encontro face a face, não seria entendida numa perspectiva tradicional de AC como uma interação “válida para análise (pois não seria fala natural, do comportamento real) “ (BASTOS, 2005, p.79).

Essa visão, entretanto, já foi superada por alguns teóricos da referida vertente, que argumentam que a “entrevista é um evento de fala, como tantos outros da vida social, sendo, portanto, interessante para ser analisado” (BASTOS, 2005, p.79). Seguimos, portanto, em sintonia com essa visão contemporânea, que encara a entrevista de pesquisa como um evento interacional. Na realidade, abordagens contemporâneas tendem a aplicar a AC a todas as atividades de fala.

Segundo (BASTOS e SANTOS, 2013, p.11), as pessoas “produzem avaliações sobre o mundo e [...] gerenciam suas identidades sociais em contextos de entrevistas específicos”. Veremos que isto ocorre no segmento analisado, em que há um investimento mental e emocional do maestro, que se esforça para “catexizar”, nos termos de Goffman (2011), a representação do bom regente. O momento de desconforto ocorre justamente a partir de uma

fala da entrevistadora, segundo a qual o maestro julgou ter ameaçada sua “fachada” (GOFFMAN, 1985) de exímio profissional.

Corpus

Chegamos ao entrevistado por intermédio de uma profissional da área de Música que trabalhou com uma das autoras no Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro. Através das redes sociais, a referida autora entabulou uma conversa na qual se apresentou ao entrevistado, explicando-lhe brevemente o teor da entrevista que foi gravada em um aparelho celular e em um *tablet*.

A entrevista foi realizada em julho de 2013, em uma lanchonete na Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Os principais objetivos da conversa eram entender como alguém se torna maestro de orquestra, como o entrevistado compreendia os principais caminhos para formação profissional e as exigências para tal ocupação a partir de sua trajetória. A entrevista teve uma duração total de 66 minutos e foi dividida em três blocos: no primeiro, foram feitas algumas perguntas sobre como o entrevistado ingressara na carreira de músico. Depois, conversou-se sobre o início da carreira do regente, e, por último, foram feitas perguntas sobre o mercado de trabalho, na tentativa de compreender melhor a profissão de regente na perspectiva do entrevistado.

O trecho analisado aqui corresponde à primeira pergunta do terceiro bloco (mercado de trabalho para regentes). Vale lembrar que, nesse momento da entrevista, a entrevistadora já conhecia a formação do entrevistado, sua carreira como músico e como ele iniciara suas atividades como regente, pois foram questões respondidas nos blocos anteriores. A pergunta em foco que orienta a interação entre entrevistado e entrevistadora diz respeito ao principal caminho, o percurso mais usual para alguém que decida se tornar regente; tocando e aprendendo o ofício de regente na prática, ou cursando uma graduação de música no curso de regência para posteriormente atuar como maestro.

Durante o processo de transcrição, um momento em especial chamou nossa atenção. Trata-se de um trecho, das linhas 57 a 59, em que o entrevistado enfatiza a primeira sílaba da palavra fácil, sugerindo um estranhamento. Reproduzimos abaixo:

Figura 1 – fonte: autor		Trecho do excerto 1
57	Tamara	Tá. então, mas na sua opinião, o modo mais fácil de
58		se tornar um regente é: fazendo a graduação regular,
59		que é o mais normal.
60	Antônio	o modo mais fácil?

Ao ler repetidas vezes a transcrição, observamos que a interação parecia ter sido afetada por essa pergunta e ficamos curiosas em entender o porquê. A sensação foi a de que a entrevista transcorreria muito bem, com exceção desse momento. Nesse ponto, inclusive, a entrevistadora recorda-se de uma pista de contextualização de natureza não verbal, pois acompanhado da ênfase melódica, o entrevistado franzira a testa e fizera uma expressão que foi interpretada como um misto de estranhamento e indignação.

Durante o processo de transcrição do material, a sensação de incômodo sentida na entrevista foi adquirindo sentido. A ênfase na primeira sílaba da palavra “fácil”, seguida por uma fala descendente na segunda sílaba da palavra, sinalizava - em uma primeira interpretação -, um momento conversacional em que fora construída uma sensação de desconforto.

Recortamos a sequência um turno antes do malentendido, até o ponto em que avaliamos que os participantes reverterem o malentendido. O recorte que delimita o fim do segmento analisado se dá em função justamente do ponto em que julgamos que o malentendido foi mitigado. Em outros termos, focalizamos o enquadre “desentendimento”, que ocorre, por sua vez, no enquadre maior entrevista de pesquisa.

Análise dos excertos

Nesse excerto, analisaremos como o malentendido é construído colaborativamente, como os participantes assumem uma posição diante desse quadro, e quais os sentidos negociados.

Examinemos o que ocorre no primeiro turno. O entrevistado está discorrendo sobre uma pré-disposição que, aliada à dedicação, seriam traços fundamentais para um bom regente. Ele evoca características que, para ele, são cruciais para a excelência profissional e que estão presentes no imaginário daqueles que atuam na área musical. Os mundos da arte constantemente debatem sobre tais valores, discutindo sobre o que é ou não arte, quem é ou não artista (BECKER, 2010, p.39).

36	Adolfo	você já tem uma <u>pré-disposição</u> , para determinada
37		coisa, e se você se dedica com afinco aquilo ali
38		você vai <u>ser</u> um expoente na <u>na na na</u> tua, na tua
39		área, né. então a <u>música</u> , as artes em geral, tem
40		essa coisa que você tem essa <u>pré-disposição</u> pra <u>isso</u>
41		agora >se você trabalhar e desenvolver< você
42		consegue chegar= então eu acho que no caso da
43		regência não é diferente. <u>han::</u> >como o próprio
44		Neschling fala<, regência são horas de voo. não
45		adianta você ter uma formação acadêmica (2.0). a
46		gente () se só assim fosse teria:::, não teria
47		orquestra para tanto maestro. porque <u>quan</u> , quantos
48		milhares de maestros não se formam por ano no mundo
49		inteiro? (1) e quanto deles estão desempregados, ou
50		regendo:(2.0) né <u>prum</u> lado ou de <u>outro</u> , enfim,
51		regendo um coro, uma coisa assim, o coro da igreja,
52		sei lá↑ buscando aquilo que eu falei: viver
53		dignamente da profissão, mas não chegaram nunca a
54		ser um maestro de orquestra sinfônica, ou um top
55		exatamente, como qualquer <u>profissão</u> (1)
56	Tamara	<u>como qualquer profissão</u> (5)
57	Tamara	tá. então, mas na sua opinião, o modo mais fácil de
58		se tornar um regente é: fazendo a graduação
59		regular, que é o mais normal.
60	Antônio	o modo mais <u>Fácil</u> ?↓
61	Tamara	é:: que dê mais, que o mercado dê mais acesso assim=
62	Adolfo	(é:)

Segundo nossa interpretação, o entrevistado preocupava-se em manter a imagem de “artista autêntico”, para usar as palavras de Becker, ao defender que os profissionais da música e das artes são indivíduos que possuem uma pré-disposição, ou seja, uma inclinação, um dom inato, nas linhas 36 e 40. Reitera seu ponto ao complementar com a observação de que com dedicação qualquer um pode se tornar um expoente na área.

A defesa da pré-disposição como qualidade vital para um bom regente, assim como o desempenho, constitui um dado curioso, já que dom inato e esforço pessoal parecem termos contraditórios, na medida em que o primeiro é encarado como uma dádiva, enquanto o segundo, como um trabalho árduo que objetiva a um fim. Ao longo de toda a entrevista, contudo, a evocação dessas categorias (pré-disposição/empenho) não configura uma contradição, mas sugere a existência de dois discursos marcantes e coexistentes na área musical.

Adolfo, ao citar o renomado maestro Neschling para defender seu ponto, na linha 44, se vale de uma prática comum ao discurso científico, que é o uso de referências. Uma escolha que, ao mesmo tempo, sustenta uma fala correspondendo às expectativas da pesquisadora, evidencia sua familiarização com o universo acadêmico (em um trecho da entrevista ele chega a falar que possui mestrado), e alinha-se com a entrevistadora no que tange ao alto grau de

escolaridade. Por fim, demonstra sintonia com uma personalidade musical do mundo da regência, construindo uma autoimagem de maestro excelente a partir da aura do notório regente.

Essa estratégia evidencia como o entrevistado se constrói dialogicamente com a entrevistadora, e como “expectativas” e “obrigações” relativas ao enquadre entrevista de pesquisa constituem a interação. A fala do entrevistado não é a representação de uma essência, mas uma construção em que o outro é considerado, já que “a natureza humana universal não é uma coisa muito humana”. Existem “regras morais que são carimbadas [...] externamente”. (GOFFMAN, 2011, p.49). São essas regras que influenciam na avaliação que o indivíduo fará sobre si mesmo. Tais regras também afetam como interpretamos aqueles com quem interagimos. As regras morais influenciam, portanto, sentimentos e ações de nosso cotidiano.

Devemos atentar que o “discurso construído” não é reprodução de um discurso dito anteriormente, pois “discurso reportado não é meramente referência, mas é construído criativamente por um falante atual em uma situação atual”¹¹ (TANNEN, 2007, p.107 e 108 – tradução nossa). É, portanto, um recurso por meio do qual aquele que fala no aqui e agora se constrói. Nesse sentido, o entrevistado utiliza a fala de um renomado maestro ao sustentar que a prática é mais importante do que a formação. Ele o faz não só para dar peso ao seu argumento, explorando a “aura” do regente, mas para se construir de uma maneira positiva, compartilhando da visão de um profissional competente.

Ao final do primeiro excerto, das linhas 48 a 51, ele conclui seu argumento falando sobre o desemprego, (“quan, quantos mil~~h~~ares de maestros não se formam por ano no mundo inteiro? (1.0) e quanto deles estão desempregados, ou regendo:(2.0) né °prum lado ou de outro°, enfim, regendo um coro”). Nesse mesmo turno, apresenta o que, para ele, é chegar ao topo da profissão, (“não chegaram nunca a ser um maestro de orquestra sinfônica, ou um top exatamente”), linhas 53 a 55.

Para Adolfo, ser “top” é reger uma orquestra sinfônica, em detrimento de outras atividades, como comandar o coro de uma igreja. Ele também acaba se valorizando, ao ressaltar seu o comando a frente de um grupo sinfônico. Relativiza novamente a formação acadêmica, já que sem a graduação conseguira uma inserção profissional, enquanto outros milhares de formados, não.

¹¹ “Reported speech is not reported at all but is creatively constructed by a current speaker in a current situation”.

A entrevistadora se mantém na posição de ouvinte, assim, desempenha seu papel de pesquisadora/entrevistadora. Apesar das pausas intra turno, ela continua como ouvinte e, ao final de seu turno, repete a elocução final do entrevistado (“como qualquer profissão”), em tom de voz baixo, sinalizando concordância. Em seguida, pergunta-lhe “tá. então, mas na sua opinião, o modo mais fácil de se tornar um regente é: fazendo a graduação regular, que é o mais normal”.

Figura 3 – fonte: autor

Excerto 2

60 Antônio o modo mais ~~fácil?~~ (1.6)
61 Tamara é:: que dê mais, que o mercado dê mais acesso assim=
62 Adolfo (é:)
63 Tamara =porque no seu caso eu acho que foi mais um desses acasos
64 fortuitos, né
65 Adolfo [exatamente]

O item lexical “Fácil?↓” (linha 60) parece ter sido interpretado como ofensivo pelo interlocutor, pois sugere que a entrevistadora o alinha como como preguiçoso e pouco esforçado. Apesar do roteiro com perguntas previamente elaboradas, entrevistas constituem eventos de natureza “dinâmica, dialógica e imprevisível” (CAMPOS, 2013, p.103). A palavra “fácil” não integrava o roteiro, consultado durante toda a entrevista e base para formulações mais coloquiais de perguntas, com o objetivo de tornar o evento menos assimétrico.

As convenções de contextualização empregadas por Adolfo são a chave para nossa interpretação descrita acima. Adolfo pronuncia a palavra enfatizando a primeira sílaba e utilizando a entonação descendente na segunda (“Fácil?↓”), sugerindo, assim, um estranhamento quanto ao uso do vocábulo utilizado pela entrevistadora. A entrevistadora se recorda de identificar o estranhamento durante a interação e lembra-se que fora o único momento da entrevista no qual sentira desconforto. Mais uma vez, o exame das pistas nos auxiliou aqui: uma longa pausa de 1.6 segundos separou os turnos do entrevistado e da entrevistadora. Silêncios carregam significados, e pausas e hesitações podem indicar “algumas espécies de problemas interacionais”¹² (PSATHAS, 1995, p.18 – tradução nossa). Dessa forma, interpretamos que, nesse momento, a entrevistadora silencia ao perceber um estranhamento sinalizado pelo entrevistado e tenta, a partir de então, reverter o malentendido.

A pausa, após o “Fácil?↓” e a própria autocorreção, já que a entrevistadora corta uma elocução no meio (“que dê mais”), para depois reelaborá-la (“que o mercado dê mais acesso assim”), na linha 61, sugerem cautela no prosseguimento da interação. No turno seguinte,

¹² “some sort of interactional troubles”.

Adolfo produz um breve sinal de retroalimentação (“é:”) prolongado concomitantemente com a elocução do turno 61, que aponta para apreensão ou incerteza.

Figura 4 – fonte: autor		Excerto 3
63	Tamara	porque no seu caso acho que foi mais um desses acasos
64		fortuitos né
65	Adolfo	[exatamente] (.)
66	Tamara	mas no geral:: funcionaria mais mesmo com a
67		graduação?
68	Adolfo	Eu não sei (1.3) sinceramente eu não sei (2.0), eu não
69		sei↓
70	Tamara	porque eu tinha muito essa dúvida. uma profissão que
71		tem es- esse componente de talento e essa coisa
72		<u>prática</u> tão forte como é que <u>geria</u> ingressar? é tipo
73		uma pessoa decide eu quero ser maestro (1.3)

Cabe ressaltar que na linha 63 a entrevistadora utiliza a expressão “acaso fortuito”, que havia sido empregada por Adolfo quando ele descrevera o início de sua atuação como regente. Ele construiu toda sua narrativa desde o contato inicial com a música até o início da atuação como regente como uma “sucessão de acasos fortuitos”. Obviamente ele dizia ter despendido um grande esforço e empenho, mas o contato inicial é relatado como uma espécie de providência divina, em que, por meio de um dom inato e da dedicação empregada, resultou no sucesso profissional.

O emprego da expressão “acaso fortuito” é uma tentativa de aproximar as palavras da entrevistadora às dele, de construir confiança e de tentar mitigar a situação de desconforto. Em outros termos, há uma explícita tentativa de alinhamento da entrevistadora para com o seu interlocutor como estratégia para reparar o malentendido.

Antes do término da fala da entrevistadora há uma sobreposição em que ele demonstra concordância (“exatamente”), na linha 65, mas essa concordância não parece ser suficiente para neutralizar o malentendido, o que fica evidente quando observamos, por um lado, que ele não responde à questão, e, por outro, a pausa que segue sua sobreposição. Essa pausa sugere que a entrevistadora assuma o turno, repetindo a mesma pergunta pela terceira vez, como vemos nas linhas 66 e 67. O desconforto do entrevistado parecia perdurar, como é possível interpretamos com base nas pausas entre cada uma das negativas e no tom descendente na última elocução. Ele alegou desconhecimento da questão três vezes sucessivamente no mesmo turno: “eu não sei (1.3) sinceramente eu não sei (2.0) eu não sei↓”.

Quando a entrevistadora faz referência ao talento e ao aspecto prático da profissão, nas linhas 70 a 72 (“uma profissão que tem es- esse componente de talento e essa coisa prática tão forte”), alinha-se mais uma vez com o entrevistado, pois, como vimos, ele defende a prática em detrimento da formação universitária, assim como a pré-disposição para ser músico, que

poderíamos também traduzir como talento. A entrevistadora conclui o turno com uma pausa, que opera como um convite para que ele assuma o turno, o que de fato ocorre no turno subsequente, por meio da afirmativa de que a graduação de fato era o caminho mais natural.

Figura 5 – fonte: autor

Excerto 4

74 Adolfo é. o caminho natural seria a pessoa fazer um curso de
75 regência. quero ser maestro, então você vai fazer o
76 curso de regência. mas aí é que tá. eu venho da
77 experiência prática para a experiência acadêmica. eu
78 tinha uma banda, que tinha, né que eu praticava ali,
79 testava, via o que não dava certo (1.2) o Roberto
80 Duarte fala quando eu fui ter aula com ele uma vez,
81 ele falou exatamente isso, voc- cê faz alguma coisa
82 ce prevê alguma coisa com um grupo de setenta pessoas
83 e todos eles fazem errado quem é que está errado são

84 eles ou você? então (.) isso você tem que (.)
85 avaliar::, e saber mensurar. e falar bom isso daqui
86 não funcionou ninguém acer- ninguém entendeu o que eu
87 fiz, então vou ter que mudar pra tentar me fazer
88 entender, né. então han ... o caminho natural han
89 seria a academia (1.0) só que eu vim da experiência
90 prát- eu fiz o caminho inverso=
91 Tamara [aban]

Nesse trecho ele responde à pergunta logo nas primeiras elocuições, de forma breve e direta, afirmando que o curso de regência seria o caminho natural. Mas logo conta que fez o caminho inverso, da prática para a academia. Acreditamos que, nesse ponto, ele sugira que o próprio tópico em discussão seja a fonte de seu desconforto. Desse modo, a sensação de mal estar que os participantes compartilharam após o emprego da palavra “Fácil?↓” não seria, então, a única razão que atuou para causar um momento de estranhamento na interação, pois o tópico discutido era de natureza delicada na perspectiva do entrevistado.

Interpretamos que o maestro se esforçou para argumentar que a formação acadêmica em regência orquestral não era tão vital quanto a prática e a pré-disposição para a música porque que ele próprio não a tinha. Nesse sentido, o emprego do termo “fácil”, por parte da entrevistadora, pode ter ido de encontro ao empenho do maestro em manter a “fachada” (GOFFMAN, 1985) de excelência profissional que ele se esmera em construir e reforçar ao longo de toda entrevista.

Ainda com o intuito de preservar a fachada, o entrevistado acrescenta que a grande maioria dos regentes possuía formação universitária, mas engendra uma mudança sutil no tópico, explicando a dinâmica do trabalho do maestro com os músicos, argumentando em favor da

posição de que é um trabalho que melhora por meio da prática, do teste, como podemos observar na anedota narrada nas linhas 77 a 88. Nesse trecho, ele utiliza novamente o “discurso construído” (TANNEN, 2007), apontando de maneira indireta uma fala do maestro Roberto Duarte¹³ (linhas 79 e 80). Acreditamos que o intuito seja o mesmo da primeira menção a um maestro reconhecido: se alinhar com um profissional cuja imagem é consolidada, de forma a construir uma autoimagem positiva. Ele ainda conta que teve aula com Duarte, de forma a reforçar a fachada de profissional estudado, bem preparado, construindo-se “sob uma luz favorável” (GOFFMAN, 2011).

Figura 6 – fonte: autor

Excerto 5

92	Adolfo	=entendeu? e tem muita gente que está na academia,
93		que entra por exemplo, pra você fazer um curso de
94		<u>regência</u> os pré-requisitos além do <u>do do</u>
95		conhecimento <u>teórico</u> normal como qualquer curso de
96		bacharelado <u>regên-</u> em <u>instru-</u> bacharelado em <u>música</u>
97		tem que <u>ter</u> a única coisa diferente é que você tem
98		que tocar um pouquinho de piano=
99	Tamara	"[ahn]"
100	Adolfo	=ter que <u>toc-</u> tem que ter conhecimentos <u>básicos</u> de
101		piano. tem que tocar alguma <u>co-coisa</u> lá uma fuga as
102		duas (vozes) de Bach e tal. alguma coisa assim. <u>han</u>
103		... essa é a diferente <u>bási-</u> . então pra você entrar
104		como regente <u>han</u> gosto de ser regente, quero ser
105		regente pum se você tiver um conhecimento básico de-
106		por isso a grande maioria dos pianistas se tornam
107		regentes também mas não <u>signifi-</u> não é garantia de
108		que: você vai ser né um grande regente.

Algumas pistas de contextualização sugerem cautela por parte do entrevistado. Ele pronuncia dois “han”, sendo o primeiro de forma prolongada, recurso utilizado para elaborar a fala a seguir (MARCUSCHI, 1986), e também a autocorreção, cortando a palavra “prática” para dizer em seu lugar que fez o caminho inverso, nas linhas 88 a 90. No último turno do excerto 4, ao dizer “ahan”, na linha 91, a entrevistadora assume uma posição de ouvinte, demonstrando ao entrevistado que ele deve manter o piso. Ele prossegue em seu turno, relativiza o peso da formação acadêmica e introduz, nesse trecho, uma nova informação, afirmando que a única coisa diferente exigida para alguém que decida fazer regência é (“=ter que toc- tem que ter conhecimentos básicos de piano”), nas linhas 100 e 101.

Nesse ponto, com o uso do diminutivo e da palavra “básicos”, ele mitiga o peso da formação, que parece ter sido o tópico no qual ele estava efetivamente empenhado,

¹³ Maestro carioca de visibilidade nacional e internacional. Foi professor de regência durante 27 anos na UFRJ, ministrou masterclasses em vários estados brasileiros e fora do Brasil. Durante 14 anos deu aulas de regência no Corso Internazionale di Polifonia Latino Mediterrânea, em Molfetta na Italia.

diferentemente da entrevistadora, que queria investigar, em linhas gerais, o processo de formação da carreira de regente. Também podemos observar a recorrência da autocorreção (regên-, instru-, toc-, básí-, signifi-), além dos dois “han”, a que já nos referimos, evidenciando cuidado na seleção lexical.

Acreditamos que, nesse último excerto apresentado, apesar do cuidado ao falar, que na realidade observamos como uma característica de seu discurso ao longo de toda a entrevista, a situação de malentendido já havia sido superada, pois o estilo articulado e argumentativo do regente já vigorava novamente em sua fala, diferentemente do momento em que o mal-estar surge e se agrava, durante o qual houve várias pausas, a negativa em responder, ou uma fala reticente.

Assim como o discurso eloquente do entrevistado fica em suspense no auge do mal-estar, as elocuições da entrevistadora foram mais extensas nesse momento, já que houve ali um esforço não só para corrigir os danos causados à interação por conta da palavra “fácil”, mas também a tentativa de fazer o entrevistado responder à pergunta proposta; o que teria levado a entrevistadora a inserir a mesma questão três vezes de modos diferentes.

A estrutura de participação (GOFFMAN, 2002) marcante ao longo de toda a entrevista foi caracterizada por turnos breves da entrevistadora, em geral sobreposições, que incentivam o entrevistado a manter o piso, enquanto o entrevistado utilizava turnos mais extensos. O último excerto já demonstra a retomada dinâmica da estrutura de participação que orientou toda a entrevista, sinalizando uma resolução do malentendido.

Conclusão

A opção pela análise discursiva, utilizando como abordagens a Análise da Conversa e a Sociolinguística Interacional, aliada ao entendimento da entrevista como um evento de fala como outro qualquer, tornou possível compreender como os participantes sinalizam aquilo que sentem e, com isso, como coconstroem a interação. As pistas de contextualização, sinalizadas pela entrevistadora e entrevistado, como pausas, tons descendentes, a mudança de uma fala eloquente para uma reticente, a subversão de estrutura de participação vigente ao longo de toda a entrevista, nos possibilitaram identificar como o malentendido foi coconstruído e interpretado por ambos. Para o entrevistado, ele estaria atrelado ao emprego da elocução “fácil” e da interpretação de que a entrevistadora desvalorizava uma formação que não seguisse um caminho clássico da academia, e, para a entrevistadora, o constrangimento de

reconhecer os efeitos da seleção do conjunto de pistas de contextualização nesse enunciado e a tentativa de reparar o malentendido.

Cabe ressaltar a originalidade do trabalho, pois, de acordo com um levantamento feitos pelas autoras, nunca nenhuma pesquisa se dedicara a investigar a formação do ethos do maestro de orquestra. Há alguns esforços para analisar o processo de formação dos músicos (SILVA, 2005; TRAVASSOS, 2002a e 2002b), mas mesmo estes estão enfocando o músico popular ou o músico de maneira geral, sem considerar as especificidades do meio orquestral. Ainda que no presente artigo tenhamos estabelecido um recorte para focar a questão do malentendido na entrevista, os motivos que teriam gerado o desentendimento, e como o mesmo foi mitigado, percebemos que para uma compreensão mais profunda do desentendimento podemos buscar explicações em um contexto que escapa ao microuniverso em que se desenrolara a conversa, pois o que estava em jogo na interação eram duas perspectivas de mundo divergentes.

O malentendido, assim, pode ser compreendido pela diferença entre as expectativas dos participantes tendo, de um lado, um profissional que valoriza o talento e a experiência prática como um bom caminho para iniciar a carreira e, do outro, a entrevistadora com uma concepção de início de carreira muito vinculada à formação no âmbito universitário. Foram essas perspectivas divergentes que geraram o malentendido, pois os interagentes construíam seus discursos com base em lógicas distintas.

Referências

BASTOS, L. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**, v.3, n.2, p.74-87, 2005.

BASTOS, L; SANTOS, W. Introdução. In: _____. **A entrevista em pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quarter Editora, 2013, p.9-18.

BECKER, H. Mundos da Arte e actividade coletiva. In: _____. **Mundos da Arte**. Trad. Luís San Payo. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. p. 27-57.

CAMPOS, S. A entrevista de pesquisa: um empreendimento coletivo. In: BASTOS, L; SANTOS, W (Orgs.) **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quarter Editora, 2013. p.101-134.

GARCEZ, P. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LORDER, L; JUNG, N. **Fala-em-interação social**:

introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado das Letras, 2008. p.17-38.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T., GARCEZ, P. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p.107-148.

_____. **Rituais de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p.149-182.

HYMES, D. On Communicative Competence. In: J. B. Pride & J. Holmes (Eds.) **Sociolinguistics**. Harmondsworth, England: Penguin Books, 1972. p.269-293.

LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 127-162.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é e como se faz. Recife: s.n., 1983.64p. (Mimeogr.) Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1986.

MISHLER, E. **Research Interviewing**: context and narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

PSATHAS, G. **Conversation Analysis**: the study of talk-in-interaction. California: Sage Publications, 1995.

RIBEIRO, B; GARCEZ, P. Introdução In: _____. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p.107.

SACKS, H; SCHEGLOFF, E; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas**, v.7, n.1-2, p.9-73, 2003.

SCHEGLOFF, E. Some Sources of Misunderstanding in talk-in-interaction. **Linguistics**, vol. 25, n. 1, p. 201–218, 1987.

SILVA, J. **Construindo a profissão musical**: uma etnografia entre estudantes universitários de música. 2005. 288 f. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TRAVASSOS, E. Perfis Culturais de estudantes de música. In: Atas do Encontro IASPM, 4; 2002, Cidade do México. **Anais...México**: IASPM, 2002a. Disponível em: <<http://www.iaspmal.net/wp-content/uploads/2011/12/Travassos.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Homogeneidade e singularidade, duas perspectivas na reprodução social dos músicos. In: I Encontro da Associação Brasileira de Etnomusicologia, 1; 2002b. Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2002, s/p.

TANNEN, D. On talking voice that is so sweet: constructing dialogue in conversation In: _____. **Talking voices:** repetition, dialogue, and imagery in conversation discourse. New York: Cambridge University Press, 2007, p.102-132.

WOLFSON, N. A feature of performed narrative: the conversational historical present. **Language in Society**, v.7, nº. 2, p. 215-237, 1978.

ANEXO: Convenções de transcrição¹⁴

Tempo	
...	pausa não medida
(2.3)	pausa medida
(.)	pausa de menos de 2 décimos de segundo
Aspectos da produção de fala	
.	entonação descendente
?	entonação descendente
,	entonação intermediária, de continuidade
<u>sublinhado</u>	ênfase em som
MAIUSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	fala em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
[]	fala sobreposta
↑	som mais agudo que os do entorno
↓	som mais grave que os do entorno
hh	aspiração ou riso
.hh	inspiração audível
Formatação, comentários, dúvidas	
=	elocuções contíguas, enunciadas sem pausas entre elas
()	fala não compreendida
(palavra)	fala duvidosa
(())	comentário do analista, descrição de atividade não vocal
Outros	
“palavra”	fala relatada

¹⁴ Adaptação de Lord e Jung (2008).

A CRÔNICA “HERCULANO E O 25 DE ABRIL” DE JOSÉ SARAMAGO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOB DUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Luisa Helena Borges FINOTTI¹⁵

Karina Luiza de Freitas ASSUNÇÃO¹⁶

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar o funcionamento do texto/discurso no que tange conceitos de contexto/história. Para isso, analisa-se a crônica “Herculano e o 25 de abril” de José Saramago partindo do escopo teórico da Linguística Textual e da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) que toma como referencial os estudos realizados por Michel Foucault. No decorrer das análises serão destacadas as especificidades apresentadas pelas duas propostas, com o intuito de abrir espaço para uma possível aproximação entre elas.

Palavras-chave: linguística textual. Análise do discurso. Contexto. História.

Abstract: *This paper aims to analyze the functioning of the text/discourse in terms of the concepts of context/history. Thereunto, we critically examine the chronicle “Herculano e o 25 de Abril”, by José Saramago, from the theoretical scope of the Text Linguistics and of the French Discourse Analysis (hereafter DA), taking as reference the studies by Michel Foucault. During the analysis, the specificities presented by both proposals are going to be highlighted, in order to open space for a possible approximation between them.*

Keywords: *Text linguistics. Discourse analysis. Context. History.*

¹⁵ Professora da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo – USP. luisah@finotti.com

¹⁶ Professora Colaboradora do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão e professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Frutal. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. karinalfa@gmail.com

Para início de conversa ...

Ao estudar os fundamentos da Linguística Textual, observamos que ela percorreu um longo caminho até chegar ao que se compreende hoje. As modificações foram significativas, como afirma Koch (2013), no entanto, a discussão sobre contexto ainda apresenta algumas dificuldades, deixando lacunas que possibilitam sua ampliação. Van Dijk (2013) e Adam (2008), por exemplo, apresentam contribuições importantes para a inclusão do contexto nas análises textuais, entretanto, acredito que essa discussão possa ser ampliada

A partir dessas considerações, o presente texto tem por objetivo analisar o funcionamento do texto/discurso no que tange conceitos de contexto/história. Para isso, analisaremos a crônica “Herculano e o 25 de abril” de José Saramago partindo do escopo teórico da Linguística Textual e da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) que toma como referencial os estudos realizados por Michel Foucault. No decorrer das análises serão destacadas as especificidades apresentadas por ambas propostas, com o intuito de abrir espaço para uma possível aproximação entre elas. Ressaltamos que Adam (2008) já iniciou esse diálogo partir do momento que estabelece uma aproximação entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso proposta por Dominique Maingueneau e traz para a primeira conceitos como, por exemplo, formação sociodiscursiva e interdiscurso.

Texto e discurso sob a perspectiva da Linguística Textual e Análise do Discurso de linha francesa

No prefácio do livro **Discurso e contexto** (2013, p.11), Van Dijk apresenta a seguinte tese: “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação”. Nessa tese, o autor discute o contexto como um elemento compreendido pelo sujeito e, em seguida, definido por esse sujeito, tomando o discurso como um produto oriundo de um sujeito que tem o “poder” de controlar a sua produção, a partir de modelos mentais, ou seja, compreende “que os contextos são construtos dos participantes ou definições subjetivas das interações sociais” (VAN DIJK, 2013, p. 34). Neste momento, levantamos uma questão: será que os sujeitos têm autonomia para definir os sentidos dos contextos? Assumimos a postura, baseada em Michel Foucault (2006), de que a compreensão do contexto (história) não depende só da interpretação, mas também dos sentidos que já estão socialmente constituídos, ou seja, na produção discursiva,

há algo determinante para o que pode ser dito, que foge ao controle do sujeito, ou nas palavras de Foucault (2006, p.9),

suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Sendo assim, segundo o autor, o discurso implica exterioridade à língua, pois as palavras, ao serem pronunciadas, carregam em si aspectos que remetem ao lugar social e histórico, no qual o sujeito está inscrito; sendo assim, os discursos estão sempre em movência, sofrendo a todo o momento alterações decorrentes das mudanças históricas e das transformações sociais.

Por sua vez, de acordo com Van Dijk (2013, p.94), citando Tulving (1993), o contexto pode ser organizado em modelos e esquemas, ou seja,

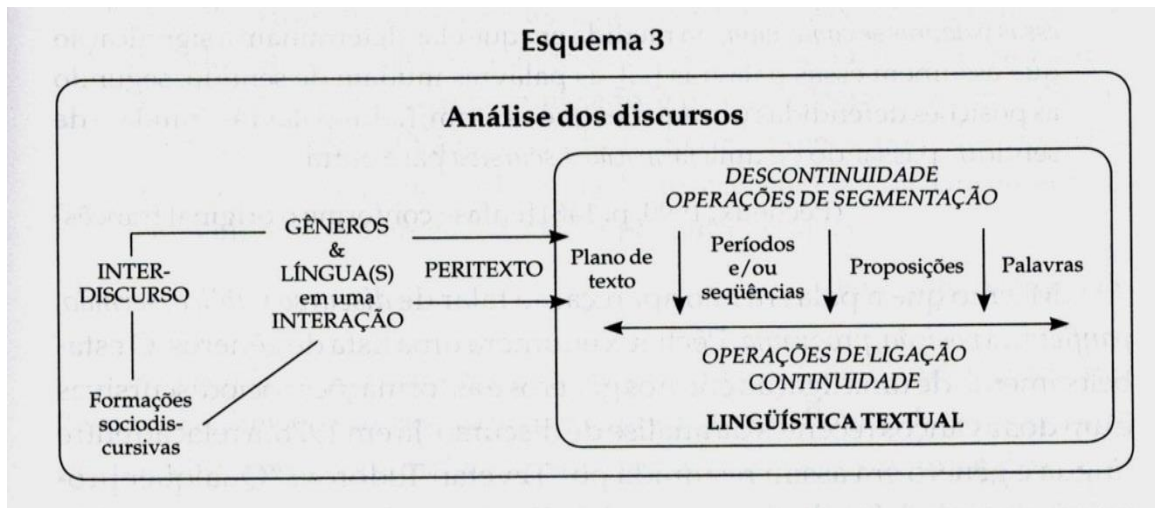
Os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências. Num certo sentido, eles são as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco. Acredita-se que as experiências pessoais, e, portanto, os modelos que as representam, são armazenados na Memória Episódica, que faz parte da memória de longo termo.

Novamente levantamos as seguintes questões: a história não faz parte das categorias acima? Quando, por exemplo, deparo com um discurso que remete à informações provenientes da história, como devo proceder minha análise? Van Dijk (2013), em seu livro, menciona que os modelos são originários da experiência, portanto, o que fazer quando, para compreender o sentido de um dado discurso, devo voltar para questões históricas não vivenciadas pelo leitor? A crônica que analisaremos nesse artigo necessita de elementos oriundos da história como, por exemplo, a colonização portuguesa, para a sua compreensão e, para analisá-la, será necessário buscar subsídios na análise do discurso de linha francesa, mais especificamente nos estudos de Michel Foucault, pois esse construto teórico ajuda a pensar a relação entre a história e a produção discursiva. Vale ressaltar que a história não deve ser considerada cronológica, mas uma história fragmentada e diluída nas relações sociais, que, segundo Foucault (2007, p.145), possibilite “compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, deve poder dar conta do fato de que tal discurso, em um momento dado, possa acolher e utilizar ou, ao contrário, excluir, esquecer ou desconhecer, esta ou aquela estrutura formal”. Dessa forma, acreditamos que, caso o contexto fosse um modelo mental pré-estabelecido, não

precisaria recorrer, no momento da sua leitura, a elementos da história para compreender o sentido da crônica de José Saramago (1999).

Outro aspecto que chamou nossa atenção foi o fato de Van Dijk (2013, p.37) considerar o sujeito empírico, no caso, fonte absoluta de seus dizeres, “os usuários da língua adaptam sua interação discursiva aos ‘entornos’ socioculturais e cognitivos do momento.” Neste caso consideramos que não são os sujeitos que determinam o que vai ser dito, mas sim a própria condição de produção, uma vez que, de acordo com Foucault (2006), esse controle é exercido a partir de vários “procedimentos de exclusão”, nos quais destaco, inicialmente, a interdição. Ele assevera que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2006, p.9). Para ele, há três tipos de interdição, são elas: “tabu do objeto”, a interdição sobre o tema do discurso, isso quer dizer que, de acordo com ele, há ou não a interdição; “ritual de circunstância”, em função do lugar ocupado pelos sujeitos, temos um determinado ritual que deverá ser obedecido; e “direito privilegiado e exclusivo do sujeito que fala”, ou seja, de acordo com a situação em que o sujeito se encontra, o discurso será ou não aceito. Foucault (2006, p.9) afirma, ainda, que “temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar”.

Adam (2008), por sua vez, apresenta uma proposta que toma o texto como um objeto empírico que é constituído por uma textualidade que deverá ser compreendida como “um conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significativo” (ADAM, 2008, p.25). Suas preocupações, no entanto, em virtude da complexidade desse objeto empírico, o texto, atestam a necessidade de “[...] uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso em geral, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência” (ADAM, 2008, p.25). Ele propõe uma análise textual dos discursos que toma como base, para a análise, o texto, no caso, “a unidade não é a palavra, mas o texto” (ADAM, 2008, p.321). O autor afirma que o texto é formado por fragmentos que seguem uma dada ordem que formam, em seu interior, subconjuntos. O fato de algo ser reconhecido como um texto passa pela percepção de suas partes identificáveis. O esquema abaixo ajuda a vislumbrar, segundo o autor, a dinâmica que perpassa a sua proposta.



Disponível em Adam (2008, p. 43).

Nesse esquema, de acordo com o estudioso, as setas da direita para a esquerda evidenciam a complexidade de relações que são estabelecidas na constituição da “unidade TEXTO”, objeto da linguística textual. Já da esquerda para a direita são apresentadas as relações de interações que emergem nos gêneros e nos enunciados e que são objeto de estudo da análise dos discursos. Como observamos anteriormente, Adam (2008) situa a Linguística Textual na análise de discursos, propondo, assim, uma aproximação entre as duas linhas teóricas, ou seja, segundo Adam (2008, p.43), trata-se de uma Linguística Textual “como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas”.

Para Adam (2008), a história é reconstituída por meio dos textos, objeto da Linguística Textual. Ele afirma que o acesso do contexto, ou seja, aos elementos extralinguísticos não são de fácil apreensão, portanto, não podem ser tratados objetivamente, apenas por meio das reconstruções efetivadas pelos sujeitos na enunciação. A sua posição é fundamentada em uma citação de Kleiber na qual afirma que “se confunde muito frequentemente o contexto com os ‘elementos que completam ou que asseguram a interpretação global de um enunciado’ e ‘os locais de onde esses elementos provêm, seja diretamente, seja indiretamente, quer dizer por inferência” (In: ADAM, 2008, p. 52). Assim, o contexto está ligado a uma representação da memória, como pode ser observado nas palavras de Adam (2008, p.52):

Misturam-se, então, os dados do ambiente linguístico imediato (co-textuais) e os dados da situação extralinguística. Não se pode esquecer que não temos acesso ao contexto como dado extralinguístico objetivo, mas somente a (re)construções pelos sujeitos falantes e/ou por analistas (sociólogos, historiadores, testemunhas, filólogos ou hermenutas). As informações do contexto são tratadas com base nos conhecimentos enciclopédicos dos

sujeitos, nos seus pré-construídos culturais e nos lugares comuns argumentativos.

De acordo com o estudioso, o contexto está relacionado com a construção do sentido dos enunciados. Ainda refletindo sobre o contexto, o autor complementa sua posição, afirmando que:

Escrevemos “co(n)texto” para dizer que a interpretação de enunciados apóia-se tanto na (re) construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização, que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado. Essa (re)construção de um co(n)texto pertinente parte, economicamente, do mais diretamente acessível: o co-texto verbal e/ou o contexto situacional de interação. Se, em uma interação oral, pode haver concorrência entre co-texto e contexto da enunciação, na escrita o co-texto é o dado mais imediatamente acessível. Se o co-texto está disponível e se ele se mostra suficiente, o interpretante não vai procurar em outro lugar (ADAM, 2008, p.53).

Observamos que o processo de análise textual do discurso, como Adam (2008) propõe, deve ser constituído levando em consideração o fato de que o texto é um construto que explícita ou implicitamente manifesta um contexto. Assim, analisar o co-texto é muito importante no processo de elaboração dos sentidos do texto, demandando do leitor um processo que envolve a imaginação da situação extralinguística que possibilitou que dado texto fosse criado.

Assim, nas palavras de Adam (2008, p.56), o contexto é uma “realidade ao mesmo tempo histórica e cognitiva, o contexto está ligado à memória intertextual. Não é um dado situacional exterior aos sujeitos.” O texto, nesse caso, elabora de forma explícita ou não seu contexto de enunciação, os atos de discursos são possíveis em função de sua dinâmica interna e das redefinições do contexto que emergem no texto a partir de sua esquematização. A interpretação das esquematizações mobiliza uma série de saberes, como, por exemplo, os saberes enciclopédicos, que são armazenados na memória de longo prazo e os saberes encontrados na memória de curto prazo. Nas palavras de Adam (2008, p.57), partindo do ponto de vista co-textual, ao surgir uma unidade linguística, abre-se a oportunidade para a repetição, ou seja:

[...] as entidades textuais tornam-se candidatas potencias de anáforas e “usar um anafórico não é senão marcar uma enunciação como relativa a certo estado de memória” (Berrendonner, 1983, p.231). Isso explica o fato de que numerosos anafóricos não possuem mais um antecedente exato, identificável no co-texto, nem à esquerda nem à direita. Uma expressão dêitica é definida muito mais pelo fato de introduzir uma entidade nova no co-texto (ou somente renovada) do que pelo local de seu referente.

O fato de o texto trazer anáforas ou dêiticos, que não podem ser correlacionados com elementos identificáveis no texto, será possível através da memória discursiva que é alimentada por elementos de origem extralinguística, ou, como afirma Adam (2008, p.57), “a memória discursiva é alimentada, permanentemente, por enunciados sobre eventos da situação extralinguística, eles próprios constituindo eventos, mais do que pelos eventos da situação extralinguística.”

Nesse sentido, Adam (2008) propõe, tomando como base a complexidade do texto, que sejam estabelecidas relações entre as diferentes ciências da linguagem, principalmente com o intuito de construir uma análise que consiga compreender minimamente o funcionamento discursivo de um determinado texto e, conseqüentemente, os sentidos que margeiam sua produção. Dentre essas áreas, ele menciona a análise do discurso¹⁷ proposta por Dominique Maingueneau. Assim, para Adam (2008, p.63), a linguística textual:

[...] tem como papel, na análise do discurso, teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto. Ela tem como tarefa detalhar as “relações de interdependência” que fazem de um texto uma “rede de determinações” (WEINRICH, 1973, p.174). A linguística textual concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados.

Ou seja, a linguística textual tem como tarefa fundamental, segundo Adam (2008), delimitar as categorias que iniciam ou finalizam os segmentos textuais. Dessa forma, ela deverá propor conceitos e apresentar classes de unidades que funcionem como intermediário entre a língua e o texto com o objetivo de compreender o funcionamento da língua que se manifesta a partir das frases presentes no texto. Vale lembrar que a compreensão da frase deverá se dar não na forma da gramática tradicional e sim de uma forma fundamentada na dimensão textual, pela coerência e coesão. Dessa forma,

[...] todo o texto __ e cada uma das frases que o constituem __ possui, de um lado, os elementos referenciais recorrentes pressupostos conhecidos (pelo co[n]texto), que asseguram a coesão do conjunto, e, de outro, os elementos postos como novos, portadores da expansão e da dinâmica da progressão informativa (ADAM, 2008, p.101).

¹⁷ O autor afirma que o discurso pode ser “definido pelos seguintes traços: uma estabilização pública e normativa, e a possibilidade de um status institucional.” (ADAM, 2008, p.45)

Além disso, Adam (2008), com o objetivo de compreender o funcionamento textual, sugere que a proposição-enunciado¹⁸ seja analisada pela linguística textual, sendo ela a unidade mínima enunciativa textual. Ainda, de acordo com o autor, a proposição-enunciado mesmo aparecendo isolada no texto está interligada a outras, que são convocadas em resposta a algo ou simplesmente para dar continuidade ao texto. A condição de ligação da proposição-enunciado está relacionada com a orientação argumentativa apresentada no texto analisado. Adam (2008, p.109) afirma que existem três dimensões complementares, são elas: “*dimensão enunciativa* [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um *conteúdo referencial* [A] e dá-lhe uma certa *potencialidade argumentativa* [ORarg] que lhe confere uma *força* ou *valor ilocucionário* [F] mais ou menos identificável”.

Outro aspecto importante apresentado na obra de Adam (2008) diz respeito à continuidade referencial que é constituída por elementos oriundos da memória e que são retomados por certas propriedades da língua, tais como: “pronominalização, definitização, referenciação dêitica co-textual e co-referência lexical, às quais é preciso acrescentar as recuperações pressuposicionais” (ADAM, 2008, p.132). Afirma ainda que:

A. Berrendonner define a *memória discursiva* como o “conjunto dos saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (ibid., p.230) e toda interação como uma operação sobre estados da memória discursiva para nela provocar modificações. Em outras palavras, a memória discursiva é, ao mesmo tempo, o que permite e o que visa uma interação verbal. A memória discursiva é alimentada, permanentemente, por enunciados sobre eventos da situação extralinguística, eles próprios constituindo eventos, mais do que pelos eventos da situação extralinguística (ADAM, 2008, p.57).

O autor considera o “ato de referência como uma construção operada no e pelo discurso de um locutor e como uma (re)construção por um interpretante”, isto é, o ato de referência é uma construção de uma representação discursiva, o que equivale dizer que:

Toda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal, mas, de

¹⁸ De acordo com Adam (2008, 128), “um enunciado é interpretado como sendo mais ou menos um convite, um juramento, uma recomendação, uma ameaça, ou mesmo um insulto. Um conjunto de atributos de importância variada permite considerar o grau de pertencimento de um enunciado a uma categoria de ato (grau de prototipia forte) ou várias (grau de prototipia fraco) quando ele se situa na fronteira de várias categorias de atos. Esse funcionamento impreciso, e, no entanto, bastante eficaz, é próprio das línguas naturais e da realidade dos fatos de discurso.”

um ponto de vista semântico, uma proposição pode muito bem reduzir a um nome e um adjetivo (ADAM, 2008, p.114).

Sendo assim, a elaboração de uma representação discursiva é constituída a partir da linguagem que faz referência ao mundo e exige que o leitor/ouvinte reconstrua os sentidos oriundos dessa representação. Para Adam (2008, p.203), “o sentido de um enunciado reside, fundamentalmente, na continuidade do discurso que ele torna possível. É importante não se deter nos atos de discurso realizados (com seu valor ilocucionário próprio), mas considerar em qual movimento textual ou estratégia discursiva são colocados”.

Outro aspecto que chamou nossa atenção, na proposta de Adam (2008, p.298), foi o tratamento dado à história, considerada para explicar o funcionamento da estrutura composicional do texto, ou segundo ele, a história possibilitará “ilustrar o fato de que um texto não é isolável, mas situado no encadeamento dos discursos aos quais ele responde e que lhe respondem.” Diferentemente Foucault (2007, p.9) considera a história como o que possibilita que dado enunciado apareça e não outro em seu lugar, nas palavras do autor “a questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, o que torna possível [...] as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não”.

Partindo das considerações de Adam (2008) sobre os procedimentos de análise do texto e tendo como escopo a Linguística Textual faremos a análise da crônica saramaguiana a seguir. Além das considerações de Adam (2008) sobre o funcionamento de uma análise dos discursos que levará em consideração o texto como unidade e que o encadeamento forma um todo significativo também é importante retomarmos algumas considerações de Koch (2008), pois o texto apresenta marcas linguísticas que ajudam na elaboração dos sentidos textuais, no caso, os modalizadores, os tempos verbais, operadores discursivos, as anáforas, as catáforas e os dêiticos.

Entre o Contexto e a História: uma análise da crônica “Herculano e o 25 de abril”

Antes de iniciar a análise da crônica, salientamos que sua escolha deu-se em função de observar que a compreensão do contexto/história é de fundamental importância para a elaboração dos sentidos que emergem da crônica saramaguiana “Herculano e o 25 de abril” de José Saramago, publicada no livro **Folhas políticas** (1999), que reúne crônicas produzidas entre os anos de 1976 e 1998 em jornais portugueses.

José Saramago nasceu em Portugal em 1922 e morreu na Espanha em 2010. Escritor polêmico, que teve problemas em Portugal por causa da publicação do romance **O evangelho segundo Jesus Cristo** (1991), no entanto, apesar das críticas, o romance rendeu-lhe o prêmio Nobel em literatura em 2000, sendo o primeiro autor de Língua Portuguesa a ganhar essa premiação. Nas palavras de Valter Hugo Mãe (2012, p.10), “José Saramago partia dos livros para chegar à estrutura dos assuntos levantados, que é o mesmo que dizer que pretendia levar-nos a pensar, e pensar melhor, acerca da estrutura da sociedade que construímos ou toleramos”.

Nessa crônica “o 25 de abril” é um exemplo das palavras de Walter Hugo Mãe, uma vez que relata/questiona a data de 25 de abril para a história de Portugal: baliza mudanças profundas tanto na esfera política quanto na dimensão de seu território, após a descolonização de algumas de suas colônias. Essa data foi tão marcante que ela se faz presente no título da crônica “Herculano e o 25 de abril”. Esse título é composto por um nome próprio (Herculano) e a data (25 de abril), sendo essa determinada por um artigo definido (o), permitindo que o leitor infira que tanto o nome quanto a data são de seu conhecimento, ou no mínimo, apresentam-se como uma estratégia argumentativa com o objetivo de aguçar a curiosidade do leitor, ou seja, saber quem é ou quem foi Herculano e sua relação com o 25 de abril.

Essa crônica é composta por 8 parágrafos assim estruturados: I) no primeiro parágrafo o autor questiona a razão de se escrever sobre o 25 de abril, após 11 anos; II) já o segundo tenta responder ao questionamento feito no primeiro parágrafo. O autor também faz menção aos supostos dizeres de “Herculano” que realça a “pequenez” do povo português; III) Saramago (1999) no terceiro parágrafo destaca as atividades desenvolvidas por Herculano e questiona quem seria o povo pequeno; IV) o questionamento sobre a pequenez do povo continua no quarto parágrafo e acrescenta que Herculano na verdade não falava do povo; V) nesse momento Saramago (1999) interroga em que pensaria o “Herculano” e responde logo a seguir que ele se referia aos políticos; VI) no sexto parágrafo o autor português questiona qual a relação existente entre “Herculano”, “o 25 de abril” e os dias de hoje; VII) neste momento Saramago chama a atenção para a importância de ressaltar quem realmente é a gente grande, no caso a população e que ela deve ter seus direitos respeitados; VIII) no último parágrafo o autor abre um parêntese para corrigir um equívoco cometido, no caso não era Herculano o autor citado, mas sim Almeida Garret.

Com base no conteúdo expresso nos parágrafos, depreendemos que a ação visada por Saramago (1999) nesse texto é trazer à tona a necessidade de o povo português lutar por seus

direitos, lutar contra o oportunismo político e social. Tal apreensão é facilmente recuperável nas seguintes afirmações saramaguiana: “é preciso que os direitos do povo sejam usados contra os que faltam aos deveres para com o povo”.

Koch (2008) afirma que Weinrich, a partir de alguns estudos sobre os tempos verbais do francês, constatou que eles são muito importantes nos enunciados, pois existem leis que os governam no interior do próprio período e os tempos verbais que emergem em um dado texto não têm relação com o tempo propriamente. Weinrich, ao analisar alguns textos, segundo Koch (2008), observou que, assim como os tempos verbais, as situações comunicativas podem ser divididas em dois grupos: os do mundo comentado e os do mundo narrado. O mundo narrado consiste em um relato, literário ou não, que retomam acontecimentos distantes, causando no leitor uma sensação de relaxamento. Já o mundo comentado é composto por todas as situações comunicativas que não sejam apenas relato.

Koch (2008), assevera que, a partir das considerações de Weinrich, o mundo narrado é constituído pelos tempos verbais pretérito imperfeito e pretérito perfeito simples. A informação apresentada nesses dois tempos chega até o receptor na forma de relato, sem necessariamente relacionar com o passado. Nesse caso, o autor convida o destinatário a ser apenas um ouvinte. Enquanto que, no mundo comentado, a forma verbal presente não está relacionada com o Tempo Verbal, ela é responsável por “uma atitude comunicativa de engajamento, de compromisso” (KOCH, 2008, p. 37).

Relativamente aos tempos verbais a crônica pode ser dividida em três momentos. No primeiro parágrafo, Saramago (1999) emprega os verbos no infinitivo, no caso, “escrever, assinalar, cumprir, gritar, repetir, pensar, lembrar, chorar, baixar” para expressar uma ideia que não se refere a um sujeito em particular. Neste momento do texto, o autor levanta uma série de questões sobre “o 25 de abril”. Ele não responde às questões, apenas questiona a necessidade de comemoração, levando o leitor a refletir e indagar-se sobre o que é nela comemorado. Os verbos empregados no infinitivo visam a responder ao questionamento inicial do texto “Escrever sobre o 25 de abril [...] para quê?” Essa forma verbal aparentemente neutra tem por objetivo apresentar a situação em si, ou seja, a data 25 de abril. É importante observar que o emprego do infinitivo é intercalado pelo uso do pretérito perfeito do indicativo como em: “[...] as esperanças que dermos e as promessas que recebemos”, marcando o mundo narrado e, conseqüentemente, indicando ao leitor que se trata de uma seqüência do relato.

Já no segundo, terceiro, quarto e quinto parágrafos os tempos verbais se misturam, no caso, o pretérito perfeito, futuro do pretérito e presente, todos no modo indicativo. No segundo parágrafo, o tempo verbal pretérito perfeito é utilizado para introduzir “Alexandre Herculano”, no caso “escreveu e esqueceu”. Além desses verbos, o autor utiliza o modalizador (parece que), indicando falta de certeza sobre a autenticidade da frase atribuída a Herculano “A terra é pequena, e a gente que nela vive também não é grande”, para posicionar-se em relação ao que já foi dito, como podemos observar em: “Do tamanho da terra não temos o que dizer, é realmente pequena, nunca foi maior, exceto nos tempos do império colonial, embora essas terras fossem outras, como depois viemos a entender.” O advérbio (realmente) expressa harmonia entre duas proposições, no caso a concordância de Saramago (1999) com parte dos dizeres de Herculano para na sequência do texto acrescentar que “a gente que nela vive também não é grande” embora pequena por sujeição. Além disso, ao reproduzir no texto a citação de Herculano e, para isso, empregar a expressão modalizadora “parece que”, o autor estabelece uma relação dicotômica certeza X incerteza apontando para o fato de que o relato é marcado pela incerteza da autenticidade da frase.

Abrimos um parêntese com o objetivo de ressaltar que Saramago (1999), apesar de citar “Herculano”, não o contextualizou, ou seja, o leitor não tem no texto, inicialmente, elementos que apresentam a personagem citada. Saramago (1999) introduz “Herculano” sem muita certeza sobre a autenticidade de sua citação. Entretanto, seu objetivo é discorrer sobre a constituição do povo português e ir além da linha de raciocínio de “Herculano”. O emprego do verbo “ter” no futuro do pretérito “ter-se-ia” expressa a opinião de Saramago em relação a afirmação de Herculano. Para Saramago, se a afirmação de Herculano sobre a pequenez fosse confirmada, hoje o português “seria um nada à procura de si mesmo”, neste caso o autor também utiliza o tempo do mundo narrado para construir seu texto.

No terceiro parágrafo, Saramago (1999) apresenta algumas informações sobre o personagem “Herculano”, no caso, “uma espécie de Moisés da História, personalidade ética e científica como poucas vezes terá aparecido por cá.” Essas informações constituem a primeira contextualização de “Herculano” enquanto uma personalidade da história. O dêitico “cá” retoma “Portugal”, introduzido no primeiro parágrafo e retomado para questionar e levar o leitor a refletir sobre a veracidade das afirmações de Herculano: “Aceitaremos que Portugal é mesmo um caso perdido?” Esse questionamento vem acrescido pela expressão “pensando melhor” que aponta para uma redefinição na sua linha de raciocínio encaminhando o leitor para outra direção argumentativa e colocando em dúvida seus dizeres: “A quem estaria vendo

Herculano quando, tão sem ressalva lhe chamou pequena, igual a terra onde vivia.” Neste momento do texto também é acrescentado uma informação nova sobre “Herculano”, além das características já apontadas anteriormente, ele seria também um “cronista”.

No quarto parágrafo, chama atenção o fato de Saramago (1999) se referir a Herculano como “historiador”, para apontar que como historiador Herculano “haverá de saber bastante do povo [...]”. Tal julgamento é precedido pelo conector “porém” que expressa contradição em relação ao que foi dito anteriormente, ou seja, ao verdadeiro sentido dos vocábulos “pequeno” e “miúdo” atribuídos ao povo português. Além disso, nesse parágrafo Saramago (1999) explicita seu posicionamento de discordância em relação a “Herculano”, argumentando que em função de Herculano “desde o princípio da nacionalidade, nos trabalhos e nos dias, nas guerras e nas descobertas [...] no esforço imenso de gerações numa terra pobre e castigada”, deveria perceber a grandeza do seu povo. O povo português, nas palavras de Saramago (1999), não é “pequeno”, na opinião dele nenhum povo é “pequeno”. Essa afirmação é introduzida pelo operador argumentativo “aliás a bem dizer”, que amplia a primeira afirmação, apontando para a necessidade de correção ou redefinição de algo que foi dito anteriormente, marcando a presença de Saramago cronista, cuja voz se faz presente de forma marcante com o verbo “direi que Alexandre Herculano, ao falar da pequenez da gente, não era do povo que pensava”. O recurso que chama a atenção é o emprego do conector “mas” com objetivo de destacar que, apesar das dificuldades, o povo é grande, ou seja, “não será puro, nem santo, nem bom, mas é grande, não pode deixar de o ser.”

No quinto parágrafo da crônica, para sua compreensão, é necessário que ativemos o conhecimento de mundo, pois são apontados pelo autor regiões de Portugal, no caso, “Matosinhos”, “Braço de Prata” e “Alentejo” e uma personalidade portuguesa, Rafael Bordalo Pinheiro ou Bordalo Pinheiro. Na estrutura do parágrafo, Saramago (1999) destaca inicialmente as regiões juntamente com o povo que morava nesses lugares que é caracterizado por adjetivos que apontam para a sua condição no mercado de trabalho. Após essa apresentação, o autor introduz o povo que realmente deve ser considerado “pequeno” através da expressão “parece-me”, que indica, inicialmente, uma falta de certeza, mas que é utilizado com o objetivo de introduzir a opinião de Saramago (1999) a respeito de qual é realmente o povo “pequeno” a que está se referindo, no caso, os políticos e seus desmandos. Essas considerações, por meio da memória discursiva, como afirmou Adam (2008), remontam a problemas políticos que culminaram no dia 25 de abril.

No início do sexto parágrafo, Saramago (1999) retoma a relação existente entre “os dias de hoje” e “o 25 de abril”. O autor discorre sobre o fato de que o povo português, apesar da existência de muitos “Alexandres Herculanos” e da burguesia afirmar que esse povo “não presta”, é um povo que merece respeito, pois esses problemas são oriundos de outrolugar, “talvez centuplicados, decerto refinados pelos avanços da ciência do oportunismo político e social, todos os modelos de há cem anos. E não soubemos ainda encontrar uma maneira de nos livrarmos dele.” O autor finaliza com uma frase introduzida pelo operador discursivo “e”, empregada com valor adversativo, que particulariza mais ainda a dificuldade que os portugueses têm de si livrarem dos políticos. Ainda nesse parágrafo chama a atenção a presença do “Vale dos Lobos”¹⁹, “Mestre dos Opúsculos”²⁰ e Bordalo Pinheiro que exige do leitor a busca, por meio de inferências, ativadas pela memória discursiva, de informações que ajudem a compreender o papel representado.

Saramago (1999) inicia o último parágrafo com a seguinte proposição: “A questão parece ser muito clara” deixando, assim, a mostra a sua posição sobre a situação de Portugal. Essa afirmação introduz a sua conclusão para as questões levantadas no decorrer da crônica que estão relacionadas com o motivo de comemorar “o 25 de abril” nos dias de hoje, sendo assim, “é preciso opor a quem Herculano chamou pequena a gente a quem eu entendo haver razões para chamar de grande.” Ao utilizar o verbo “entender”, na primeira pessoa do indicativo, o autor chama a atenção do leitor para a importância de tecer uma reflexão, as dificuldades enfrentadas por Portugal. Além disso, a predominância dos verbos no presente do indicativo é fator determinante para que se compreenda a força argumentativa das proposições atualizadas pelos verbos que reclamam do leitor um posicionamento crítico, uma mudança de atitude em relação aos fatos relatados ou, em outras palavras, uma atitude receptiva, tensa e engajada. Saramago (1999) finaliza o parágrafo com o modalizador “talvez” e o emprego do pretérito imperfeito do subjuntivo, hipotetizando que as considerações feitas por “Herculano”, sobre o povo português, não são tão relevantes, visto que ele se retirou para o Vale de Lobos e só tem dados históricos sobre esse povo. É a partir dessa hipotetização que Saramago (1999) atesta sua tese: a grandeza do povo português “é um exaltante ato cotidiano. De gente muito grande.”

Vale destacar que apesar de Saramago (1999), no decorrer da crônica, apresentar certeza da autoria, um tempo depois de sua publicação, no caso em 1999, apresenta uma nota

¹⁹ Região turística em Portugal.

²⁰ Alexandre Herculano.

fazendo uma correção da autoria da frase, no caso ela não é de Alexandre Herculano, mas sim de Almeida Garrett.

A partir das observações tecidas sobre a crônica saramaguiana podemos concluir que a proposta de Adam (2008) fundamenta uma análise dos discursos que leva em consideração o texto como produto de uma dinâmica interna, no caso a relação entre “palavras”, “proposições”, “períodos e ou sequências”, e “plano de texto”. O contexto, na proposta de Adam (2008), aparece no que ele denomina de níveis ou planos da análise de discurso, conforme esquematização apresentada anteriormente.

Por sua vez, analisando a crônica segundo Foucault (2006), levaremos em consideração os elementos oriundos da história emergem na materialidade linguística e isso é possível graças à memória discursiva que é compreendida como o que possibilita a toda formação discursiva produzir e reproduzir formulações anteriores, que em algum momento histórico já foram enunciadas. A noção de memória discursiva exerce, portanto, uma função ambígua no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com o apagamento que opera. A memória apresentada por Courtine (2006, p.79) é uma memória coletiva, segundo ele, uma “memória de todos”. Ela está muito próxima do conceito de interdiscurso, compreendido como o que “permite ao sujeito o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como seu esquecimento e apagamento” (COURTINE, 2006, p.79). Ao propor o interdiscurso como uma função domínio de memória, Courtine (2006) traz à tona a seguinte questão: quando escolho um dado enunciado, não sou eu que escolho, essa escolha é oriunda de um domínio de memória que apresenta em seu interior uma historicidade marcada pela descontinuidade.

Os enunciados, por sua vez, são considerados por Foucault (2007) uma sequência de signos que compõem o discurso e que deverão ser analisados em sua irrupção, atentando para suas particularidades de existência, dispersão e descontinuidade, pois elas ajudam a vislumbrar seu sentido e, conseqüentemente, os sentidos dos discursos nos quais eles emergem. Ele também não deve ser analisado, tomando como referência o seu autor, mas estudando a posição sócio histórica que ocupa, pois, segundo Foucault (2008, p.XIII), “significante e significado adquirem assim uma autonomia substancial que assegura a cada um deles isoladamente o tesouro de uma significação virtual; em última análise, um poderia existir sem o outro e pôr-se a falar de si mesmo: o comentário se situa nesse suposto espaço”.

Sua questão infalível é: o que se dizia no que estava dito? A análise do campo discursivo trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de

determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação são excluídas.

Nesse sentido, ao atentarmos para a crônica de Saramago (1999), inicialmente, o que chama atenção é o seu título que remete a uma data de comemoração histórica de Portugal. Nas palavras de Saraiva (1984), “em 25 de Abril de 1974, um movimento das forças armadas derrubou o regime e marcou o início da Terceira República.” Após esse acontecimento, uma série de outros modificaram a história de Portugal, dentre os quais temos as pressões internacionais para a independência das colônias Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

No primeiro parágrafo da crônica, alguns enunciados chamam a atenção, são eles: “Escrever sobre o 25 de abril [...] Para quê?”, “Repetir o discurso do ano passado [...] sem pensar neles?”, “traições”, “salvar-se Portugal” e “salvação” remete-nos a uma situação ou, ao que deveria ser comemorado, mas, ao mesmo tempo, tais questões geram questionamentos. O fato dos portugueses celebrarem a data está relacionado a uma falta de reflexão por parte de todos que a celebrem. A posição assumida pelo sujeito discursivo, neste caso, não é de alegria, mas sim de reflexão, pois esses enunciados destacam a importância de um posicionamento crítico com relação à data em questão, visto que ela envolve uma série de acontecimentos políticos que não são favoráveis a uma comemoração, pois as consequências imediatas e posteriores da descolonização das colônias “foram de ordem militar, social e econômica” (FERREIRA, 2000, p.365).

Os enunciados “traições” e “salvação” apontam para uma formação discursiva religiosa que emerge no discurso com o objetivo de reforçar a necessidade da retomada de algo da ordem do tradicional e que se perdeu ao longo do tempo. Percebemos que a comemoração traz à tona uma série de outras questões políticas que apontam para a fragilidade de Portugal, como nação, que tem um papel político dentro de uma economia que vai além de suas divisas territoriais.

Os enunciados que emergem no segundo parágrafo “terra”, “pequena”, “gente [...] também não é grande”, exceto nos tempos do império colonial”, “essas terras fossem outras” e “de insignificância cívica, de rebaixamento” apontam para a situação histórica de Portugal. Esses enunciados retomam uma historicidade que evidencia o fato de que o país foi, por longos anos, expoente nas navegações e na colonização de outras terras; por séculos acumulou riquezas e prestígios oriundos das terras colonizadas. Portugal, conseqüentemente o

povo português, entra em crise, a partir do momento em que as colônias ganham a sua independência.

A história da constituição de Portugal se faz presente com muita intensidade na crônica. Apesar das glórias, de um passado não muito remoto, as dificuldades do povo é uma constante. Portugal se fez como nação que desbrava os mares e levava a sua cultura a povos longínquos, mas isso não trazia acalento para as dificuldades do povo, povo esse que realmente importa como pode ser observado no fragmento a seguir: “seria capaz de jurar que o povo é mesmo a única coisa verdadeiramente grande que existe.” A leitura desse trecho aponta para uma formação discursiva que reforça a importância do povo, destacada pelo enunciado “jurar”, que emerge no discurso por meio de uma memória discursiva e traz à tona sentidos originários de uma necessidade de inserção do povo na história, pois a nação passou por grandes acontecimentos que vão desde seu ápice como nação colonizadora a um país que perdeu suas colônias e enfrenta dificuldades. Nas palavras de Ferreira (2000, p.368):

Os interesses econômicos de Portugal nas colônias não se resumiam, no entanto, aos seus aspectos comerciais. A vertente investimento tinha um significado tal que, por altura da visita a Lisboa do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, no verão de 1974, foram os investimentos privados portugueses efetuados em Angola e Moçambique, estimados em 190 milhões de contos respectivamente, em documentos preparados para conversões entre as autoridades portuguesas e o secretário-geral da ONU.

Os problemas enfrentados são oriundos dos “políticos do tempo, o parasitismo oficial, os corruptos e os corruptores, esse enxame ridículo e maligno que Rafael Bordalo Pinheiro dependurou no pelourinho da irrisão para escarmento da praga e aprendizagem nossa”. Esses sim são “a gente pequena” de Portugal e não o povo que sofre com o desmando dos políticos²¹, conforme revela Saramago.

A gente chamada de pequena pelo sujeito discursivo “Herculano” é, na verdade “grande”, enquanto os “grandes” são a “pequena gente” de Portugal. O dia “25 de Abril”,

²¹ De acordo com Saraiva (1984, p.366) “a evolução política é conhecida: depois de um período de turbulência inicial, que dilacerou a adesão necessária ao enraizamento de verdadeiras reformas, instalou-se uma situação de índole centrista, ainda que programaticamente reformista. A lei fundamental do Estado foi elaborada com base num compromisso entre os partidos e as forças armadas e contém insistentes enunciados revolucionários, que não passaram das leis às instituições. A vida política foi organizada a partir dos partidos, o que sob certos aspectos, conferiu à revolução de 25 de Abril um caráter de “restauração” da situação anterior à revolução de 28 de Maio. Restauração aparente, porque no período intercalar entre as duas revoluções se registraram mudanças profundas nas estruturas sócias e econômicas do País. O sistema partidário voltou a ser fator de instabilidade, mas a práxis orientou-se no sentido de um presidencialismo tutelar que tem garantido o funcionamento regular do sistema.”

juntamente com a gama de aspectos históricos que emergem dessa data, servirá para reflexão e não comemoração, uma vez que as dificuldades, segundo o sujeito discursivo, são enfrentadas não pelos “grandes”, mas sim pela população que está à mercê da sorte. Assim, a importância do povo português, “não lhe aparecesse somente como um dado histórico, mas como um exaltante ato quotidiano. De gente muito grande.”

A partir do mencionado acima podemos concluir que a crônica analisada aponta para sentidos que necessitam da compreensão dos elementos oriundos da história, uma vez que ela discute, inicialmente um dado acontecimento “25 de Abril”, mas na elaboração desse discurso outros elementos se fazem presente, formando uma teia discursiva sobre a história de Portugal. Os sentidos, que emergem a partir da sua leitura, só podem ser compreendidos no momento que rompemos com a materialidade linguística e buscamos entender a constituição de Portugal como nação. Nas palavras de Lourenço (1999, p.89), “um povo tem igualmente uma História e por comodidade hermenêutica pode ser tentado a ler o seu percurso em termos subjetivos de afirmação de si, de presença mais ou menos forte entre os outros ou de existência precária ou ameaçada neste ou naquele momento.” Percebemos que os sentidos oriundos da leitura da crônica apontam para as glórias, fracassos e a tradição da nação portuguesa, refletindo a dificuldade enfrentada pelo povo português e a necessidade dele se rebelar-se contra a política social vigente, como “gente muito grande”.

Finalizando ... ou iniciando um diálogo ...

Partindo da análise efetuada afirmamos que existem algumas diferenças entre a proposta apresentada por Adam (2008), Van Dijk (2013) e a análise do discurso de linha francesa, fato atestado por Adam (2008), ao afirmar seu distanciamento em relação à AD francesa. As diferenças tangem, por exemplo, à relação entre contexto/história e texto/discurso. Observamos que, para os autores em questão, a história não é considerada, mas sim o contexto que deverá ser utilizado como um dado para ilustrar o fato de que o texto não pode ser isolado. Por sua vez, a AD francesa toma a história de forma fragmentada, não existindo, necessariamente, uma ordem cronológica nesses acontecimentos, sendo ela de fundamental importância para a compreensão do funcionamento discursivo.

Outro aspecto a ser mencionado é o sentido que, para Adam (2008), está relacionado com a continuidade discursiva e quais estratégias textuais foram utilizadas. Por sua vez, para a AD o sentido não é fechado em si, nem somente linguístico, pois a exterioridade traz marcas

profundas do social e histórico, que não estão imanentes na materialidade linguística. Segundo Foucault (2004), o discurso carrega em seu interior um “tesouro” fecundo, apresentando sempre a possibilidade de, a cada nova leitura, poder encontrar interpretações imprevisíveis, que possuem regras de aparecimento, bem como de apropriação e de utilização. Ele menciona ainda que o discurso é uma dispersão de elementos, “com suas lacunas, falhas e desordens e superstições, incompatibilidades, trocas e substituições – podem ser descritas em sua singularidade.” (FOUCAULT, 2004, p.82). Enfatiza que isso só será possível se compreendermos as regras que determinam sua formação. Assim, ele leva em conta o que possibilitou determinado enunciado emergir na materialidade discursiva e em dada condição de produção, e não outro. Com isso, no momento da análise observarmos as relações instauradas entre os enunciados presentes e ausentes que contribuam para a constituição de seu sentido.

Não podemos deixar de mencionar que as duas propostas teóricas apresentam aspectos que se aproximam, no caso partem da materialidade linguística, entretanto, no que tange à análise fica evidente a distinção entre ambas, pois cada uma apresenta um foco. A análise textual dos discursos, efetuada a partir da proposta de Adam (2008), tem como objeto de estudo o texto, partindo de uma estrutura discursiva que aponta, principalmente, para o funcionamento da materialidade linguística do texto, ou seja, as relações entre as “proposições enunciadas”, “períodos”, “plano do texto”, enquanto para a AD, a materialidade linguística é o suporte material que possibilita a existência do discurso, portanto, considerando como condições de produção (história), emergem no discurso e, conseqüentemente, corrobora para a constituição dos sentidos discursivos produzidos.

Acreditamos que se houvesse uma maior aproximação entre os dois escopos teóricos, a análise realizada pela Linguística Textual poderia ser ampliada no que tange às relações entre os elementos “estruturais” do texto e a exterioridade, no caso a historicidade/contexto que permeia a produção textual, possibilitando interpretação da argumentatividade da crônica saramaguiana, pois o entendimento dessa construção está associada à história de Portugal e, com isso, poderia expandir a compreensão dos sentidos, principalmente, no que tange à política portuguesa.

Referências

- ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- COURTINE, J. J. **Metamorfose do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- FERREIRA, J. M. **Após o 25 de abril**. In: MATTOSO, J.; TENGARRINHA, J. (Org.) História de Portugal. São Paulo: EDUSC/UNESP, 2000.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. **Resposta a uma questão**. In: Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- _____. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LOURENÇO, E. **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MÃE, V. H. **Prefácio**. In: MENDES, M. G. José e Pilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. 9. Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.
- SARAMAGO, J. **O evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. **Folhas políticas**. Lisboa: Editorial Caminho José Saramago e Editorial Caminho, SA, 1999.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

A PROPÓSITO DO CONCEITO DE POLISSEMIA

Hélder Sousa SANTOS²²

Resumo: Em nosso artigo, discorremos sobre o conceito de polissemia na língua e na linguagem. Para tanto, realizamos um excuro a posicionamentos construídos sócio-historicamente a propósito de realizações variadas desse fato linguageiro. Trata-se, em tese, de um gesto analítico nosso que discute e compreende o questionamento seguinte: como pensar o fato polissemia, a princípio constitutivo de uma categoria gramatical, ocupando dialeticamente estatuto de *mesmo* e de *diferente* na linguagem? Essa discussão é empreendida a partir do ponto de vista da Análise de discurso iniciada por Michel Pêcheux e colaboradores, na França, na década de 60 do século XX e, no Brasil, por Eni Orlandi e outros pesquisadores.

Palavras-chave: Língua. Linguagem. Polissemia.

Abstract: *In our article, we talk about the concept of polysemy in language. To this end, we have conducted a dissertation to positions socio-historically built in connection with various achievements of this language fact. It is, in theory, an analytical gesture that discusses and comprises the following question: how to think the fact polysemy, in principle constitutive of a grammatical category, occupying dialectically status of the same and the different in language? This discussion is undertaken from the point of view of the discourse analysis initiated by Pêcheux and collaborators in France in the 60s of the twentieth century and, in Brazil, by Eni Orlandi and other researchers.*

Keywords: *Language. Language. Polysemy.*

²² Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Endereço eletrônico: helder_sousa@terra.com.br

O tratamento da polissemia na óptica lógico-filosófica

Desde sempre, em práticas de uso da língua, sejam estas orais ou escritas, vimo-nos impelidos à tarefa de diferenciar e de conter sentidos. A fim de demonstrar isto, não é preciso muito empenho de nossa parte. Basta lançarmos um olhar mínimo para situações comuns à vida cotidiana. Situações em que estejam presentes gestos da figura falante empenhados em se desfazer de “problemas” linguísticos tais como: *o certo é X* (ex.: “colocar a calça”) e *não Y* (ex.: “botar a calça”), já que, nessa situação, tende pontuar o mesmo falante de língua, “botar é particularidade do significado da palavra ‘bota’” (ex.: “O homem botou a bota”) “e não da palavra ‘calça’, a qual admite apenas o sentido de calçar” (ex.: “O homem colocou a calça”)²³.

Gestos como esses de significar a linguagem, questionando variações de significados para as palavras, a despeito de virem investidos de pragmatismos quase sempre de ordem argumentativa, remontam da Antiguidade, particularmente em reflexões legadas a nós pela Tradição escrita, no diálogo *Crátilo* de Platão (1988 [388 a.C.]), a propósito. Este diálogo, é sabido, constitui-se de discussões acirradas entre Sócrates e seus interlocutores, Crátilo e Hermógenes, discussões sobre fatos de semântica; a tese da diferenciação de sentidos na língua é uma delas. Dali, observam-se posicionamentos platonianos concentrados naquilo que validaria uma “exata propriedade dos nomes” (PLATÃO, 1988): os seus sentidos reais. Estes, os sentidos, suas diferenciações, ou funcionariam como naturais, isto é, na condição de representantes imediatos das coisas do mundo, ou como convencionais, isto é, na condição de elaborações (arbitrárias) produzidas pelo trabalho mental humano via símbolos. Em outras palavras, tudo aí tem a ver com o velho debate teórico (re)formulado, ao longo da história dos estudos semânticos, para as ideias de *naturalismo* e de *convencionalismo* da linguagem.

Diante disso, um dos meios encontrados por Platão para “superar” o impasse da tese de diferenciação de sentidos na linguagem é aventado, ainda, no *Crátilo*, particularmente, quando o autor examina a possibilidade de mudanças de nomes próprios por outros (o caso examinado foi o de nomes de escravos). Mudanças que, *a priori*, não modificavam nada ali. Isto porque, a quaisquer nomes de escravos é certo conferi-los a quaisquer coisas do mundo, argumenta o personagem Hermógenes (Cf. PLATÃO, 1988). Neste ponto, Platão, pondo-se a reavaliar aspectos da perspectiva essencialista da linguagem, não exatamente via premissas da

²³ Esses enunciados, transcritos parcialmente aqui, são produtos de um contexto estrito de uso da língua escrita: a Internet (o *Facebook*). Ali, em dado momento (janeiro de 2015), internautas se debatiam acerca de um fato de linguagem que os tocou certamente: a monossemia suposta às formas verbais “botar” e “calçar”.

vertente naturalista (a imitação de sons e de formas supostas às palavras é uma delas), mas pela possibilidade criada daí para um refletir sobre a não-essência das coisas, o convencionalismo, assume que os nomes provêm bem mais de convenções do que de essências (Cf. OLIVEIRA, 2006, p.19).

No tocante à questão anterior, é mister compreender os efeitos do debate cratiliano e hermogeniano. Tal debate, lembra Oliveira (2006, ib.), pôs fim à ideia de impossibilidade de *correção dos nomes*, atrelando aí outra questão: a de “exatidão de verdade intrínseca às categorias nominais”. Isto é, a verdade a ser tomada pelos homens, quando desejarem descobrir a essência das coisas.

Historicamente, foi desse debate filosófico que originou a dúvida humana sobre o que “dizem” as palavras. Com intuito de expurgar das palavras sentidos “indesejáveis”, gerados por seu “mau uso”, seus vários sentidos, uma nova seara de discussões levou, na época, filósofos e estudiosos da linguagem a proporem mecanismos de controle do problema indicado pelo Crátilo: *a polissemia*. Um desses mecanismos, diríamos, o mais evocado, foi *a contextualização da língua*. Formularam-se, nesse passo, contextos que enquadrassem as palavras e seus significados, biunivocamente. Assim, sobre a óptica filosófica, a fórmula-contexto funcionava como uma espécie de filtro de sentidos; um filtro que controlava, imaginariamente, a abertura da significação, o efeito invasor (a polissemia) à ordem previsível das palavras.

Por consequência, a questão do sentido múltiplo que, em Platão (1988), vale dizer, não se mostra como um problema linguístico, mas enquanto propriedade inerente ao funcionamento da linguagem²⁴, passou a ser encarada como um mal na língua. “Era preciso combatê-la”²⁵, afirmam os trabalhos do filósofo, discípulo de Platão, Aristóteles (séc. 384 a.C.). Mas por que combatê-la? — questionamo-nos. Para garantir às formas da língua clareza e coerência, ou para dotar de praticidade artifícios retóricos concentrados na eficácia (proliferação utilitária) do discurso?

Sem delongas, respostas prováveis às perguntas acima encontram seus fundamentos em interpretações de viés filosófico. Vejamos, então, que argumentos aplicados (a não

²⁴ Quanto a isso, cumpre ressaltar que, no trabalho de Silva (2006), retomado em partes aqui, há esclarecimentos *a-mais*. Um desses esclarecimentos pontua que Platão, sem pretensões de regular a diferenciação de sentidos das palavras, sempre insistiu em praticá-la. Atitude perante a qual o filósofo Aristóteles demonstrou ser contrário, combatendo-a incisivamente.

²⁵ DUBOIS (1998, p. 471), aludindo-se ao pensamento do filósofo Leibniz (1646-1716), relata que “o caráter polissêmico do vocabulário geral foi frequentemente considerado como uma limitação ao pensamento científico”.

contradição do dizer, por exemplo) ali, insistentemente, fazem-nos quase certos de que a categoria do sentido diferente (a polissemia²⁶), ao jogar com possibilidades outras de sentidos, com ambiguidades gramaticais, poderia levar dada verdade a se passar por mentirosa — algo que a sofística²⁷, lançando mão de princípios da Retórica filosófica²⁸, explorou bastante.

Neste ponto, conforme elucidam vários trabalhos²⁹ ocupados do “mesmo” assunto, consideram-se os Sofistas gregos os grandes empreendedores da arte de persuadir, uma vez que, via artifícios linguísticos (jogos de palavras eloquentes e inversões de proposições), atingiam aos objetivos de sua oratória; o convencimento do público, com argumentos “legítimos”, era um desses objetivos. O combate à polissemia, nesse contexto, justificava-se, pois, mediante tais causas, sobretudo em função da abertura excessiva do sentido, abertura que, aristotelicamente dizendo, dificulta a comunicação e o pensamento humanos (ARISTÓTELES *apud* ULLMANN, 1964, p. 347).

Em decorrência do que o parágrafo acima rememora, à polissemia das palavras não restou outro estatuto a não ser o de *desvio gramatical*. Compreendendo aqui a noção de *desvio* enquanto um dado que, à língua, cabe “resolver e evitar”, sistematicamente (ARISTÓTELES *apud* ULLMANN, *ib.*). Isso é tão legítimo de ser confirmado que uma visada rápida a compêndios gramaticais permitir-nos-á notar ali escolhas de palavras que melhor vinculam significados — estes são considerados por gramáticos como se fossem unívocos, com fronteira demarcada frente a outros significados da língua.

Esse estatuto gramatical atribuído ao sentido polissêmico, o de uma homonímia da língua, vigora até os dias de hoje, a despeito de haver estudos atuais, a propósito, Andrade (2006), que analisam efeitos de polissemia em produtividades lexicais do português

²⁶ Termo criado pelo semanticista francês Michel Bréal (2008 [1897]), no séc. XIX, em seu “Essai de Sémantique”. Até então, no *Crátilo* de Platão, o termo polissemia recebia outro rótulo, o de homonímia; rótulo que, no séc. III a.C, estoicos já haviam formulado. Essa, a homonímia, sob diferentes designações (*causal, intencional, racional, por analogia*) foi largamente examinada por trabalhos aristotélicos, no séc. IV a.C (Cf. ARISTÓTELES, 1964, p. 279).

²⁷ Sob o viés filosófico, “a sofística representa, com o ceticismo, um movimento intelectual essencial para a argumentação retórica, especialmente porque criou o princípio do debate e dos discursos irredutivelmente contraditórios (as antilogias), a noção de ponto de vista, a reflexão sobre o verossímil” (CHARAUDEAU e MAINGUENAU, 2012, p. 455). Em tese, diz-se que o sofista grego era aquele pseudofilósofo que tratava a verdade de modo indiferente, já que [...] conseguia, pela eficácia do discurso, fazer “aparecer o falso por verdadeiro ou pelo menos por provável” (OLIVEIRA, 2006, p. 26).

²⁸ Matéria de peso no currículo escolar de estudantes da época, uma técnica de que, obrigatoriamente, deveriam tirar proveito no ato de produzir discursos.

²⁹ Oliveira (2006), a nosso ver, poderá ser tomado como uma referência de base por leitores interessados nessas e outras questões acerca de filosofia e linguagem.

contemporâneo. Neste ponto, existe entre nós a ideia (já disseminada) de que quando surgem dois ou mais sentidos para uma mesma palavra ou frase, é preciso escolher — nos orientar — pela sua literalidade, o sentido estabilizado. Sentido esse que trabalha (histórico e ideologicamente) a serviço da verdade “legitimada” em estruturas linguísticas.

Consequentemente, o contexto de ideias e de (re)formulações em tela expostos ao fato polissemia/homonímia — contexto esse (e)feito de injunções pedagógicas requeridas pelas descrições gramaticais, *a priori* — produziu, sabemos bem, ecos³⁰. Em Rocha Lima (2005, p. 487), por exemplo, a questão polissemia/homonímia é caracterizada como “fator de perturbação da boa escolha das palavras”³¹. Tal posição é sustentada por esse gramático via exemplificações lexicais, exemplificações, grosso modo, que confirmam o fato polissemia no âmbito puro da denotação. Para compreender melhor isso, retomamos aqui exemplos propostos pelo autor; nesses vejamos certos sentidos se multiplicando em outros (a partir de uma “mesma” palavra). Os exemplos listados por Lima (2005, p. 487)³² são: “*Rompeu* a roupa no arame farpado (*rasgou*)”; “*Romper* um segredo (*revelar*)”; “*Romperam* as músicas (*princiariam*)”; “O senador *rompeu* com o governo (*brigou com, desligou-se de*)”; “A cavalaria *romperá* as hostes inimigas (*destróçará*)”.

Ante a esses empregos variados do verbo “romper”, é importante notarmos a indistinção para o que *seja* homonímia e polissemia na linguagem. Ora, ambas as noções não são simples de resolver assim. No caso, o ato de apresentar sinonímias e contextos pontuais que as “justifiquem” reforça, ainda mais, a questão da diferenciação de sentidos previsíveis à língua, às suas formas.

Em Bechara (2004), outro gramático contemporâneo, podem-se checar também compreensões produzidas a respeito do tópico polissemia e para o tópico homonímia. Ali, a polissemia está caracterizada enquanto fato da língua que modifica sua unidade imaginária. Em “Moderna gramática do português”, seção “Alterações semânticas da estrutura das unidades”, Bechara (2004) reflete sobre aspectos semânticos gerais da polissemia, buscando, para isso, confrontá-la com a noção de homonímia — confrontação que o gramático Rocha

³⁰ Não é objetivo deste trabalho realizar uma diacronia para a questão da polissemia. O leitor, exatamente nessas últimas observações, poderá estranhar o salto temporal dado. Mediante a isso, justificamos que, aqui, nosso interesse concentra-se em destacar e compreender, rapidamente, pontos relativos à mudança de estatuto da noção de polissemia. Uma categoria, inicialmente, da Retórica, e, depois, da gramática.

³¹ Nessa passagem, a noção de polissemia foi tomada como fato de língua semelhante à homonímia.

³² Os destaques em itálico, nesses exemplos, são do autor.

Lima (2005) não subsume. Sob a óptica gramatical, Bechara (2004, p. 402) nos diz que a polissemia “é [...] um fato de língua” explicado pela existência de “[...] uma só forma (significante) com mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes”. E acrescenta: “É preciso não confundir a polissemia léxica ou homofonia com variação semântica ou polivalência no falar (fato de fala), que consiste na diversidade de acepções (sentidos) de um mesmo significado da língua segundo os valores contextuais, ou pela designação, isto é, graças ao conhecimento dos ‘estados de coisas’ extralinguísticos” (BECHARA, 2004, p. 402). Em tese, Bechara pontua, nessa citação, a necessidade de “[...] se buscar primeiro aquilo que caracteriza as línguas, isto é, invariantes de significado ou o ‘significado unitário’” (p.402).

Ora, se examinadas lado a lado, veremos que as conceituações de polissemia formuladas por Rocha Lima (2005) e Bechara (2004), respectivamente, são tributárias de premissas formuladas pela tradição retórica — premissas do filósofo Aristóteles. Vejamos que ambas postulam a existência de um significado unitário (denotativo) interior às formas da língua. Assim sendo, caberia questionar se é desse significado (primeiro?), suposto *o* da língua, alocado em suas palavras, que se chega a outros? É certo que não. A língua, sua significação, vale dizer, constitui-se também de exterioridade. Por isso, não se marca pelo essencialismo imajado às palavras, frases e expressões.

Em vista da ponderação precedente, considera-se, pois, que há aspectos outros implicando a constituição e a formulação de sentidos na linguagem. Esses aspectos, grosso modo, são esclarecedores de uma questão polêmica de linguagem, qual seja: a polissemia corresponde, ou não, a um efeito de escolhas nossas? — escolhas essas orientadas pelo significado suposto literal às palavras. Se, consoante às formulações da tradição gramatical, a categoria da polissemia está para “uma propriedade da significação linguística” capaz de “abarcando toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de seu contexto”³³(BECHARA, 2004, p. 403), então, há ali, no modo com que a Retórica lida com a questão, uma contradição em funcionamento. Esta decorre da ideia (uma suposição) de uma língua

³³ Bechara (2004, p. 403), em “Nota de nomenclatura”, remete-nos ao que amplamente gramáticos, diferentemente dos linguistas, concebem por polissemia e por homonímia da língua. Os primeiros observam esses fatos de linguagem via questões não-semânticas, via elementos ligados exclusivamente à forma linguística; os segundos já ousam perscrutar ali aspectos semânticos-outros implicados às palavras (o contexto situacional, por exemplo), conquanto os critérios utilizados assemelhavam-se aos dos gramáticos.

controlada por seus falantes, os quais, de modo unívoco, “produzem” *significados sem defeitos*.

A seguir, vejamos outros posicionamentos teóricos construídos para o exame da categoria gramatical da polissemia. Agora, mais especificamente, no âmbito de trabalhos da Linguística. Perante outro quadro de discussões, gostaríamos que fosse percebido o argumento seguinte, do linguista Kleiber (1999, cf. p.12): os problemas de polissemia, amiúde postos em discussão, decorrem do estatuto atribuído ao sentido por teorias em geral. Neste ponto, tem-se um reconhecimento (ou não) de fatores socioculturais e ideológicos como constitutivos da produção da linguagem.

O tratamento da polissemia na óptica da linguística

A noção de polissemia foi reexaminada e descrita pela Linguística de modo específico: ora fazendo aflorar propriedades intocadas pela tradição lógico-filosófica, ora relegando-as a um plano segundo de interesses.

Cientes disso, apresentamos aqui um retrospecto de formulações e problematizações produzidos, sob ângulos diferentes (histórico-filológico, linguístico, cognitivo), a partir do século XIX, por estudiosos e pesquisadores de linguagem acerca do tópico polissemia.

Sendo o século XIX o momento em que o “problema” do sentido polissêmico na língua foi reintegrado ao bojo de interesses dos estudos linguísticos, é mister que, de saída, ressaltemos o real interesse das atividades científicas por ele. Tratava-se, num primeiro momento, de propor questões para um reexame atento a implicações, matizes-outras colocadas em relação ao significado primeiro conferido às palavras. Tais matizes de significados (sinónímias) foram estudados, na época, apenas pela perspectiva da mudança linguística (mudança histórica) e por explicações genéricas de cunho etimológico — ambas as perspectivas recebem, até hoje, ênfases em dicionários de Língua Portuguesa. Nada ali se abre, importa frisar, a algum tipo de observação acerca de fatores para-além das regras da língua supostamente clara, precisa, sem ambiguidades.

Em trabalhos do semanticista Michel Bréal (2008), o criador do termo *polissemia* (do grego *poli*: muitos; *sema*: significados), diferentemente, fatores-outras começam a ser aventados, sobretudo pela via de fatos de ordem cultural. Do ponto de vista de Bréal, os desenvolvimentos cultural, científico e econômico de uma nação conduzem falantes ao processamento de usos variados para palavras de sua língua, o que, no caso, acarreta um

acúmulo positivo de significados ali. Essa situação, de acordo com trabalhos³⁴ que retomam o pensamento brèaliano, pode ser elucidada pelo exemplo seguinte: o uso corriqueiro da palavra *operação*. Tal palavra, de praxe em contextos de fala, em usos que médicos-cirurgiões, bancários e matemáticos fazem dela, joga com significações múltiplas. (Operação = uma cirurgia em um corpo vivo; uma demanda de transação comercial; um cálculo aritmético, respectivamente). Essas significações são, pois, resultantes dos crescimentos científico, econômico e cultural por que passa uma nação; crescimentos que, ao colocar a palavra em outros contextos, promove sua expansão, acúmulo de significados (BRÈAL *apud* ULLMANN, 1964, cf. p. 347).

Assim sendo, para Brèal (2008), a polissemia das palavras, que não é um fato linguístico isolado, mas contextualizado, não representa um defeito de linguagem. Ela, antes de tudo, é um fenômeno natural e necessário aos falantes de línguas. Neste ponto, esclarece Brèal (2008, p. 161), “[...] os povos renovam seu vocabulário e, ao acharem que estão inovando, eles permanecem fiéis a uma única tendência: preferir o particular ao geral e a expressão colorida à monótona”. No tocante à *expressão colorida*, tomada por Brèal para tratar da questão da metáfora, o deslize de sentidos possível à linguagem, discursivamente falando, temos uma observação a fazer. Nesse passo, diríamos, também, que é ela “a força criadora da língua” (PLATÃO, 1988); força essa que faz surgir o sentido-outro. A metáfora, em outras palavras, é *fonte* de polissemias na linguagem, é possibilidade de compreensão da própria existência humana, de disputas políticas (posicionamentos), de ampliação de vocabulários nossos (Cf. BRÈAL, 2008, p. 161).

Posicionamentos semelhantes ao precedente, o de Brèal, nos quais se reconhecem o papel e o valor da polissemia na língua em uso, podem ser ratificados em outros trabalhos de viés semântico, por exemplo, em Ullmann (1964). Nas palavras desse outro semanticista, “a polissemia é um traço fundamental da fala humana, que pode surgir de maneiras múltiplas” (ULLMANN, 1964, p. 331). Em se tratando de motivações que podem dar origem à polissemia, Ullmann (1964) nomeia e examina cinco. São elas: 1) “Mudança de aplicação”; 2) “Especialização num meio social”; 3) “Linguagem figurada”; 4) “Homônimos reinterpretados” e 5) “Influência estrangeira”.

Para a primeira motivação, a “Mudança de aplicação”, Ullmann (1964) defende o papel do contexto na produção de um sentido-outro para as palavras. Para tal, há de se

³⁴ Cf. Andrade (2006).

considerar, na óptica do autor (p. 331), que as palavras tenham “[...] certo número de aspectos diferentes, de acordo com o contexto em que são usadas”. Dentre tais aspectos, alguns, prossegue explicando Ullmann (ib.), “[...] são puramente efêmeros; outros podem transformar-se em matizes permanentes de significado e, à medida que aumenta a separação entre eles, poderemos chegar a considerá-los como sentidos diferentes do mesmo termo”. Vale ressaltar, aqui, que, em geral, os dicionários sistematizam esses diferentes matizes, conquanto correlacionam-se sentidos aí, sutilmente, criando circularidades de significados. Um dos exemplos reapresentados por Ullmann (p.332), do investigador sueco Arne Rodskoger (1952), para a motivação nomeada de “mudança de aplicação” é o caso do adjetivo “handsome”, o qual, atualmente, “deslocou” seu “primeiro sentido”, o de “simpático/generoso”, atribuído normalmente em referência a pessoas, para sentidos como: “fácil de manejar” (quando junto a um substantivo que se refere a um objeto concreto); “apropriado/apto” (quando junto de um substantivo que se refere a uma ação humana).

Acerca da segunda motivação indicada por Ullmann para explicar o surgimento da polissemia em uma língua natural, a “Especialização num meio social”, o autor, citando Bréal³⁵, pontua a possibilidade de existência de *uma mesma palavra* de significado geral funcionando de modo especializado em espaço discursivo. A propósito, Ullmann (p. 334) toma o caso da palavra “ação”, a qual se mostra genérica e inespecífica, a princípio, mas podendo adquirir significados especializados: “ação legal” (para um advogado) e “ação/operação militar” (para um soldado).

Por sua vez, para a terceira motivação de ocorrência da polissemia nas línguas naturais, a “Linguagem figurada”, verificam-se análises de produção de sentidos com escopo em metáforas³⁶. Quanto a isso, lembra Ullmann (p. 336) que “uma palavra pode adquirir um ou mais sentidos figurados sem perder o seu significado original: o velho e o novo viverão lado a lado, desde que não haja confusão entre eles”; aquisição que, ainda na óptica do autor (p. 338), “[...] é fundamental para a atividade da língua”. O exemplo a que Ullmann (Cf. p.

³⁵ Esse autor pontua que “Em todas as situações, em todos os ofícios ou profissões [...] há uma certa ideia que está tão presente na mente de cada um, tão claramente implicada, que aparece desnecessário declará-la quando se fala” (BRÉAL *apud* ULLMANN, 1964, p. 334).

³⁶ Ullmann (1964, cf. p. 339) destaca, brevemente, que a metáfora, fonte de polissemias, não representa a única figura capaz de originar esse fato. A metonímia pode, nas palavras do autor (p. 454-459), “[...] agir do mesmo modo”, sendo, também, fator essencial à atividade linguística praticada pelos homens. Essas questões serão retomadas por nós no próximo capítulo, em particular, quando destacarmos ali posicionamentos construídos por Pêcheux (1995) sobre o que concebe por “efeito metafórico” na linguagem.

337) recorre para fundamentar seu posicionamento é o da aplicação da palavra “olho” (usos dela). Esta palavra, conforme registram dicionários de línguas naturais, pode significar: “a abertura através do qual se joga água”; “um núcleo central”; “um orifício de abertura de uma agulha ou de uma ferramenta”³⁷, etc.

Face a questão da metáfora, abrimos espaço, aqui, para um breve questionamento. Este diz respeito à certeza ullmanniana quanto a existência de um sentido central (alocado nas palavras), sentido que, *por acúmulo*, estaria derivando algum efeito de significações. Por ora, o que podemos antecipar de nossas lucubrações é que, da perspectiva teórica a que nos filiamos, a discursiva, essa forma de pensar a significação é insuficiente, posto que não se compreendem dali o trabalho de interpretação de falantes de língua, tampouco o papel da história de sentidos formulados para dada palavra, a sua historicidade.

À quarta motivação, que explica a origem da polissemia em uma língua natural, designada de “Homônimos reinterpretados”, Ullmann (1964) atribui as características de “rara” e de “duvidosa”. Na visão do autor (Cf. p. 339-340), ela é *rara* porque decorre da existência de duas palavras de som idêntico que deveriam ter diferenças de significado grande (fato nem sempre confirmado), e *duvidosa* porque se apoia justamente em critérios de decisão, cuja natureza é psicológica. Esses critérios são utilizados, sublinha Ullmann, pois há o desconhecimento de etimologias da parte do locutor. E por isso mesmo se trata de “homônimos reinterpretados” como polissêmicos, justifica o mesmo autor (p.339).

À quinta motivação, considerada como causa da polissemia nas línguas naturais (“Influência estrangeira”), Ullmann faz uma ressalva inicial. Embora ela seja comum em dadas situações, já que do contato íntimo entre duas línguas uma pode se beneficiar da outra, há de se visar o fato de não ser comum na linguagem diária (ULLMANN, 1964, cf. p. 346). Os efeitos desse tipo de motivação nas línguas são variados, podendo levar um sentido antigo ao desaparecimento (devido ao surgimento de empréstimos estrangeiros) (ULLMANN, *idem*). A propósito, Ullmann cita casos como o da influência hebraica no grego, influência que originou a polissemia da palavra “Deus”. Esta palavra, de acordo com Ullmann (*idem*, p. 343), já recebeu sentidos tais como “dono” e “senhor”, porque, aos Judeus, era proibido empregar o nome Deus. Aqui, é mister lembrar que [...] “este tipo de polissemia nem sempre está confinado ao contato entre duas línguas particulares” (ULLMANN, p. 345); exemplo disso ocorreu com a palavra *caso*, palavra que o gramático romano Varrão, diferentemente de

³⁷ Significados tomados por Ullmann (1964, cf. p. 337) do “Shorter Oxford Dictionary” (1933).

seu emprego comum no campo da filosofia (onde significava *queda, ruína*), adicionou o sentido de “caso gramatical” (ULLMANN, ib.).

Após apresentar essas cinco formas de polissemia possíveis às línguas naturais, os estudos ullmannianos continuam sublinhando a importância de tal processo linguageiro, agora, observado a partir de fatores como *flexibilidade* e *economia*. Acerca da *flexibilidade*, Ullmann (1964, cf. p. 350) relata não significar um problema para nós (falantes), já que um meio viável de salvaguardar conflitos³⁸ entre duas ou mais palavras “iguais” encontra-se na recorrência a contextos³⁹ precisos — a flexibilidade é inclusive aquilo que nos dá possibilidade de representar linguisticamente fatos diferentes de dada realidade. Quanto ao fator *economia*, o autor (ULLMANN, cf. p. 346) justifica-o perante argumentos que negam “maquinismos” funcionando na língua; à questão da economia na língua, Ullmann (ib.) lembra que sofreríamos de “[...] uma tremenda sobrecarga na nossa memória: teríamos que possuir termos separados para cada tema concebível sobre o qual quiséssemos falar”, caso não houvesse.

³⁸ Aqui, apenas sob a forma de nota, assinalamos que Ullmann (1964, p. 346-364) apresenta alguns caminhos que julga minorar as consequências da polissemia na língua — algumas “Salvaguardas e conflitos”. Além do elemento *contexto*, esse semanticista indica-nos mais cinco salvaguardas que caracteriza como *especiais*: 1) O “gênero gramatical”, que “pode ser usado para distinguir significados da mesma palavra” (exemplos: “le manche” [alça]; “la manche” [manga]); 2) Diferenças de “flexão” (exemplos: “brother” tem dois plurais em inglês; “brothers” [irmãos, filhos dos mesmos pais] e “brethren” [irmãos, referindo a toda humanidade]); 3) A “ordem das palavras” (exemplos: “a fee-simple” [o domínio pleno de bens herdados]; “simple fee” [uma fazenda simples]; 4) Acréscimo de um termo, o qual pode aclarar o sentido de uma palavra (exemplos: “fair-sized” [de tamanho médio]; “fair-minded” [equitativo]; “fair-haired” [de cabelo ruivo]); 5) Distinção de significados por “leves modificações na forma” (exemplos: “discreet” [prudente]; “discrete” [descontínuo]). Além de indicar essas cinco salvaguardas à polissemia na língua, Ullmann (1964, cf., p. 354) diz da questão da ambiguidade, a qual pode se dar por três vias, a saber: 1) “Contatos entre línguas”; 2) “Uso técnico” das palavras e 3) “Na fala vulgar”. A despeito de o autor dar visibilidade à onnipresença da polissemia na linguagem, as salvaguardas em questão não estariam a denunciar esse fenômeno linguístico negativamente, ou seja, como um problema? – perguntamo-nos. Ora, pensado sob o viés discursivo, é certo que estejam.

³⁹ Kleiber (2009, cf. p.75) nos faz pensar sobre a impossibilidade de se assumir radicalmente o contextualismo de itens lexicais. Esse autor, inscrito em perspectivas semântico-pragmáticas, posiciona-se contrário a qualquer *apoio a contextos*, apoio esse que, supostamente, resolveria “problemas” de sentidos, no caso, os que seriam decorrentes do efeito-polissemia nas línguas. Sob a proteção de contextos — se fosse tão simples a questão envolvida aí —, haveríamos, pois, de admitir também sentidos já-dados às palavras, independente do trabalho interpretativo de locutores (Cf. KLEIBER, 2009, p. 76). Mediante a essa suspeita acerca de “contextualismos benéficos” (estes se dizem *produzidos* e até mesmo *alterados* por falantes quando têm de dar conta de explicar a significação linguística), consideramos sensato o pensamento kleiberiano, uma vez que subsume o trabalho de (inter)locutores na linguagem.

Fundamentado em posicionamentos defendidos pelos trabalhos precedentes, trabalhos de Bréal (2008) e de Ullmann (1964), em que se enfatizam “a omnipresença da polissemia na linguagem natural”, Lyons (1981) reformulou dali argumentos para também justificar um estatuto possível ao sentido-outro (polissêmico) no âmbito das compreensões desenvolvidas por estudos linguísticos. Assim sendo, esse autor sustenta a tese segundo a qual o vocabulário de uma língua natural é indeterminado, conquanto o seja finito⁴⁰. Neste ponto, sublinha Lyons, há uma questão linguística a ser (ainda) tomada por estudiosos, qual seja: a “[...] dificuldade de se diferenciar **homonímia** e **polissemia**”⁴¹ (LYONS, 1981, p. 142). Dificuldade encontrada por lexicógrafos ao ter de apontar relações de significados para: a) palavras *diferentes* com duas formas iguais (tradicionalmente chamadas(os) de *homônimos* — exemplo: banco [assento] e banco [instituição financeira]); b) palavras com uma forma única, mas com significados que se relacionam (tradicionalmente chamadas(os) de polissêmicas(os) — exemplo: pescoço: parte do corpo, gargalo, etc.). Há, pois, uma dificuldade nisso tudo, prossegue argumentando Lyons (1981, cf. p. 142), já que, na óptica lexicográfica, o critério etimológico é irrelevante. Tratar-se-á, grosso modo, de casos de homonímia somente e quando os lexemas não derivarem de uma mesma origem — é justamente esse o critério que lexicógrafos utilizam (ainda hoje) a fim de formular uma ou duas entradas para dado lexema único (polissêmico) e para dois lexemas (homonímicos).

Ciente do quão espinhoso é para estudiosos de linguagem resolver esse impasse entre homonímia e polissemia, via questões do léxico nas línguas naturais, Perini (2000) — quem também adere àquilo que várias vezes a presente seção deste estudo enfatiza: a importância de haver sentidos polissêmicos nas línguas — acentua a necessidade de um tratamento rigoroso às descrições linguísticas. Em momento algum o autor caracteriza a questão da polissemia, estritamente, como um *problema*. Torna-se inconcebível uma língua sem palavras polissêmicas, algo raro, a não ser em criações artificiais, termos inventados no campo das ciências: “fonema”, “hidrogênio”, “pâncreas”, etc. (PERINI, 2000, cf. p. 252). Segundo o autor:

O problema vem de que a polissemia não é, como se poderia pensar, um defeito das línguas (que insistiriam em dar o mesmo nome a coisas diferentes). A polissemia é uma propriedade fundamental das línguas humanas, que sem ela não poderiam funcionar eficientemente (PERINI, 2000, p. 251).

⁴⁰ Lyons (1981) fala disso ao discutir questões relativas ao significado lexical, isto é, o significado de lexemas (palavras e sintagmas).

⁴¹ Os destaques são do autor.

À vista dessa citação é interessante perguntarmos o seguinte: o que os trabalhos de linguistas, que se diferem dos de gramáticos, têm nos apresentado enquanto proposta nova para a descrição e explicação do fato polissemia nas línguas naturais, a partir de questões semânticas? Ora, poucas são as diferenças que se fazem notar em ambos os campos. Diríamos, com efeito, concordando aqui com Perini (2000, cf. p. 250), que os critérios utilizados para tal são ainda heterogêneos⁴². Isto porque se mostram pautados em técnicas de reconhecimento de diferenças pressupostas entre classes gramaticais, morfologicamente, ou entre palavras e expressões, semanticamente — apenas no plano da língua. Evita-se, nesses casos (técnicas), um aflorar de questões-outras, questões que “não” sejam de ordem linguística. A constituição do sentido, os fatos sujeito e a situação são algumas delas.

A questão de haver uma oposição entre homonímia e polissemia nas línguas naturais — realidade que tem demandado a linguistas e estudiosos o estabelecimento de critérios definidores de fronteiras imajadas ali — pode ser confirmada também em formulações de dicionários de Linguística, donde se fazem notar significações indicadoras de um suposto *problema da língua*. Em Dubois (1998), por exemplo, tal oposição é reconhecida na relação com outra: a da égide imaginária de monossêmias. De acordo com o autor,

Chama-se *polissemia à propriedade do signo linguístico* que possui vários sentidos. A unidade linguística é considerada, então, “polissêmica”. O conceito de polissemia se insere num sistema duplo de oposições: a oposição entre polissemia e homonímia, e a oposição entre polissemia e monossêmia. A unidade polissêmica muitas vezes se encontra oposta à unidade monossêmica, tal como “palavra” (do vocabulário geral) está oposto a “termo” (de um vocabulário específico) (DUBOIS, 1998, p. 471)⁴³.

⁴² Conforme aludido, os lexicógrafos recorrem, com mais frequência, ao critério *diacrônico*, critério que lhes permitem distinguir, em formas linguísticas da gramática histórica, homonímias de polissemias (nas línguas naturais). Ocorrem homonímias quando as etimologias são diferentes, como em: “são < lat. sunt, sanu-”, “port. santo em próclise” (DUBOIS, 1998, cf. p. 326). Outro critério é o *sincrônico*, que examina a questão em dois casos: 1º) Pelo caráter gramatical das palavras, que consiste em distinguir, a partir de determinadas situações, classes/categorias tais como em “Eu *canto* música sertaneja” (verbo) e “Fiquei num *canto* da sala” (substantivo) [caso de homônimos]; 2º) Pelo caráter *semântico* das palavras, o qual consiste em dizer se há uma diferença de sentido pequena ou grande entre dois lexemas, como em: “batida” (bebida) e “batida” (trombada) [caso de homônimos]. Este último critério é problemático, uma vez que em muitos casos — consoante a Perini (2000, cf. p. 251) — torna-se difícil decidir se a diferença semântica é pequena ou grande.

⁴³ Os destaques em itálico são do autor.

Ante a definição de Dubois (1988) para o termo polissemia, fazemo-nos contrários a duas explicações expostas ali. Nossa primeira recusa recai sobre dizeres construídos pelo dicionário em análise. Decorre, então, do fato de que, na definição exibida, o signo linguístico é tomado como uma unidade/função “múltipla de sentidos”. Ora, admitir-se-ia isso, por hipótese, às palavras, e não os signos. Sabendo da tese saussuriana do *valor linguístico*, torna-se difícil aceitar formulação assim. No tocante aos signos, mais exatamente à sua significação linguística, conforme pontua Saussure (2006 [1916]), há relações opositivas, negativas e diferenciais que precisam ser (re)vistas (sempre) dentro de um sistema (e nunca fora deste); relações que, também, obviamente, ocorrem quando se está diante de um caso de sentido apontado como polissêmico. Já nossa outra recusa à informação dicionária precedente decorre da certeza, ali, de que a polissemia se dissocia daquilo que não lhe seja parte, supondo, nesse caso, estável e acessível ao falante a unidade do sentido, sua fronteira com outros sentidos possíveis. Uma fronteira, portanto, contrária à ideia discursiva (nossa) de sentido inexato, o impossível da língua.

Como parte desta proposta de estudo, não pretendemos recolocar as noções de monossemia e polissemia em oposição, mas enquanto *atos de linguagem constituídos indissociavelmente*, consideramos que a significação do termo polissemia elaborada por Dubois (1998) em nada nos servirá doravante. Asseveramos isso, incisivamente, pois, mediante proposições do quadro teórico a que nos filiamos, a AD francesa, é inadmissível postular que o sentido das palavras esteja já-dado a elas. Em uma análise discursiva, diz-se, em contrapartida, que o sentido “da” palavra, “da” frase e também “de” um texto é um (e)feito. Efeito esse que é variável, posto que é produzido *no e pelo* emprego combinatório de signos. Nesse ponto, concordamos com Benveniste (1989, p. 319) ao nos dizer que faltam ainda definições mais rigorosas às noções semânticas, em especial, para uma descrição do fato da polissemia nas línguas naturais.

Em outro dicionário de Linguística, de Jota (1976, p. 263), lemos a explicação seguinte para o termo polissemia. Diz-nos esse autor que a polissemia está relacionada à:

Multiplicidade de significações para uma só palavra. Confronte: som claro, assunto claro, dia claro, tom claro; o congresso está sendo remodelado, o congresso reúne hoje. Claro que **a palavra tem uma base semântica (sentido original)**, mas uma base que se vai estendendo ou diminuindo, em virtude do emprego de variadas figuras (catacrese, metáfora, metonímia, etc.) (JOTA, 1976, p. 263)⁴⁴.

⁴⁴ Os destaques em negrito são nossos.

Nesta definição, a ideia de multiplicidade de sentidos para uma mesma palavra é referida a confrontos de sentidos possíveis. Ali, a noção de polissemia suscita elementos (e compreensões) novos, os quais, *parcialmente*, a tornam diferente da de Dubois (1998). Os poucos exemplos que Jota (1976) aduz — estes foram utilizados pelo autor para fundamentar o que designa por “multiplicidade de significações” — impõem-nos, com efeito, o reconhecimento do fato polissemia numa visada-outra: a do uso que fazemos da língua. A isso, porém, tecemos uma ressalva. Ora, ali, há a estabilização de significações aplicáveis a um “mesmo” item lexical (o item *claro*); estabilização que resultou de contextos produzidos (manipulados) por Jota (1976) para corroborar a ideia, também consumada em Dubois (1998), sobre a “multiplicidade de sentidos das palavras”. Neste ponto, para o gesto do autor (Jota), atento a indicações de contextualismos projetados à palavra “claro”, consideramo-lo ainda superficial. Tal feita realça apenas diferenças de sentido. E, ao fazer isso, a nosso ver, aponta para o sentido múltiplo pré-estabelecido às formas linguísticas, como se fosse uma questão de causalidade interna ao sistema da língua — causalidade motivada por circunstâncias empíricas e não por questões de determinação⁴⁵, semântico-históricas.

No tocante às conceituações (de dicionários) do termo polissemia, verificam-se, por conseguinte, falhas em suas compreensões. Ambas as conceituações, vimos acima, não consideram, haja vista, relações prováveis instituídas entre formas e sentidos na linguagem; desconsideração essa que apaga ali a investigação de elementos-outras constitutivos da significação linguística. Em outras palavras, as (duas) definições em questão ocupam-se, exclusivamente, em enfatizar sentidos que determinada palavra, no âmbito do sistema da língua, “contém”. Aos sentidos sociais “da” palavra, a propósito, nenhuma atenção é dada. Há uma dimensão de aspectos, linguísticos e também não linguísticos, afetando a realidade de significação das palavras; dimensão que precisaria ser concebida e reavaliada por quem descreve (e interpreta) fatos de linguagem, o lexicógrafo, aqui, em especial, o fato polissemia.

Em sendo assim, diríamos, parafraseando o pensamento de Benveniste (1989, cf. p. 320), que às descrições e interpretações linguísticas, particularmente as que têm escopo em questões da matéria sentido, cabem determinar princípios teórico-metodológicos mais seguros, princípios que deem respaldo à sua análise. Infelizmente, em vista do modo com que o sentido tem sido “compreendido” por linguistas — neste ponto, somente por “uma certa verossimilhança, fundada sobre o ‘bom-senso’, sobre a apreciação pessoal do linguista, sobre

⁴⁵ Discursivamente, a questão da determinação do sentido relaciona-se a outra: à da exterioridade que o constitui e institui. Sobre isso, ver nosso segundo capítulo.

os paralelos que ele pode citar” (BENVENISTE, 1989, p. 320) —, poucas são as garantias sobre as leis donde ele é falado. Isso tudo porque não se sabe ainda

[...] como dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo seu sentido. O único princípio de que nos serviremos [...] é que o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes. (BENVENISTE, 1989, p. 319).

Em vista da observação benvenistiana, diríamos que o “mesmo” pôde ser percebido aqui em conceituações do termo *polissemia* formuladas por Dubois (1998) e Jota (1976), respectivamente. Nessas conceituações, lembramos Fuchs (1994, p. 110), “a polissemia é tratada de forma clássica, como uma espécie de topologia semântica”⁴⁶, em um estudo estático da colocação de palavras na frase que elide “traços semânticos elementares”⁴⁷. É por isso que se trata de “uma polissemia discreta, com certa plasticidade e harmonia semânticas”⁴⁸ (FUCHS, ib.) a ser apenas ratificada, construída e manipulada por linguistas⁴⁹; ratificação que, sob perspectiva discursiva, é questionável.

Também, Câmara Jr. (1978), outro linguista conhecido, ocupou-se em examinar e de questionar pontos da noção da polissemia constitutiva das línguas naturais, destacando inclusive dificuldades que tradutores e elaboradores de dicionários bilíngues sempre enfrentaram (e ainda enfrentam), em especial, quando está em jogo o potencial metonímico e polissêmico das palavras. Em linhas gerais, a conclusão a que Câmara Jr. (1978, p. 194) chegou perante o que designa de “palavras com significação interna” (as conjunções e as preposições) e “externa” (os semantemas das palavras) é a de que a polissemia está para “[...] uma propriedade da significação linguística capaz de abarcar toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de um contexto”. Por conseguinte, ela não é um fato particular a determinadas formas das línguas, mas de todas, inclusive de formas com significação aparentemente estabilizada (como o é o caso de termos científicos) (CÂMARA JR., cf. p. 194); essas formas podem receber significados-outros, dependendo da perspectiva

⁴⁶ Traduções nossas.

⁴⁷ Traduções nossas.

⁴⁸ Traduções nossas.

⁴⁹ Damos ênfase a esse posicionamento de Fuchs (1994), ressaltando que as determinações semânticas atribuídas, comumente, à noção de polissemia na linguagem acabam retirando uma série de traços que urgem ser delicadamente perscrutados por linguistas, a propósito, os traços que dizem de marcas enunciativas deixadas pela posição-autor ao realizar uma tarefa como a de (re)formular o dizer do outro.

teórica que delas se ocupe. Neste ponto, consideramos que o posicionamento de Câmara Jr. é mais incisivo que os de outros linguistas citados acima.

Em uma breve avaliação de trabalhos que trazem discussões sobre o tópico polissemia, os trabalhos precedentes, é preciso compreender duas coisas. A primeira delas diz respeito ao fato de, *a priori*, o fenômeno polissemia fazer parte unicamente do quadro de questões dos estudos lexicais. A segunda, por sua vez, que na verdade relaciona-se à primeira, leva-nos a concluir que quase todo o esforço dos trabalhos com apoio em “dados polissêmicos” efetiva-se sob uma mesma orientação: a de serem voltados a registros de diferenciações de sentidos da língua. Diferenciações que, sob o rótulo da *multiplicidade* (de sentidos), engendram ideias distorcidas desse fato de linguagem, fazendo supor a existência de sentidos estáveis, já determinados pela organização interna da língua e independente de fatores-outros atrelados a ele, fatores como a interpretação de enunciados.

Modos assim, que trazem questões para a polissemia linguística no plano estritamente lexical, vigoraram no âmbito dos estudos linguísticos até o momento em que, mais exatamente a partir da segunda metade do século XX⁵⁰, semanticistas viram-se diante de um novo quadro teórico: a Semântica cognitiva (abreviadamente, SC). Neste quadro, movido pela *tese da motivação*⁵¹, buscou-se compreender como estariam representados, no plano de redes mentais, os variados sentidos das palavras, a partir do uso que fazemos delas (LANGACKER *apud* CANÇADO, 2005, cf. p. 145). Acerca disso, diríamos, sumariamente, que o interesse da SC em reavaliar a questão da multiplicidade de sentidos na linguagem encontra-se na possibilidade de se ocupar dos legados deixados por Bréal (2008), em seu “Ensaio de Semântica” (1964), em particular, face ao que ele pontuou ser a polissemia: “um traço fundante das línguas”. Numa óptica cognitivista, então, a polissemia linguística é um dos

⁵⁰ Tal qual Silva (2006), se procedermos a uma rápida visada sobre estudos de linguagem ocupados em analisar e descrever a polissemia constitutiva das línguas naturais, concluir-se-á, de imediato, que, para um intervalo de tempo de 1930 a 1960, essa questão permaneceu praticamente no limbo. Ora, uma breve explicação para isso advém da própria conjuntura histórica. Afinal, essas datas nos indicam momentos de desenvolvimento (auge) dos estudos estruturalistas, em especial, os que se vinculavam às premissas saussurianas. Por estarem determinados pelo modelo estrutural (de análise e descrição linguísticas) proposto por Saussure, os trabalhos dessa época não fugiram à regra. Descreveram sobremodo os aspectos lexicais das línguas — somente pelas previsibilidades do sistema linguístico —, ignorando, com isso, aspectos que se desarticulavam ali: os aspectos ligados ao uso que falantes fazem da língua (a polissemia era um desses). Em trabalhos de semântica estrutural, conforme ainda pontua Silva (2006, p. 27-28), “os significados linguísticos das palavras são entidades unitárias, e, portanto, a esse nível a polissemia simplesmente não existe”.

⁵¹ Grosso modo, a ideia de motivação tem a ver com o gesto falante ocupado de sua aplicação à matéria significado (LANGACKER *apud* CANÇADO, 2005, cf., p. 145).

fatores determinantes da eficiência comunicativa de falantes, uma necessidade que, decididamente, linguistas passaram a prezar.

O semanticista Kleiber (1999) reavalia também, não pelo viés da SC, mas pelo da Semântica em sua relação com a Pragmática, o modo *como* a noção de polissemia é abordada em teorias interessadas em esclarecer aspectos de sua funcionalidade. Basicamente, a tese mobilizada pelo autor, em obra célebre intitulada de “Problèmes de Sémantique: la polysémie em questions”, gira em torno do postulado segundo o qual a polissemia da linguagem é dependente do estatuto atribuído ao sentido por teorias em geral (KLEIBER, 1999, cf. p. 12). Existe, atualmente, segundo Kleiber (1999), um panorama de concepções ocupado do exame da polissemia, porém com alcances teórico-metodológicos limitados; em resumo, fazem-se aí usos de regras gerais⁵², simplificando e modulando aspectos de natureza social e histórica (implicados ali) a questões outras, de *derivação de sentidos*, por exemplo (KLEIBER, idem, cf. p. 173). Consequentemente, assiste-se dali a mais um caso de *polissemia sistemática*, dependente ou dos elementos da frase ou de elementos da língua, mas nunca do discurso (Cf. KLEIBER, ib.). Uma polissemia lógica apenas.

Resumindo, diríamos que a obra de Kleiber (1999) discute o “problema” da polissemia, compreendido, em partes, por teorias voltadas para sua realização na linguagem. Há aí, importa lembrar, um confronto teórico acirrado entre posições que formula(ra)m questões para a temática do sentido, elucida-nos Kleiber (1999) em todo o primeiro capítulo de “Problèmes de Sémantique”. Tais questões, simplificamo-las, estão fundadas sob a óptica de um dos seguintes paradigmas: *Convencionalista / Contextualista; Objetivista / Construtivista*; paradigmas que, ao final deste capítulo, são explicitados por nós, brevemente.

A despeito do que os dois parágrafos precedentes nos informam, é oportuno dizer que os estudos de linguagem, sobremaneira os de caráter formalista, seguiram fielmente os preceitos positivistas da linguística estruturalista e gerativista⁵³. Isto porque, abstraindo fatos

⁵² Regras que não demandam levantamentos de listas para lexemas polissêmicos em causa (KLEIBER, idem, cf., p. 12).

⁵³ Em trabalhos de cunho distribucionalista, isto é, trabalhos que examinam possibilidades de haver comutações entre determinados termos de uma frase, a questão da polissemia e da ambiguidade é posta como resolvida: esses fenômenos, pressupõem-nos, se dão apenas nas superfícies das sentenças, nunca na estrutura profunda. Ora, é fácil percebermos o que esse pensamento alimenta. No caso, seriam as representações mentais de sentenças de uma língua, e não fatos particulares a seus sentidos prováveis. Uma sentença como “A crítica de Chomsky é interessante”, sob o crivo teórico de linguistas gerativistas, não se mostraria, então, como ambígua.

de seus objetos de estudo, a saber, fatos de discurso, positivaram significados linguísticos nas palavras e sentenças, como se estivessem pré-determinados por estruturas linguísticas.

Na compreensão de tais trabalhos, a polissemia (ambiguidade) seria um defeito de linguagem (problema?); defeito ora evitado aí, ora resolvido, neste último caso, por critérios da Lógica (critérios baseados em princípios de verdade ou de falsidade de sentenças). Por exemplo, a sentença “O frango ficou pronto para ser comida?” somente será verdadeira se aplicada a contextos de gastronomia, e falsa se conjecturada em contextos de futebol (contextos em que frango não mais se refere à comida, mas a um drible disputado entre jogadores) (Cf. KLEIBER, 1999, p. 173).

Outras explicações para fato polissemia podem ser destacadas de trabalhos com escopo em problemas de ambiguidade na língua. Ali, a polissemia é observada como um caso de ambiguidade domesticada, tendo em vista que esta, na compreensão de Ullmann (1964), é hiperônimo de tudo⁵⁴. No tocante a tais trabalhos, cumpre frisar que as descrições produzidas tendem a reduzir o fenômeno da ambiguidade a uma questão de alternativas e, por isso, de escolhas do falante (Cf. FUCHS, 1994, p.108) — algo questionável. Entre várias significações (uma plurivocidade), relata Fuchs (ib.), geralmente duas, o falante optaria por uma, negando, em contrapartida, a outra: a que melhor adequasse a um contexto imanente à sua expressão. Trata-se, não exatamente, de uma ambiguidade radical, determinada por fatores externos à língua, a propósito, fatores discursivos, mas de uma ambiguidade limitada a expressões linguísticas as quais têm por função eliminar o sentido suposto indesejado⁵⁵ (FUCHS, ib.).

A fim de enfatizar essa forma redutora de compreensão (ajuste?) de plurivocidades, todas explicitamente reconduzidas a ambiguidades eventuais na língua, Fuchs (1994) lista três evidências teóricas aparentes aliadas desse pensamento. A primeira apoia-se no fato de que, se admitido por nós a univocidade de uma expressão linguística (virtualmente), há “uma fronteira escavada e estável entre, de um lado, o conjunto das expressões unívocas, e, do outro, o das expressões ambíguas da língua”⁵⁶. A segunda, que questiona pontos formulados pela primeira, pontos da univocidade virtual, leva-nos a conjecturar uma resolução das ambiguidades por contextos (filtros?) nos quais uma significação é, em detrimento de outra,

⁵⁴ Ullmann (1964, cf., p. 389-399), de modo breve, também analisa a ambiguidade no âmbito de estudos literários. A ela, conforme esclarecimentos do autor, têm sido prestadas muitas atenções sobremodo no tratamento de trocadilhos expressivos; estes são baseados, geralmente, em polissemias.

⁵⁵ Há quem distinga *ambiguidade* de *ambivalência*; esta última como sendo dependente de decodificações de sentidos, e não de uma negação, via referência a contextos, tal qual ocorre em casos em que o sentido se faz implicitamente ambíguo (CANÇADO, 2005).

⁵⁶ Traduções nossas.

retida; daí restarem poucas ambiguidades na língua, somente as não filtradas (negadas?) por contextos. Por sua vez, a terceira evidência nos leva supor a existência de significações ambíguas — estas como sendo imanentes a expressões da língua — as quais, com apoio em fórmulas canônicas, são facilmente *retiráveis* e *reproduzíveis*, a propósito, com apoio em famílias de paráfrases.

Face às três evidências teóricas acima, percebemos que, de alguma forma, todas primam pela desambiguação da ambiguidade de fatos de língua, ao invés de assumi-la como parte da constituição da linguagem. Ora, nesse caso, importa observar que as descrições linguísticas apoiadas em contextos, ou seja, mecanismos redutores de significações variadas de uma expressão linguística (cf. FUCHS, 1994, p. 109), oferecem-nos explicações semânticas parciais da língua em uso. Nada, com efeito, determinante (e acessível ao) no estabelecimento de dado significado, já que um contexto, selecionando (ou não) o sentido exato, pode(ria) ampliar, também, sentidos (FUCHS, 1994, ib.).

Mediante as observações precedentes para o tópico ambiguidade, incluindo-se aí a polissemia, Silva (2006) chama-nos atenção para o fato de as descrições semânticas (várias), fazendo uso da distinção *Plano linguístico* (ou Plano do sistema) Vs. *Plano da fala em ato* (ou plano do discurso), separarem o que seja um *sentido ambíguo* (este decorre de fatores do segundo plano, de escolhas feitas por um falante) de um *sentido polissêmico* e também *homônimo* (esses decorrem de fatores do primeiro plano, da suposta multiplicidade semântica de formas do sistema linguístico). A princípio, diríamos que posição assim faça algum sentido: separam, afinal, ambiguidade de polissemia (e vice-versa). Porém, ao nos voltar detidamente para aspectos de polissemia encobertos ali, para aspectos extralinguísticos, veremos que os procedimentos adotados para tanto são tributários de pensamentos clássicos, pensamentos formalistas (SILVA, 2006).

Enfim, notam-se no tema polissemia constitutiva das línguas naturais, suas abordagens, fragilidades variadas. O fato de haver diferenciações de sentidos para uma “mesma” palavra, ainda que tomadas em um nível lexical, não significa um fator negativo à linguagem. Pelo contrário, diz daquilo que historicamente a faz funcionar: os processos paráfrase e polissemia. Neste ponto, há de se pensar os sentidos não como já-dados, meros artefatos, mas como efeitos; efeitos esses que, entre outros fatores, demandam ainda compreensões exteriores ao campo fecundo da pesquisa Linguística. Uma dessas compreensões tem a ver com o tópico interpretação. É por isso então que nos cabe perguntar se em uma unicidade suposta de sentidos não haveria também impasses? É certo que sim, já

que a questão da significação impõe ser compreendida em termos de dinamismos, histórias, sentidos, e não por mecanismos estáticos, homogêneos, fechados em si, linearmente.

Referências:

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo: DIFEL – Difusão Européia do Livro, 1964.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. 2.ed. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: RG, 2008.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 3.ed. São Paulo: Pontes, 1989.

CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1995.

JOTA, Z. dos S. **Dicionário de linguística**. 7.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KLEIBER, G. **Problèmes de Sémantique: La polysémie en questions**. 1.ed. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1999.

LYONS, J. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORLANDI, E. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua – Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da Unicamp NUDECRI**. Campinas: UNICAMP, n. 4, 1998, p. 9-19.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2000.

PLATÃO. **Crátilo**. Trad. de Carlos Alberto Nunes. 3.ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1988.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 11.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gullenkian, 1964.

A TÉCNICA DA MONTAGEM CINEMATOGRAFICA E A POLIFONIA EM *O MEZ DA GRIPPE*

Marcelo Fernando de LIMA⁵⁷

Naira de Almeida NASCIMENTO⁵⁸

Resumo: Neste artigo nosso objetivo é estudar o uso de princípios da técnica da montagem cinematográfica em *O Mez da Grippe*, de Valêncio Xavier (1933-2008). Estudamos também o uso da polifonia nessa novela. Buscamos neste artigo uma aproximação entre a linguagem da prosa e a da narrativa cinematográfica. No estudo, concluímos que *O Mez da Grippe* apresenta uma utilização inovadora de elementos da montagem na literatura.

Palavras-chave: Prosa. Cinema. Montagem. Polifonia. Tecnologia.

Abstract: *In this paper we aim at studying the use of principles of film montage technique in Valêncio Xavier's (1933-2008) O Mez da Grippe. We have also studied the use of polyphony in this work. In this article, we have tried an approach between the language of prose and the cinematographic narrative. In the study, we have concluded that O Mez da Grippe presents an innovative use of montage elements in literature.*

Keywords: *Prose, Cinema, Montage, Polyphony, Technology*

⁵⁷ Professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UTFPR, Curitiba, PR, Brasil.

⁵⁸ Professora-adjunta do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UTFPR, Curitiba, PR, Brasil.

Introdução

Nascido em São Paulo, Valêncio Xavier Niculitcheff (1933-2008) viveu desde os seus 21 anos em Curitiba, onde trabalhou como jornalista, cineasta, escritor, tradutor e produtor cultural. Como jornalista, atuou na *TV Paranaense* (atual RPC) e na *TV Paraná* (hoje CNT). No jornalismo impresso, foi cronista e repórter dos jornais *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Povo* e nos suplementos culturais *Nicolau* e *Mais! (Folha de S. Paulo)*. Como âmbito da promoção cultural, ajudou a criar em 1975 a *Cinemateca de Curitiba*, que foi dirigida por ele nos anos 1990. Foi também diretor do *Museu da Imagem e do Som* (MIS).

Nos anos 1970, Valêncio teve uma atuação destacada produzindo material jornalístico para a televisão. Ele realizou reportagens para o programa *Globo Repórter*, que foi um espaço importante para o aprimoramento da linguagem do documentário brasileiro, exibindo trabalhos de cineastas como Eduardo Coutinho, Sylvio Back, Maurice Capovilla, entre outros. Nessa época, sob o comando do jornalista Luiz Carlos Maciel, um dos fundadores do alternativo *O Pasquim*, o programa deu liberdade para a experimentação de linguagem e escolha de temas. Limitado pela padronização imposto logo depois, o programa passou por uma reforma em 1983, excluindo a participação dos cineastas e as experimentações de linguagem mais ousadas.

Toda a obra de Valêncio para o cinema e para a literatura é marcada pelo uso híbrido de palavras, imagens e sons. Sua atuação em várias áreas e mídias trouxe uma forte marca cinematográfica para a literatura, e de certa forma imprimiu um estilo literário à sua maneira de fazer cinema. Para Boris Schneiderman (1993, p.102), todo o percurso de Valêncio “está marcado por uma relação entre palavra e imagem, imagem e movimento, o branco e preto da página, prosa e verso, jornalismo e ficção etc.”

Na aproximação que faz com o cinema, Valêncio apropria-se do procedimento técnico responsável pela primeira revolução da linguagem cinematográfica: a montagem ou edição, discutida teoricamente e aplicada na prática de maneira pioneira por Sergei Eisenstein em filmes como *O Encouraçado Potemkim* (1925) e *Outubro* (1927). O princípio adotado por Valêncio em suas obras literárias é o mesmo para os trabalhos cinematográficos. Há uma semelhança entre a forma de composição de *O Mez da Grippe* (1981) e, por exemplo, *O Pão negro* (1993), documentário sobre a Colônia Cecília, experiência anarquista no interior do Paraná do final do século XIX. E essa semelhança está no uso técnico da montagem e da articulação de vozes sociais, criando uma visão de mundo polifônica.

A geração de Valêncio, formada sob a influência do cinema, foi a primeira a buscar diálogo mais evidente com os meios audiovisuais no Paraná. A linguagem do cinema, renovada nos anos 1960 pela *Nouvelle Vague* francesa, o *Cinema Novo* brasileiro e o *Neorealismo* italiano foi a que mais influenciou sua geração – tanto que alguns escritores de seu grupo chegaram a atuar diretamente na produção de filmes e vídeos, tais como Sylvio Back, Paulo Leminski, Octavio Duarte e Toninho Vaz.

Nosso objetivo é relacionar a obra *O Mez da Grippe* com a linguagem cinematográfica, analisando especificamente sua apropriação da técnica da montagem. Procuramos analisar também a polifonia como um princípio importante nessa novela, que busca a reprodução realista das vozes sociais, a partir da montagem de textos que se entrecrocavam, tornando a mensagem aberta e complexa. Baseando-nos em considerações teóricas de Bakhtin (2003), podemos dizer que o texto de Valêncio é uma espécie de mosaico da realidade; nele, a linguagem é entendida como concreção social viva, e opinião multilíngue, colocando-se no limite do seu território e do outro.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, definimos os conceitos de polifonia e montagem cinematográfica, e sua pertinência no desenvolvimento das convenções formais da literatura moderna. Na segunda, fazemos um esboço introdutório à obra de Valêncio, traçando algumas características de sua forma de composição; na terceira, analisamos a utilização da montagem em *O Mez da Grippe*.

O mundo múltiplo da prosa

Uma das marcas da literatura moderna é a busca pela ideia de multiplicidade. Umberto Eco, ao falar da leitura, afirma que a literatura moderna se caracteriza pela abertura interpretativa. Essa abertura é “programada” no texto, que projeta o seu leitor-modelo, fazendo da interpretação um ato múltiplo, capaz de acionar uma série de elementos, induzindo o leitor “[...] a deslocar-se continuamente para ver a obra sempre sob aspectos novos, como se ela estivesse em contínua mutação” (ECO, 2005, p. 44). Já para Italo Calvino, os prosadores modernos tentam, por meio de convenções literárias, compreender e representar a realidade de uma maneira múltipla, como uma *rede de conexões* entre fatos, pessoas e coisas, com “[...] a presença simultânea dos elementos mais heterogêneos que concorrem para a determinação de cada evento” (1997, p. 121).

Embora a consciência da multiplicidade já estivesse presente em épocas anteriores, foi principalmente com a modernização tecnológica e sob a era da reprodutibilidade técnica, a partir do final do século XIX, que ela se tornou mais presente nas obras literárias. Mas foi no século XX que as transformações tecnológicas tiveram uma influência decisiva na produção artística, quando “[...] o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento” (BERMAN, 1997, p 17).

Ao fazer um breve histórico do conceito de multiplicidade, Calvino afirma, por exemplo, que a literatura medieval gerou obras com referencial simbólico relativamente estável. Na Idade Média, dominada pelo catolicismo, a arte literária estava relacionada à unidade divina, numa sociedade em sua maioria analfabeta e miserável, que não tinha sua voz representada na literatura. É como se nesses textos não existisse a necessidade de representar o mundo como um conjunto complexo e em movimento. No outro polo, “os livros modernos [...] nascem da confluência e do entrelaçamento de uma multiplicidade de métodos interpretativos, maneiras de pensar, estilos de expressão” (CALVINO, 1997, p. 131), gerando uma pluralidade de linguagens que garante que a verdade não seja parcial.

Ao analisar o surgimento do discurso romanesco tendo como base o aumento do número de leitores no século XVIII, Ian Watt (1990) afirma que o romance se diferenciava de outras formas narrativas por apresentar personagens e ambientações muito mais complexos e múltiplos. Segundo ele, os textos medievais mostravam personagens que se destacavam apenas pelo nome. Na era moderna, no entanto, eles ganham contornos precisos e personalidades cada vez mais problematizadas. Numa sociedade em que os traços individuais são valorizados, a multiplicidade aparece como um elemento essencial. E no romance, essa necessidade originou obras bastante complexas do ponto de vista de construção de personagem. Para Calvino, cada “vida é uma enciclopédia [...] onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis” (p. 138).

A literatura burguesa realista construiu uma série de estratégias textuais para que a representação fosse o mais próximo possível do contexto externo tomado como referência. Assim, o gênero romanesco desenvolveu elementos que garantissem a ideia de fidelidade e multiplicidade. Dessa convenção, podemos citar: o narrador quase sempre em terceira pessoa; as constantes descrições do espaço; a marcação precisa do tempo cronológico; a busca da estilização da fala comum; a utilização de argumentos de prova baseados no discurso

científico e documentação; a exposição de várias vozes na narrativa por meio da caracterização das personagens pela oralidade.

A ideia de multiplicidade pode ser associada à polifonia, conforme definida por Mikhail Bakhtin (2003), para quem a formação do discurso se dá sempre a partir da apropriação do discurso de outrem. Essas características são mais evidentes na produção artística. O romance, segundo Bakhtin, constrói-se por meio da polifonia. O narrador no romance é como um regente de orquestra que comanda as múltiplas vozes presentes na sociedade; em tal gênero textual, é possível encontrar uma diversidade de falares sociais, como a narração direta, a estilização da oralidade, a busca de formas escritas não-artísticas, como os diários e cartas, fontes literárias, discurso moral, digressões, notícias, relatórios etc. Trata-se de elementos que podem ser encontrados em *O Mez da Grippe*, onde há montagem de discursos que se entrecrocaram, contribuindo para formar uma realidade múltipla e contraditória.

Essa lógica de composição foi gerada, dentre outras técnicas, pela diagramação da página de jornal e da publicidade, a partir do final do século XIX, com o aprimoramento das tecnologias de impressão, que permitiram a inserção de fotografias nos impressos. Assim, no jornal, que funciona como um mosaico, uma mistura de códigos. “Uma mesma mensagem é composta na sincronia de vários sistemas sógnicos, nas misturas do verbal e do não-verbal” (SANTAELLA, 1992, p. 16).

Encontramos em *O Mez da Grippe* elementos que são caros ao realismo, tais como a preocupação com a documentação dos fatos, o que o aproxima também do discurso jornalístico. Há ainda a utilização de diversas vozes sociais, garantindo a complexidade da construção do sentido. O que existe de novo na novela de Valêncio Xavier é a utilização de recursos da montagem cinematográfica, em que os discursos verbais e visuais entram em conflito, e concorrem para a formação do sentido, porque aparecem justapostos. Em alguns casos, o uso das diversas vozes busca mostrar a própria contradição e a dessacralização das formas discursivas oficiais. E essas construções de sentido ganham relevo com a montagem.

Para Sergei Eisenstein (1999, p. 14), “dois pedaços de filme de qualquer tipo, colados juntos, inevitavelmente criam um novo conceito, uma nova realidade, que surge da justaposição”. Ao formular sua teoria da montagem, Eisenstein tentou defini-la como um procedimento artístico e técnico usado em diversas modalidades, até mesmo antes da existência do cinema. O que o diferencia dos processos tradicionais de composição é sua

descontinuidade, que exige a interferência do espectador para construir o significado dos elementos justapostos.

Entre os exemplos de criações artísticas que utilizam a montagem, Eisenstein cita os haicais, contos específicos de Guy de Maupassant e alguns textos de Leonardo da Vinci, considerados pelo cineasta como verdadeiros “roteiros cinematográficos”. Apesar de a montagem estar presente mesmo antes do cinema, sua associação com a poesia é recente. As inovações trazidas pelas novas técnicas de reprodução possibilitaram a observação de objetos em ângulos e velocidades não vislumbradas antes pelo olho humano, introduzindo uma nova sensibilidade e dialogando com outras formas de arte, conforme Walter Benjamin (1993, p. 169): “O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente”.

No Brasil, a incorporação de elementos da montagem à criação literária foi apontada de maneira pioneira por Haroldo de Campos, em ensaio sobre a poesia de Oswald de Andrade. Para Campos, Oswald teria usado a montagem como uma “técnica de objetivação”, um procedimento “anti-ilusório”, afastando o poema da ideia de subjetividade. Ao mesmo tempo, a montagem, por ser um recurso pouco utilizado na poesia até então, causaria estranhamento. “Ao invés de embalar o leitor na cadeia de soluções previstas e de inebriá-lo nos estereótipos de uma sensibilidade de reações já codificadas, esta poesia, em tomadas e cortes rápidos, quebra a morosa expectativa desse leitor, força-o a participar do processo criativo”, diz Campos (In: ANDRADE, 1971, p. 21). A técnica da montagem é utilizada com objetivos semelhantes na obra de Valêncio Xavier.

Na prosa do autor paranaense, as convenções cinematográficas são assimiladas na construção do texto; nesse movimento, identificam-se muitos procedimentos que Eisenstein procurou definir como montagem. O autor utiliza “fotogramas” que se justapõem, sugerindo cenas e situações. Essa incorporação da linguagem cinematográfica à narrativa é praticamente “natural”. A tradição da palavra escrita, interface que dominou a produção cultural, tornou-se menos importante no século XX; já o papel do cinema aumentou de maneira expressiva. Há uma tendência geral de as informações serem apresentadas cada vez mais sob a forma de imagens em movimento, organizadas a partir da divisão do tempo (MANOVICH, 2001, p. 78).

A matéria da literatura acomoda-se numa “estrutura” do cinema: a sequência e o ritmo das imagens, a composição do som, a sugestão das cores, os movimentos de “câmera”. Essa ideia pode ser corroborada com as observações de Jakobson sobre a significação no cinema.

Diz ele que, ao lado dos signos, que têm por função significar, “[...] existem os objetos, que podem ser usados com função de signos. O objeto (óptico e acústico) transformado em signo é, na verdade, o material específico do cinema” (1970, p. 154-5). Dessa forma, no cinema o objeto (*res*) funciona como signo.

Em um texto que visa se aproximar da linguagem cinematográfica, sua própria materialidade tem importância destacada na construção do sentido. Ela não apenas representa um referente externo, mas a si mesma. Na modernidade, a leitura literária tem dado destaque às relações entre som, sentido e visualidade, sobretudo na poesia. Desde o início do século XIX, a incorporação da paginação no sistema do poema corresponde a uma integração sobre as relações entre a tipografia e a dimensão oral da poesia. “A dimensão visual do poema se impôs como representação da oralidade da linguagem, figurando na escrita o dinamismo da palavra falada” (DESSONS, 1996, p. 55). Essas observações não valem apenas para a poesia, mas também a determinadas obras em prosa.

Um artista da mídia

Valêncio Xavier integra uma geração de artistas que renovou a produção paranaense na década de 1970, quando Curitiba deixava de ser uma cidade provinciana do ponto de vista cultural. Sua obra foi realizada num momento em que a produção local, até então na rabeira dos grandes centros, passou a ter maior autonomia e originalidade. Na análise do poeta Paulo Leminski, Curitiba tornou-se local privilegiado para a experimentação de linguagens, justamente por estar à margem do centro da produção de bens culturais e, por causa disso, não ter compromisso com a tradição e com o mercado (LEMINSKI, 1988, p. 12).

O desenvolvimento da produção artística foi beneficiado, em certa medida, pelo próprio crescimento da capital do Estado e pelo desenvolvimento de uma política estatal (ainda que limitada) voltada para o setor da cultura. Na década de 1970, era inaugurada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), responsável por impulsionar a industrialização e incentivar migrações. Isso contribuiu para o aumento populacional, o fortalecimento dos estratos médios da população e a ampliação do mercado de bens culturais. A criação de empreendimentos culturais e espaços de sociabilidade geraram uma atmosfera propícia à criação artística. A cidade passou a contar com um número expressivo de teatros, casas de show, clubes de poesia, cineclubes, editoras, publicações especializadas, eventos, exposições,

além do apoio do setor público na área cultural, com a criação da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) e dos Centros de Criatividade.

Essa atmosfera propiciou o surgimento de coletivos artísticos, que se reuniam em torno de editoras, eventos, bares, bandas de música, jornais e na imprensa nanica. A profusão de eventos na cidade, envolvendo uma diversidade de meios, ajudou a forjar uma mentalidade aberta a inovações em plena Ditadura. Curitiba gerou movimentos que contemplaram artes plásticas, cinema, literatura e teatro. Essas práticas problematizaram as transformações históricas pelas quais o país passava; promoveram o diálogo com as novas mídias e diferentes materiais; contribuíram para a ampliação da oferta de bens culturais (FREITAS, 2003, p. 25). Com a modernização dos padrões artísticos, a própria literatura se renovou, ampliando o diálogo com as artes “tradicionais”, como o teatro e as artes plásticas, mas apropriando-se também de procedimentos utilizados no cinema, no vídeo e na propaganda.

O uso de novos materiais e suportes passou a ser constante, principalmente nas artes plásticas. Com a relativa popularização de instrumentos tecnológicos, como as câmeras de vídeo, borram-se os limites entre os gêneros artísticos. Ocorre, a partir desse período, a hibridização e multiplicação das linguagens artísticas, proporcionadas em parte pelas novas tecnologias:

De um lado, os meios de reprodução, tais como xerox, off-set e diapositivos multiplicavam as possibilidades para a arte experimental. De outro, propagava-se o uso de audiovisuais e filmes super-8 e 16 mm, por vezes registrando ações conceituais que promulgavam a imaterialidade da arte (SANTAELLA, 2005, p. 261).

Em depoimento, o próprio Valêncio Xavier destaca, de maneira jocosa, a importância das palavras, imagens e sons na composição de suas narrativas:

Você vê cartazes, placas, com desenhos, cores, símbolos e palavras. Letras imóveis formando palavras, que se movimentam andando no ônibus, na rua vazia. Ouve sons, do motor, do silêncio depois que o ônibus passa. Um cão caminha apressado, grita (ou late) suas palavras para a velha na janela, que retruca: “Passa, guapeca!”. A menina sai pela porta verde, a velha procura prever: “Vá com Deus!”. Palavras, imagens e sons, que podemos pôr no papel. Para mim, as imagens têm o mesmo peso que as palavras (XAVIER, 1999, P. 5-9).

Do ponto de vista da atuação profissional, Valêncio Xavier foi um artista que experimentou diversas linguagens. Desde suas primeiras publicações, seus trabalhos apresentam formas híbridas. No entanto, essa hibridização está mais presente em livros como

O Mez da Grippe (1981), *Maciste no Inferno* (1983), *O Minotauro* (1985) e *O Mistério da Prostituta Japonesa & Mimi-Nashi-Oichi* (1986). E foi essa característica que chamou a atenção da crítica, no final dos anos 1980, a partir de um artigo publicado por Décio Pignatari para o *Folhetim*, suplemento cultural da *Folha de S. Paulo*, e no início dos 1990, com Flora Süssekind e Boris Schneiderman.

Süssekind, por exemplo, atenta para a estratégia de construção textual de Valêncio, que monta seus livros a partir de várias histórias que se sobrepõem ou se interpõem, formando camadas narrativas. Ela exemplifica o método de Valêncio a partir da novela *Maciste no Inferno*, em que o leitor “assiste” a um filme mudo, por meio de fotogramas, partituras musicais e legendas, e a história de um molestador *habitué* do escuro da sala de cinema, que tenta atacar a mulher sentada na poltrona vizinha.

De um lado, o que se exhibe publicamente – o filme; de outro, o que se esconde, o que espera o escuro para se manifestar – o desejo. E é a justaposição entre dois registros, o cinematográfico, socializável, e o perverso, não verbalizado de todo, secreto, que constrói a novela. Como se Valêncio Xavier, com esta duplicidade, apontasse ambiguidades características da própria ficção literária: sua leitura privada, solitária; sua difusão em larga escala, anônima. E, por outro lado, ao mesmo tempo em que expõe práticas secretadas de seu personagem, deixa-o entregue a completo anonimato (SÜSSEKIND, 1993, p. 248).

Outra narrativa marcante na obra de Valêncio é *O Minotauro* (1985), que conta a história de um homem que, no meio da noite, resolve fugir de um hotel depois de ter feito um programa com uma prostituta. Neste texto, várias vozes se misturam e se cruzam na escuridão do hotel: a do homem que se perde entre os labirintos dos corredores, tentando fugir para não pagar a prostituta que continua dormindo; a narrativa do mito de Teseu e o Minotauro, reproduzida de forma sucinta em duas páginas; a conversa de uma prostituta à procura de uma certa Marilda, sua companheira de ofício, e o porteiro do hotel; a notícia do assassinato de uma mulher (“8 de maio – bela loira devorada por urubus”) grafada na folha de jornal usada como tocha pelo homem que tenta vencer a escuridão e fugir do hotel.

Embora não use elementos visuais como fotografias, desenhos, fotogramas ou anúncios publicitários, o autor tenta reproduzir o clima de obscuridade e de movimento na figuração minimalista de um corredor escuro de hotel: cada página é encimada por um número ou símbolo, como se fosse a indicação dos quartos e de espaços do hotelzinho. Os números aparecem baralhados e vazados na página do papel, sobre uma tarja negra, simbolizando a única forma de sinalização na escuridão. À medida que lemos a narrativa, imaginamos o homem tateando no escuro, tendo como guia apenas aqueles signos baralhados.

A linguagem do cinema é evocada com a passagem das páginas, em que os números têm o poder de sugerir as imagens do corredor escuro e os caminhos tortuosos percorridos pelo homem que precisa sair do hotel.

Imagens e vozes de *O Mez da Grippe*

O Mez da Grippe, publicado numa brochura em 1981, é uma novela que tem, a princípio, o objetivo de narrar o período em que ocorreu o surto da gripe espanhola em Curitiba, do final de outubro ao início de dezembro de 1918, época em que também se desenrolava o final da Primeira Guerra Mundial. Conta com recortes de jornais, fotografias, cartões postais, relatórios oficiais, poemas, desenhos, depoimento oral, símbolos religiosos. Eles são usados de maneira intercalada, baralhando a narrativa, dando a impressão de que se trata da edição de um jornal, de um almanaque ou de um documentário cinematográfico.

O livro foi composto como um documentário cinematográfico no modo observativo, ou seja, em que não há interferência direta de uma voz narrativa central e ordenadora; as próprias imagens e depoimentos conduzem a história, destacando sua característica polifônica. Nesse modo narrativo, o isolamento do cineasta-narrador “[...] na posição de observador pede que o espectador assuma um papel mais ativo na determinação da importância do que se diz e faz” (NICHOLS, 2005, p. 148). E é isso que ocorre: Valêncio Xavier evita o tom didático de um documentário expositivo, e procura baralhar as diversas vozes, que entram em choque em trechos da composição.

Apesar disso, sua narrativa é realista, pois se mantém fiel a determinadas convenções que destacam seu teor múltiplo, tais como o ocultamento do narrador, que se esconde atrás das vozes presentes na narrativa; a descrição do ambiente, com o uso de imagens da época e textos documentais, tais como relatórios, textos jornalísticos, fotografias, depoimento; a marcação do tempo, com os dias do mês exibidos no cabeçalho da maioria das páginas e a atualização diária dos fatos, por meio das notícias do *Commercio do Paraná* e do *Diário da Tarde*; a utilização de várias vozes na narrativa. É um livro realizado como se fosse a edição de um filme-documentário, em que o editor, a partir do material bruto registrado por uma câmera cinematográfica, recorta e cola os pedaços da realidade registrada a partir de uma certa lógica de edição.

Fazendo mais uma vez um paralelo com o cinema, Valêncio utilizou o mesmo princípio na construção de seus filmes. Dentre eles, *O pão negro* (1993), sobre a Colônia

Cecília, comunidade anarquista efêmera na cidade de Palmeira, interior do Paraná, no final do século XIX. Neste documentário, assim como em *O Mez da Grippe*, Valêncio mistura diversas vozes, entre elas trechos de escritos teóricos do anarquismo (lidos pelo jornalista Manoel Carlos Karam); depoimentos (dentre eles, o de Oreste Agotani, descendente dos pioneiros da colônia, e de historiadores); fotografias de época; trilha sonora com trechos de óperas italianas; jornalismo policial, que criminaliza o movimento social de maneira carnalizada; e a encenação de determinados episódios da formação da colônia, por meio de docudrama, ou seja, modalidade documental que dramatiza as ações em vez de apenas descrevê-las.

Em *O Mez da Grippe*, podemos localizar vozes que ajudam a compor o panorama do final do ano de 1918 em Curitiba, tais como: a) um homem de bigode que aparece associado a um poema erótico. Ele aparece na capa e logo no início do livro e chega praticamente a seu final; b) o registro do espaço da cidade por meio de cartões postais e fotografias. Eles mostram as belas construções da cidade burguesa da *belle époque*, em contraste com os enunciados que mostram os estragos causados pela gripe; c) anúncios publicitários dos produtos da época, geralmente voltados às mulheres, à higiene e à saúde; d) anúncios classificados que oferecem vagas para empregados domésticos, atestando que muitos caíram doentes ou morreram, e por esse motivo precisam ser substituídos; e) o depoimento de Dona Lúcia, uma testemunha ocular da gripe, entrevistada em 1976, pelo próprio Valêncio, e que funciona como elo para diversos fragmentos do livro; f) pequenos excertos satíricos de jornais, geralmente minimizando a gravidade da doença; g) manchetes dos jornais sobre a Segunda Guerra Mundial; h) manchetes sobre a epidemia da gripe; i) matérias jornalísticas sobre a morte de internos em um hospital psiquiátrico em Curitiba; j) símbolos religiosos; k) textos satíricos que mostram o clima de hostilidade contra a população formada por imigrantes e descendentes alemães em virtude da derrota na guerra; l) poemas satíricos sobre a gripe; m) pensamentos e axiomas publicados nos jornais; n) pequenas notas sociais em jornal.

O livro conta com diversos conflitos em torno da construção do significado. As vozes se entrecrocaram, em procedimento que podemos explicar levando a conceituação de Bakhtin (2003) sobre a polifonia. Com isso, tem-se a diversidade da vida social, cultural e ideológica das personagens, pondo em evidência a essência do conflito social e ancorando a novela em pressupostos realistas. Em *O Mez da Grippe*, têm-se vozes que concorrem para firmar determinado sentido e minar outros. Assim, há vozes que formam narrativas que se opõem: as

que buscam o controle social e visam acalmar a população tentando impor a ordem em relação à epidemia da gripe, e as que pretendem revelar uma verdade além da versão oficial.

Há também uma narrativa íntima, que está à margem dos grandes acontecimentos, embora se desenvolva nesse contexto, e interfira na grande narrativa da gripe de uma maneira carnavalizada, como é o caso do poema erótico que podemos associar ao homem do bigode. Os fragmentos do poema estão em todo o texto. É um importante fio narrativo. Enquanto a cidade é tomada pela gripe, há um homem movido pelo desejo sexual incontrolável que sai às ruas em busca de sexo. Ele é apresentado já no início, na mesma página em que aparece o título de jornal: “A paz está interrompida”, referindo-se aos episódios finais da Primeira Guerra Mundial:



Um homem eu caminho sozinho
nesta cidade sem gente
as gentes estão nas casas
à gripe

Aproveitando a vulnerabilidade das pessoas e a possibilidade de manter-se anônimo, ele invade uma casa e estupra uma mulher loira doente (que mais tarde aparece no relato de D. Lúcia), totalmente tomada pelo delírio da doença. Apesar de estar em casa com o marido, este nada pode fazer por se encontrar também doente. O poema descreve minuciosamente o ato sexual e a perversidade do homem, que se esconde no anonimato, como é possível ver a seguir:

DIA 30 SÁBADO

O KAISER ESTÁ COM HESPANHOLA

De amanhã em diante será restabelecido o trafego dos bonds os quais circularão de acordo com o antigo horario.

DT



Mas sempre terei diante de mim
a visão de eu abrindo a porta
a casa vazia, seu corpo de loura plumagem
Sem me voltar, sem voltar
diante de mim a cidade vazia, silenciosa
nestes dias da grippe
ninguém me viu nem me verá

“Ela, a mulher, nunca mais ficou com o juízo perfeito. Passava uns tempos boa, teve até um filho, criança linda. De repente, dava assim como uma tristeza nela, safa a andar sozinha pelas ruas, sempre com um vidrinho de veneno nas mãos. Nunca largava do veneno, mesmo quando estava normal, alegre com o marido e o filho. . .”

DONA LÚCIA – 1976

66

A edição do poema e a montagem das páginas corroboram para pôr em questão o discurso oficial. Este pretende mostrar a gripe como uma doença bastante séria, mas passível de controle e tratamento, desde que a população tome algumas precauções, tais como a de não frequentar ambientes fechados, não visitar parentes, adotar medidas de higiene, como a desinfecção dos ambientes com creolina. O discurso oficial, veiculado pelo jornal *Commercio do Paraná*, traz um retrato amenizado da realidade, que logo é problematizada:

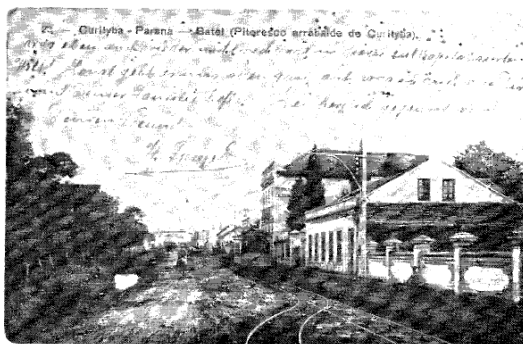
CONSELHO

ACONSELHAMOS AOS HABITANTES DE CURITIBA QUE NÃO SE VISITEM, MESMO QUE NÃO HAJA MOLESTIA NAS CASAS QUE PRETENDEREM FREQUENTAR, ATÉ QUE TERMINE A EPIDEMIA NO RIO DE JANEIRO; BEM COMO QUE NÃO CONCORRAM AOS LOGARES ONDE HOUVER AGGLOMERAÇÕES DE PESSOAS.

SR. DR. TRAJANO REIS
DIRECTOR DO SERVIÇO SANITARIO DO ESTADO

22/10/1918

Entro na casa
a porta sem chavear
alguém que saiu para voltar
e não mais voltou
entrou para sair
e não mais saiu



Não sei porque
entro entrei
nesta casa onde nunca entrei
Pássaro em água estranha
Vagueio pela penumbra do corredor
pela porta entreaberta vejo

18

Na página acima, vemos o discurso oficial de Trajano Reis, diretor do serviço sanitário, pedindo que os curitibanos não se visitem, “até que termine a epidemia no Rio de Janeiro”, ou seja, não se admite ainda no dia 22 de outubro que a doença é epidêmica também em Curitiba. Abaixo do texto está o poema do homem de bigode, descrevendo como este entrou na casa da mulher que contraíra gripe e estava muito doente. O primeiro verso contrasta com o discurso oficial do diretor do serviço sanitário, ao anunciar: “Entro na casa”. O poema está entrecortado pelas imagens de uma tranquila rua do Batel, tradicional reduto da classe média alta de Curitiba. O poema “entra” na casa/fotografia, sugerindo tanto a contestação da ordem civil por não atender a demanda de Trajano Reis, a penetração sexual e a inoculação do vírus da gripe de maneira epidêmica na cidade. Esse efeito de polifonia e de carnavalização do discurso oficial ganha destaque com a adoção da montagem cinematográfica, que evidencia os contrastes. Procedimento semelhante ocorre na página a seguir:

os olhos agora semicerrados, a parte
interna das coxas, novamente o bico
dos seios agora também todo o seio
branco talhado enche minha boca



“O que a gente via era a mulher, no quintal, cuidando de
alguma coisa. Muito branca, alta, o cabelo bem comprido
brilhando mesmo quando não tinha sol. Loiro.”

DONA LÚCIA – 1976

54

O poema erótico, neste caso, é reforçado pela imagem do anúncio de uma pomada para os seios. O título do anúncio, em destaque, evidencia a imagem do seio volumoso. Em seguida, o depoimento de D. Lúcia dá continuidade ao fio da história da mulher que, juntamente com seu marido, adoece em casa, sem qualquer atendimento. A mulher, identificada como Clara, é atacada sexualmente pelo homem de bigode em seu poema erótico. A partir do contraste, da montagem, Valêncio Xavier faz com que duas narrativas aparentemente distintas se misturem. Além disso, a junção entre o poema erótico, a imagem sugestiva do anúncio e o fragmento da história de D. Lúcia destacam a relação entre sexo e doença presente ao longo do livro.

Considerações finais

As possibilidades interpretativas de *O Mez da Grippe* vão muito além do esboço apresentado acima e têm gerado uma série de estudos. Elaborado de maneira originalíssima numa época em que o entrecruzamento de narrativas e o uso de diversas mídias não eram tão constantes na literatura como ocorre hoje, o livro desponta como um dos mais importantes

textos da literatura paranaense recente. Valêncio Xavier, artista que dominava outras áreas da produção cultural como o jornalismo e o cinema, criou uma forma originalíssima de realizar uma narrativa minimalista a partir de fragmentos da realidade, montando um mosaico da Curitiba do final do ano de 1918.

A atualidade de *O Mez da Grippe* está no fato de problematizar a luta pela verdade em torno da epidemia da gripe espanhola, em que o campo discursivo encontra contendores que pretendem plasmar o discurso oficial, visando o controle social, e as vozes dissonantes, como o poema do homem do bigode. Nesse caso, Valêncio vale-se de uma característica muito cara ao romance (e à literatura em prosa, de uma forma geral): a capacidade de fornecer uma visão que problematiza a realidade. Assim, podemos entender a relação do texto de Valêncio com a própria noção de realismo. Em vez de aceitar a palavra escrita de maneira ortodoxa, Valêncio ensina o leitor a buscar as contradições, evidenciadas com o procedimento técnico da montagem. É como se a técnica funcionasse como um efeito de estranhamento tão poderoso a ponto de levar o leitor a problematizar a realidade.

Referências

- ANDRADE, Oswald. **Poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- ATEM, R. **Panorama da poesia contemporânea em Curitiba**. Curitiba, PR, 1990, 276f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Ana Maria Ioriatti e Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DESSONS, G. **Introduction à l'analyse du poème**. Paris: Dunod, 1996.
- ECO, U. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FREITAS, A. **Arte e contestação: o Salão Paranaense nos anos de chumbo**. Curitiba: Medusa, 2013.

JAKOBSON, R. **Linguística. Poética. Cinema.** Trad. Francisco Achcar. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LEMINSKI, P. **Sério Paranaenses – n. 2.** Curitiba: Editora UFPR, 1988.

MANOVICH, L. **The language of new media.** Massachusetts: MIT, 2001.

NICHOL, B. **Introdução ao documentário.** Trad. Mônica Martins. Campinas: Papyrus, 2005.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias.** São Paulo: Razão Social, 1992.

_____. **Panorama da arte tecnológica.** In: LEÃO, Lúcia (Org.). O chip e o calendoscópio: reflexões sobre as novas mídias. São Paulo: Senac, 2005.

SÜSSEKIND, Flora. **Papéis colados.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

XAVIER, Valêncio. O Frankenstein de Curitiba. **Revista Cult**, São Paulo, n. 20, p. 5-9, mar. 1999. Entrevista concedida a Joca Reiners Terron.

_____. **O Mez da Grippe e outros livros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WATT, I. **Ascensão do romance:** estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

AS FRONTEIRAS ENTRE A ARGUMENTAÇÃO E A INJUNÇÃO: UM ESTUDO DAS TIPOLOGIAS TEXTUAIS EM UM TEXTO DE OPINIÃO

Manoel Francisco GUARANHA⁵⁹

Antônio José Carneiro CARDOSO⁶⁰

Resumo: Este artigo apresenta uma análise, notadamente sob a perspectiva das tipologias textuais, do texto de opinião “Adote um Bandido”, veiculado no **Jornal do SBT** em 4/2/2014, quando a jornalista Rachel Sheherazade afirmou ser compreensível a ação de justiceiros que prenderam um adolescente suspeito de praticar furtos a um poste no Rio de Janeiro. A fundamentação teórica sobre tipologias textuais parte dos estudos de Travaglia (2007), Bronckart (1999), Marcuschi (2000, 2005) e Garcia (2002). Por meio da análise do *corpus*, detectamos a diluição das fronteiras entre os gêneros texto de opinião e panfleto pela prevalência do aspecto injuntivo em detrimento do argumentativo.

Palavras-chave: Tipologias Textuais. Gêneros. Artigo de Opinião. Argumentação. Injunção.

Abstract: *This article presents an analysis, notably under the perspective of text types, the opinion article "Adote um bandido", broadcasted in Jornal do SBT on February 4th 2014, when the journalist Rachel Sheherazade stated that the action from people that arrested a teenager suspected of practicing thefts to a light post in Rio de Janeiro was understanding. The theoretical framework of text types are from Travaglia (2007), Bronckart (1999), Marcuschi (2000, 2005) and Garcia (2002). Through the corpus analysis, we found the blurring of boundaries between the genres opinion text and pamphlet by the prevalence of the injunctive aspect rather than the argumentative one.*

Keywords: *Textual typologies. Genres. Opinion article. Argumentation. Injunction.*

⁵⁹ Doutor em Letras pela USP (2003). Atua como professor no curso de Letras e do Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, São Paulo, SP, Brasil; e também como professor concursado da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo FATEC, São Paulo, SP, Brasil. Contato: m-guaranha@uol.com.br.

⁶⁰ Mestre em Linguística pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, São Paulo, SP, Brasil Letras. Atua nas disciplinas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Língua Portuguesa no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, ISEPAM, Campos dos Goytacazes, RJ Brasil. Contato: antonioj.cardoso@oi.com.br.

Considerações iniciais

A Linguística Textual é uma disciplina que tem como objetivo ir além do estudo da frase, busca examinar o texto – unidade linguística hierarquicamente superior à frase. Atualmente, voltando-se para o estudo dos textos inseridos em seus contextos pragmáticos, as perspectivas de investigação estendem-se do texto ao contexto. Além disso, o estudo dos gêneros e das tipologias textuais revela-se bastante frutífero nessa área, bem como os estudos sobre coesão e coerência textuais, questões que dizem respeito ao processamento textual e às estratégias cognitivas e interacionais envolvidas no processo interativo de leitura.

Como os gêneros textuais, bem como cada texto em particular, apresentam diferenças em vários aspectos, tais como quanto ao assunto, às expressões linguísticas e, sobretudo, à organização global, categorizá-los não é uma tarefa mecânica, pois nessas produções culturais esses aspectos fundem-se na produção de sentido. Identificar a função da escolha dos tipos textuais feita pelo produtor para a produção dos sentidos desejados por ele é um trabalho de pesquisa que contribui para uma leitura que busca dar conta da complexidade que permeia o texto. Para dar conta deste objetivo, este trabalho apresenta, além desta introdução em que serão tratados alguns conceitos da Retórica que darão suporte à análise, duas outras seções mais especificamente ligadas ao objetivo. Na seção “As Tipologias textuais”, é feita uma exposição teórica sobre os diferentes tipos textuais, centrada nos estudos de Travaglia (2007), Bronckart (1999) e Marcuschi (2000, 2005). Em seguida, a pesquisa apresenta na seção “Da Argumentação à injunção, do opinativo ao panfletário”, uma análise do *corpus* desta pesquisa, os comentários da jornalista Rachel Sheherazade na reportagem “Adote um bandido” (SHEHERAZADE, 2014), a qual foi alvo de severas críticas que culminaram na retirada do ar do quadro “Opinião” apresentado por ela, isso em grande medida pelo fato de que o gênero que o quadro do programa pressupõe, comentário opinativo, cujo objetivo enunciativo seria o de defender uma ideia por meio de argumentos, converteu-se em um outro gênero, fala panfletária, fenômeno detectado, principalmente como mostramos em nosso estudo, pelo largo uso do tipo textual injuntivo ou de um modo injuntivo de apresentar os argumentos.

Cabe esclarecer que, especificamente neste trabalho, tivemos a intenção de evidenciar o papel das tipologias textuais no *corpus* e por isso as questões retóricas que subjazem à análise não serão tratadas como elementos principais neste artigo, embora não deixem de estar presentes. Tivemos de lançar mão, ao longo da análise, de conceitos ligados à Retórica tais como persuasão, convencimento, *logos*, *ethos* e *pathos*. Eles aparecem aqui, contudo, como

categorias suscitadas pelas estratégias discursivas que emanam dos tipos textuais utilizados uma vez que é esse fenômeno, o das tipologias textuais e seu arranjo no discurso, que nos interessa aqui.

Desse modo, para dar conta dos conceitos retóricos que utilizaremos, apresentaremos brevemente, nestas considerações iniciais e não em seção à parte, o sentido em que vamos emprega-los sem discutir a polêmica que os envolve quando aplicados aos estudos retóricos. Para um aprofundamento dessas questões polêmicas, encaminhamos os leitores para o trabalho de Galinari (2014).

Ferreira (2010), ao falar sobre as intenções do discurso retórico, objeto de nosso estudo, afirma que o termo persuadir contém em si o convencer. Mesmo assim, estabelece a distinção entre ambos os processos:

O termo persuadir origina-se de *persuadere* (*per* + *suadere*). *Per*, como prefixo, significa ‘de modo completo’. *Suadere* equivale a ‘aconselhar’. [...] Persuadir contém em si o convencer (*cum* + *vincere*) [...] Persuadir: mover pelo coração, pela exploração do lado emocional, coordenar o discurso por meio do apelo às paixões de outros. Convencer: mover pela razão, pela exposição de provas lógicas, coordenar o discurso por meio de apelos ligados ao campo da racionalidade” (p. 15).

O discurso retórico, aquele que se propõe a convencer ou persuadir, possui três dimensões que repousam sobre o orador, o auditório e o discurso, e são associadas, respectivamente, ao *ethos*, ao *pathos* e ao *logos*. Essa distinção autoriza-nos a pensar que a intenção de persuadir estaria ligada ao *pathos*, as paixões despertadas no auditório e ao *ethos*, ao caráter do orador no discurso. Já a intenção de convencer estaria ligada ao *logos*, apelo à razão por meio de argumentos.

Ocorre, contudo, que não podemos tentar separar e rotular essas três dimensões em categorias estanques pelo mesmo motivo que não vamos estudar tipologias textuais neste trabalho como categorias estanques já que acreditamos ser mais produtivo observar o modo como se misturam e se articulam em cada situação de comunicação na construção do texto. O que nossa análise sugere, contudo, é que ao privilegiar o *ethos* e o *pathos* em detrimento do *logos*, o discurso analisado da jornalista passa do argumentativo ao panfletário. O juízo de valor que se pode abstrair do uso dos dois adjetivos, argumentativo como algo positivo e panfletário como algo negativo, não pretende conduzir à ideia de que a estratégia argumentativa é mais ou menos eficiente do que a panfletária uma vez que se o objetivo de um texto é convencer ou persuadir e ele consegue fazer isso, então é eficiente. O estudo se

presta a mostrar, apenas, que o que é apresentado como bom para a sociedade nem sempre é apresentado por meio de argumentos lógicos. No caso de temas delicados tratados em rede nacional de televisão como a questão dos direitos humanos e da pertinência de o cidadão fazer justiça com as próprias mãos, objetos de discurso do nosso *corpus*, essa postura centrada no *pathos* pode ser um elemento que estimula a barbárie.

As tipologias textuais

Os tipos textuais constituem estratégias utilizadas para organizar o material linguístico e apresentam-se em estreita conexão com o gênero a que pertence o texto. É comum um único texto conter diferentes tipos que se articulam, já que essas categorias apresentam-se em número bastante limitado enquanto os gêneros apresentam-se em grande quantidade e, inclusive, surgem e desaparecem ao longo da história, quer por mudanças culturais, quer por intermédio das novas tecnologias.

A tipologia textual é considerada por Marcuschi(2005) um aspecto fundamental dos estudos linguísticos e possibilita a análise dos gêneros sob essa perspectiva. Para Marcuschi (2005), tipologia textual

é um termo que deve ser usado para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição; constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados no interior dos gêneros que não são textos empíricos; sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal (p. 23).

Ainda segundo Marcuschi (2000, p. 18), a noção de tipo textual é um construto teórico que abrange, em geral, as categorias designadas narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e diálogo. Esse agrupamento é de natureza linguística. Fazendo a distinção entre tipo, gênero e evento linguístico, Marcuschi (2000, p. 21) afirma que "um tipo textual é constructo ideal que se identifica no contexto de uma tipologia textual que pretende determinar estruturas linguísticas e formais que constituem esses tipos".

Travaglia (2007, p 18) ressalta a questão da conjugação tipológica. Para ele, dificilmente são encontrados tipos puros [em um texto]. O autor afirma que um texto se define como de um tipo por uma questão de dominância, em função do tipo de interlocução que se

pretende estabelecer e que se estabelece, e não em função do espaço ocupado por um tipo na constituição desse texto.

Já segundo Bronckart (1999, p. 22), os tipos textuais abrangem as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Segundo ele, o termo tipologia textual é usado “para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”. Como se percebe, Bronckart não apresenta, como faz Marcuschi, o diálogo como um dos tipos textuais. Isso nos autoriza a pensar que, por esta perspectiva teórica, os turnos de fala dos locutores em um diálogo podem ser categorizados como narrativos, argumentativos, expositivos, descritivos ou injuntivos. Deve-se considerar ainda que os tipos raramente ocorrem de forma pura em um texto, mas o material linguístico pode ser predominantemente narrativo, descritivo, injuntivo, expositivo ou argumentativo, como propõe Travaglia (1991 apud TRAVAGLIA, 2007). A predominância de determinado tipo textual dependerá do objetivo enunciativo do material linguístico a que pertence, ou seja, das especificidades do gênero em que se insere o texto.

Essas observações são relevantes para o nosso objeto de estudo, já que a fala da repórter Rachel Sheherazade caracteriza-se como a simulação de um diálogo⁶¹ com o telespectador, uma vez que ela emitiu na televisão sua opinião a respeito de um fato noticiado, ou seja, narrado. Ainda que tenhamos usado a versão escrita do material para análise, o comentário trata-se de um gênero que se caracteriza pela oralidade e marcas dessa oralidade contribuem para a significação. De qualquer modo, o objetivo enunciativo da fala da jornalista não é informar, mas formar opinião, defender a sua posição, e provavelmente a opinião da emissora que representa, influenciando no modo de os espectadores verem o fato.

Antes de empreender a análise do texto, vamos delimitar e apresentar os aspectos dos diferentes tipos textuais elencados neste trabalho que servirão de base para nosso estudo.

Em primeiro lugar, consideraremos o tipo narrativo, forma básica global muito presente em diversos gêneros cuja finalidade é contar histórias ou fatos. Sendo linguisticamente marcado pela contação de um fato, nessa estrutura o autor encadeia uma sequência de acontecimentos ou de eventos que ocorreram. Desse modo, a estrutura narrativa é caracterizada pela marcação temporal cronológica, além do destaque dado aos agentes das

⁶¹ Falamos aqui em simulação de um diálogo porque apesar de a locutora se dirigir aos interlocutores, telespectadores no caso, estes não têm como retrucar, o que caracteriza, na prática, o ato comunicativo como um monólogo.

ações. Na narrativa, predominam as ações, enquanto que as descrições de situações e estados lhe são subordinadas.

Só é possível falar de narração quando cada história contada mobilizar personagens implicados em acontecimentos organizados no eixo do sucessivo e quando for sustentada por um processo de intriga (BRONCKART, 1999, p. 219). Logo, essa tipologia textual é caracterizada pela predominância de verbos no pretérito do indicativo, uma vez que este tempo verbal remete à ideia de acontecimentos realizados, pontua ou faz menção a estes acontecimentos, desenvolvendo a sequência das ações em um tempo cronológico em andamento. Certamente, há narrativas literárias que se desenrolam no presente, mas essa estratégia gera um efeito de sentido que caracteriza o suspense a inserção do leitor nos fatos contados. De qualquer modo, via de regra, em textos não literários, as histórias são contadas por meio de verbos no passado.

Já o texto descritivo faz um apontamento das características de um indivíduo, de um animal, de um ambiente, de um objeto, de uma situação e mesmo de uma sensação. Essa tipologia textual é conhecida como aquela que mostra, que revela, que traduz um fenômeno. A sequência descritiva apresenta a particularidade de ser composta de fases que não se organizam em uma ordem linear obrigatória, mas que se combinam e se encaixam em uma ordem hierárquica ou vertical (BRONCKART, 1999, p. 222). Analogicamente, podemos afirmar que o texto descritivo pode ser entendido como uma imagem, uma cena dentro da moldura e que ao autor do texto cabe mostrar essa cena. Na imagem, não há uma sequência de acontecimentos nem uma sequência única que os olhos devem seguir. Ao sujeito que faz a descrição é que cabe a organização dos elementos, do todo para as partes, modo dedutivo, ou das partes para o todo, modo indutivo. O tempo verbal apropriado para uma descrição é o presente do indicativo, mas nada impede que sejam feitas descrições no pretérito imperfeito ou mesmo perfeito quando elas se inserem nas narrativas. O que difere este tipo textual da narração é a menor incidência de verbos de ação decorrente da intencionalidade do produtor de apresentar o objeto descrito, quer dizer, o texto descritivo é marcado por um tempo estático, o que não significa a supressão total das ações. Havendo decurso de tempo, o texto tenderá a ser narrativo e não descritivo.

Os textos dissertativos, em que predomina a argumentação, por sua vez, preocupam-se em defender ideias ou opiniões. É importante ressaltar que o texto pode ou não trazer a primeira pessoa gramatical como marca. O texto dissertativo, quando dispensa essa marca gramatical, procura produzir um efeito de sentido que atribui às ideias apresentadas valor e

caráter universais. O locutor quer que a opinião expressa deixe de ser pessoal para ganhar uma dimensão mais universal e com isso pretende conseguir a adesão do interlocutor apelando, geralmente, para o senso comum ou para o bom senso. O tempo verbal deve ser o presente do indicativo. A defesa de um ponto de vista e de uma argumentação embasada e justificada leva em consideração aspectos objetivos, mas nem sempre isso ocorre já que o sujeito que argumenta apresenta a realidade como ele a concebe. Caso tenha a intenção de produzir um efeito de sentido que confere maior grau de racionalidade ao texto, o locutor dispensa a expressão exaltada de valores emocionais e subjetivos, já que a personalidade pode enfraquecer o argumento. Não é o que ocorre no texto que analisaremos, já que a jornalista quer se apresentar como fiadora das opiniões que emite e imprime um tom bastante incisivo à fala que produz.

Garcia (2002, p. 302), falando sobre um tipo de argumentação menos emotiva, ressalta que “a argumentação deve basear-se nos sãos princípios da lógica”, desenvolvendo-se a partir de ideias, princípios ou fatos. Dessa maneira, segundo a visão desse autor, em texto ou debate, o uso de xingamentos, do sarcasmo entre outras estratégias, por mais criativas possam vir a ser, jamais se constitui como um argumento, antes podem se revelar a falta dele. No caso no nosso objeto de estudo, há que se considerar a situação de comunicação, ou seja, um programa televisivo em que a repórter não apenas tem a função de noticiar, mas de veicular um juízo de valor sobre os fatos atuando como agente formador de opinião. Nesse sentido, o que ela diz e como ela diz visa atingir o público específico do jornal a que pertence e também revela, em última instância, a opinião da emissora a que ela está vinculada. O auditório composto pelos espectadores é marcado por características específicas que interferem diretamente no modo como a jornalista emite suas opiniões, se de forma mais emotiva para obter a adesão de determinado grupo de espectadores; se de forma mais racional, para atingir outros. No caso do programa de Sheherazade, trata-se de um espaço na televisão aberta e de uma emissora de perfil bastante popular.

O texto injuntivo é aquele que faz uma recomendação, faz o apontamento de como realizar determinada tarefa ou ação, dá ordens ou sugestões. Embora se caracterize por verbos no imperativo ou por formas mais corteses no futuro do pretérito em estruturas interrogativas como “você gostaria de fazer tal coisa?” ou “você poderia fazer tal coisa?”, a caracterização desse tipo textual, em gêneros mais simples como manuais de instrução ou placas de trânsito, é mais clara fazer. Contudo, em gêneros mais complexos, predominantemente dissertativos, podem aparecer sequências injuntivas, já que na argumentação o locutor defende uma ideia

com vistas à persuasão ou ao convencimento do interlocutor sobre um ponto de vista e pode querer coroar o processo com sugestões, pedidos diretos ou até ordens dadas ao auditório para efetivar a adesão deste às ideias apresentadas. Trata-se, este aspecto, do que ocorre na análise do *corpus* deste trabalho, um texto apresentado como opinativo que se torna panfletário por força do aspecto injuntivo que lhe é dado.

É preciso considerar, na análise da injunção, também elementos contextuais, já que uma fala expositiva como “está calor hoje” pode ser entendida como uma fala injuntiva se o falante quiser que o ouvinte interprete sua fala como “por favor, traga-me um copo com água” ou “ligue o ar condicionado”, por exemplo. A injunção trata-se, de qualquer modo, de um tipo textual que procura levar o leitor a determinada orientação transformadora. O texto injuntivo-instrucional, ainda que sob diferentes formas, tem o poder de transformar o comportamento do leitor, pois confere a ele um saber. O texto injuntivo, em contextos mais práticos, tem como objetivo controlar o comportamento do destinatário – são textos que incitam à ação, impõem regras ou fornecem instruções e indicações para a realização de um trabalho ou a utilização correta de instrumentos.

Defendemos que, apesar da aparente simplicidade do tipo injuntivo, ele pode, se combinado a outros tipos textuais, transmitir ideologias, conceitos, valores, transformar o comportamento do enunciatário em gêneros prescritivos como fábulas ou apólogos, por exemplo. A diferença é que, enquanto o argumentativo deve apelar para a razão (logos), no processo de persuasão do leitor, o injuntivo pode ser usado quando o objetivo enunciativo é apelar para a emoção (pathos), num processo de convencimento.

Finalmente, o tipo expositivo cumpre a função de informar utilizando a explicação. Utiliza a razão e o entendimento com a finalidade de definir, esclarecer ou explicar um determinado tema, assunto, situação ou acontecimento. Essa tipologia está associada à apresentação e asserção de conceitos. No texto expositivo, o autor preocupa-se em dar explicações e elaborar os pontos-chave da informação, a fim de que seu auditório entenda o porquê e o como. Em gêneros essencialmente argumentativos, o tipo textual expositivo está presente na hora em que o produtor contextualiza e apresenta sua tese, bem como funciona como coadjuvante no desenvolvimento dos argumentos.

Por estas considerações, percebe-se que é difícil haver um gênero exclusivamente vinculado a uma única tipologia textual, em um mesmo texto pode haver uma sequência de ações e uma caracterização dessa ação, ambiente, pessoa etc. A categorização do texto como narrativo ou descritivo vai ser dada de acordo com a predominância de uma tipologia, não de

acordo com a exclusividade dela. A exclusividade de um tipo textual ocorre apenas em gêneros simples cujos objetivos enunciativos são muito específicos como placas de trânsito que podem ser simplesmente injuntivas "Pare" ou expositivas como "Obras na pista"⁶². Em geral, os textos mais complexos de quaisquer gêneros são híbridos, pois podem trazer em sua composição aspectos narrativos ou descritivos ou dissertativos ou injuntivos.

Para compreender a organização textual em sua complexidade, é necessário evitar apenas rotular o material linguístico pela tipologia que ele apresenta em um primeiro momento. Devemos considerar que se pode, em um texto argumentativo, narrar uma breve história que servirá como argumento; pode-se, em um texto narrativo, contar uma história com a finalidade de mudar o comportamento de alguém, ou seja, com a intenção argumentativa e até injuntiva, por assim dizer, como no caso das fábulas. O que se percebe é que classificar textos a partir da tipologia, simplesmente, pode ser improdutivo quando se pretende empreender uma análise profunda do sentido das construções linguísticas, mas a classificação tipológica, por outro lado, pode ser um relevante instrumento para se verificar a intencionalidade do enunciador e para se avaliar os efeitos de produção de sentido nas estruturas linguísticas, que é o que a análise do corpus de nossa pesquisa pretende mostrar na próxima seção.

Da argumentação à injunção, do opinativo ao panfletário

A jornalista Rachel Sheherazade é âncora e comentarista do **Jornal do SBT**. Conhecida por seus comentários polêmicos acerca de diversos assuntos, dia 4 de fevereiro de 2014, mais uma vez suas palavras foram alvo de críticas que levaram à retirada do ar do quadro chamado "Opinião". Rachel comentou a ação de um grupo de pessoas que espancou um assaltante adolescente e o prendeu pelo pescoço a um poste com uma trava de bicicleta. Em seu comentário, ela afirmou ser "compreensível" que o "cidadão de bem" reagisse dessa maneira contra o sujeito que qualificou de bandido. Os ativistas políticos que se posicionaram contra as ideias expostas na fala da jornalista, pois afirmam que Sheherazade incitou violência e o crime e desrespeitou os direitos humanos.

⁶² Isso levando-se em consideração que esses textos não estejam deslocados de seus contextos originais, pois uma placa de trânsito "Pare" fixada no quarto de um adolescente produz um efeito de sentido que vai além daquele dado pelo injuntivo. Pode estar querendo significar, entre outras coisas, um recado aos pais: "Este território me pertence".

Pretendemos aqui fazer uma análise da opinião de Sheherazade sob a perspectiva, principal, mas não exclusiva, da articulação dos tipos textuais que há na flá. Para tanto, transcrevemos a seguir, na íntegra, o texto:

Adote um bandido

O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que em vez de prestar queixa contra seus agressores, preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso.

É que a ficha do sujeito – ladrão conhecido na região – está mais suja do que pau de galinheiro.

Num país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos “vingadores” é até compreensível.

O Estado é omissivo. A polícia, desmoralizada. A Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que, ainda por cima, foi desarmado?

Se defender, claro!

O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite.

E aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho no poste, lanço uma campanha:

“Façam um favor ao Brasil. Adote um bandido!” (SHEHERAZADE, 2014).

O texto inicia-se em (1) como uma sequência narrativa que teria a função de recuperar sumariamente a notícia que acabara de ser veiculada. Atestam essa tipologia, num primeiro momento, o verbo e a locução verbal no passado “era” e “preferiu fugir”, respectivamente; e o pretérito do subjuntivo “acabasse”. Observando melhor, no entanto, poderíamos sustentar que o primeiro fragmento aproxima-se também da descrição de uma cena pelo verbo de ligação elíptico “o marginalzinho [estava] amarrado ao poste”. Esta cena é apresentada de modo bastante subjetivo por meio do uso do adjetivo depreciativo “marginal” no diminutivo, “marginalzinho”, o que lhe confere um tom sarcástico. Além disso, o uso do intensificador “tão inocente que preferiu fugir” complementa esse tom sarcástico e condenatório da comentarista que justifica a fuga do adolescente como consequência do medo de acabar preso por seus supostos crimes e não, talvez, como uma consequência do ato de violência, linchamento, a que provavelmente seria submetido.

Nesta pequena sequência, que poderíamos caracterizar num primeiro momento como narrativa temos, de fato, uma forte intenção argumentativa da enunciativa que reforça a tese de que os “agressores” que amarraram o garoto ao poste são, na verdade, as vítimas dele. O tom de desprezo empregado em relação ao menor pretende não deixar margem de dúvidas quanto à culpa dele. Ora, diante disso, podemos pensar que os elementos que caracterizam tipologicamente a narração ou a descrição, neste fragmento, estão a serviço da construção de

uma tese exposta em (1): o menor amarrado ao poste é indubitavelmente culpado do crime que lhe imputaram.

Em seguida, essa tese ganha reforço em (2), trecho em que se explicitará o motivo da fuga do rapaz, agora chamado de “sujeito” e qualificado como “ladrão”: esse motivo é a ficha suja, que a enunciativa apresenta como prova irrefutável da culpa do suspeito. A comparação é forte, a expressão usada é bem popular, também sarcástica, pois credita ao passado do rapaz mais sujeira do que a que há em um galinheiro, sem especificar quantos ou quais foram os delitos do acusado. Toda essa carga semântica negativa atribuída à ficha do rapaz é argumento contundente para justificar, em (3), a atitude dos que o amarraram ao poste. O uso de aspas na expressão “vingadores”, com que qualifica os agressores, é marca da heterogeneidade discursiva que permeia a fala da jornalista dando a entender que o termo não é dela. De fato, mais tarde saberemos em (7), que se trata da fala dos que defendem os direitos humanos que chamam os agressores de vingadores. É com eles, os defensores dos direitos humanos, que a enunciativa estabelece confronto direto: "E aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho no poste, lanço uma campanha".

Voltando ao fragmento, cabe destacar a acentuada ironia que a enunciativa usa para apresentar os números da violência no Brasil em (3), por meio do verbo “ostenta” e do adjetivo “incríveis” é mais um argumento que usa para justificar a ação dos justiceiros frente ao que considera inação da justiça oficial com relação à “violência endêmica”. Essa justificativa amplia-se, em (4), pela exposição dos agentes e de sua caracterização: Estado omissivo; polícia desmoralizada; e Justiça falha. Todos esses agentes sociais são apresentados, por sua vez, em franca oposição ao “cidadão de bem” e “desarmado”. Neste ponto, encaminha-se o raciocínio para levar o enunciatário que aderir ao discurso da enunciativa a sentir-se encurralado tanto pelos fora da lei quanto pelos agentes estatais e justificar, com isso, a execução da justiça pelas próprias mãos, já que a população está inerme. Entra, aqui, o pretexto para a construção de outra premissa: a de que o cidadão de bem deveria ter o direito de andar armado uma vez que o Estado falha na execução de seus deveres. Em (4), na segunda parte, predomina o aspecto injuntivo por meio da pergunta retórica para qual, frente aos argumentos que a locutora apresentara, só há uma resposta, que ela mesma encarrega-se de dar em (5): a atitude que deve adotar o “cidadão de bem” é “Se defender, claro!”. O tom exclamativo com que profere a resposta acentua o caráter injuntivo do texto, incita o interlocutor e transforma o ato de amarrar um suspeito ao poste, que poderia ser considerado

como barbárie, em legítima defesa com vistas a reestabelecer uma suposta ordem rompida ou preencher a lacuna deixada pelo Estado, representado aqui pela polícia e pela justiça.

Em favor da tese de que é lícito praticar a justiça com as próprias mãos, a enunciadora expõe suas impressões qualificando, em (6), o ato como “contra-ataque aos bandidos” e como “legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite”. O caráter bélico que envolve a seleção lexical empreendida pela locutora acentua a tom incitatório à violência que empreende em seu discurso. O uso das palavras “Estado” e “estado” – homófonas e homógrafas com sentidos diferentes é uma estratégia argumentativa neste fragmento, já que o uso do termo, primeiro com sentido de instituição e depois com sentido de conjuntura, reforça a ideia de que o Estado, instituição regida por normas tais como a que impede o cidadão de realizar justiça pelas próprias mãos, pode ser ignorado em face da situação, o estado de violência que impera.

Em seguida, em (7), prevê um contra-argumento para sua tese, retomando a voz daqueles que poderão discordar dela: os defensores dos direitos humanos. Mais uma vez, serve-se do termo “marginalzinho” ligado ao verbo “apiedar-se” em que se sobressai o aspecto irônico pelo contraste entre a qualidade que atribui ao menor e o léxico “apiedar-se”, cuja carga semântica nos remete aos valores do Cristianismo. Essa aproximação entre marginalidade e piedade compõe um paradoxo que desqualifica a ação daqueles que defendem o garoto, colocando-os ou como equivocados ou como cúmplices daquele que a enunciadora considera bandido.

Todo esse arsenal argumentativo conduz, naturalmente, à injunção final em que, mais uma vez de modo irônico em (8), pede aos humanistas que adotem um bandido. Desse modo, a fala argumentativa que pressupõe o nome do quadro, “Opinião”, transforma-se em um discurso panfletário que se apresenta, em grande medida, inadequado ao que se espera de um gênero argumentativo pelos motivos a serem apresentados nas considerações finais deste trabalho.

Considerações finais

Percebe-se, a partir das observações que se concentraram basicamente na articulação dos tipos textuais que, como afirma Travaglia (2007), dificilmente são encontrados tipos textuais puros. Embora estejamos diante de um texto argumentativo, o caráter emocional que assume a fala da locutora apresenta-se tingido pelo forte tom injuntivo, uma vez que pretende

algo mais do que defender uma ideia: quer levar o enunciador a determinada orientação transformadora, nem sempre positiva, incitando-o à ação por meio do apelo ao *pathos*, à emoção, e não ao *logos*, à razão.

Não se trata de afirmar que para a argumentação é melhor lançar mão apenas de argumentos ligados ao *logos*, pois um texto argumentativo, em última instância, é adequado quando consegue atingir seu objetivo, mobilizar as pessoas, fazê-las aderir às ideias do enunciador. Pode-se dizer, contudo, que quanto mais atento ao modo de apresentação dos argumentos o enunciatário estiver, menos vulnerável ficará para aderir a opiniões apenas pela emoção. Esta atenção é resultado de uma prática de leitura que leva em conta, entre outros elementos, a adequação do texto ao gênero e ao modo de articulação dos tipos textuais em função do objetivo enunciativo. Em última instância, uma leitura interativa levando em conta conceitos da linguística textual, entre outros.

Com esta análise, podemos perceber que a enunciativa admoesta diretamente um grupo específico, o qual vilaniza: o dos defensores dos direitos humanos que eventualmente possam se apiedar do adolescente infrator colocado em risco de linchamento. Ela coloca-se como porta-voz da população, construindo para si um *ethos* de mulher destemida, e elege o menor amarrado ao poste como símbolo de todos os problemas que afligem o cidadão comum, de todo o *pathos* negativo deste, com quem ela se solidariza. Mais do que uma atitude argumentativa racional, o que propõe o discurso inflamado é um tipo de argumentação emocional que legitima a violência como válvula de escape para as frustrações que o cidadão comum tem experimentado em relação ao Estado.

O quadro do telejornal em que foi proferido o discurso sugere pelo seu título, “Opinião”, que a tipologia textual predominante deveria ser a argumentativa, já que esta sequência utiliza-se de fatos, evidências, testemunhos entre outros elementos para a defesa de um ponto de vista, todos estes elementos deveriam estar mais ligados ao *logos*. No entanto, deve-se considerar que, neste caso, o tom injuntivo é tão ou mais forte que o argumentativo o que torna a fala panfletária, estimulando a ideia de justiça como castigo imposto pelas próprias mãos, conceito vigente no senso comum. Não se trata, a fala da jornalista, da emissão de um juízo de valor pautado por parâmetros racionais, como se deveria esperar de um texto opinativo emitido por alguém que tem em seu poder um veículo tão poderoso quanto um programa de televisão, que atinge milhões de pessoas e pode tanto construir uma sociedade mais humana quanto incentivar a instauração da barbárie.

Referências

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GALINARI, M. M. Logos, ethos e pathos: ‘três lados’ de uma mesma moeda. In: **Alfa**, rev. linguísticos. (São José Rio Preto) vol.58 no.2 São Paulo June/Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942014000200257>. Acesso em: 28 fev. 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO A.P. *et al.* (Org.) **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.22-23.

SHEHERAZADE, R. Adote um bandido. 4 fev. 2014. Disponível em: <rachelshsheherazade.blogspot.com/2014/02/adote-um-bandido.html>. Acesso em: 10 jul. 2014.

TRAVAGLIA, L. C. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: **Anais [do] 4º Simpósio internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, 2007. V.1.p.1297-1306.

“BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”: A DISCURSIVIZAÇÃO DO LINCHAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE SOCIAL

Claudemir SOUSA⁶³

Francisco Vieira da SILVA⁶⁴

Resumo: Neste artigo, analisaremos a discursivização do linchamento como uma estratégia de controle social, a partir da análise de uma capa da revista Galileu, edição de fevereiro de 2016, correlacionando-a a uma série enunciativa sobre esse objeto discursivo na esfera midiática. Tomamos como suporte as contribuições de Michel Foucault para a Análise do Discurso. Do ponto de vista metodológico, este estudo inscreve-se no âmbito de uma perspectiva descritivo-interpretativa, marcado prioritariamente por uma orientação qualitativa. A partir das análises realizadas, foi possível aferir que, em nossa época, o linchamento é discursivizado como uma estratégia de controle e exclusão dos sujeitos ditos anormais.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Linchamento. Controle social. Sujeito na normal.

Abstract: *In this paper, we will analyze the discussions of lynching as a strategy of social control, by the analysis of a cover page of the magazine Galileu, edition of February 2016, correlating it with a statement series about this discursive object in the media field. We take as support Michel Foucault's contributions to the Discourse Analysis. From the methodological point of view, this study is situated in the scope of a descriptive-interpretative perspective, characterized by a qualitative approach. From the analysis made, it was possible to conclude that, in our time, lynching is discussed as a strategy of social control and exclusion of the subjects considered as abnormal.*

Keywords: *Discourse Analysis. Lynching. Social control. Abnormal subject*

⁶³Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PGLING), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara-SP (UNESP-Ar), São Paulo, Brasil. Contato eletrônico: <claudemir201089@hotmail.com>.

⁶⁴ Doutor em Linguística em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor do Curso de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Patu, Patu, Rio Grande do Norte, Brasil. Contato eletrônico: <franciscovieirariacho@hotmail.com>.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Motor bom, o meu, ia de zero a cem quilômetros em nove segundos. Ainda deu para ver que o corpo todo desengonçado da mulher havia ido parar, colorido de sangue, em cima de um muro, desses baixinhos de casa de subúrbio (FONSECA, 2004, p.243).

Comentários introdutórios

“[...] porque os cavalos utilizados não estavam afeitos a tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como se isso não bastasse, foi necessário cortar-lhes os nervos e retalhar-lhes as juntas” (FOUCAULT, 2013, p.7). Esse trecho ilustra a prática do suplício como uma forma de punição, em meados do século XVI e XVII, o qual introduz, de modo espetacular, as discussões realizadas por Foucault (2013) na obra *Vigiar e Punir*. Na prática do suplício, somos levados a imaginar o cenário de barbárie e selvageria coagulado no espetáculo público do castigo e da punição, o qual funcionava também como um recurso intimidatório e pedagogizante (cf. SOUZA e MENANDRO, 2002). Esse circo de horrores parece ter sido suplantado em função de novos códigos punitivos, a partir do século XVIII e XIX, os quais, no entendimento de Foucault (2013), fazem extinguir a melancólica festa das punições. Ainda de acordo com esse autor, mesmo os rituais de execução capital, ainda existente em várias partes do mundo, são caracterizados pela supressão do espetáculo e pela anulação da dor.

Quase trezentos anos depois, numa cidade do interior de do Mato Grosso, uma população enfurecida tira a vida de três suspeitos de assalto. A filmagem do linchamento choca ao mostrar os corpos dos homens que agonizam e rogam o perdão divino e dos seus algozes⁶⁵. O caso repercutiu sobremaneira na mídia e ficou conhecido como a “Chacina de Matupá”, no começo dos anos de 1990. Além disso, foi alvo de condenações por parte da Anistia Internacional e demais órgãos responsáveis pela seguridade e preservação dos direitos humanos. Casos como este não cessaram de aparecer na cena midiática brasileira. Em maio de

⁶⁵ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pior-linchamento-da-historia-do-brasil-tambem-foi-filmado>>. Acesso em: 19. mar. 2016.

2014, diversos portais midiáticos noticiaram que a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33 anos, morreu após ter sido violentamente espancada por diversos moradores do Guarujá, no litoral de São Paulo. A morte ocorreu em virtude de uma série de boatos que circulou nas redes sociais, segundo os quais a dona de casa sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra⁶⁶. Ainda em 2014, no Rio de Janeiro, um adolescente tem suas vestimentas rasgadas por três homens. Em seguida, é agredido e acorrentado a um poste. A fotografia do jovem machucado inundou as redes sociais e despertou toda a sorte de comentários. Em todos esses exemplos citados e em inúmeros outros que cotidianamente são veiculados nos diversos canais da mídia parecem reiterar a presença de elementos que nos reportam às punições públicas de que fala Foucault (1999). A tortura encetada a vista do público, conforme se observa, não se encontra alojada num passado distante e folclórico. O enunciado que enfeixa o título deste artigo fornece-nos uma dimensão da atualidade de discursos que vão recobrir a necessidade de livrar-se definitivamente dos anormais e dos que desafiam as leis e os contratos sociais.⁶⁷

Considerando que os discursos se estabelecem e funcionam nas relações de poder, nas lutas (FOUCAULT, 1991), como explicar que, em nossa época, em que se investe tanto na vida, conforme advogam as teorizações de Michel Foucault acerca do biopoder e das biopolíticas, tenha emergido o linchamento como espetáculo público de tortura e matança de indivíduos delinquentes?⁶⁸ Ou ainda, para utilizar uma indagação foucaultiana: por que apareceu aqui, e em nenhuma outra época e lugar, esse discurso em que o linchamento é uma prática coletiva de execução sumária incentivada como uma forma de controle social, de eliminação do sujeito anormal e perverso? São essas indagações que tentaremos responder na análise que desenvolveremos no presente artigo.

Dessa maneira, esse artigo, ao se debruçar sobre a análise de três materialidades discursivas que tratam do linchamento, objetiva investigar a discursivização dessa prática

⁶⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>. Acesso em: 19. mar. 2016.

⁶⁷ Uma pesquisa realizada no buscador do Google com a expressão “bandido bom é bandido morto”, em março de 2016, gerou mais de trezentos mil resultados. Considerando a *web* como um arquivo inapreensível de discursos, é possível pensar em como esses dizeres acerca da eliminação do “bandido” é extremamente atual e perpassa a economia de discursos e a construção de verdades na contemporaneidade.

⁶⁸ Importante ressaltar, amparando-se em Edoardo (2014), que no Código Penal Brasileiro, não há a tipificação dos crimes por linchamento, sendo enquadrado como lesão corporal. A única menção aparece no artigo 345 que prescreve: fazer justiça com as próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima salvo quando a lei permite. Pena: detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência (BRASIL, 1940).

como uma estratégia de controle social, de maneira a articular a análise enunciativa dos dizeres que circulam na mídia com as discussões de Michel Foucault a respeito das técnicas de poder da contemporaneidade e os modos de produção de subjetividade.

A perspectiva teórica que fundamenta nossas discussões é a da Análise do Discurso (AD). Em função da multiplicidade de abordagens que são denominadas por essa rubrica, filiamo-nos à vertente praticada no Brasil oriunda das discussões de Michel Pêcheux e que, a partir dos trabalhos de Jean-Jacques Courtine (2009), na França, e do grupo em torno de Gregolin (2004), no Brasil, atualmente mobiliza as contribuições de Foucault no interior desse campo de estudos. Conforme sumariza Fernandes (2007), citando um texto no qual Pêcheux enumera três perspectivas de estudos em AD vigentes na França nos anos de 1980, nossa vertente teórica é a que “compartilha com a perspectiva arqueológica foucaultiana a preocupação de considerar as condições históricas de existência dos discursos em sua heterogeneidade” (PÊCHEUX, 1984, p. 56 *apud* FERNANDES, 2007, p. 47).

Levando em conta que os discursos são históricos, heterogêneos e coexistem de modo disperso, tomaremos diferentes materialidades discursivas para nossas análises: uma capa da revista Galileu e duas postagens que circularam no *Facebook*, nos meses de fevereiro e março de 2015. Para conduzirmos nossas análises, inicialmente, discutiremos algumas concepções teórico-analíticas presentes nos estudos de Foucault (1999), que fundamentam esse trabalho, a partir das noções de biopoder e biopolítica; posteriormente, mobilizaremos tais noções para a análise do *corpus*. Também mobilizaremos os conceitos de sujeito e enunciado de Foucault (2008), bem como as discussões de Courtine (2008; 2009; 2013), no que tange à análise de discursos de materialidade verbo-visual.

De Foucault a Courtine: os percursos da noção de enunciado na AD

Ao definir a noção de enunciado, Foucault (2008) procura se distanciar das concepções da lógica, que se interessa por estabelecer se uma proposição é verdadeira ou falsa; da gramática, interessada no nível dos constituintes da frase; e da análise da conversação, que concebe o *speech act* (ato de fala) enquanto ato ilocutório, que conduz alguém a fazer algo.

Para Foucault (2008), o enunciado possui uma singularidade de existência (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), que faz dele não uma estrutura, mas uma função de existência “que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que

faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Isso abre a possibilidade para se trabalhar com a análise de objetos que não se apresentam em linguagem inteiramente verbal, como uma pirâmide etária, por exemplo, considerada por Foucault (2008) como um enunciado.

Assim, o autor em foco apresenta quatro características dessa função enunciativa. A primeira delas diz respeito ao fato de uma série de signos só ser considerada um enunciado quando entre ela e "outra coisa" houver uma relação específica que se refira a ela mesma, e não ao que lhe deu origem, nem aos elementos que a constituem. Essa característica diz respeito, para Courtine (2009), ao referencial do enunciado, suas leis de possibilidade que forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos, objetos, estados de coisa e relação que ele põe em jogo.

Outra característica da função enunciativa refere-se à ligação do enunciado com uma dada posição sujeito. Assim, o enunciado “mantém com um sujeito uma relação determinada que se deve isolar, sobretudo das relações com as quais poderia ser confundida, e cuja natureza é preciso especificar” (FOUCAULT, 2008, p. 103-104). Esse sujeito, segundo o autor, é uma função determinada e não coincidente consigo mesmo de um enunciado a outro, na medida em que é uma função vazia, podendo ser assumida por diferentes indivíduos, ou um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições em uma série de enunciados, assumindo papel de diferentes sujeitos.

A terceira característica é o fato de o enunciado só poder ser realizado em um campo associado, constituído de uma trama complexa de enunciados na qual estão as formulações no interior das quais o enunciado é um elemento, o conjunto de formulações às quais o enunciado se refere, seja repetindo-as, modificando-as, adaptando-as ou se opondo, bem como pelas formulações a que o enunciado dará origem.

Assim, o enunciado nunca está isolado, mas inserido em um campo de outros enunciados, aparecendo com um *status*, que vai possibilitar a ele ser esquecido como enunciado sem relevância ou ser retomado como uma verdade científica, que se sacraliza e abre possibilidade para enunciados futuros.

A quarta característica do enunciado circunscreve uma existência material. O enunciado necessita de uma espessura material que o constitua. Ele possui uma coordenada de espaço e tempo no qual se realiza e também um *status*. Nesse sentido, se as características de lugar e data mudam, a própria identidade do enunciado muda.

Para Courtine (2009), o enunciado apresenta uma existência material, distinta daquela da enunciação, pois o primeiro é repetível, enquanto que a segunda é um acontecimento singular, datado e irrepitível. Essa característica assegura que estaremos diante de diferentes enunciações cada vez que um enunciado é repetido em diferentes circunstâncias, pois o enunciado possui uma singularidade e uma repetição. Ele é caracterizado por um regime de materialidade repetível.

Tendo em vista que o enunciado, para Foucault (2008) não é inteiramente linguístico e verbal e levando em conta o caráter histórico dos processos discursivos, Courtine (2013) investiga o enunciado no processo histórico de sua formação, elaborando as bases do que ele chama de “Semiologia Histórica”, pensando o não verbal em seu funcionamento discursivo e em sua materialidade na História.

A Semiologia Histórica tem dado grandes contribuições à AD, pois demonstra uma produtividade considerável para a análise dos discursos produzidos numa linguagem verbo-visual, levando em conta também o caráter semiológico do enunciado. Atualmente, tem-se dado grande atenção à análise da produção e circulação de discursos em linguagem sincrética, que põem em relação discurso e história. Com isso, a AD vem estabelecendo diálogos também como as discussões sobre a mídia e as discursividades que nela circulam.

As imagens ganharam seu lugar nos estudos do discurso. Muitos ainda se voltam exclusivamente às palavras, mas concordamos com Courtine (2008, p. 17) que “é impensável que pretendamos ainda hoje separá-las das imagens – imagens fixas e imagens em movimento – e que não consagremos ao funcionamento das imagens e à sua relação com o discurso a mesma atenção que dispensamos aos enunciados verbais”.

Para Gregolin, (2007), a análise do texto não-verbal atrelado ao texto verbal abre perspectivas de estudos profícuos em AD, visto que estamos vivenciando um momento em que a sociedade se mostra mais midiática a cada dia, e sua linguagem é essencialmente imagética. Por isso, conforme a autora, “os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico” (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Foucault na AD: a genealogia do poder

Foucault (1999, p. 286) situa no século XIX a emergência de um fenômeno que ele denomina como a “tomada do poder sobre o homem enquanto ser vivo”. Trata-se, segundo ele, de uma intervenção estatal no aspecto biológico da espécie humana. Um dos atributos da

teoria clássica da soberania era o direito de vida e de morte. Por essa lógica, o soberano poderia fazer morrer e deixar viver. Esse direito era exercido de um modo desequilibrado, pendendo para o lado da morte, pois o soberano só o exercia no momento em que poderia matar.

Entre as transformações no âmbito do direito político, no século XIX, houve uma modificação nesse mecanismo de poder, uma inversão: o direito de soberania passa a ser “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). No campo do poder político, conforme destaca o autor, o problema da vida está atrelado às discussões do contrato social. A constituição de um soberano tem por função a garantia da vida, a fim de protegê-la.

Mas, para discutir essa transformação, Foucault (1999) discute a emergência de mecanismos ou tecnologias do poder, nos séculos XVII e XVIII, centradas no corpo individual, em sua distribuição no espaço, na separação, ordenação e colocação em um campo de vigilância e visibilidade.

Essa questão é discutida pelo autor em seu texto *Vigiar e Punir* (2013), no qual ele traça uma história da vigilância na prisão, desenhando um panorama das sociedades disciplinares, nas quais os corpos deviam ser treinados para aumentar sua força útil e produtiva. Tratava-se de um modo racionalizado e econômico de evitar onerosidade. Esse mecanismo de poder disciplinar sofreu transformações, na metade do século XVIII, fazendo emergir uma técnica de poder que não se dirige mais ao corpo individual, mas sim à vida do homem. Nas palavras de Foucault (1999, p. 289), “ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie”.

É a disciplina que continua a gerir o homem, mas em sua multiplicidade, que redundava em corpos individuais a serem vigiados, treinados, utilizados e punidos. Assim, Foucault (FOUCAULT, 1999, p. 289) sumariza que: “depois da anátomo-política do corpo humana, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana”. Essa tecnologia de poder ocupa-se de fenômenos próprios à vida do homem enquanto espécie, tais como as taxas de nascimento, de mortalidade, de doenças, a fecundidade e a longevidade de uma população, a produção econômica, dentre outros aspectos dessa natureza.

Com o biopoder nasce uma biopolítica, que se ocupa de medidas estatísticas desses fenômenos, observando e mapeando tais fenômenos. Trata-se, segundo Foucault (1999, p. 290), não das epidemias, mas das endemias: “a forma, a natureza, a extensão, a duração, a

intensidade das doenças reinantes numa população”, que causam a subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho e custos econômicos, porque impedem a produtividade e custam tratamentos. Com esse mecanismo de poder instaura-se também uma medicina que terá como função a higiene pública e que também investe em campanhas de aprendizado da higiene e na medicalização da população.

Outras preocupações do biopoder são a velhice, os acidentes, as enfermidades e anomalias diversas, os efeitos do meio ambiente, dentre outros aspectos da vida social. A biopolítica responde a elas introduzindo mecanismo sutis de seguridade individual e coletiva. Assim, a biopolítica lida com a população enquanto problema político e científico de modo a assegurar sobre os fenômenos relativos a ela uma regulamentação, que consiste em fazer viver e deixar morrer.

Diante dessa visão da biopolítica, Foucault (1999) observa que emerge uma desqualificação da morte. Os rituais de suplícios públicos, mencionados na introdução deste texto, desaparecem, de modo que a morte, antes um espetáculo assistido por toda a família, tornou-se algo que deve ser escondido, algo privado e vergonhoso. Em suma, a morte tornou-se um tabu maior que o sexo. A morte é o extremo do poder sobre a vida, um limite. Ela está na exterioridade em relação ao biopoder, só o integrando em termos de estatísticas (taxas de mortalidade). Ela é o ponto em que o indivíduo transgride o poder, o preço pela não observância das normas sociais vigentes. Isso não significa dizer, por outro lado, que determinados regimes sociopolíticos não aglutinem, a um só tempo, as estratégias de cunho biopolítico com práticas aparentemente opostas.

Nesse sentido, Foucault (1999) defende que o nazismo generalizou o biopoder e, ubiquamente, pautou-se no direito soberano de matar. Noutras palavras, o Estado nazista dispensava um cuidado sobre uma vida que deveria ser protegida, cultivada, principalmente do ponto de vista de uma perspectiva biológica e eugenista, imbuía-se do direito soberano de cessar a vida de quem quer que fosse (FOUCAULT, 1999). Sem desconsiderar todo o paroxismo que permeia os desdobramentos absolutamente nefastos do nazismo e demais regimes racistas, é possível cogitar a possibilidade de, no âmago do biopoder, abrir brechas que permitem germinar estratégias que levam, ainda que de modo indireto, à eliminação de algumas vidas para que determinadas vidas sejam possíveis, administradas, valoradas (cf. DAS e POOLE, 2008). Isso não ocorre, conforme lembra Foucault (1999), necessariamente por meio de assassinatos, mas, principalmente, por formas que podem levar ao assassinato

indireto, como o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, de excluir e rejeitar, de renegar direitos básicos às chamadas vidas nuas, de que fala Agamben (2002).

Ao estabelecer comparação entre as duas tecnologias de poder, Foucault (1999) caracteriza a face regulamentadora como aquela centrada na vida da população, em seus processos biológicos e que tem o Estado como articulador; e a disciplinar como um mecanismo centrado no corpo individual, orgânico, limitado a instituições como a escola, o hospital, o quartel, a oficina, dentre outras. Esses dois mecanismos não se excluem, podendo articular-se. Entre a regulamentação e a disciplina circula a norma, como elemento aplicável ao corpo e à população. Assim, para Foucault (1999), vivemos em uma sociedade de normalização em que ocorre a articulação entre as duas tecnologias de poder supracitadas. Nas análises a seguir esboçadas, será possível analisar a discursivização do linchamento como uma estratégia de controle social.

A incitação à eliminação do sujeito perverso: uma análise de três materialidades discursivas midiáticas

A edição de fevereiro de 2016 da Revista Galileu veio em forma de provocação: na capa, um rapaz jovem e negro morto, com as duas pernas amarradas a uma das mãos, coberto de feridas no corpo, como sinais atestadores de tortura e espancamento, várias pegadas ao seu redor atestando a presença/ausência dos autores da morte e a pergunta: o bandido está morto e agora?



Figura 1: Capa da revista Galileu, Ed. 295, fev.2016 (Fonte: site da revista).

A capa discursiviza, no caráter semiológico do enunciado, um lugar de fala para enunciar acerca do linchamento. Temos, nesse caso, uma voz que denuncia essa prática, na medida em que expõe a imagem de um corpo com sinais inalienáveis de violência ao lado de dizeres em caixa alta, os quais questionam a funcionalidade da eliminação de indivíduos considerados perigosos. Abaixo desses dizeres, lê-se: “Todos os dias uma pessoa – quase sempre negra e pobre – é linchada no Brasil. Entenda porque ‘fazer justiça com as próprias mãos’ só torna o país ainda mais violento”. Ao pautar-se por um dado estatístico, a posição que enuncia na capa trata do linchamento como um problema real, verificável, inegável, atrelado a discursos da ordem socioeconômica e da vulnerabilidade social. A revista coloca-se no lugar do esclarecimento, por meio do qual o leitor poderá compreender como o problema do linchamento não se constitui numa estratégia viável de redução da violência e criminalidade. Num domínio de memória, a imagem do corpo imóvel, moribundo e machucado leva-nos a imagens de tortura, horror e morte, caracterizadas pela violência. De acordo com Hashiguti (2012), a violência é uma forma de relação entre sujeitos e é também um tipo de discurso. Dada frequência com que somos expostos a imagens de violência, convém cogitar quais imagens podem chocar, quais imagens possuem um efeito de raridade no âmbito de uma dispersão enunciativa e de uma saturação de discursividades acerca da violência.

Esse conjunto verbo-visual, que chamaremos de enunciado, seguindo os postulados de Foucault (2008) e Courtine (2008; 2009; 2013), está imerso em uma rede de formulações outras, suscitando uma série de outros enunciados nos quais aparecem sujeitos, com as mesmas características físicas, mortos após serem espancados por civis, por terem sido identificados como bandidos, como mostrado nas duas imagens que seguem.

Desse modo, é possível observar o eco da imagem da capa de Galileu em postagens que circulam no *Facebook*, as quais discursivizam, por exemplo, casos de linchamento na cidade de São Luís, Maranhão⁶⁹, nos primeiros meses de 2016. As postagens constituem *links* para notícias acerca dos casos de linchamento na capital maranhense. A fotografia de um corpo amarrado a um poste, numa das postagens, e de outro estendido, de bruços, numa praia, na outra postagem assinalam a função enunciativa que espetaculariza esse tipo de crime. Numa das postagens, o sujeito que compartilha a notícia comenta: “[...] Mas acho curioso

⁶⁹ Por questões éticas, optamos por não mostrar as imagens que observamos via *Facebook*. No entanto, caso o leitor tenha interesse, é possível vê-las no seguinte endereço eletrônico: <<http://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/02/22/dois-linchamentos-sao-registrados-em-poucas-horas-na-regiao-metropolitana-de-sao-luis.shtml>>.

chamar linchamento de barbárie enquanto os crimes cometidos por essas “vítimas” já não chocam mais”. Essa posição relativiza aquela que considera o linchamento como uma prática hedionda, na medida em que o linchamento parece ser concebido como justa medida a ser tomada para compensar os atos infracionais cometidos pelo sujeito criminoso. Noutra postagem, vemos a imagem de um homem totalmente desfigurado, com o rosto imerso em sangue, acompanhado dos dizeres: “Homem não identificado é linchado na tarde deste domingo (13), no bairro Zé Tavares, área da Cidade Olímpica”. O fato de o sujeito vítima do linchamento não ser identificado parece-nos sintomático para pensarmos em como a produção da singularidade desse sujeito é eclipsada pelo anonimato. Esse rosto sem nome, considerando as técnicas de individuação oriundas dos mecanismos de identificação (cf. COURTINE e VIGARELLO, 2008), constitui um número, uma estatística de um corpo que não importa. Inscrita no interior de discursividades que cotidianamente falam da violência nos grandes centros urbanos, essa postagem parece confirmar o caráter repetível dos enunciados sobre a violência.

Nesse sentido, articulando o enunciado de capa da revista Galileu com a série enunciativa proveniente das postagens do Facebook, entendemos que o enunciado da capa possui uma raridade (FOUCAULT, 2008), porque é ele que aparece, e nenhum outro em seu lugar. O princípio da rarefação, para Foucault (2008), está no não-preenchimento das formulações possíveis. O discurso é um objeto de luta. Nem tudo pode ser dito, e se algo é dito é, pois, raro. Esse enunciado aparece em um momento da história no qual a grande incidência de linchamento lhe oferece possibilidades de emergir. Essa é a sua lei de possibilidade e a mídia o seu campo de aplicação.

A análise desses enunciados leva em conta a exterioridade, que lhes restitui sua dispersão, para analisá-los e considerá-los em sua descontinuidade, apreender sua irrupção enquanto acontecimento e também supõe que se descrevam as diferentes formas da subjetividade neles presente. “‘Não importa quem fala’, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Ao irromper enquanto acontecimento discursivo, a capa de Galileu deve ser analisada não enquanto continuidade de um discurso, mas como elemento disperso, a ser considerado no conjunto de outros elementos dispersos com os quais dialoga. Além disso, há um sujeito que é posto em jogo nesse discurso, que é o bandido, o perverso, que ameaça a população e, por isso, foi morto.

Além disso, a capa de Galileu foi construída a partir das formas de acúmulo (FOUCAULT, 2008) de outros enunciados, como as postagens que circulam cotidianamente no *Facebook*, na quais aparece o corpo do suposto criminoso estirado no chão cercado por populares, bem como pela maciça cobertura de programas policiais, exibidos na televisão aberta. A imagem da página dialoga, num domínio associado, com imagens inscritas na memória social, as quais delineiam a historicidade da imagem e uma certa ordem do olhar. Conforme explicita a capa, ao final do ritual do linchamento, ficam as pegadas no chão e o questionamento: e agora, o problema da violência está resolvido? As formas de acúmulo que são postas em jogo são as relações que os enunciados estabelecem entre si, em que a capa de Galileu é construída pela *recorrência* aos enunciados das postagens do *Facebook*.

Retomando as discussões de Foucault (1999) apresentadas anteriormente, vivemos em uma época na qual os mecanismos de poder investem sobre a vida biológica da espécie humana e o biopoder é o responsável por manter a vida da população saudável, promovendo o controle de acidentes e a prevenção de doenças, para citar algumas de suas funções. Se por um lado, assiste-se a esse gerenciamento da vida, por outro lado, vemos irromper, no plano da vida concreta e na esfera discursiva, casos de linchamentos públicos de pessoas julgadas como criminosas.

O linchamento é um paradoxo ao biopoder, por ser um poder de matar, de suprimir a vida. Ele aparece como um poder soberano, um excesso do biopoder, porque dá ao homem a possibilidade de organizar a vida eliminando o perverso, o perigoso, a ameaça para a vida dos demais sujeitos, que é o criminoso. Para Foucault (1999, p. 309), é aí que o racismo intervém, estabelecendo “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Ele age como uma censura biológica, subdividindo classes dentro da espécie populacional, que serão raças, e fragmentando a população à qual o biopoder se dirige.

Assim, para viver mais é preciso deixar a raça ruim morrer. Quanto mais delinquentes você matar, mais fará desaparecer essa parte problemática do corpo social. É isso que torna o racismo compatível com o biopoder, pois

[...] quanto mais as espécies inferiores tendem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Dessa forma, o linchamento, ao ser discursivizado como um mecanismo de controle social, não tem por função promover vingança pessoal, garantir a própria segurança, mas sim exterminar a parte que foge à norma, que põe toda a população em risco. Uma forma de tornar a população inteira mais pura e sadia, eliminando a parte degenerada. Na sociedade de normalização, o racismo é um mecanismo biológico de controle social, suprimindo os perigos para fortalecer a espécie. No caso do linchamento, o controle da população é feito pelos próprios sujeitos, ávidos por realizar a higiene social, eliminando o sujeito perverso, a espécie ruim, para deixar a raça melhor.

Por outro lado, devido à articulação entre os mecanismos da regulamentação e da disciplina, o comportamento do sujeito criminoso, por ser indisciplinado e irregular, tem efeito sobre seu corpo, punido com o espancamento e a morte, e também efeito regulamentar, pois cria uma estatística social de mortes urbanas violentas que não são interessantes para o Estado. Conforme Milanez (2012), o criminoso, compreendido como o mostro, o qual nos termos de Foucault (2001), designa aquele que subverte as leis da sociedade e da natureza, acaba por suscitar o ódio e vontade do indivíduo, eliminando-o da sociedade por meio de sua morte, flagrando o anseio de uma higienização social.

A morte é um elemento que se contrapõe ao biopoder, pois está em sua exterioridade, é um ponto limite. Só é justificada a morte do sujeito tido como anormal, entendido como aquele que foge à norma e a põe em ameaça. Para Foucault (2001), de um lado, a norma pode ser “entendida como regra de conduta, como lei informal, como princípio de conformidade; à norma se opõe a irregularidade, a desordem, o bizarro, a excentricidade, os afastamentos, a desnivelção” (2001, p.204), e, por outro lado, como “regularidade funcional, como princípio de funcionamento adaptado e ajustado; eis a ‘norma’ em que se oporá o patológico, o mórbido, o desalinhado, o sem função” (idem, grifos do autor).

Assim, ao transgredir a norma, a morte do sujeito perverso é justificada pelo racismo, conforme Foucault (1999) como uma forma de eliminar aquele que causa prejuízos à população e ao Estado. É assim que o linchamento emerge como mecanismo de controle social, de eliminação do anormal de modo a garantir a segurança de toda a população, pois “o criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social” (FOUCAULT, 2002, p.81). Conforme compreende Sousa (2012), subsiste um medo que leva uma parte da população a “desejar exterminar a outra parcela da população, como forma de garantir a própria sobrevivência, longevidade e – quem sabe – a possibilidade de se tornar eterna” (p.54).

Considerações finais

O Estado é omissivo, a polícia é desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, claro (Rachel Sheherazade).

Num comentário relativo a uma reportagem intitulada “Bandido bom não é bandido morto”, presente no *site* da revista Galileu⁷⁰, observamos os seguintes dizeres: “Resumindo... Bandido bom é bandido morto= 100-10... E a vida continua”. Ao hipotetizar uma situação em que num total de cem pessoas, dez merecem morrer, o sujeito enunciador compactua com a posição segundo a qual para a segurança da maioria é indispensável que haja a morte dos que fogem à norma e à disciplina, pois “uns são melhores que os outros” (CORACINI, 2008, p.69). O sujeito enunciador sintetiza um raciocínio que ampara uma série de discursos que vão justificar os casos de linchamento e práticas correlatas, pois defendem a morte sumária como uma estratégia de controle, de “limpeza” que garantirá o bem-estar, numa metáfora de guerra que nos remete à ideia de que devemos lutar sem tréguas (cf. ZALUAR, 1999).

Na rota dos discursos que sustentam posicionamentos como este citado anteriormente, objetivamos, no âmbito deste texto, analisar a discursivização do linchamento como um dispositivo de controle social, a partir da arqueogenealogia foucaultiana e suas inflexões na Análise do Discurso. Seguimos, portanto, as elucubrações teóricas de Foucault acerca do biopoder e da biopolítica, bem como a inserção desses mecanismos e técnicas de poder na sociedade de normalização, que opera com a disciplina do corpo e a regulamentação da espécie.

As análises das materialidades que compõem o *corpus* deste estudo, concebidas como enunciados verbo-visuais, deflagraram as redes de filiações entre tais enunciados, o que nos possibilitou inserir a discursivização do linchamento na capa da revista Galileu em um contexto mais amplo de casos recorrentes de espancamento e assassinato público de criminosos ou de pessoas suspeitas, consoante ilustradas pelas postagens no Facebook. Assim, tanto na capa de Galileu, como nas postagens acerca do linchamento na rede social em foco, tem-se a discursivização do linchamento dispersada em vários planos de fala, em diversas posições enunciativas, tais como: uma posição que denuncia e problematiza essa prática (a

⁷⁰ Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/03/bandido-bom-nao-e-bandido-morto.html>> . Acesso em: 23. mar. 2016.

capa revista), uma posição que assinala a premência do linchamento (o comentário de um dos sujeitos que compartilha a postagem), uma posição que informa mais um caso de justiça “com as próprias mãos” (as postagens do *Facebook*). Essa variedade de posições corrobora o fato de, na proposta teórica foucaultiana, o sujeito se dispersar em várias cenas enunciativas. Conforme sublinha Fischer (2013), o sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa, mas uma posição que é assumida diante de um discurso.

De acordo com as discussões levantadas, com base na teoria foucaultiana, o linchamento aparece em nossa época como uma estratégia de controle e eliminação dos perversos feitos pelos próprios sujeitos, de modo a extinguir aqueles que causam ameaça para a população, possibilitando, a um só tempo, a soberania de uma parcela da população e a negação da racionalidade impessoal da justiça e do direito (MARTINS, 1995). Embora atualmente haja uma intensificação dos mecanismos que investem na vida da população, tem-se como reverso a morte, que visa expulsar para o exterior do mecanismo de controle biológico da população aqueles que não seguem as normas socialmente estabelecidas.

Referências

AGAMBEN, G. **O homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2002.

CORACINI, M. J. R. F. Juventude em risco e governamentalidade : a questão do silenciamento e da identidade. In : NAVARRO, P. (Org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos : Claraluz, 2008, p.59-70.

COURTINE, J.J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 11-19.

_____. VIGARELLO, G. Identificar: traços, indícios, suspeitas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. (Orgs). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 341-363.

_____. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DAS, V.; POOLE, V. (Eds). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

EDOARDO, L. C. “À subsombra desumana dos linchadores”: relações entre mídia, violência e ficção no Brasil (primeiro semestre de 2014). In: CONGRESO DE ESTUDIOS POSCOLONIALES, 2, 2014, Buenos Aires. **Anais...**Buenos Aires, UNSAM, 2014. Disponível em: <http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/7-1%20EDOARDO.pdf>. Acesso em 20. mar. 2016.

FERNANDES, C. A. A noção de Enunciado em Foucault e sua atualidade em Análise do Discurso. In: _____; SANTOS, João Bosco Cabral dos (org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

FISCHER, R. M. B. Foucault. In: OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FONSECA, R. Passeio Noturno parte I. In: _____. **64 contos de Rubem Fonseca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FOUCAULT, M. In: _____. (Coord.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. Trad. Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade: cursos no Collège de France (1975/1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 285-315.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2002.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. 291p

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades, **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, nº. 11, 2007, p.11- 25.

HASHIGUTI, S. Um corpo na fotografia de jornal, **REDISCO**, Vitória da Conquista, v.1, n.1, p.98-103, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/901/820>>. Acesso em: 24. mar. 2016.

MARTINS, J. S. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil, **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n.25, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S0103-40141995000300022>. Acesso em: 24. mar. 2016.

MILANEZ, N. Pistas e traços do corpo suspeito: Jailton, o estuprador de Itambé. In: GREGOLIN, M. R; KOGAWA, J. M. M. (Orgs.). **Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.81-97.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs.). **Produção de identidade e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012.

SOUZA, L.; MENANDRO, P.R. M. Vidas apagadas: vítimas de linchamento ocorridas no Brasil (1990-2000), **Psicologia Política**, Belo Horizonte, n.2, v.4, 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv2n4/Capitulo%204.pdf>>. Acesso em: 24. mar. 2016.

ZALUAR, A. Globalização do crime e os limites da explicação global. In: SANTOS, J.V.T. (Org). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p.91-101.

ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR NUMA CAIXA DE PANDORA

Márcia Aparecida Amador MASCIA⁷¹

Adair Mendes NACARATO⁷²

Luzia BUENO⁷³

Resumo: O presente artigo tem como proposta analisar as memórias que atravessam o discurso do professor, tomando como *corpus* autobiografias de dois participantes de um projeto OBEDUC⁷⁴, um professor da educação básica e uma mestrande e professora de Literatura Brasileira. Os pressupostos teóricos se inserem na Análise do Discurso de linha francesa, na convergência de alguns pontos da psicanálise, mobilizando as noções de discurso, sujeito, memória, esquecimento, identificação e singularidade. Para empreender a análise, tomamos a metáfora da “caixa de Pandora”, entendendo a memória do professor como que um mistério a ser decifrado, a partir dos fios discursivos oriundos das autobiografias analisadas.

Palavras-chave: Memória. Análise do Discurso. Professor. Identificações.

Abstract: *The aim of this paper is to analyze the memories that cross the discourse of the teacher, taking as corpus autobiographies of two participants of an OBEDUC project, a teacher of fundamental school and a master's student and also a literature teacher. The theoretical assumptions are inserted in French Discourse Analysis, in the convergence of some points in psychoanalysis, mobilizing notions of discourse, subject, memory, forgetfulness, identity and singularity. To undertake the analysis, we take the metaphor of "Pandora's Box", understanding the memory of the teacher as a mystery to be deciphered, taken from the discursive threads of the autobiographies analyzed.*

Keywords: *Memory. Discourse Analysis. Teacher. Identifications.*

⁷¹ Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF). Itatiba. São Paulo. Brasil. e-mail: marciaaam@uol.com.br

⁷² Doutora em Educação pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF). Itatiba. São Paulo. Brasil. e-mail: adamn@terra.com.br

⁷³ Doutora em Linguística Aplicada pela PUC-SP. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF). Itatiba. São Paulo. Brasil. E-mail: luzia_bueno@usf.edu.br

⁷⁴ Projeto Observatório da Educação.

Introdução

Muito se tem pesquisado sobre a memória do professor a partir de vários vieses teóricos que, certamente, têm contribuído para melhor entender os fios que tecem a profissão docente e a partir dos quais é possível agir para melhorar o quadro atual da Educação no Brasil. De nossa parte, acreditamos que pela linguagem- escrita, falada, imagética, dentre outras manifestações -, é possível criar instâncias de auto-conhecimento e auto-formação, sendo a autobiografia uma modalidade pela qual o sujeito se constrói e se (re)constrói, a partir da implicação com as memórias de si, no próprio ato enunciativo. Trata-se de buscar reminiscências de um passado, a partir de um “eu” presentificado, mas que é o tempo todo da narrativa revisitado, reanalisado, ressignificado. Entendemos que, para entender o presente, precisamos revisitá-lo a todo momento, à luz do passado, não somente para entender o presente e/ou o passado, mas principalmente, para vislumbrarmos o futuro, ou um futuro que desejamos, que almejamos. As autobiografias dos nossos sujeitos de pesquisa tiveram essa proposta, de fazerem com que os sujeitos, ao se significarem discursivamente, no presente, pudessem levantar reminiscências que possibilitassem melhor entender suas escolhas profissionais e ultrapassar ou, pelo menos, conviver com suas angústias de “ser professor”.

Assim, com o desejo de procurar entender o professor como constitutivamente construído pela linguagem ou pelo discurso nasceu a proposta que nos dispusemos a discutir neste artigo.

O artigo tem como objetivo analisar as memórias de sujeitos-professores, a partir da análise de autobiografias escolar-acadêmicas. O estudo insere-se em um projeto mais amplo, OBEDUC, desenvolvido entre o Programa de Pós-Graduação em Educação no qual atuamos e uma escola pública municipal de uma cidade do interior paulista. O projeto se desdobrou em sub-projetos, sendo um deles analisar as memórias que atravessam o discurso do professor e (con)formam sua singularidade, objetivo deste artigo. Dentre as múltiplas ações do projeto OBEDUC, uma que perpassou todas foi levantar um banco de dados discursivos, através de gravações e posteriores transcrições dos encontros acadêmicos; filmagens das observações em sala de aula da Educação Básica; escrita de autobiografias; impressões escritas de alguns encontros específicos, incluindo todos os pesquisadores: 4 professores de Pós-Graduação em Educação, 4 mestrandas e 4 professores da Educação Básica. Todo esse material encontra-se disponível para a equipe que pretende compartilhar com os demais pesquisadores em Educação, no Brasil, sendo este artigo apenas um fio nessa malha discursiva. Assim, nasce

este artigo, na intenção de compartilhar uma das reflexões oriundas do projeto em questão. O artigo toma como *corpus* duas autobiografias e se propõe a empreender uma análise discursiva, a partir dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, na interface com a psicanálise, mobilizando as noções de discurso, sujeito, memória e identidade enquanto “identificação” e que tomam a linguagem como constitutiva.

A seguir, faremos algumas incursões teóricas, de modo a nos situar no universo acadêmico.

Discurso, sujeito e memória

Para a Análise do Discurso de linha francesa (também conhecida como franco-brasileira, doravante ADF), que tem como principal representante Pêcheux (2002), na França, e no Brasil, Orlandi (2007); Coracini (1995); Fernandes (2005); Gregolin (2004); Ferreira (2005), a linguagem é vista como matéria estruturante dos sujeitos, como uma posição discursiva que o sujeito ocupa no discurso e que o faz sujeito. Assim, discurso não são os elementos linguísticos ou imagéticos: não é língua, não é texto, não é fala, não é imagem, porém necessita do linguístico e/ou imagético para existir, para se materializar. Mas, para se materializar no linguístico ou imagético, é necessária uma exterioridade à língua que não só o constitui (o discurso), mas o gera. Assim, dizemos que o discurso se dá no entrecruzamento do linguístico/imagético com o social; não há discurso ou materialidade discursiva sem estar atrelada ao momento sócio-histórico-ideológico que a constitui. E não há discurso sem sujeito ou vice-versa.

Portanto, para a ADF, discurso e sujeito estão imbricados, sendo que um não existe sem o outro. Se o discurso se dá na interface com o social, não sendo meramente linguístico/imagético, o sujeito pode ser entendido como efeito do discurso e, portanto, também, socialmente constituído.

Um outro conceito relevante consiste no de Formação Discursiva que se trata de um conjunto de enunciados possíveis, dentro da posição social ocupada pelo sujeito. Ao falar, denunciemos a quais Formações Discursivas pertencemos. Tomamos emprestado de Fernandes (2005, p. 20-21), o seguinte exemplo: ao enunciarmos, “o MST invadiu a terra” ou “o MST ocupou a terra”, dizemos com qual Formação Discursiva nos identificamos, se dos ruralistas, se dos sem terra. A escolha léxico-verbal, “invadir” ou “ocupar”, não é meramente estilística, nem neutra, as palavras carregam sentidos que reverberam nos enunciados, mesmo

à revelia do enunciador. Assim, as palavras suscitam efeitos de sentido, que podem mudar de uma posição-sujeito para outra, de uma formação discursiva para outra, sendo que os lugares ocupados – de enunciador e do enunciatário - nas relações sociais é que vão definir os significados das palavras.

Nas palavras de Pêcheux, a formação discursiva é:

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc). (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Formação Discursiva, no sentido explicitado acima, está atrelado ao conceito de interdiscurso o qual, na verdade, compreende o conjunto das formações discursivas que nos faz relacionar um discurso ao outro, de onde derivam os sentidos. Denomina-se interdiscurso a presença de diferentes discursos dentro de uma mesma formação discursiva. Ou seja, todo discurso é interdiscurso, é formado por uma gama de discursos que se entrelaçam dentro das formações discursivas, oriundos de diferentes lugares sociais, diferentes ideologias e diferentes momentos da história. Os sentidos só existem se forem inscritos em uma dada formação discursiva e não outra. Segundo Orlandi (2007, p. 43), “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”.

Como dissemos, discurso e sujeito estão atrelados e só há sentido pela identificação do sujeito com as formações discursivas que o constituem. Ao se filiar a uma determinada formação discursiva, o sujeito se revela, isto é, ao constituir o discurso ele se constitui pelo discurso.

Importante destacar que o discurso, enquanto objeto teórico e analítico, só pode ser apreendido a partir da análise de sua condição de produção, ou seja, de seu processo de produção, não de seus produtos. Assim, estudar, analisar o discurso enunciado por um sujeito-professor implica em compreender sua posição sujeito-professor, suas representações e imagens do que é ser professor e de como veio a ser professor.

Por sua vez, na perspectiva discursiva memória é esquecimento. Se o interdiscurso fornece ao sujeito uma série de formações discursivas nas quais ele pode se inscrever, fatalmente ele vai “escolher” umas e não outras. Assim, a memória se constitui como esquecimento de algumas formações discursivas, podendo se materializar por equívocos, por

exemplo. Segundo Mariani (1998, p. 34), “a memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos”. Isto quer dizer que no momento da enunciação, abrem-se infinitas possibilidades de dizer, sendo algumas escolhidas em detrimento de outras, ou seja, a memória é efeito de esquecimento.

Ademais, para a ADF, atrelada à noção do sujeito enquanto não origem de seu dizer, Pêcheux postulou o sujeito como afetado por dois esquecimentos: da originalidade e da unicidade de sentido. Pelo esquecimento número um, o sujeito esquece que as palavras e os sentidos não têm origem em si, mas são sempre “já-dito”, dispostas nas formações discursivas das quais o sujeito participa. Pelo esquecimento de número 2, o sujeito esquece que os enunciados por ele construídos não têm sentido único e poderão ser entendidos de diferentes modos pelo interlocutor. Se o esquecimento 1 funciona na zona do inconsciente, o esquecimento 2 é de natureza pré-consciente-consciente já que o sujeito pode voltar ao seu discurso para corrigi-lo, explicá-lo melhor, a partir da imagem que tem do interlocutor (GRIGOLETTO, 2002).

Referente ao esquecimento 1, Orlandi (2007) coloca que:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 36-37).

É assim que funciona a memória, pelo esquecimento de que não somos origem e pelo esquecimento ou apagamento de determinados termos e escolha de outros. Quando dizemos “invadir a terra”, conforme exemplo acima, o sentido de “invadir” não nasce em nós, mas já se encontra impregnado de significados que nos antecipam e são situados no momento contemporâneo de luta do Movimento dos Sem Terra, pela divisão dos latifúndios. E, ao usar “invadir”, eu apago “ocupar” e me identifico com uma determinada formação discursiva. Assim, as palavras adquirem sentidos pelo apagamento e/ou esquecimento de outras, constituindo as memórias.

Identidades *versus* singularidade

Um outro conceito que pretendemos mobilizar na análise é o de “identidades”. Escolhemos usar identidades no plural, pois consoante a perspectiva teórica discursiva, “o” sujeito, como entidade não existe, mas sim através de sua relação com o outro e consigo próprio via o sistema simbólico da linguagem. Compartilhamos de uma concepção de identidade que não é fixa, mas em constante construção e que são construídas e manifestadas somente via discurso (HALL, 2005). Para o autor, “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2005, p.39), embora haja elementos sociais que possam ser apontados como estabilizadores de identidade, como a língua e a cultura que, suturam, segundo o autor, o sujeito à estrutura social, fazendo-o imaginar conectado ao mundo e a uma identidade. Porém, a identidade, nessa perspectiva, não é una, inata e nem natural, está sempre em processo de naturalização, sempre em formação e esse processo é da ordem do inconsciente. O sujeito vai construindo suas identidades pelos traços dos outros com os quais se relaciona, como um tecido cujos fios se tecem, destecem, entrecruzam, entrelaçam numa rede complexa, um verdadeiro mosaico de múltiplas identidades.

Segundo Coracini (2007, p. 143):

Sabe-se, graças à psicanálise lacaniana, que esse sentimento de identidade emana necessariamente do outro, já que a imagem de sujeito como indivíduo (*in-diviso*), inteiro, é construída pelo olhar do outro; aliás, o estádio do espelho de Lacan (1966/1998) aponta para o que estamos dizendo: é pelo e no olhar do outro que me vejo como um outro que internalizo como sendo o “eu”, outro que me constitui como sujeito de linguagem, pelo discurso que diz o que e quem sou, como e por que sou. E é na medida em que assumo esse dizer, que a ele me submeto (inconscientemente), que dele me aproprio, digerindo-o, tornando-o “carne” que me torno sujeito.

Assim, identidades podem ser entendidas, nessa perspectiva discursiva, no sentido de “identificação”, proposto por Lacan, o que se dá sempre na relação com o outro, a partir do qual o indivíduo se assujeita, ou seja, torna-se sujeito e tornar-se sujeito significa submeter-se à língua, ao discurso, às regras daquele grupo social. Porém, ao se tornar sujeito ao discurso, fica sempre um “resto” que nos fala Lacan e é por esse resto que os sujeitos se diferenciam uns dos outros, se singularizando. Para haver singularização, é preciso que haja identificação,

“por meio da qual um sujeito pode vir a se compreender como sendo um *eu*, separado do outro do qual é, naquele instante da sua vida, objetivamente dependente. Ela [a identificação] permite a posterior construção de um dizer na primeira pessoa do singular [...]”(RIOLFI; ALAMINOS, 2007, p. 303).

Pode-se dizer que é pelo discurso que a identidade é singularizada, no sentido de tentar apontar algo que é próprio ao sujeito, que o singulariza como único, naquele discurso proferido por ele, podendo ser singularizado de outro modo em outro discurso.

Por sua vez, a escrita como linguagem pode ser entendida como uma forma do sujeito identificar-se ou deixar rastros de suas “identificações”, vislumbrando-se como pelo espelho, pelo olhar do outro, pelo exercício da “alteridade”, já que é no confronto com o outro que emergem nossas “identificações”, segundo Lacan (1998). Aquilo que somos, a verdade ou as fantasias que construímos de nós mesmos provém do olhar do outro, verdade que nos identifica e com a qual nos identificamos e que transparece em nossos dizeres e em nossas escritas. Só podemos pensar em identidades como infinitas “identificações”, enquanto traços que vão se constituindo, ao longo da vida, criando uma rede complexa, de origem contraditória, mas vivenciada pelos sujeitos como uma fantasia unitária de si mesmo.

Assim, nas autobiografias, os professores constroem suas identificações sempre na relação com um outro: a primeira professora, os pais, os outros professores e assim por diante.

Dispositivos metodológicos

A metodologia e a teoria estão sempre ligadas, quando se fala em análise do discurso, não é possível dissociá-las. Os conceitos que embasam a teoria ajudam o analista a proceder a sua análise e, conseqüentemente, poder selecionar, organizar e recortar adequadamente o *corpus* com o qual está lidando.

A análise é feita por meio de recorte, que é considerado uma unidade discursiva, é uma parte ou fragmento relacionado ao todo, cujo objetivo é mostrar, nos fragmentos, as relações de um sistema linguístico a uma interpretação possível, ao dizer do sujeito, porém, não se distanciando da relação com o *corpus*. Recorre-se ao recorte devido à necessidade de delimitação do material. O analista deve buscar as regularidades nas formações discursivas dos sujeitos analisados. O objetivo, ao se valer do recurso do recorte, é identificar a presença do interdiscurso no intradiscurso, trata-se do que o enunciado produziu, mas não é tão visível antes de uma análise.

O enunciado implica uma posição de sujeito, o qual tem lugar fundamental na análise do discurso. A análise sempre terá o olhar do analista, dependerá do seu foco de análise. O que se toma por importante ou verdadeiro é o olhar do pesquisador sobre a pesquisa. Toda nova fala será decorrente de uma outra fala anterior, trata-se do já-dito e do jamais dito⁷⁵ ao mesmo tempo.

Nos termos acenados acima, metodologicamente, os estudos discursivos trabalham no âmbito qualitativo e com pequenas amostras, entendidas como representativas de determinados grupos, determinadas épocas, mas sempre pensando na relação dos sujeitos com as formações discursivas dentro das quais eles se inscrevem e se subjetivam. O contexto é importante de ser delimitado, nessa perspectiva, o que faremos, a seguir.

Como já dissemos, trata-se de um desdobramento de uma pesquisa maior que teve o financiamento da CAPES, por dois anos e meio, terminando o projeto no início de 2013, sendo que um novo projeto OBEDUC deu continuidade a este e encontra-se em andamento. O projeto contou com 4 professores da rede básica de ensino, 4 mestrandos e 4 professores do programa de Pós-Graduação em Educação no qual atuamos. Escolhemos uma escola de Educação Básica pequena, localizada em um bairro considerado não central e que, segundo o diretor, tinha sido uma escola considerada bem conceituada no passado, mas que tinha perdido este *status*, sendo que a equipe atual tinha como projeto “resgatar” essa memória de escola boa, professores sérios e ensino eficiente. Essas imagens atravessam, de certo modo, os dizeres de nosso sujeito 1, professor Marcos, o qual teve uma participação muito ativa no projeto todo. Todos os participantes escreveram suas autobiografias e, dentre as autobiografias, escolhemos apenas duas: do professor Marcos⁷⁶ e da professora e mestranda Amanda sobre as quais incidem o nosso olhar discursivo o que fazemos a seguir. Justificamos a escolha de apenas dois sujeitos e duas autobiografias pelo fato de estarmos perscrutando as singularidades que atravessam as escritas.

⁷⁵ Usamos “já dito” no sentido de que o discurso é sempre interdiscurso, é sempre atrelado a outros discursos que vierem antes e é jamais dito, pois as condições de produção nunca se repetem, são sempre outras.

⁷⁶ O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e tivemos plena concordância dos participantes. Optamos por usar nomes fictícios.

Abrindo a caixa de Pandora⁷⁷

Escolhemos as imagens da primeira escola e primeira professora como primeiro eixo de análise. Interessa-nos buscar rastros, no discurso das autobiografias, que apontam para os efeitos de sentido do que vem a ser professor, ou seja, os primeiros contatos com a escola e professor.

Assim, escolhemos dois excertos, oriundos da autobiografia escrita pelo professor e diretor, na época da escrita, Marcos. Optamos para apresentar esse eixo, através de excertos de um mesmo sujeito, no intuito de tentarmos resgatar a singularidade da constituição identitária, consoante com a perspectiva teórica discursiva.

(1)

E1⁷⁸ (Professor Marcos):

Dona Ana Maria foi minha professora de 1ª série. Linda, educada, com uma postura firme, mas ao mesmo tempo carinhosa. Naquela época parece que os professores eram mais respeitados, existia uma autoridade nata, algo meio ligado à nobreza. [...] Eu amava aquela escola. Aquilo pra mim era algo tão bom, tão agradável. A cada dia uma nova lição, uma nova proposta de conhecimento.

O excerto acima nos remete a uma imagem idealizada de escola, de educação e de professor, vestígio de uma época de nostalgia, de utopia, de uma memória que constrói um passado ideal (apagando certamente as intempéries), uma escola que fazia sentido ao aluno e uma professora “linda”, “educada”, “firme”, “carinhosa”, “respeitada”, “autoridade nata”, todos atributos altamente valorativos. Tais atributos são expressos pelo sujeito como que “ligados à nobreza”, ou seja, a escola e o professor, nesse caso, ocupavam um lugar de destaque na sociedade, de detentores de poder.

Destaca-se aqui a imagem de escola e professor “perfeitos” e, também, de professora “sedutora”, no sentido de passar uma imagem de alguém bem sucedido, feliz na profissão, valorizado e que estimula o aluno, a ponto de este poder dizer que “ama a escola”.

⁷⁷ Segundo o mito, Pandora (que significa todos os dons) é o nome da primeira mulher dada aos homens pelos deuses e ela trazia consigo uma caixa que estava proibida de abrir. Mas um dia resolveu ver o que lá se escondia e ao abrir escaparam todos os males que até então os homens não conheciam, a doença, a velhice, a mentira, o ódio, o ciúme. Assustada ela fecha a caixa restando apenas lá no fundo a esperança, conhecida, por isso, como “a última a morrer”. Entendemos que os mistérios que envolvem a docência podem ser analisados à luz da “caixa de Pandora” que, para além dos males ali guardados, também, resta sempre a esperança.

⁷⁸ E significa excerto.

Essa imagem de professora idealizada, sedutora, de modelo imaculado é apontada por Steedman (1985, p. 158) quando resgata o desenvolvimento histórico do professor primário: “(as professoras) têm o charme de uma grande atriz. Movem-se com beleza e graça. Suas vozes são baixas, penetrantes e musicais... Seu vestuário é bonito, simples e nada mais é notado além da gentileza” (tradução dos autores). A autora ainda aponta que o “ideal de professoras da educação infantil apresentarem uma consciência maternal remonta a Friedrich Froebel, filósofo educacional e fundador do sistema do parque infantil, o que ocorreu por volta de 1840” (op., cit., p. 149).

Se considerarmos que todo discurso é interdiscurso, é discurso outro, que nasce em outro lugar e é ressignificado eternamente, o discurso da idealização da escola e do(a) professor(a) transita em nosso imaginário desde a origem do que se entende por educação e professor. Estamos todos atravessados por esse desejo de escola e professor ideal, se isso não existe agora, deve ter havido lá, em outro lugar. E, se memória é esquecimento, no sentido da Análise do Discurso, então, para acessar uma memória idílica, apagamos outras desprazerosas, ou ainda contrastamos com aquilo que estamos vivendo no momento contemporâneo, de uma educação fragilizada e de professor desprestigiado. Contudo, é muito importante pontuar que o nosso sujeito de pesquisa é hoje professor e diretor de escola, ele ocupa outra posição, suas memórias remetem à condição de quando era aluno e isso faz toda a diferença para idealizar, sonhar, ter esperanças de (ter havido) uma educação melhor.

A questão do vestuário e da postura de simplicidade, apontada por Steedman, pode ser visualizada, também, no excerto abaixo:

(2)

E2 (Professor Marcos):

Algo que me marcou muito com relação às minhas professoras era a forma como se vestiam: sempre elegantes, bem trajadas, com postura firme, sem sorrisos expressivos e tão poucas liberdades que hoje vemos no convívio escolar atual. Lembro-me que o cheiro da minha professora de 1ª série era maravilhoso e ficava impregnado no meu caderno quando a mesma o pegava para corrigi-lo, era algo impressionante. O mais engraçado de tudo é que nunca soube decifrar seu perfume. Não fazia idéia de qual seria aquela fragrância. Isso sempre ficou no meu inconsciente e num belo dia, quando eu já tinha os meus 13, 14 anos, fui ao supermercado e comprei um [...] frasco, ao abri-lo para sentir seu cheiro, veio a minha cabeça toda aquela atmosfera da escola lá na fazenda, algo estranho. Sem sombra de dúvidas aquele era o cheiro do produto que a professora Ana Maria usava para ir à escola. Foi muito bom sentir isso e ao mesmo tempo desvendar um mistério que só havia na minha cabeça, pois eu nunca comentei isso com ninguém até aquele momento.

Neste excerto, podem-se observar as marcas deixadas pela primeira escola e professora, são marcas no corpo e que atingem a função escópica, pelo olhar, e olfativa, pelo cheiro. Assim, o sujeito é afetado, marcado, veja que ele começa dizendo: “algo que me marcou muito...”, pelas imagens e pelo cheiro deixados pela professora. O vestuário (elegante e bem trajadas), como discutimos acima, é apontado pelo sujeito como algo que existia no passado e se perdeu no presente da Educação, assim como as atitudes de liberdade “que hoje vemos no convívio escolar atual”.

O primeiro enunciado desse excerto consiste em um discurso altamente saudosista de um passado que vive na memória desse professor, mas que transita muito fortemente na mídia e no senso comum: de que a escola foi boa e hoje se perdeu, fazendo incidir muito fortemente a responsabilidade dessa perda no professor. Assim, resvalam nesse enunciado alguns efeitos de sentido saudosistas que funcionam discursivamente pelas imagens dicotômicas: presente *versus* passado. Se no passado, temos um professor com os seguintes atributos: “elegante”, “bem trajado”, “postura firme”, “sorrisos inexpressivos e sem liberdade”; no presente, teríamos um professor: “deselegante”, portanto, não bem trajado, com “postura flexível”, com “sorrisos expressivos e que dá liberdades”. A imagem desse professor contemporâneo encontra-se materializada na seguinte expressão: “que hoje vemos no convívio escolar atual”.

Ressalta-se que o sujeito de pesquisa é professor, assim, ele apaga essa posição-sujeito de professor e fala de outro lugar, de alguém que está rememorando o passado como aluno e, também, possivelmente da posição de diretor, cargo que, também, ocupa. Assim, do ponto de vista da voz de quem enuncia, ocorre um apagamento do sujeito enunciadador enquanto professor, pois, acredita-se que ele não atribuiria a si próprio tais posturas. A identidade é construída na relação inversa com o outro, ou seja, para além da superfície do discurso, o que o sujeito está nos dizendo é que ele não é igual a esse com o qual convive. Somos todos atravessados por dizeres díspares que transitam, neste caso, no discurso da escola e a imagem de si como professor vai sendo discursivamente construída na relação com o outro: o professor antigo *versus* o professor atual, neste caso. Ele não é nem um, nem outro. Ele é os dois ao mesmo tempo, uma miríade de discursos que transitam sobre a escola e o professor, rememorados nessa autobiografia.

O segundo ponto que nos chama a atenção neste excerto consiste no “cheiro” deixado pela primeira professora, um “cheiro” que só vai ser “decifrado” aos 13, 14 anos e que vive até hoje, haja vista a escolha por trazê-lo em sua autobiografia. Do ponto de vista da materialidade linguística, a força do perfume na constituição das memórias desse professor, a

partir das primeiras imagens da escola, recaem nos predicativos atribuídos ao perfume e à professora, certamente como algo “maravilhoso”, “impregnado”, impressionante”, “algo a ser decifrado”, “que ficou no inconsciente”, “mistério”. Assim, como dissemos, a escola marca o corpo e a alma dos sujeitos, para o bem e para o mal, nesse caso, felizmente, para o bem, mas, também, abre uma “caixa de Pandora”, a ser decifrada. Talvez essa seja a explicação por ele ter se dedicado à docência.

E a caixa de Pandora estava no porão

Dentre as imagens trazidas pelos professores, em suas autobiografias, escolhemos aquelas que apontam como eles se tornaram professores, em nosso segundo eixo de análise. Para tanto, apresentamos, a seguir, um excerto, da autobiografia escrita por Amanda, na época, professora de Literatura Brasileira e Portuguesa e mestranda em Educação.

(3)

E3 (Professora Amanda):

Num belo dia, tivemos a ideia de fazer uma escolinha no porão da casa de uma das meninas do grupo, já que tinha uma lousa lá. Ao chegar ao porão e ver a lousa, percebi que não era uma lousa qualquer. Ela era enorme! Hoje, porém, vejo que ela era média, pois naquele tempo, com 10 anos, tudo era bem maior devido ao meu tamanho (risos).

Eu e mais três amigas convidamos as crianças menores para serem as alunas e passamos meses dentro daquele “porão-escola” ensinando, sonhando e aprendendo [...]

Tendo terminado a análise anterior com a imagem da caixa de Pandora para pensar a Educação, como um mistério a ser desvendado, do mesmo modo como o perfume para o professor Marcos, fazemos uma relação entre essa imagem e a imagem apresentada por esse novo sujeito de pesquisa: de “porão-escola”, de modo a representar os mistérios que envolvem a escola e a profissão de professor: como uma “caixa de Pandora escondida no porão”.

Voltemos ao excerto: ele inicia como um conto de fadas, “num belo dia,...”. Trata-se de uma professora rememorando sua infância e, observa-se que o texto apresenta marcas de um discurso infantil, de alguém que se desloca discursivamente para o passado, a infância, e constrói o texto com as marcas do discurso infantil: “escolinha”, “a lousa era enorme, para uma criança de 10 anos”, além do início que remonta ao conto de fadas. A imagem de porão, “porão-escola”, é altamente sugestiva, em seu discurso, remete a algo escondido, secreto, a

brincadeira de crianças e, portanto, proibida para os adultos. Uma outra marca de infância é a referência ao verbo sonhar: “passamos meses dentro daquele ‘porão-escola’ ensinando, sonhando e aprendendo”.

Assim, a partir deste excerto, as primeiras imagens de escola para esse sujeito remetem ao sonho, a sonhar e marcam, para ela, uma das facetas da memória de ser professor.

Dando continuidade, o próximo excerto, também, de Amanda, apresenta como se deu a decisão de se tornar professora.

(4)

E4(Professora Amanda):

Então, tomei uma decisão: a de fazer o Magistério no lugar do antigo Colegial, já que na época era viável. [...] Como o sonho dos meus pais era ter uma filha professora, eles sempre me incentivaram a seguir em frente, o contrário do que observo nos dias atuais. [...]

Quando pisei pela primeira vez na escola, a primeira coisa que pensei foi: “agora tenho uma sala e alunos de verdade!”. Quem diria que a brincadeira no “porão-escola” se tornaria realidade um dia.

Observa-se, nesta primeira parte do excerto, o apoio e desejo dos pais terem uma filha professora. O sujeito aponta que isso não acontece nos dias de hoje. Essa imagem de que no passado a profissão do professor era valorizada em comparação com o momento atual de desvalorização foi por nós discutida no excerto 1, da autobiografia do professor Marcos. De modo, geral, todas as autobiografias do grupo de professores fizeram referência, cada uma a seu modo, a essa imagem dicotômica: de professor valorizado, no passado, e desvalorizado, hoje.

Chamamos atenção para o vocábulo “sonho” que atravessa o discurso de Amanda quando se referindo à educação e à escolha da profissão: da brincadeira de sonhar de escolinha no porão-escola, para o papel dos pais para a escolha profissional: que sonhavam em ter uma filha professora.

E a segunda parte do excerto nos mostra a relação, para esse sujeito, entre o sonho, o sonhar, o brincar de escolinha e a realidade: agora ela tinha uma “sala e alunos de verdade”. É como se a caixa de Pandora tivesse sido aberta para que fossem desvendados os mistérios da educação.

E como fica a memória do professor? O discurso de Amanda nos mostra uma relação idílica com a educação, imperando, em seu discurso termos do campo semântico do “sonho” e que trazem imagens de afeto, de emoções suaves, sentimentos puros que remetem à infância, aos porões da infância. Assim, sua relação com a memória de professor é atravessada por

essas imagens que se encontram materializadas em seu discurso, como um verdadeiro conto de fadas; ser professor é sonhar, é abrir a caixa de Pandora, nos porões-escolas e desvendar seus mistérios.

À guisa de conclusão

O que nos moveu a escrever esse artigo foi tentar levantar as memórias do sujeito-professor, entendendo que estas se dão na singularidade que se manifesta, por sua vez, pelos movimentos identificatórios via discurso. Respaldamo-nos nas palavras de Coracini:

Todo o dizer e o agir diferenciados de que dão provas os sujeitos no percurso de suas vidas encontram referência última nos movimentos identificatórios desses sujeitos, que são, por assim dizer, ações subjetivas inconscientes, e não atribuições a eles conferidas por alguma instância que lhes é externa (CORACINI, 2003, p. 252).

Se concebermos que o sujeito é efeito de discurso, é efeito de linguagem, que é mais dito do que diz e que, portanto, sua singularidade se manifesta, mesmo à revelia, no ato enunciativo, é possível capturar nas malhas do discurso os fios que tecem a sua memória de ser professor.

Com base na análise empreendida, pudemos apontar pontos de identificação dos sujeitos ora com uma formação discursiva, ora com outra: constituídos pela imbricação de discursos outros, ou seja, região do interdiscurso, mas, também, região de conflito e tensões, de deslizamento de sentidos que configuram a singularidade dos sujeitos.

Assim, as imagens de memória desses dois professores cujos discursos analisamos apontam para uma constituição heterogênea, múltiplas vozes as atravessam: vozes do passado, do presente, vozes da mídia, do senso comum, vozes dos pais e que tecem a memória do passado, presentificadas nas autobiografias. Podemos inferir, portanto, que os excertos que apontam para alguns fatores constitutivos das identidades desses dois professores mostram-na como algo não fixo, como algo que está em constante movimento e se dá em relação ao outro.

Por sua vez, os fragmentos analisados mostram os professores se implicando com a sua escolha, ao se posicionar como enunciadores do próprio texto e ao buscar na memória aquilo que mais os marcaram nos primórdios de sua entrada na escola, revelando sua singularidade, seja pela função escópica, o olhar; a função olfativa, o cheiro ou pelas

brincadeiras e sonhos infantis. A escrita autobiográfica dos sujeitos de pesquisa deixam rastros, marcas de singularidade: trata-se de uma escrita que passa pelo sujeito, atravessa-o, faz-lhe corpo, constitui-o numa rede interminável de identificações.

Terminamos enfatizando que as práticas de escrita de autobiografias e outros tipos de escrita na educação podem consistir em manobras discursivas de construção, desconstrução e reconstrução de subjetividades, podendo, muitas vezes liberar o sujeito de marcas não desejáveis e possibilitar inaugurar um novo lugar discursivo para si, a partir de sua implicação no ato enunciativo de seu dizer.

Referências

CORACINI, M. J. **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira.** Campinas: Pontes, 1995.

_____. Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português. In: _____. (Org.). **Identidade & discurso.** Campinas: Unicamp; Chapecó: Argos, 2003. p.167-175.

_____. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade.** Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil. In: INDUSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a AD: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Ed. Claraluz, 2005. p.39-46.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIGOLETTO, M. **A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função eu. In: **Escritos.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).** Campinas, Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Estrutura ou acontecimento.** Campinas: Ed. Pontes, 2002.

_____. **Semântica e discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

RIOLFI, C. R.; ALAMINOS, C. Os pontos de virada na formação do professor universitário: um estudo sobre o mecanismo da identificação. **Educação e pesquisa**, v. 33, n. 2, maio/ago. 2007.

STEEDMAN, C. The mother made conscious: the historical development of primary school pedagogy. **History Workshop Journal**. vol. 20. n. 1. pp. 149-163. 1985.

ESCALARIDADE E PROTOTIPIA NO DOMÍNIO DA IMPERFECTIVIDADE EM ESPANHOL

Márluce COAN⁷⁹

Valdecy de Oliveira PONTES⁸⁰

Resumo: Neste artigo, propõe-se uma análise escalar para as formas imperfectivas de passado em Espanhol – pretérito imperfeito e perífrases. Os dados provêm de vinte e quatro contos escritos em Espanhol, selecionados por comarca cultural: Caribe; México e América Central; Andes; Rio da Prata; Chile e Espanha. A análise de 2093 dados, 1803 de imperfeito e 290 de perífrases, revela que o macrodomínio da imperfectividade caracteriza-se, prototipicamente, por situação contínua e única, verbos de estado, fundo 2, transitividade médio-baixa, complicação da ação, discurso e voz do narrador.

Palavras-chave: Passado imperfectivo. Língua espanhola. Prototipia.

Abstract: *This article presents a scalarity-based analysis of the imperfective past verb forms in Spanish – the imperfect past tense and its corresponding periphrases. The data come from twenty-four short stories written in Spanish, selected by cultural region: the Caribbean; Mexico and Central America; the Andes; the River Plate; Chile and Spain. The analysis of 2093 pieces of data, including 1803 imperfect forms and 290 periphrases, revealed that the imperfect macro-field is characterized, prototypically, by predominance of the following features: a single continuous situation; stative verbs; background 2 plane; medium to low transitivity; action build-up; narrator's speech; and narrator's voice.*

Keywords: *Imperfective past forms. Spanish language. Prototyping.*

⁷⁹Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará; bolsista de produtividade do CNPq e coordenadora dos grupos de pesquisa SOCIOLIN-CE (Grupo de pesquisas sociolinguísticas do Ceará) e SOCIOLIN-LE (Grupo de pesquisas sociolinguísticas em Línguas Estrangeiras). coanmalu@ufc.br

⁸⁰ Pós-Doutor em Estudos da Tradução - UFSC e Doutor em Linguística – UFC; professor do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará – UFC; Líder dos Grupos SOCIOLIN-LE/UFC/CNPq e TRAFE/UFC/CNPq. valdecy.pontes@ufc.br

Introdução

Em contexto de interação verbal, uma forma pode assumir novas funções, perder funções antigas, processo que costuma ser gradual e lento, o que nos leva à análise não discreta das formas imperfectivas, já que a visão discreta impõe uma única análise: ou a forma é imperfectiva ou não é. Se observarmos de maneira mais detalhada os usos de uma forma, perceberemos que as categorias linguísticas possuem uma noção gradual inerente, projetada em diferentes níveis.

Hernández (2006) realizou um estudo sobre as perífrases em formação no Espanhol do México, ou seja, analisou estruturas que nem são perífrases e nem locuções⁸¹, mas apresentam traços que as aproximam do *status* de perífrase verbal, mostrando que essas construções estão em formação e, portanto, as considera como semiperífrases, já que estão em via de consolidação. Sendo a gramática concebida como um sistema adaptativo, ou seja, parcialmente autônoma e susceptível a pressões externas, não podemos analisar as categorias como binárias, ou seja, como categorias discretas e estáveis.

Nesse sentido, na análise linguística, é importante considerarmos que há categorias linguísticas centrais e outras periféricas, proposição deste artigo para as formas imperfectivas de passado em Espanhol. Para isso, apresentamos uma escala pautada em características advindas da análise dos seguintes grupos de fatores: extensão da situação (iterativa/habitual/única); aspecto da situação/tipos de verbos (culminação, processo culminado, atividade, estado), planos discursivos (figura, fundo 1 e fundo 2); transitividade (considerando: cinesis, número de argumentos, pontualidade, modalidade, polaridade, volitividade, afetamento do objeto, agentividade e individuação do objeto); unidades da narrativa (resumo, orientação, complicação da ação, resolução, avaliação e coda); tipos de discurso (indireto, indireto livre, direto, narrador) e vozes da narrativa (antagonista, personagem secundário, protagonista, narrador).⁸²

⁸¹ De acordo com Hernández (2006, p. 12), as locuções, diferentemente das construções perifrásticas, estão associadas não só a um verbo auxiliar, mas podem ser construídas, também, com outras classes de palavras: substantivos, adjetivos, preposições, conjunções e pronomes.

⁸²Na seção referente aos procedimentos metodológicos, todos os grupos serão devidamente explicados/caracterizados.

Passado imperfeito: valores básicos e secundários

No Espanhol, o pretérito imperfeito apresenta uma gama de valores básicos e secundários. Consideremos, a priori, conforme Brucart (2001), três valores básicos do imperfeito Espanhol:

- a) aspecto imperfeito: expressa ações, processos ou estados do passado em uma visão inacabada (Vi que **estaba** pálido./ Vi que **estava** pálido.
- b) coincidência com o passado: expressa ações, processos ou estados do passado como coincidentes temporalmente com outra ação passada existente no contexto (Ella salió, cuando yo **llegaba**. /Ela saiu quando eu **chegava**⁸³);
- c) aspecto iterativo, cíclico ou habitual: a ação se verifica em número indefinido de vezes no passado (**Salía** del trabajo a las seis./ **Saía** do trabalho às seis).

Garcés (1997) mostra-nos, também, que há valores secundários, tais como:

- a) futuro em relação ao passado: consiste no uso do imperfeito no lugar do condicional simples, paralelo ao uso do presente, muito frequente no discurso indireto (Su amigo dijo que mañana **se iba** [**se iría**] de viaje. / Seu amigo disse que amanhã **ia** [**iria**] de viagem.);
- b) futuro: consiste em utilizar o imperfeito no lugar do condicional na oração principal de orações subordinadas adverbiais condicionais, para indicar pequena possibilidade de que ocorra o referido fato no futuro (Si viniera esta noche, le **preparaba** [**prepararía**] la cena en un instante. / Se viesse esta noite, **preparava-lhe** [**preparar-lhe-ia**] o jantar em um instante.);
- c) desejo: neste caso, o imperfeito apresenta um valor futuro e geralmente está presente em orações cuja entonação é exclamativa (Qué hambre tengo! De buena gana me **comía** un pollo entero. / Que fome tenho! De bom grado **comeria** um frango inteiro.);
- d) iminência de ação que não acontece: indica a tentativa imediata de realizar uma determinada ação de caráter pontual. Esse uso equivale à estrutura **estaba a punto de + infinitivo**. (Ya **salía** [**estaba a punto de salir**] de casa cuando llegó tu Hermano. / Já **saía** [**estava a ponto de sair**] de casa quando chegou teu irmão);
- e) presente: quando o falante quer pontuar que seu conhecimento sobre o que afirma não é seguro ou, ainda, quando procura se preservar com relação à veracidade dos fatos que diz (Hoy nos **traían** los muebles. / Hoje nos **traziam** os móveis);

⁸³ A maioria dos exemplos é de nossa autoria. Para os exemplos retirados de outras fontes, faremos a devida indicação no decorrer do texto.

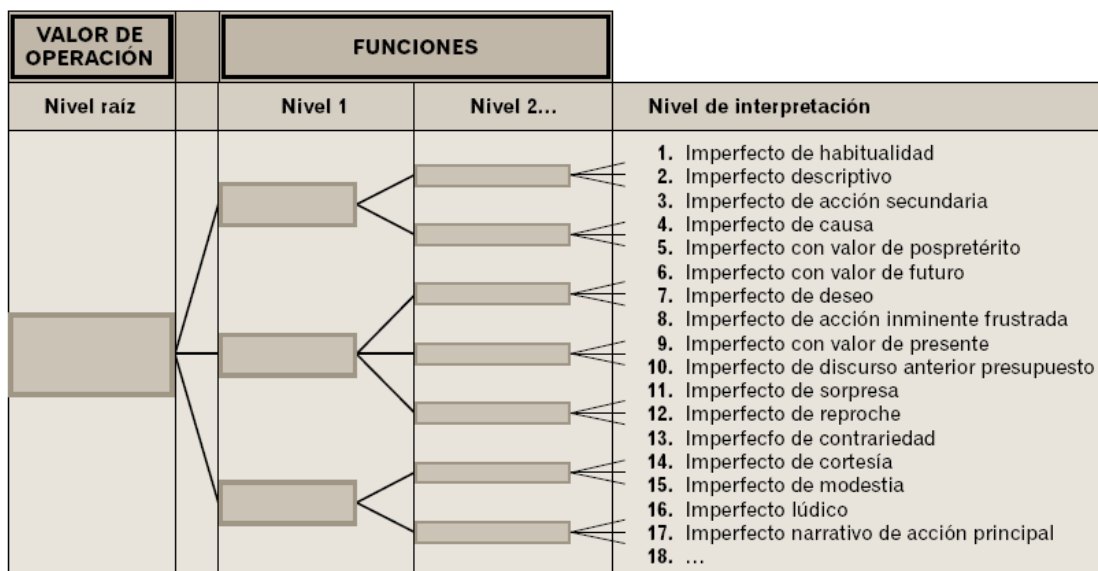
f) surpresa: faz referência a uma realidade presente que não era esperada. Pode indicar, ainda, contrariedade diante de fatos que nos surpreendem e que nos impedem de realizar nossos propósitos (**Estaba** yo tan contenta y me vienes tú ahora con esa mala noticia. / Eu **estava** tão contente e você vem agora com essa má notícia.);

g) lúdico: apresenta um distanciamento da realidade. Faz referência a situações que correspondem a uma fantasia, ficção ou figuração (Yo **era** el pirata y tú un oficial de la marina. / Eu **era** o pirata e você um oficial da marinha.);

h) narrativo: utiliza-se, na narrativa, geralmente, o pretérito perfeito simples para expressar a ação principal. Por outro lado, utiliza-se o imperfeito com o objetivo de ressaltar ou enfatizar uma determinada ação (Llegó tarde a la reunión, no pidió disculpas y a los pocos momentos **se iba** sin decir nada. / Chegou tarde à reunião, não pediu desculpas e em poucos momentos **ia** sem dizer nada.)

Além dos valores anteriormente expostos para o imperfeito, há ainda outros, que podem ser vistos na figura 1.

Figura 1: Valores do pretérito imperfeito do indicativo.



Fonte: Valores do pretérito imperfeito do indicativo (RUIZ CAMPILLO, 2005, p. 10).

No que diz respeito ao valor narrativo das formas imperfectivas de passado, de acordo com Gutiérrez Araus (1997), é difícil explicá-lo de forma satisfatória, pois este uso não aparece no Espanhol falado, restringe-se às narrativas escritas, codificando a progressão das ações, quando se quer enfatizá-las. Nesse sentido, com o objetivo de captar a atenção do leitor, emprega-se uma forma imperfectiva no lugar de uma perfectiva, valor de cunho puramente estilístico, conforme García Fernández (2004).

Toda essa gama de valores pode, potencialmente, ser expressa não só pela forma de pretérito imperfeito, mas também por uma construção perifrástica, constituída por auxiliar *estar* no pretérito imperfeito e verbo principal no gerúndio, do mesmo modo como ocorre no Português (FREITAG, 2007) e no Italiano (BONOMI, 1998), em que a alternância entre as formas de imperfectivo é direcionada pela interação com o aspecto inerente ao verbo.

Algumas considerações sobre prototipicidade

A teoria dos protótipos nasce no momento em que se formula explicitamente a existência de um continuum para graduar a transição de uma categoria para outra e para se estruturar o interior de cada uma das categorias e, ainda, para poder analisar estruturas que estão localizadas nas fronteiras entre duas categorias. De acordo com Rosch (1973), ao contrário do que faz a categorização binária, as categorias da linguagem não estão necessariamente compostas de atributos simples, mas em quase todas, podemos verificar a possibilidade de encontrar exemplares mais típicos que outros. Givón (1984) assim define a noção de prototipicidade: o membro mais protótipo de uma categoria é o que exhibe o maior número de propriedades ou características dessa categoria. Todos os outros membros podem então ser classificados de acordo com seu grau de semelhança, ou seja, da sua distância do protótipo.

A análise de protótipos exige que sejam estabelecidas condições para se detectarem os exemplares mais típicos em um domínio funcional⁸⁴. Dessa forma, uma categoria estaria ampliando seus limites, desde o exemplar prototípico, que representa a perfeição, até outros exemplares mais/menos semelhantes a ele de alguma forma, chegando-se à periferia em que estariam localizados aqueles membros que se assemelham ao protótipo por poucos traços tanto quanto se assemelham a membros de outras categorias. Partindo desse pressuposto, podemos vislumbrar uma ordenação escalar desde o elemento mais periférico ao protótipo, o que nos possibilita analisar a presença e/ou ausência de inúmeros semas que caracterizam o “status” de uma determinada categoria, ou seja, não estamos limitados a uma mera

⁸⁴Este termo é empregado no sentido proposto por Givón (1984) para domínio funcional, ou seja, corresponde às áreas funcionais que compõem a gramática, que podem se referir a áreas funcionais gerais (ou macrodomínios), como TAM (tempo/ aspecto/ modalidade), caso, referência, ou a áreas mais estritas (microdomínios), como o tempo futuro, o sujeito, a dêixis, a especificação nominal etc.

classificação binária que impõe uma única solução a cada problema: um elemento pertence ou não a uma determinada classe.

Considerando, ainda, a gramática como uma estrutura maleável e emergente (HOPPER, 1987), temos de considerar as formas imperfectivas no *continuum*, concebidas como uma noção não categórica, ou seja, escalar e condicionada por uma série de fatores. Ao estudar a categorização linguística de recipientes como *xícara*, *caneca*, *copo* e *vaso*, Labov (1973) destaca que as entidades são categorizadas tendo por base os seus atributos e não os traços binários, adotados pela abordagem clássica para a análise linguística de estruturas gramaticais. Para Hopper e Thompson (1985), a categorização humana não é arbitrária, pois ela procede de instâncias centrais para instâncias periféricas da categoria. Nesse sentido, as instâncias prototípicas parecem ser mais salientes para os falantes, de acordo com a maioria das evidências. Portanto, as categorias prototípicas tendem a apresentar traços mais perceptíveis e tangíveis. Por exemplo, a transitividade, na gramática tradicional, é analisada como uma categoria discreta (transitivo x intransitivo). Por outro lado, Hopper e Thompson (1980) abordam a transitividade como um conjunto de parâmetros que compreende fatores sintáticos e semânticos. Os autores concebem a noção de transitividade a partir de dez traços que, embora independentes, funcionam juntos e articulados na língua, o que significa que nenhum traço sozinho é suficiente para determinar a transitividade de uma oração. Considerando-se, então, número de argumentos, cinesa, aspecto, pontualidade, modalidade, polaridade, volitividade, agentividade, afetamento e individuação do objeto), uma construção será mais/menos transitiva e não apenas transitiva ou intransitiva.

Partindo dessa perspectiva, entendemos as categorias gramaticais como elementos difusos, isto é, não as concebemos como categorias discretas, estanques e claramente definidas e delimitadas, mas como categorias dinâmicas, não discretas e com limites fluidos. Seguindo essa premissa, nossa proposta visa à configuração escalar da imperfectividade codificada por perífrases e pelo imperfeito do indicativo.

Procedimentos metodológicos

Nosso corpus⁸⁵ foi composto por quatro contos de cada uma das seguintes comarcas culturais⁸⁶: Caribe; México e América Central; Andes; Rio da Prata; Chile e Espanha,

⁸⁵ Seleccionamos os contos partindo do período literário conhecido como “Boom Latino”.

totalizando vinte e quatro narrativas (cada qual com aproximadamente dez páginas, visando ao equilíbrio textual). O gênero conto foi escolhido por conter, predominantemente, sequências textuais narrativas, nas quais acreditamos haver maior frequência das formas aspectuais imperfectivas sob análise (pretérito imperfeito e perífrases imperfectivas). Os contos selecionados são⁸⁷: (i) Caribe: *El que vino a salvarme, Unos cuantos niños, Unas cuantas cervezas* e *El enemigo*, de Virgilio Piñera; (ii) México e América Central: *El llano en llamas, Acuérdate, La noche que lo dejaron solo* e *Diles que no me maten*, de Juan Rulfo; (iii) Andes: *La santa, Me alquilo para soñar, Sólo viene a hablar por telefono* e *El verano feliz de la señora Forbes*, de Gabriel García Márquez; (iv) Rio da Prata: *Las armas secretas, El móvil, Las puertas del cielo* e *Bruja*, de Julio Cortázar; (v) Chile: *Llamadas telefónicas, La nieve, Una aventura literaria* e *Clara*, de Roberto Bolaño; (vi) Espanha: *Noventa minutos de rebotica, Marcelo Brito, La eterna canción* e *Claudius, profesor de idiomas*, de Camilo José Cela.

Para a análise dos dados, consideramos os seguintes grupos de fatores:

1. Extensão da situação: para analisar a extensão, foram considerados os marcadores aspectuais acoplados às formas sob análise: imperfeito e perífrases, tomando-se por base a perspectiva da composicionalidade do Aspecto. Nesse sentido, os marcadores aspectuais nos auxiliaram na leitura aspectual da situação, pois fornecem indícios sobre os valores aspectuais. Seguem exemplos:

a) situação iterativa: repetição de uma determinada ação por algumas vezes. Ex: Algunas veces, **salía** de la escuela muy temprano. / Algunas veces, **saía** da escola muito cedo.

b) situação habitual: caracteriza o período de tempo em que uma determinada ação se repete de forma contínua, não diz respeito a uma mera repetição, mas configura um hábito ou costume. Ex: María **estudiaba** todos los días en la biblioteca. / Maria **estudava** todos os dias na biblioteca.

⁸⁶ Devido à diversidade linguística da Língua Espanhola no mundo e aos estudos de produção literária dos povos da América latina, tomamos por base a divisão da América em comarcas culturais, proposta por Rama (1982), e a classificação para as zonas linguísticas do Espanhol elaborada por Moreno Fernández (2000, 2010).

⁸⁷ Informações completas sobre as obras encontram-se nas referências.

c) situação única: fatos expressos como únicos e singulares, ocorrendo somente uma única vez, no período de tempo delimitado. Ex: Ahora, **estaba estudiando** para el examen de didáctica de la traducción. / Agora, **estava estudando** para a prova de didática da tradução.

2. Aspecto da situação/tipos de verbos: para essa análise, adotamos a classificação proposta por Vendler (1957, 1967), que trata do modo como os verbos envolvem as noções de duratividade, dinamicidade e de delimitação no eixo temporal. O autor propõe a divisão dos verbos em quatro classes, as quais são exemplificadas com dados do nosso corpus:

a) estados (apresentam duração indefinida, são atélicos e estáticos): ... **tenía** las piernas muy delgadas y los ojos azules. /... **tinha** as pernas muito finas e os olhos azuis. (*Clara* – Roberto Bolaños)

b) atividades (são durativas, atélicas e dinâmicas): **Estaba trabajando** y no es conveniente interrumpirlo.../ **Estava trabalhando** e não é conveniente interrompê-lo. (*Una aventura literaria* – Roberto Bolaños)

c) processos culminados (são durativos, télicos e dinâmicos): ... **escribía** en su cuaderno escolar una relación minuciosa de sus gastos. / ... **escrevia** em seu caderno escolar uma relação minuciosa de seus gastos. (*La santa* – Gabriel García Márquez)

d) culminações (denotam eventos instantâneos, télicos e dinâmicos): Esteban **cerraba** la puerta. / Esteban **fechava** a porta. (*Bruja* – Julio Cortázar)

3. Planos discursivos: pretendemos verificar qual o papel das formas aspectuais imperfectivas, em relação à organização das informações em uma narrativa, para tanto, tomamos como base os graus de figuridade propostos Chedier (2007, p.49 e 50):

a) figura (apresenta sequência cronológica, eventos reais, dinâmicos e completos, sujeitos previsíveis (tópicos), humanos e agentivos): Yo me **ponía a gritar**: camarero, camarero, y entonces **abría** los ojos y **escapaba** de ese sueño desesperante. / Eu **começava a gritar**: garçom, garçom, e então **abria** os olhos e **escapava** desse sonho desesperador. (*Clara* – Roberto Bolaño)

b) fundo 1 (apresenta o que vai ser relatado, o cenário, os participantes e a fala dos personagens; pode-se encontrar cláusulas-fundo que especificam o modo, ou a finalidade ou o tempo): **Era** bello, fino, **se llamaba** Esteban, jamás **quería salir** de la casa./ **Era** belo, fino, **se chamava** Esteban, jamais **queria sair** da casa. (*Bruja* – Julio Cortázar)

c) fundo 2 (especifica um referente ou processo; expressa inferência, apontando causa, consequência ou adversidade; expressa intervenções do locutor; apresentam opiniões, dúvidas, conclusões): Comprobé a los treinta años que **volvía a ser** vulnerable a pesar de la cama./ Comprovou aos trinta anos que **voltava a ser** vulnerável apesar da cama. (*El enemigo* – Virgilio Piñera)

4. Transitividade: consideramos, a partir dos parâmetros cinese, número de argumentos, pontualidade, modalidade, polaridade, volitividade, afetamento do objeto, agentividade e individuação do objeto, conforme Hopper e Thompson (1980), quatro níveis:

a) transitividade alta (8-10 parâmetros): ... a veces, él me **regalaba** un pollo. / ... às vezes, ele me **presenteava** um frango. (*La nieve* – Roberto Bolaño) – 8 parâmetros

b) transitividade médio-alta (5-7 parâmetros): Los visitantes **bebían** de su té. / Os visitantes **bebiam** de seu chá. (*Bruja* – Julio Cortázar) – 6 parâmetros

c) transitividade médio-baixa (3-4 parâmetros): Otro señor que **parecía** alguien./ Outro senhor que **parecia** alguém. (*La noche que lo dejaron solo* – Juan Rulfo) – 3 parâmetros

d) transitividade baixa (0-2 parâmetros): **Tenía que haber** alguna esperanza. / **Tinha que haver** alguma esperança. (*Diles que no me maten* – Juan Rulfo) – 2 parâmetros

5. Unidades da narrativa: de acordo com Brioschi e Di Girolamo (2000), boa parte da narrativa literária se ajusta ao modelo proposto por Labov (1972b) para a narrativa⁸⁸. Em

⁸⁸ Essa divisão já foi usada por Maldonado (1992) na análise da expressão do Aspecto imperfectivo em Língua Inglesa.

certos aspectos, compartilham a mesma forma o relato de uma narrativa literária e o relato da narrativa natural, ou seja, o relato oral e improvisado. A divisão proposta inclui:

a) resumo (introdução inicial da ação; unidade da narrativa que a sintetiza)⁸⁹: “I: y a l[a] media como que me anduve máh <alargamiento/> avisgando ahí/ bueno la experiencia ¿de que? poh/ **la primera pelea poh fue en el liceo poh// <risas = "E"/> pegue y me pegaron.**” (M 193) / **A primeira briga poh foi no liceo poh // risos = “E” bati e me bateram.**

b) orientação (introdução dos personagens, do local e do tempo de ação): **Era** bello, fino, **se llamaba** Esteban./ **Era** belo, fino, **se chamava** Esteban. (*Bruja* – Julio Cortázar)

c) complicação da ação, segundo González (2009), esta unidade constitui o núcleo da narrativa, no qual aparecem os diversos fatos narrados, constitui o clímax do relato): Allí **iban** los tres, con la mirada en el suelo, tratando de aprovechar la poca claridad de la noche/ Ali **iam** os três, com o olhar no chão, tratando de aproveitar a pouca claridade da noite. (*La noche que lo dejaron solo* – Juan Rulfo)

d) resolução (mostra de que forma foi resolvido o problema exposto na complicação da ação): Ahora, **esgrimía** una navaja mientras **me miraba** fijamente./ Agora, **esgrimia** uma navalha enquanto **me olhava** fixamente. (*El que vino a salvarme* – Virgilio Piñera)

e) avaliação (o narrador procura motivar o interlocutor a valorizar o fato narrado; de acordo com González (2009), nesta unidade, o narrador valida sua história, deixa clara a razão do relato): Entonces entró en su casa, que **era** verdaderamente hermosa, y se dedicó a amueblarla poco a poco. **Era** divertido./ Então entrou em sua casa, que **era** verdadeiramente bonita, e se dedicou a mobiliá-la pouco a pouco. **Era** divertido. (*Bruja* – Julio Cortázar)

f) coda (geralmente, as narrativas finalizam com uma resolução, no entanto, segundo González (2009), em muitas ocasiões, o narrador acrescenta um elemento adicional à história (comentário final ou moral da história); a coda permite o retorno ao tempo presente):

⁸⁹ Este exemplo foi retirado de entrevistas gravadas entre os anos 2005 e 2009, que compõem o banco de dados do projeto para o Estudo Sociolinguístico do Espanhol da Espanha e da América (PRESEEA).

Comprobé a los treinta años que **volvía a ser** vulnerable a pesar de la cama./ Comprevei aos trinta anos que **voltava a ser** vulnerável apesar da cama. (*El enemigo* – Virgilio Piñera)

6. Tipos de discurso: na narração, existem três formas de citar a fala (discurso) dos personagens: o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre. Para incluir os trechos nos quais o discurso se limita à narração dos fatos explicitados na história de cada conto, propomos uma quarta categoria: o discurso do narrador.

7. Vozes da narrativa (antagonista, personagem secundário, protagonista, narrador). Essa tipologia, segundo Leite (1985), é organizada do geral para o particular. Além disso, atenta para uma diferença entre narrativas modernas e tradicionais: predominância de cenas nas modernas e do sumário nas tradicionais.

Análise dos dados – distribuição de frequência

A coleta de dados proporcionou-nos um volume de 2093 dados, 1803 imperfeito e 290 perífrases. Tais dados foram codificados conforme os fatores explicitados, explicados e ilustrados na metodologia. A seguir podemos conferir a distribuição de frequência dos dados conforme nossos parâmetros de análise, distribuição que pautará a tessitura de uma configuração escalar para a imperfectividade codificada por imperfeito e perífrases.

No que diz respeito ao valor iterativo, das 2093 formas de passado imperfectivo encontradas nos contos analisados, obtivemos somente 32 formas de pretérito imperfeito, ou seja, 1,53 %. Dos 2093 dados de formas imperfectivas de passado encontradas, obtivemos 29 formas de pretérito imperfeito com valor habitual, ou seja, 1,39%. Já as perífrases imperfectivas de passado ocorreram em 97 dados, o que corresponde a 4,61% do total. A partir dos dados obtidos com a iteratividade e com a habitualidade, podemos afirmar que a grande maioria das ocorrências com formas imperfectivas se refere a fatos verbais semelfactivos, ou seja, fatos expressos como únicos e singulares, ocorrendo somente uma única vez. As porcentagens de iteratividade e habitualidade correspondem a 7,53 % do total de ocorrências de formas imperfectivas. Por outro lado, os fatos semelfactivos correspondem a 92,47 % do total de dados.

A partir da classificação proposta por Vendler (1957, 1967), observamos que a maioria dos 2093 verbos é do tipo estado, 44,62%, ou seja, 934 dados. Podemos sugerir que

este resultado pode estar atrelado ao fato de as formas imperfectivas atuarem na narrativa, principalmente, como pano de fundo. Os verbos de estado apresentam estágios internos idênticos e são considerados homogêneos. Estes verbos, geralmente, não expressam mudança e/ou movimento. Seguem-se, em termos percentuais, os verbos de atividade com 33,7% (705 dados); os de processo culminado com 15,38% (322 dados) e os de culminação com 6,3% (132 dados), indicando que as formas sob análise tendem a ser mais usadas em situações mais durativas e menos dinâmicas.

Em relação aos planos discursivos, verificamos que as formas imperfectivas também podem atuar como figura, já que 30,2% das formas de pretérito imperfeito e 10% das perífrases imperfectivas de passado desempenham um papel significativo na progressão dos eventos e nas ações desenvolvidas. Segundo Hopper e Thompson (1980), na narrativa, geralmente, as formas do pretérito perfeito (de aspecto perfectivo) têm um papel significativo na progressão dos eventos. Por outro lado, as formas imperfectivas são utilizadas, para descrever, comentar e apontar detalhes, ou seja, para fornecer elementos que dão sustentação à narrativa, atuando somente como fundo. No que tange aos percentuais das formas classificadas como fundo, verificamos menor ocorrência com dados do pretérito imperfeito: 505 formas, ou seja, 28% do total das 1803 formas de pretérito imperfeito encontradas nas narrativas analisadas. Por outro lado, as perífrases imperfectivas de passado codificaram 42%, 122 de 290 dados. Verificamos, também, menor ocorrência de dados do pretérito imperfeito em fundo 2: 754 casos, ou seja, 41,8% do total das 1803 formas de pretérito imperfeito. Por outro lado, foram 139 as perífrases imperfectivas de passado, 48% do total de formas perifrásticas.

Utilizamos a proposta de Hopper e Thompson (1980) para dar suporte à análise da transitividade, pois esses autores a avaliam a partir de dez parâmetros, não se limitando a uma simples verificação de sua existência ou ausência, como o faz a tradição gramatical. De acordo com Givón (2001), a transitividade é um fenômeno de natureza complexa que envolve os componentes sintático e semântico. Logo, a transitividade não é uma categoria discreta, é uma questão de grau. Procuramos, então, verificar de que modo as perífrases imperfectivas de passado e o pretérito imperfeito do indicativo em Espanhol relacionam-se com os parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980), conforme níveis explicitados na metodologia, de alta transitividade, passando por médio-alta, média, médio-baixa, até baixa transitividade.

Na mensuração das narrativas, consideramos 2022 dados dos 2093 dados: 1753 formas do pretérito imperfeito do indicativo e 269 formas de perífrases imperfectivas de passado, codificando transitividade baixa, médio-baixa e médio-alta. Desconsideramos 71 dados, 3,39% do total, que apresentaram 05 parâmetros de transitividade, um valor médio que, em termos estatísticos, não poderia determinar nem alto nem baixo nível de transitividade. Segundo Ravagnani e Catelan (2002), equivale ao que a Estatística classifica como o valor da Mediana, pois divide a frequência de ocorrência dos dados ao meio. Das 1753 formas restantes do pretérito imperfeito, 1367, 78%, apresentaram baixo nível de transitividade (baixa: 519 dados e médio-baixa: 848 dados), ou seja, obtiveram de 0 a 4 parâmetros indicadores de transitividade. Por outro lado, 386 formas, 22%, apresentaram de 6 a 10 parâmetros, ou seja, um alto nível de transitividade (médio-alta: 362 dados e alta: 24 dados). Com relação às perífrases imperfectivas de passado, das 269 formas válidas, 204 formas, 76% do total, apresentam baixo nível de transitividade (baixa: 47 dados e médio-baixa: 157 dados). Apenas 65 casos, 24% do total, apresentaram de 6 a 10 parâmetros, especificamente transitividade médio-alta, não havendo dado indicador de alta transitividade. Desse modo, num total de 2022 dados válidos analisados nesta pesquisa, dentre as formas do pretérito imperfeito e das perífrases imperfectivas de passado, foram obtidos 451 casos (22,3%) de alta transitividade e 1571 casos (77,7%) de baixa transitividade.

No que diz respeito às unidades da narrativa, das 2093 formas que compõem o *corpus*, na orientação, encontramos apenas dados de pretérito imperfeito (257), o que corresponde a 14% do total. A complicação da ação, segundo González (2009), constitui o núcleo da narrativa, no qual aparecem os diversos fatos narrados, constitui o clímax do relato. Este elemento estrutural se caracteriza pelo uso de sequências ou cláusulas narrativas que apresentam verbos no presente e no passado. Nesta parte, o narrador conta o que aconteceu até chegar ao desfecho. Em nossa pesquisa, dos 2093 dados analisados, 1445 dados, ou seja, 69,2%, estão presentes na complicação da ação. Dessa totalidade, 1170 são do pretérito imperfeito, 81%, e 275 são de perífrases imperfectivas de passado, ou seja, 19%. Dos 2093 dados analisados, 307 dados, ou seja, 14,63%, estão presentes na avaliação da narrativa (292 usos de pretérito imperfeito, 95,1%, e 15 de perífrases imperfectivas de passado, 4,9%). Na resolução, obtivemos somente 80 dados dos 2093, ou seja, 3,82%. Dessa totalidade, 80 formas são do pretérito imperfeito, o que corresponde a 100% das formas encontradas. O narrador pode, ainda, acrescentar um elemento adicional a sua história (comentário final ou moral da história): a coda, que permite ao interlocutor captar que o relato terminou. Encontramos

apenas 04 dados de perífrases imperfectivas de passado, ou seja, 0,2%. Por último, vale pontuar que os verbos que aparecem no resumo, geralmente, estão no pretérito perfeito simples⁹⁰. Em nosso *corpus*, não encontramos nenhuma ocorrência de forma imperfectiva de passado, o que ratifica o predomínio de formas perfectivas nessa unidade da narrativa.

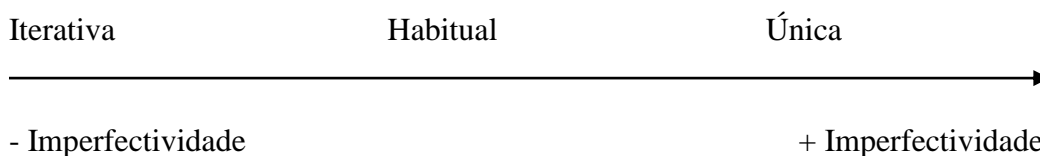
Com relação aos tipos de discurso, dos 2093 dados analisados, apenas 193 dados, ou seja, 9,23%, estão no discurso direto. No discurso indireto, obtivemos também poucas ocorrências, somente 32 dados, ou seja, 1,53%. No discurso indireto livre, encontramos somente 65 dados de 2093, ou seja, 3,09%. As formas sob análise concentram-se no discurso do narrador 1803 de 2093 dados, ou seja, 86,15%.

As formas imperfectivas, apesar de terem sido encontradas no relato linear, também tendem a se concentrar no relato retrospectivo. Podemos sugerir que este resultado está relacionado à organização discursiva em figura e fundo, já que, apesar de as formas imperfectivas de passado figurarem na progressão da narrativa, tendem a atuar mais como fundo e a grande maioria das ocorrências dessas formas tende a aparecer nos trechos relatados pelo narrador. Em nossa pesquisa, dos 2093 dados analisados, 117 formas estão na fala do protagonista (8,46%), 32 formas referem-se ao antagonista (1,53%), 81 formas aos personagens secundários (3,86%) e 1803 dados são do narrador (86,15%).

Análise dos dados – a configuração escalar

Com base nos diversos contextos de uso, levando-se em conta a distribuição de frequência, propomos uma configuração escalar para a imperfectividade, primeiramente em cada grupo de fatores sob análise e, depois, a partir da reorganização dos grupos em domínios funcionais⁹¹:

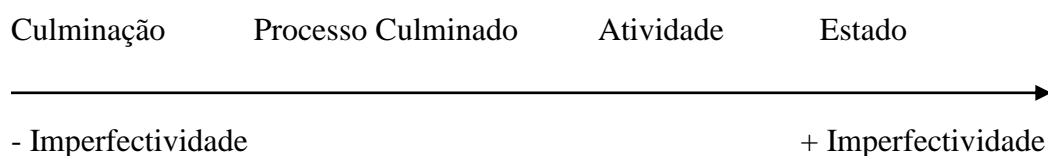
1. Extensão da situação:



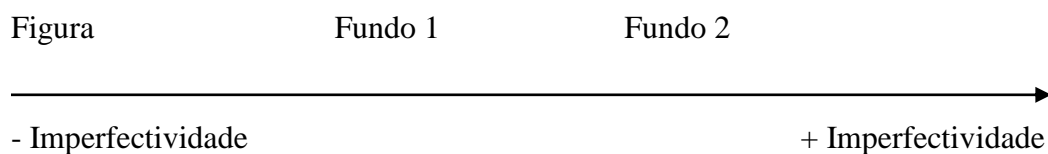
⁹⁰ De acordo com pesquisas realizadas com narrativa em Espanhol, conforme González (2009).

⁹¹ Para a reorganização escalar dos grupos de fatores em domínios funcionais, tomamos como base as considerações de Givón (1984) sobre domínio funcional e a proposta escalar em domínios funcionais, realizada por Back (2008) em seu estudo sobre a multifuncionalidade da forma verbal –sse no domínio tempo-aspecto-modalidade.

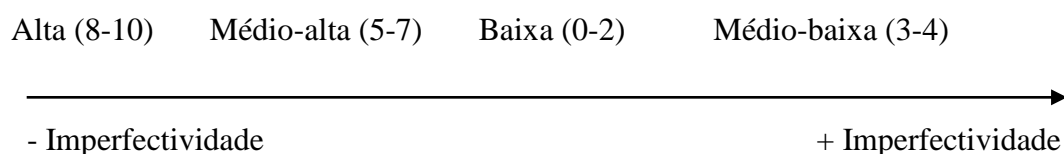
2. Aspecto inerente – tipo de verbo:



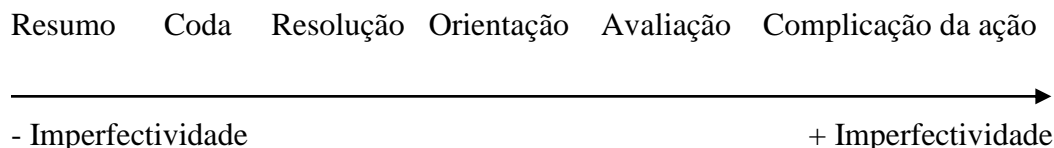
3. Planos discursivos:



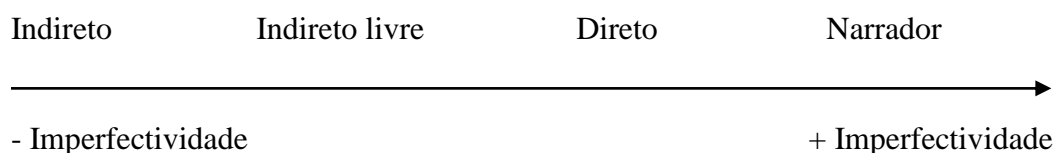
4. Transitividade:



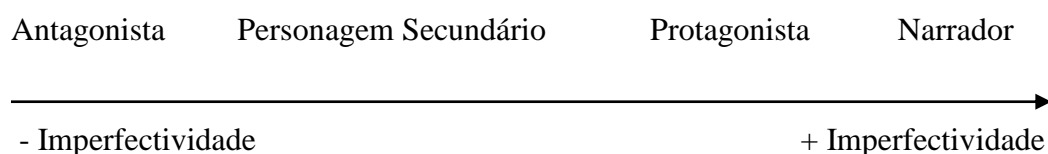
5. Unidades da narrativa:



6. Tipos de discurso:



7. Vozes da narrativa:



Para cada fator de análise destacado, nossa escala pressupõe gradação para a imperfectividade, que se distribui no *continuum*, ou seja, não há um ponto de interseção entre

o mais imperfectivo e o menos imperfectivo, mas há uma distribuição escalar que indica tendência de uso das formas imperfectivas em cada fator analisado. Os resultados evidenciam a atuação do princípio cognitivo de prototipicidade, desenvolvido por Rosch (1973), segundo o qual a categorização humana não é arbitrária, mas procede de exemplares mais centrais para exemplares mais periféricos. Dessa forma, parece mais acertado estabelecermos a pertença de um elemento a uma categoria a partir de um grau de similitude com o protótipo, entendido como o exemplar que melhor se reconhece, o mais representativo e distintivo de um grupo, levando em consideração que é o elemento que compartilha mais características com o resto dos membros da categoria e menos com os membros de outras categorias.

O contexto linguístico pode mostrar uma categoria que perde o seu *status* de protótipo e se aproxima de uma outra categoria, ou seja, passa a ser ambígua e, posteriormente, pode figurar em outra categoria. Por exemplo, Torres Cacoullos (2001), ao estudar, diacronicamente, a perífrase estar + gerúndio, no Espanhol falado do México, verificou que essa forma perdeu o sentido locativo espacial original devido a um processo de gramaticalização, e ampliou o sentido aspectual para imperfectivo. Observa-se que a noção de protótipo encontrou amplo espaço no âmbito dos estudos de gramaticalização, conforme propõem Hopper e Traugott (1993), visto que este processo caracteriza-se justamente pela fluidez no *continuum* categorial.

Em todas as funções imperfectivas mapeadas, verificamos o caráter de continuidade da situação expressa pela forma verbal, logo podemos sugerir que esta seria a função primária (prototípica) e a base de todas as funções periféricas desempenhas pelas formas imperfectivas de passado em Espanhol. Desse modo, podemos inferir que todos os valores secundários das formas imperfectivas de passado estão relacionados com estratégias do falante, já que o valor passado lhe permite distanciar-se do conteúdo proposicional, logo, pode ser utilizado nas mais diversas situações comunicativas, inclusive, para configurar a atitude do falante frente à proposição expressa (imperfeitos modalizados). No dado abaixo, por exemplo, o falante demonstra sua insatisfação diante da situação relatada:

Los esquemas del crimen se sucedían vertiginosamente. También se habló de honorarios. ¡ No **faltaba** más! Asesinos espléndidamente pagados. / Os esquemas do crime aconteciam vertiginosamente. Também se falou dos honorários. Não **faltava** mais! Assassinos esplendidamente pagos. (*Unas cuantas cervezas* – Virgilio Piñera)

Da análise anteriormente empreendida, propomos uma tabela com a configuração prototípica que indica tendências de uso do passado imperfectivo em Espanhol em cada domínio funcional⁹² do macrodomínio da imperfectividade⁹³:

Tabela 01: Características prototípicas das formas imperfectivas de passado.

Domínio	Variável	Protótipo
Aspecto-temporal	Extensão da situação	Única
	Tipo de verbo	Estado
Textual-Discursivo	Plano discursivo	Fundo 2
	Unidade da narrativa	Complicação
	Tipos de discurso	Narrador
	Vozes da narrativa	Narrador
Transitividade	Nível	Médio-baixa

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base na tabela acima, podemos verificar, em cada domínio, qual o traço prototípico das formas imperfectivas de passado analisadas. Esses dados podem nos subsidiar no processo de identificação das formas imperfectivas, já que há atributos que podem definir o macro domínio da imperfectividade.

Considerações finais

A partir do que foi exposto em cada um dos domínios analisados, a imperfectividade codificada por imperfeito e perífrases em Espanhol caracteriza-se por indicar situações contínuas/únicas, com verbos de estado, de transitividade médio-baixa, em fundo 2, na complicação da ação, no discurso e voz do narrador. Cada traço prototípico pode auxiliar na caracterização de formas imperfectivas de passado, em diversos contextos pragmático-

⁹² Este termo é empregado no sentido proposto por Givón (1984) para domínio funcional, ou seja, corresponde às áreas funcionais que compõem a gramática, que podem se referir a áreas funcionais gerais (ou macrodomínios), como TAM (tempo/ aspecto/ modalidade), caso, referência, ou a áreas mais estritas (microdomínios), como o tempo futuro, o sujeito, a dêixis, a especificação nominal etc.

⁹³ Macrodomínio funcional caracterizado por ter limites implícitos, por não ser dêitico e por representar situações em progresso (ações dinâmicas) ou configuradas em sua existência (estado).

discursivos. A partir daí, no trabalho com análise linguística, poderemos avaliar quais os exemplares da categoria e quais formas verbais podem ser consideradas como periféricas e, ainda, quais membros são ambíguos. Dessa forma, esperamos contribuir no que diz respeito ao estudo da oposição aspectual perfectivo *versus* imperfectivo.

Referências

BACK, Ângela Cristina di Palma. **A multifuncionalidade da forma verbal –sse no domínio tempo-aspecto-modalidade:** Uma abordagem sincrônica. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BOLAÑO, Roberto. Llamadas telefónicas. In: _____. **Llamadas telefónicas.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1997. p. 52-61.

_____. La nieve. In: _____. **Llamadas telefónicas.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1997. p. 3-12.

_____. Una aventura literaria. In: _____. **Llamadas telefónicas.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1997. p. 13-21.

_____. Clara. In: _____. **Llamadas telefónicas.** Barcelona: Editorial Anagrama, 1997. p. 32-40.

BONOMI, A. **Semantical remarks on the progressive reading of the imperfective.** 1998. Disponível em: <<http://www.filosofia.unimi.it/~bonomi/BONOMIBG211002.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

BRIOSCHI, F., GIROLAMO, C. Di. **Introducción al estudio de la literatura.** 5. ed. Barcelona: Ariel, 2000.

BRUCAT, José M. El valor del imperfecto de indicativo en español. In: **Primer Congreso Internacional de la Asociación Coreana de Hispanistas.** Chonbuk: Universidad Nacional de Chonbuk, 2001, p. 1-18.

CELA, Camilo José. Noventa minutos de rebotica. In: PADILLA, J. Montero, **Cuentos Madrileños.** Madrid: Editorial Castalia. S.A., 2002. p.42-49.

_____; BRITO, Marcelo. In: PÉREZ, Óscar Barrero **El cuento español 1940-1980.** Madrid: Editorial Castalia. S.A., 1989. p. 23-29.

_____. La eterna canción. In: CORRALES, J. **Cuentos para leer después del baño.** Barcelona: Ediciones Juan Granica. S.A., 1987, p. 3-10.

_____. Claudius, profesor de idiomas. In: CORRALES, J. **Cuentos para leer después del baño.** Barcelona: Ediciones Juan Granica. S.A., 1987. p. 11-16.

CORTÁZAR, Julio. Las armas secretas. In: _____. **Cuentos completos 1**. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008, p. 22-29.

_____. El móvil. In: _____. **Cuentos completos 1**. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008, p. 12-21.

_____. Las puertas del cielo. In: _____. **Cuentos completos 1**. 2. ed. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008, p. 3-11.

_____. Bruja. In: _____. **Cuentos completos 1**. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008, p. 30-37.

CHEDIER, Carolina Moreira. **Perfil de figura/fundo em crianças com e sem queixas escolares**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança**. Tese (Doutorado em Linguística)- Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis:UFSC, 2007.

GARCÉS, María Pilar. **Las formas verbales en español valores y usos**. Madrid: Editorial Verbum, 1997.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Luis. El pretérito imperfecto: repaso histórico y bibliográfico. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, L. y BERGARECHE, B. Camus (Eds.). **El pretérito imperfecto**. Madrid: Gredos, 2004, p. 40-88.

GIVÓN, Talmy. Tense-Aspect-Modality. In: _____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984, p. 125- 157.

_____. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: J. Benjamins, 2001.

GONZÁLEZ, Silvana Guerrero. **Análisis sociolingüístico de las diferencias de género en narraciones de experiencias personales en el habla juvenil de Santiago de Chile**. (Magíster en Lingüística con mención en Lengua Española) - Curso de Posgrado en Lingüística, Universidad de Chile, Santiago, 2009.

GUTIÉRREZ ARAUS, L. M. **Formas temporales del pasado en indicativo**. Madrid: Arco/Libros, 1997.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolingüística quantitativa – instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HERNÁNDEZ, José G. Cornonado. **Perífrasis verbales en formación en el español de México**. (Licenciatura en Lingüística con mención en Lengua Española) - Curso de Licenciatura en Lingüística, Universidad Autónoma Metropolitana, México, D.F., 2006.

HOPPER, P.; S. THOMPSON. Transitivity in Grammar and Discourse. **Language**, vol. 56, n° 2:

251-299, 1980.

_____. The iconicity of the universal categories “noun” and “verb”. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.151-183.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

HOPPER, P. J. **Emergent grammar**. **Berkeley Linguistics Society**, v.13, 1987, p.139-157.

LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.

_____. The boundaries of words and their meanings. In: BAILEY, C.; SHUY, R. W. (Orgs.). **New ways of analyzing variation in English**. Washington: Georgetown University Press, 1973. p. 231 – 263.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)**. São Paulo: Ática, 1985.

MALDONADO, J.G. **El aspecto imperfectivo en inglés: su expresión y función en el texto narrativo**. 456 p. Tesis Doctoral de la Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología, Departamento de Filología Española I, 1992.

MÁRQUEZ, Gabriel García. La santa. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. Buenos Aires: Debolsillo, 2010. p. 21-32.

_____. Me alquilo para soñar. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. Buenos Aires: Debolsillo, 2010. p. 12- 20.

_____. Sólo viene a hablar por teléfono. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. Buenos Aires: Debolsillo, 2010. p. 3 – 11.

_____. El verano feliz de la señora Forbes. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. Buenos Aires: Debolsillo, 2010. p. 33-41.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Qué español enseñar**. Madrid: Arco/Libros, 2000.

_____. **Las variedades de la lengua española y su enseñanza**. Madrid: Arco/Libros, 2010.

PIÑERA, Virgilio. El que vino a salvarme. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 3 – 10.

_____. Unos cuantos niños. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 11-20.

_____. Unas cuantas cervezas. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 21 – 33.

_____. El enemigo. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 34 – 42.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1982. 305p.

RAVAGNANI, F.R.; CATELAN, L. **Glossário de estatística**. São Paulo: Netra, 2002. 208p.

ROSCH, E. Natural categories. In: **Cognitive psychology**, 4, p. 328- 350. 1973.

RULFO, Juan. El llano en llamas. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007. p. 11-20.

_____. Acuérdate. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007, p. 33-41.

_____. La noche que lo dejaron solo. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007. 51-58.

_____. Diles que no me maten. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007, p. 59 – 71.

RUIZ CAMPILLO, J. P. Instrucción indefinida, aprendizaje imperfecto. Para una gestión operativa del contraste imperfecto / indefinido en clase. En: **Mosaico**, 15, p. 9-17. 2005.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, E. **Goldvarb X - A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005.

TORRES CACOULLOS, R. From lexical to grammatical to social meaning. **Language in Society**, Cambridge, v.30, p.443-478, 2001.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. In: **The philosophical review**. Vol. 02, N° 2. 1957, p. 143- 160.

_____. Verbs and Times. In: _____. **Linguistics in philosophy**. New York: University Press, 1967.

HUMOR E PERSUASÃO NO DISCURSO RELIGIOSO: O PAPEL DA ALUSÃO EM UMA PREGAÇÃO

Franciely Corrêa de FREITAS⁹⁴

Ana Cristina CARMELINO⁹⁵

Resumo: Considerando-se que o humor também está presente no contexto religioso, analisamos neste artigo parte de uma pregação bem-humorada. Trata-se de “Reconstruindo as verdades de Deus”, proferida pelo pastor Cláudio Duarte. O objetivo do texto é evidenciar que a figura retórica conhecida como alusão pode funcionar tanto como recurso de persuasão quanto de produção de humor. Os pressupostos teóricos e analíticos adotados nas análises advêm especialmente da Retórica aristotélica (ARISTÓTELES, 2011) e da Nova Retórica (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005; REBOUL, 2004; FERREIRA, 2010).

Palavras-chave: Retórica. Persuasão. Pregação. Humor. Alusão.

Abstract: *Considering that humor is also present in the religious context, in this article we have analyzed part of a humorous preaching. It is “Rebuilding the truths of God”, pronounced by Minister Cláudio Duarte. The objective of this text is to demonstrate that the rhetorical figure known as allusion can function both as persuasion feature and as production humor. The theoretical and analytical assumptions adopted in the analysis come especially from Aristotelian Rethoric (ARISTÓTELES, 2011) and the New Rhetoric (PERELMAN and OLBRECHTS-TYTECA, 2005; REBOUL, 2004; FERREIRA, 2010).*

Keywords: *Rhetoric. Persuasion. Preaching. Humor. Allusion.*

⁹⁴ Mestranda em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: franciely.correa@gmail.com.

⁹⁵ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/CAR; Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, Brasil, e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: anacriscarmelino@gmail.com.

Humor e pregação: considerações iniciais

Complexo de ser definido, o humor consiste em um fenômeno capaz de despertar sentimentos antagônicos: assim como pode, em diversas situações, gerar alegria (pela descontração), também pode incitar a raiva (pela ofensa). Logo, refletir sobre o humor – e entender seu papel em cada prática social em que é movido – é sempre um desafio.

Ainda que possa ser visto em diferentes esferas e práticas de atividade, o humor não é muito comum no contexto religioso. A explicação para isso não é difícil de ser entendida e aceita (ao menos para o senso comum), afinal, para muitos, humor não é considerado coisa séria. Religião, sim.

Neste artigo, buscamos mostrar que essa visão sobre o humor (e sua relação com religião) nem sempre procede. Desse modo, analisamos parte de uma pregação religiosa bem-humorada. Trata-se de “Reconstruindo as verdades de Deus”. O objetivo do estudo é evidenciar também que a figura retórica conhecida por alusão pode funcionar tanto como recurso de persuasão quanto de produção do humor.

Proferida pelo pastor Cláudio Duarte, “Reconstruindo as verdades de Deus” foi gravada durante um culto, é comercializada em DVD e pode ser acessada livremente no YouTube⁹⁶. Nela, o pastor versa sobre diversas verdades de Deus que o homem tem interpretado de forma equivocada (isto é, que vai de encontro aos preceitos bíblicos) para viver de maneira mais prazerosa e fácil.

O objeto de análise deste texto, um recorte da pregação que foi transcrito com base em uma adaptação no sistema de notação empregado pelo grupo de pesquisadores do Projeto NURC/SP (CASTILHO; PRETI, 1986)⁹⁷, aborda especificamente relações familiares, tais como: os problemas que podem perpassar a relação entre homem e mulher na vida conjugal (caso do adultério), criação dos filhos, convivência entre nora e sogra.

Os pressupostos teóricos adotados neste estudo advêm da Retórica aristotélica e da Nova Retórica, especialmente com base em Aristóteles (2011), Tringali (1988), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Reboul (2004) e Ferreira (2010). Para contextualizar o gênero pregação religiosa, partimos das considerações de Figueiredo *et al.* (2009). No que diz

⁹⁶ DUARTE, C. Reconstruindo as verdades de Deus. 3 abr. 2013. **YouTube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lpjb0MG4GWA>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

⁹⁷ O quadro elaborado para a transcrição do objeto de análise deste artigo consta do anexo que se encontra no final deste texto e consiste numa adaptação das normas de transcrição do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (NURC/SP).

respeito ao discurso religioso, baseamo-nos nas reflexões de Figueiredo e Rodrigues (2008) e Nascimento (2012). Em relação ao discurso humorístico, levamos em conta os estudos de Travaglia (1992) e, em especial, de Carmelino (2012).

Discurso religioso e pregação: o objeto de análise

O discurso é o lugar em que se estabelecem os acordos. Segundo Tringali (2014, p. 26), “discursar [...] significa percorrer um tema, através de seus vários ângulos. Da ação de discursar, resulta o discurso, com um produto. Pela força da etimologia, discurso supõe uma atividade predominantemente, intelectual, dissertativa e argumentativa”.

As pregações fazem parte do discurso religioso. É sabido que esse tipo de discurso tem forte carga persuasiva. Dado que se explica pelo fato de ter como fonte de argumentação a Bíblia (FIGUEIREDO; RODRIGUES, 2008), livro sagrado para os que Nela acreditam. Obra, portanto, detentora de argumentos tidos por seus fiéis como irrefutáveis.

Nas palavras de Nascimento (2012, p. 54), o discurso religioso “assume o discurso bíblico como seu interdiscurso fundante, o que lhe garante autoridade e dá-lhe base para a aceitação de seu conteúdo no universo religioso”. Em outros termos, esse discurso “emana da autoridade eclesial que tem como propriedade a ritualização e o referente é o homem com sua relação com Deus e os outros homens” (AMARAL, 2015, p. 69).

A pregação, segundo os estudos de Figueiredo *et al.* (2009, p. 151)⁹⁸, consiste em um “gênero estritamente oral, produzido por líder religioso e que tem como destinatários fiéis pertencentes a um grupo comum, além disso, apresenta duração mínima estabelecida”, de aproximadamente uns quarenta minutos (40’). Os autores ainda ressaltam que o intuito discursivo da pregação é de conservar seus fiéis, moldar o seu caráter e converter novos adeptos.

O objeto de análise deste artigo – ainda que se constitua de forma bem-humorada, dado não muito comum aos gêneros da esfera religiosa –, pode ser considerado uma pregação, tendo em vista as características que apresenta: ser oral e produzida por um líder religioso (Pastor Cláudio Duarte), ter como auditório os membros da Igreja Batista Monte Horebe, buscando não apenas construir e fortalecer o caráter desses fiéis, mas também manter a fidelidade deles.

⁹⁸ Para definir o gênero pregação, Figueiredo *et al.* (2009) tomam como base alguns estudiosos de teorias de gênero, tais como Bakhtin (2003), Maingueneau (2001) e Bronckart (1999).

Ademais, o pastor respalda sua exposição com trechos bíblicos, discorre acerca de uma temática que vai ao encontro dos preceitos defendidos pela congregação religiosa que representa (a manutenção dos valores tradicionais de família) e a exposição, cuja duração é de 52 minutos, ocorre em um templo religioso, onde foi gravada e posteriormente comercializada em DVD.

Em “Reconstruindo as verdades de Deus”, como já mencionado, o pastor trata de várias “verdades de Deus” que o homem tem compreendido equivocadamente para viver de maneira mais agradável e prazerosa. Nesse sentido, tais “verdades”, segundo a pregação, são contrárias aos princípios bíblicos. No recorte a ser analisado, o orador aborda especificamente as relações familiares, a saber: os problemas que podem perpassar a relação entre homem e mulher na vida conjugal (como o adultério), a criação dos filhos, a convivência entre nora e sogra.

No que concerne ao orador, Cláudio Duarte, casado e pai de dois filhos, é membro da Igreja Batista Monte Horebe, sediada no Rio de Janeiro. O pastor ficou conhecido nacionalmente após trechos de suas pregações serem publicados na Internet e pelo modo irreverente como toca em assuntos familiares, especialmente a relação entre marido e esposa.

Convém ressaltar que, autointitulado comediante, Duarte atualmente mantém um canal no YouTube, conhecido como “Um pastor cheio de graça”. Nele são feitas postagens de piadas bíblicas e diversos conselhos para casais, todos com (muito) bom humor. Daí se pode dizer que o termo “graça”, que consta do título do canal (“pastor cheio de graça”), remete tanto à “benção divina” quanto ao gracejo (ser divertido, engraçado).

Retórica, alusão e humor

Em um brevíssimo percurso pela história de uma das ciências mais prestigiadas na Antiguidade, a Retórica, é preciso ressaltar que ela passou por consideráveis mudanças de enfoque. Graças a Aristóteles, quem primeiro teorizou sobre o poder da palavra, reconhecendo que argumentar não consistia apenas em uma atividade racional, porque pressupunha debate, opinião, paixão, a Retórica passou a se distinguir da Lógica, ciência vinculada ao raciocínio axiomático (CARMELINO, 2008).

Nas palavras de Aristóteles (2011, p. 44-45), a retórica é a “faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão”. Nesse sentido, essa ciência

era compreendida “como o poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir”.

Ainda conforme Aristóteles, nessa perspectiva, o ato retórico mobiliza um orador, um auditório e um discurso, que são simbolizados respectivamente pelo *ethos*, *pathos* e *logos*. O *ethos* refere-se ao caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança em seu auditório. O *pathos* concerne ao envolvimento e ao convencimento do auditório a partir de seus sentimentos (paixões) e de suas crenças. Já o *logos* diz respeito à argumentação racional, ao discurso propriamente dito.

A Retórica Antiga, segundo os estudiosos, priorizava a arte de falar bem e da eloquência, concentrando-se, portanto, no *logos*. Desse modo, para concretizar o ato retórico, buscavam-se nas figuras de estilo e retórica os recursos necessários tanto para construir um bom e belo discurso, quanto para seduzir o auditório (TRINGALI, 1988).

Entretanto, na segunda metade do século XX, a retórica aristotélica é reformulada. A Nova Retórica, como passa a ser chamada, deve-se especialmente às contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que propõem uma teoria da argumentação cujo objetivo é o “estudo de técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (p. 4).

A Nova Retórica não pretende dar prioridade à técnica de produzir discursos, mas, preocupa-se, principalmente, em oferecer formas que possibilitem interpretar discursos. Nesse contexto, “todo discurso é, por excelência, uma construção retórica, uma vez que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca de adesão” (FERREIRA, 2010, p. 49).

Desse modo, nos enfoques contemporâneos, as figuras retóricas deixam de ser vistas como meras fórmulas de ornamentar o texto; não dizem respeito apenas a um uso incomum na língua. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Reboul (2004), elas desempenham papel persuasivo, uma vez que constituem uma licença estilística para facilitar a aceitação do argumento.

“Se o argumento é o prego, a figura é o modo de pregá-lo...”, afirma Reboul (2004, p. 114). Ferreira (2010) complementa salientando que o valor argumentativo das figuras ultrapassa a expressão da subjetividade, uma vez que elas pretendem “impressionar pela emoção e condensar valores necessários para estabelecer a argumentação” (p. 105).

No que tange à classificação das figuras retóricas, notamos que, dependendo do autor e de seus propósitos, ela pode variar muito. A proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca

(2005), uma das mais acatadas, considera três grupos, de acordo com o efeito produzido no discurso: 1) escolha, que se referem à maneira como os fatos são caracterizados; 2) presença, que visam despertar o sentimento de presença no objeto de discurso; e 3) comunhão, aquelas por meio das quais o orador empenha-se em demonstrar que tem comunhão com o auditório, para tanto, faz referências a conhecimentos comuns.

Na proposta desses autores, a alusão, figura de interesse deste estudo, pertence ao grupo da comunhão. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), há alusão quando o orador faz referência indireta a algo (como um acontecimento do passado, um fato cultural), “cujo conhecimento é próprio de membros do grupo com os quais o orador busca estabelecer essa comunhão” (p. 201). Os autores ainda completam que, ao evocar algo, geralmente se atribui a ele uma afetividade particular e que a alusão é capaz de aumentar o prestígio do orador que possui e sabe utilizar esse procedimento.

Segundo Tringali (1988, p. 140), fazer uso da alusão é quando se “explica alguma coisa por meio de uma referência a um outro fato conhecido” do interlocutor/ auditório, ou seja, quando o orador menciona algo que julga ser do conhecimento do público, apelando a uma memória, com o intuito de firmar comunhão. A partir dessas considerações, acrescentamos que, por meio dessa figura, o tema aludido pode permitir que o auditório infira sobre uma ideia mencionada pelo orador e complete, desse modo, o sentido do enunciado.

A comunhão, convém ressaltar, tende a obter do auditório uma participação ativa na exposição. Essa participação/ação, segundo entendemos, pode ser manifestada de diferentes formas. Uma delas é por meio da graça ou do riso. Nesse sentido, o riso consistiria em um sinal por meio do qual o auditório confirma que compreendeu a que diz respeito à alusão.

Além disso, entendemos que a figura da alusão pode gerar humor, nos termos do que Propp (1992) chama de “comicidade da semelhança”⁹⁹. Expliquemos melhor. De acordo com o estruturalista russo (que estuda as relações entre comicidade e riso), o riso pode ser provocado quando descobrimos, de forma repentina e inesperada, que temos alguma semelhança com o outro. Esta pode variar: aparência física, aspirações, costumes. Dessas

⁹⁹ Conforme atesta Alberti (1999), em sua obra *O riso e o risível na história do pensamento*, a vasta nomenclatura aplicada ao universo do riso gera dificuldades aos pesquisadores que tomam como objeto de estudo qualquer material risível, tendo em vista que zombaria, humor, cômico, ironia, sátira, farsa, grotesco e ridículo, entre outros termos, designam categorias que se sobrepõem em diferentes teorias; provocando, muitas vezes, dúvidas quanto à denominação do objeto do riso. Nesse sentido não faremos distinção entre os termos aqui usados.

considerações, questionamos: o riso pode surgir de conhecimentos e informações semelhantes quando mobilizados via alusão?

Neste estudo, defendemos que sim. Partimos da hipótese de que a alusão, figura retórica usada para buscar a comunhão com o auditório a partir do compartilhamento (entre o orador e o auditório) de informações, costumes, cultura etc., funciona como um mecanismo de produção do humor capaz de despertar a atenção do auditório e de contribuir com o processo de persuasão.

O humor/cômico, como já observaram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Carmelino (2012), desempenha uma função extremamente importante nas relações interpessoais: a persuasão. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 213), trata-se de um “elemento importantíssimo para conquistar o auditório ou, mais comumente, para firmar uma comunidade entre orador e auditório”.

Segundo Carmelino (2012, p. 48), “o humor pode ser um artifício valioso para despertar o interesse, sensibilizar, incitar uma posição ou opinião, capturar a benevolência, provocar ação”. Além disso, para a autora, o humor encontra nas figuras um meio de deixar passar o discurso proibido: “orador vale-se de termos apropriados para atingir determinados fins” (p. 46).

É, portanto, com base nessas considerações que partimos para a análise aqui proposta.

Alusão: humor e persuasão na pregação de Cláudio Duarte

Como dito, na proposta da Nova Retórica, as figuras ganham um novo caráter, deixam de ser apenas uma maneira de ornamentar o texto e passam a adquirir forte caráter argumentativo. Além de recursos ideais para a construção do discurso sedutor, participam da construção do sentido dos textos. Isso não é diferente com a alusão.

Na pregação “Reconstruindo as verdades de Deus”, é possível observar o uso recorrente da alusão a fim de produzir humor e auxiliar no processo de persuasão. A presença do humor pode ser identificada por meio do riso explícito do auditório (como será possível notar nos trechos transcritos) e assume, segundo entendemos, uma função estratégica: chamar a atenção, capturar a benevolência da assembleia e deixar passar o discurso proibido.

Por meio da alusão, Cláudio Duarte empenha-se em criar comunhão com o auditório em diversos momentos. Ao compartilhar determinados problemas e certas situações vivenciadas por ele e pelos fiéis, o pastor quebra o estereótipo de homem santo, ou seja, de

líder religioso que aparenta não passar pelas mesmas dificuldades cotidianas que as de seu auditório. Essa semelhança inesperada e, de certa forma, inusitada, gera humor. Vejamos um exemplo.

Exemplo (1)

P: olha o que diz a bíblia “fugi da mulher adúltera”... a bíblia manda tu enfrentá o diabo: (0,3) ((aponta para frente e a assembleia ri)) e fugi da mulher adúltera ((ri apontando para trás)) do home a/o que que/por que que Deus não falou enfrenta a mulhé: ((gesticula que não com veemência)) (0,5) foge da mulher adúltera e enfrenta o diabo... porque a mulher adúltera é mais perigosa... o homem adúltero... é mais perigoso... ele fala coisas que seu marido não fala:: “Tá cheiROsa::” miserável do marido nem nariz tem mais aquela praga ((a assembleia gargalha)) é ou não é? hé:::.... o **adúltero** abre a porta do carro pra você entrá::... seu marido sai com carro você nem entro ((risos))... um pé dentro e outro fora... é ou não é verda/ ((diz enquanto imita pulando com um pé apenas apoiado no chão))...vai a mulhé assim... para pra penSÁ ((a assembleia gargalha)) cê tá rindo de coisa que te faz choRÁ... é ou não é verdade? ... **pare pra PENSÁ**::...isso é/isso é perigosíssimo irmã:::...aquela mulhé/ é ou não é? a bíblia manda foge dela...a mulhé maneira... mulhé feia não precisa fugi ((risos)) ...mulhé feia só entra no céu porque recebe um novo corpo ((risos)) ... é ou não é verdade? ((gesticula que não enquanto a assembleia ri)) isso é heresia... brincadeira...tá certo? (21’13’’ a 22’38’’)

No excerto (1), o pastor busca comprovar a veracidade de seus argumentos aludindo a passagens bíblicas¹⁰⁰ a fim de tornar crível seu discurso. Os preceitos bíblicos resgatados por meio do tema “adultério” e da menção direta ao Livro Sagrado (“olha o que diz a bíblia ‘fugi da mulher adúltera’... a bíblia manda tu enfrentá o diabo”) são utilizados com o intuito de mostrar que seu discurso tem embasamento irrefutável e, também, para fundamentar os argumentos acerca dos preceitos que defende (a família tradicional constituída pelo matrimônio).

O orador narra as diferenças entre homem/mulher adúltero(a), revelando saber que muitos dos presentes ali vivenciam o descaso do(a) esposo/esposa e as investidas aparentemente atrativas do adultério. Para manter a atenção e comunhão do auditório, o pastor

¹⁰⁰ A possível passagem bíblica aludida é de Levítico, capítulo 20, que versa sobre as penas de diversos crimes e que, no versículo 10, condena o adúltero conforme aludido no discurso do pastor: “Também o homem que adulterar com a mulher de outro, havendo adulterado com a mulher do seu próximo, certamente morrerá o adúltero e a adúltera” (BÍBLIA SAGRADA, p. 175).

interage com perguntas do tipo “é ou não é? é:.....”. Tais perguntas mostram que situações como as aludidas podem parecer cômicas (o que pode ser comprovado pela presença do riso manifesto), mas causam sofrimento. Os valores apresentados pelo orador, pela autoridade constituída, dão ao discurso valor de verdade.

Além disso, o orador-pastor, ao aludir a fatos que certamente muitos membros ali presentes já vivenciaram, mostra reconhecer as dificuldades que os fiéis enfrentam, demonstrando cumplicidade com o auditório. A forma irreverente como conduz o discurso, brincando com o belo e feio, leva o público ao riso, conforme se verifica em: “isso é/isso é perigosíssimo irmã:::...aquela mulhé/ é ou não é? a bíblia manda fogue dela...a mulhé maneira... mulhé feia não precisa fugi ((risos)) ...mulhé feia só entra no céu porque recebe um novo corpo ((risos))””.

Por ter um discurso autorizado pela instituição religiosa, Claudio Duarte busca manter e assegurar a unidade religiosa (que condena o adultério). O pastor, assim, age retoricamente para a manutenção do estabelecido, ainda que seja por meio de artimanhas, como o humor. Segundo as palavras de Amaral (2015, p. 115), “mudam-se a formas de propagar o sagrado, mas não se quebra a sacralização pelo dizer”. Vejamos outro caso.

Exemplo (2)

P: a vara da correção... não é pra espancar...mas a varinha... faz milagre também...tem que ter uma varinha... legalzinha... é uma correçãozinha...é pra dis-ci-pli-nar... Deus diz “**eu repreendo e castigo a todos quanto amo sedes zeloso e se arrepende**”... Por QUE que a bíblia diz isso? capítulo vinte nove de provérbios...verso quinze...vinte nove verso quinze “**a vara e a repreensão dão::?**”

A: (“sabedoria”)

P: “**mas o rapaz entregue:: enverGOnha**”?

A: (“sua família”)

P: a vara/ **HOje:::olha os valores...seculares hoje/ hoje essa turma vai pro senado pra fazer uma lei de que eu não posso bater no meu Filho** (0,4) ((para e fica olhando para a assembleia)) **na hora que eu apaNHEI ninGUÉM criou lei pra me defender** (0,4)((assembleia gargalha)) **ses dias eu falei pra meu filho...vou bater ni você...ele disse “eu não fiz nada” eu falei eu não QUero justiça...eu quero vingança** ((assembleia gargalha)) (25’15” a 25’48”)

Nessa passagem, o orador revela compartilhar a mesma cultura e os valores sociais do auditório, visto que se inclui no enunciado (“**essa turma vai pro senado pra fazer uma lei**”

de que eu não posso bater no meu filho”), mostrando que também vive situações problemáticas em sua vida cotidiana e, portanto, sabe bem o que diz.

Vale ressaltar também a crítica que o orador faz aos políticos que legislam sobre a forma como os genitores devem educar os filhos, fazendo alusão à alteração da Lei 13.010 (conhecida como “Lei da palmada”¹⁰¹), que foi recriminada por grande parcela da população – especialmente por aqueles com pouca instrução e criados com castigos físicos ou de acordo com valores religiosos mais severos –, que acredita (e defende) que a censura física é a melhor maneira de corrigir e educar.

A partir dessa crítica, o orador revela defender os valores tradicionais: a punição dos filhos com castigos físicos deve ser mantida, incitando o auditório a pensar da mesma forma. Isso deixa subentendido que muitos dos problemas que os pais enfrentam na criação dos filhos estão relacionados à intervenção do Estado (“**HOJE::...olha os valores...seculares hoje/ hoje essa turma vai pro senado pra fazer uma lei de que eu não posso bater no meu filho**”).

Se o auditório reage às palavras (posição) do pastor-orador rindo, significa que as compreende, que está de acordo com elas e que as aceita. Logo, o auditório particular acena para a aprovação do que foi dito. A cumplicidade entre orador e auditório é garantida a partir dos argumentos apresentados pelo pastor: “**na hora que eu apaNHEI ninguém criou lei pra me defender**”. Fica implícito que o castigo físico não trouxe danos para a fase adulta do pastor; pelo contrário, contribuiu com a formação moral dele e dos que foram criados na mesma época.

Vejamos a seguir um exemplo no qual o orador faz menção ao relacionamento entre nora e sogra.

¹⁰¹ A lei 13.010, conhecida popularmente como “Lei da Palmada”, foi alterada pela presidente Dilma Rousseff, em 26 de junho de 2014, modificando tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto o Código Civil. A “nova” lei estabelece que a “criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executivos de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”. Na época em que a lei foi alterada, houve grande polêmica, pois grande parte da população considerou que a lei restringiria o poder dos pais na educação dos filhos, alegando que não caberia ao Estado interferir na maneira dos pais corrigirem os filhos, visto que uma palmada não geraria transtornos na formação da criança/ adolescente (Disponível em: BRASIL. Lei nº 13.010. **Brasília**: Presidência da República, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>. Acesso em: 3 mar. 2016)

Exemplo (3)

P: é melhor acreditá que sogra é uma praga... que nora é hoRRORosa... e vão se degladiAR:...disputar o meNI::no... que não sabe se fica entre a mãe que o gerou...ou a mulher que vira seu zoIM...((assembleia gargalha)) garoto fica doido...se eu falo que é mamãe...não viro o zoim...se eu viro o zoim mamãe não qué::...oh meu Deus do céu...se correr o bicho pega se fica o bicho come... (29'13'' a 29'38'')

Ao resgatar os problemas de relacionamento entre nora e sogra, o orador alude a conhecimentos próprios dos “membros do grupo com os quais busca estabelecer comunhão” (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 201), quais sejam: a sogra é tida como uma pessoa de difícil convivência e que tende a atrapalhar a vida do casal (em geral, por ciúmes).

A maneira como Cláudio Duarte narra a situação, especialmente a que fica exposta o homem diante do conflito entre a mãe e a esposa (“que não sabe se fica entre a mãe que o gerou... ou a mulher que vira seu zoIM”), usando termos que, de fato, são usados por pessoas comuns (a exemplo “sogra é uma praga...que nora é hoRRORosa...” ; “se correr o bicho pega se fica o bicho come...”), sem o maior pudor por estar em um ambiente religioso, também leva o auditório ao riso. Na verdade, a estratégia é meticulosamente usada para aumentar a tensividade retórica.

Convém salientar, uma vez mais, que a irreverência constante do discurso do pastor contribui para manter e aumentar a atenção do auditório que, a partir do humor, reflete sobre (e provavelmente concorda com) as afirmações sérias que são ditas de forma engraçada. É ao que se refere Travaglia (1990), quando afirma que o humor revela ludismo: dá uma aparência de “não-sério” ao que é dito (muitas vezes seriamente). Assim, pelo humor é possível dizer certas coisas que fora dele seria inviável.

No que tange ao riso manifestado explicitamente pelo auditório, conforme mostram os exemplos citados, em geral ele ocorre quando o orador alude a situações com as quais a assembleia se identifica. A esse respeito, Bergson (2007, p. 5) já havia dito que o “riso esconde uma segunda intenção de entendimento [...] quase de cumplicidade, com os outros ridentes, reais ou imaginários”. Logo, a descoberta de similaridades de conhecimentos e experiências, via alusão, é um dos recursos de produção de humor na pregação analisada.

Se todo ato retórico mobiliza um orador (*ethos*), um auditório (*pathos*) e um discurso (*logos*), verificamos que, na pregação em análise, o pastor Cláudio Duarte, por ser autorizado

pela instituição religiosa, apresenta *ethos* autoritário. O líder religioso busca – especialmente por meio da alusão (seja a situações ou exemplos bíblicos) evidenciada no *logos*, que muitas vezes é capaz de gerar o riso – cativar e ganhar a confiança do auditório (*pathos*) no processo de persuasão.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos demonstrar que a alusão, figura retórica mobilizada para gerar comunhão entre orador e auditório – a partir do compartilhamento de informações, costumes, cultura, etc. –, funciona como um recurso de produção do humor capaz de despertar a atenção do auditório e de contribuir com o processo de persuasão.

Como vimos, a comunhão entre pastor e assembleia é confirmada pela participação ativa da assistência durante a fala do pastor. A ação de rir (ou gargalhar) é o elemento indicador de que auditório não apenas (re)conhece as alusões feitas pelo pastor-orador, mas também se surpreende com elas e com o fato de o líder religioso mostrar que vivencia problemas cotidianos semelhantes. Mais do que isso, o riso explícito acena para a aprovação do que foi dito pelo pastor.

É importante dizer que o humor presente na pregação de Cláudio Duarte não desqualifica o papel do líder religioso. Na verdade, o recurso parece ter um efeito contrário: o fato de pregar preceitos bíblicos tradicionais de maneira inovadora, ou seja, por meio da irreverência, torna o pastor cada vez mais conhecido. Esse é, portanto, um exemplo de que o humor é eficaz no processo de persuasão, mesmo em uma esfera da atividade humana em que não é comum, como é o caso da pregação religiosa.

Referências

ALBERTI, V. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

AMARAL, W. L. **Entre mitos e tabus: a retórica das proibições no discurso religioso**. 140f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Universidade Pontifícia Católica, São Paulo, 2016.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad de E. Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERGSON, H. **O riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BÍBLIA sagrada: edição de promessas. Trad. de João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: King's Cross, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.010. **Brasília**: Presidência da República, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm>. Acesso em: 3 mar. 2016.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discurso**: por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. de Anna Rachel Machado e Péricles da Cunha. 2. ed. São Paulo: Educ, 1999.

CARMELINO, A. C. As figuras retóricas presentes nos anúncios de novelas e minisséries publicados na Veja: originalidade ou lugar-comum? **Anais do Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 3º Congresso Internacional de Lusofonia do IP-PUC/SP**. São Paulo: PUC, 2008.

_____. Humor: uma abordagem retórica e argumentativa. **Desenredo** (PPGL/ UPF), v. 8, p. 40-56, 2012.

CASTILHO, A; PRETI, D. (Orgs.). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**: materiais para seu estudo. São Paulo: T. A. Queiróz, 1986.

DUARTE, C. Reconstruindo as verdades de Deus. **Pregação**. Projeto Gráfico e Direção de Arte: Leonardo Fusco. s/d. DVD.

_____. Reconstruindo as verdades de Deus. 3 abr. 2013. **YouTube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lpjb0MG4GWA>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FIGUEIREDO, M. F.; RODRIGUES, E. M. L. O discurso religioso e a tríplice influência: argumentação, texto e prosódia. **Diálogos Pertinentes**, v. 4, p. 213-242, 2008.

FIGUEIREDO, M. F.; CLARO, A. C.; MORAIS, D. N.; SANTOS FILHO, J. D. U. S. Pregação religiosa: uma caracterização à luz da teoria dos gêneros. **Diálogos Pertinentes**, v. 5, p.129-153, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, J. V. A constituição do ethos e os efeitos da religiosidade em um sermão católico. In: CARMELINO, A. C.; MEIRELES, A. R.; YACOVENCO, L. C. (Orgs.). **Questões linguísticas**: diferentes abordagens teóricas. Vitória: PPGEL/ UFES, 2012. p. 51-70.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PROPP, V. I. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. **D.E.L.T.A**, v. 6, n. 1, p. 55-82, 1990.

TRINGALI, D. **Introdução à retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

_____. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2014.

Anexo

Quadro1 – Notação da transcrição (adaptada do NURC/SP)

Normas da transcrição		
Ocorrências	Sinais	Exemplo
1. PAUSAS		
Pausas rápidas (menores que 2 segundos)	...	porque a mulher adúltera é mais perigosa...o homem adúltero...é mais perigoso...
Pausas longas (superiores a 2 segundos)	(0,2)	Deus não falou enfrenta a mulhe: ((gesticula que não com veemência)) (0,5)
2. FENÔMENOS SEGMENTAIS		
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	a loucura é:::...juntinha do coração
Silabação	-	é pra dis-ci-pli-nar
Truncamento	/	do home a/ o que que/ por que que Deus não falou
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	A: pecado... P: e ele::? A: ()
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	P.: até quando ele? A.: (crescer)
3. PROSÓDIA		
Imitação de outra voz	sublinhado	<u>isso é perigosíssimo irmã</u>
Entonação enfática	maiúscula	a bíblia diz que filho é BENção
Volume alto de voz	negrito	hoje as pessoas estão mudando os valores de Deus
Interrogação	?	P.: o que::?
4. COMENTÁRIOS E/ OU DESCRIÇÕES		
Comentários do transcritor	(())	((a assembleia gargalha))
5. MARCAÇÕES GRÁFICAS		
Citações literais ou leituras de textos	“ ”	“então o espírito do Senhor se apossou DEle tão possantemente que o fendeu de alto a baixo...como se fende um cabrito...sem ter nada na mão...porém nem a seu pai nem a sua mãe deu::: a saber o que tinha:::?”
Palavras estrangeiras	itálico	<i>Big Brother</i>
6. INTERJEIÇÕES		
Fáticos	ah, ahn, tá	e pior...ah...tem

LIÇÃO DE CASA É PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS DISCURSIVAS SUBJETIVADORAS EM ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E DE GOVERNO

Carmen Brunelli de MOURA¹⁰²

Marluce Pereira da SILVA¹⁰³

Resumo: O artigo problematiza como os mecanismos biopolíticos propostos pelo movimento *Educar para Crescer*, em especial as discursividades que perpassam depoimentos que aparecem no *hotsite Lição de casa é Participação*, estão atrelados a práticas discursivas que governam de forma sutil as subjetividades dos pais, constituindo mecanismos biopolíticos. Examina-se de que modo alguns dos enunciados desse *hotsite* instituem sentidos que apontam para um processo de autogoverno da família. Utilizam-se dispositivos teóricos analíticos foucaultianos como biopolítica, normalização e subjetivação. A análise mostrou que os depoimentos das “celebridades” fazem circular discursos que operam como dispositivos biopolíticos que governam os pais e estes governam os filhos.

Palavras-chave: Lição de casa. Biopolítica. Normalização. Subjetivação.

Abstract: *The article presents partial results of a research that intends to discuss the biopolitical mechanisms by the Educate to grow movement, especially in the testimonies shown in the hotsite Homework is Participation, which are intrinsically tied to discursive practices subtly and erratically governing the parents' subjectivities. We have examined how some of the enunciations of this hotsite establishes senses toward a process of the family self-governing. We have used foucaultian theoretical and analytical devices such as bio-policy, normalization and subjectivity. From analytical devices, the analysis showed that the testimonies of the celebrities – to whom the hotsite attributes the condition of experts – makes circulate discourses that operate as bio-political devices to govern parents and the latter govern the children in homework.*

Keywords: *Homework. Biopolitics. Normalization. Subjectivity .*

¹⁰² Professora da Escola de Educação, Curso de Letras da Universidade Potiguar (UnP), Natal-RN, Brasil, carmenbm2005@gmail.com.

¹⁰³ Professora do Departamento de Letras do, Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Joao Pessoa-PB, Brasil, marlucepereira@uol.com.br.

Introdução

Para o filho a lição de casa é um dever. Para o pai, deve ser um prazer. (Frei Beto)
Lutei para fazer do momento da lição de casa algo natural. (Ronaldo Fraga)

Esses trechos de depoimentos de “personalidades”, registrados no hotsite “Lição de Casa é Participação”¹⁰⁴ do movimento *Educar para Crescer*, fazem parte de um conjunto de práticas discursivas que compõem as estratégias biopolíticas da racionalidade contemporânea e passam a produzir não apenas novas tecnologias de governo, mas também novas formas de subjetivação. Formas que afetam as subjetividades em meio a uma miríade de discursos, táticas, técnicas, procedimentos, organizados pelas *expertises*, que legitimam regras, discursos, dão opiniões e conselhos para que os sujeitos possam conduzir a si mesmos e aos outros.

Neste contexto biopolítico se instauram poderes, governos, verdades que se instituem ou são instituídos em espaços alternativos, como a mídia educativa, compreendida como *governamentalidade* que propicia novas formas de governar, novas práticas discursivas e remete a momentos de rupturas, ressignificações, de produção de outros sentidos. É uma “pedagogia cultural” (televisão, filmes, propagandas, revistas, internet, *outdoors*, jornais, entre outras formas de mídia), na qual circula uma discursividade que passa não apenas a moldar as subjetividades, mas também a regular as práticas sociais nas quais a atenção se volta muita mais para quem aprende.

Neste artigo, a mídia será tomada como uma racionalidade política, produzindo novas formas de vida, que propõe uma forma de gestão da conduta dos sujeitos no que convencionamos denominar de “sociedade educativa”, compreendida como “[...] uma forma de sociedade em que a vida passou a ser considerada como uma grande escola e em que todos os membros devem ser capazes de aprender permanentemente”¹⁰⁵ (NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2012, p.17, tradução nossa).

Nesta sociedade, a aprendizagem não se dá apenas no espaço escolar pela figura do professor. Ela acontece em qualquer espaço social e por qualquer pessoa que é convidada a

¹⁰⁴ Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/depoimentos-licao-casa-740473.shtml#8>. Acesso em: 20 Jan.2015.

¹⁰⁵ [...] una forma de Sociedad en la cual la vida pasó a ser considerada como una gran escuela y en la cual todos sus integrantes deberían estar capacitados para aprender de manera permanente. (NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2012, p.17).

dar sua contribuição na tarefa de educar e que, neste caso, devem ter “prazer” em ensinar e considerar o dever de casa como “algo natural”. Este artigo problematizou os mecanismos biopolíticos propostos pelo movimento *Educar para Crescer*, em especial as discursividades que atravessam os depoimentos construídos pelos *experts* que fazem parte do *hotsite Lição de casa é Participação*, e sua relação intrínseca com as práticas discursivas que governam de forma sutil e nômade as subjetividades dos pais.

Questionamos, então, acerca da emergência de práticas biopolíticas na condução da conduta dos pais quando são chamados a autoconduzirem-se em relação ao dever de casa pela *expertise* do *hotsite*. Examinamos, portanto, em que medida os discursos dos *experts* instituem sentidos que apontam para um processo de autogoverno da família que implica transformações em suas subjetividades diante da maquinaria biopolítica.

Assim, este artigo apresenta nos tópicos subsequentes as ferramentas que vão possibilitar analisar as práticas discursivas das celebridades que compõem o *hotsite Lição de casa é Participação* e sobre as quais vamos direcionar nossas problematizações: a constituição da arte de governar pelo *Educar para Crescer* e as práticas biopolíticas enquanto uma tecnologia de poder e liberdade. A partir daí, dissolvemos entre estas noções os enunciados das celebridades e do *hotsite*, tentando evidenciar como operam discursivamente os dispositivos biopolíticos na produção de subjetividades dos pais para governar a si e, consequentemente, governar a seus filhos durante a produção da lição de casa.

A arte de governar do *Educar para Crescer*

O *Educar para Crescer* é um movimento cujo objetivo maior é o progresso da educação brasileira, pois, segundo o site, sem educação e qualidade se torna impossível vislumbrar um Estado desenvolvido e uma população consciente de seus direitos e deveres. Foi pensando nisso que Roberto Civita, empresário do Grupo Abril, afirmou no lançamento do movimento em 15 de setembro de 2008: "A Abril está interessada em Educação desde sempre. Quando escrevemos nosso credo, que está nas paredes de nossos prédios, já incluímos a Educação"¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Citações da fala de Roberto Civita nesta página estão disponíveis em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/iniciativa/educar-para-crescer-785161.shtml>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

Como conselheiro do movimento, acrescenta ainda que a "Educação faz parte do DNA da casa. [...] A ideia é fazer com que os leitores se conscientizem da importância de seu papel" e que educar não é "[...] apenas um problema do Governo, ou um problema da Escola, ou um problema dos outros: a Educação é um problema dos pais, das comunidades, de cada cidadão." Essa ampliação do governo e responsabilidade de todos é confrontada por Grinberg em uma entrevista concedida a Noguera-Ramirez e Marin-Diaz (2013, p. 118) quando afirma que a "[...] educação é biopolítica e a biopolítica é educação"¹⁰⁷, pois permite explicar e compreender que estas duas práticas se atravessam mutuamente.

A contribuição da empresa para a melhoria da qualidade da Educação básica no Brasil se dá por meio de artefatos como publicações, sites, material pedagógico, pesquisas e projetos que, segundo seus organizadores, auxiliam "na capacitação dos professores, gestores e demais responsáveis pelo progresso nacional", neste caso, os pais, que são orientados pelos *experts* acerca da relevância do acompanhamento da lição.

Já está provado: a participação dos pais é essencial para o aprendizado dos filhos. Tanto que, em países reconhecidos por sua educação de qualidade, como Suíça e Finlândia, os pais e a família como um todo são muito envolvidos na vida escolar de seus filhos. (Cynthia Costa)¹⁰⁸.

Como Frei Beto e Ronaldo Fraga, Cynthia Costa é mais uma "celebridade" que é abarcada pela máquina do poder biopolítico para demonstrar o quanto na sociedade educativa a figura do outro é primordial, pois quando afirma que "a participação dos pais é essencial para o aprendizado dos filhos", seu dizer não evidencia efeitos de que os pais sejam "sujeitados" a esse discurso educador. Pelo contrário, seu enunciado produz efeitos de autogoverno, uma vez que abre possibilidades de os pais conduzirem de forma autônoma a própria conduta. Os discursos desses *experts* passam a produzir sentidos de mudanças, transformações nos pais e a constituir subjetividades requeridas pelo Estado educador, segundo uma regulação das *práticas de liberdade* encontradas em "certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições" (FOUCAULT, 2004b, p. 269).

¹⁰⁷ [...] la educación es biopolítica y la biopolítica es educación. (In: NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2013, p.118)

¹⁰⁸ Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/escola-importante-731729.shtml>. Acesso: 03 març.2015.

Como a noção de governo está atrelada aos “[...] programas e estratégias mais ou menos racionalizadas para a conduta da conduta” (ROSE, 2001, p. 42), no fio desse discurso de parceria, o *Educar para Crescer* desenvolve estratégias para a condução dos pais ao governo de si, quando relata sua sociedade com os *Amigos do Educar*, canal que “reúne educadores, especialistas e celebridades” e aborda várias temáticas como humor, valorização do professor, exemplaridade, estímulo, paciência e outras que propiciam confiança e investimento em uma “Educação de Qualidade”.

As discursividades desse movimento buscam respaldo em pesquisas¹⁰⁹ para reafirmar a importância da lição de casa e sua contribuição para o desenvolvimento da criança e valorização do trabalho, escola e educação. Além disso, orienta os pais acerca de dicas sobre como se envolver na lição de casa, pois quanto maior a participação, maior a aproximação da família e do desempenho escolar e os “alunos sentem que vão melhor na escola”¹¹⁰. Em outras palavras, o movimento, considerado uma *expertise* em “condução da conduta”, se oferece para ensinar aos pais técnicas pelas quais eles possam conduzir sua conduta da melhor forma e a dos filhos em relação às tarefas de casa.

Ao contrário de discursos ameaçadores, violentos, constrangedores, o movimento vai conduzir os pais com um poder sutil cujos discursos são persuasivos, agradáveis, acolhedores, pois as autoridades não têm mais o poder de ordenar. Como diz Bauman (2001), a única autoridade que existe nas relações de poder contemporâneas está vinculada a quem escolhe entre uma autoridade e outra. A relevância da mídia educativa na contemporaneidade é significativa, uma vez que ela não apenas tem a função de orientar como também de dar visibilidade aos discursos oficiais de forma mais perspicaz. Nesse sentido, a arte de governo do *hotsite* e suas práticas discursivas passam a divulgar sentidos de verdades que fazem parte das intenções das políticas públicas neoliberais e devem ser reconhecidas e legitimadas pelos pais como podemos observar quando o *Educar para Crescer* enuncia: “A lição de casa aproxima a família, pois dá oportunidade aos pais de mostrarem interesse pelo desempenho escolar de seus filhos”¹¹¹.

¹⁰⁹ American Educational Research Journal. (1997); Cooper, H., Robinson, J. C., & Patall, E. A. (2006); Parental involvement in homework. (2001).

¹¹⁰ Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/licao-de-casa-740454.shtml#4>. Acesso em: 02 Fev. 2015.

¹¹¹ Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/licao-de-casa-740454.shtml#0>. Acesso em 02 Fev. 2015.

Como a “ordem do discurso” desta mídia educativa não só é disciplinar, normalizar, interditar, mas também intensificar a relação que os sujeitos têm consigo mesmo, de propor transformações em suas subjetividades, é possível evidenciar nos vocábulos “aproxima”, “oportunidade”, “desempenho” marcas de um conjunto de discursos educativos articulados a uma prática pedagógica que ensina aos pais o quanto a lição de casa é relevante na atualidade tanto para a os pais quanto para os filhos. Nessa arte de governar, que se desenvolve a partir do movimento *Educar para Crescer*, o *hotsite Lição de casa é Participação* convoca os pais para que façam sua parte, acompanhem as tarefas e participem mais da vida escolar de seus filhos. Isso só fortalece a relação família e escola.

Este *hotsite* questiona os pais acerca da relevância da lição de casa e produz uma discursividade a partir de “importantes figuras que têm a dizer sobre o assunto” que passam a evidenciar em seus enunciados o desenvolvimento de competências necessárias para a realização da tarefa de casa que deve, segundo o depoimento de Frei Beto, ser um dever para os filhos e um prazer para os pais. Essas ações políticas sobre a vida dos pais se instituem como um marco em nossa sociedade educativa, considerada uma grande escola onde todos devem aprender de forma permanente.

Esse e outros enunciados são divulgados nas páginas designadas “Depoimentos sobre Lição de Casa” e lá estão expostos os testemunhos de celebridades cujos sentidos expressam que eles se identificam com os pais e que têm como atribuição fazer com que esses reconheçam que o momento da lição de casa é uma “importante etapa do aprendizado” da criança. Esses depoimentos implicam práticas mais ou menos deliberadas, organizadas com certa sistematicidade que concorrem para a produção de subjetividades pedagógicas. Estas intervenções no governo dos pais devem ser realizadas não apenas como uma prática de proteção, mas também como uma tecnologia biopolítica, agindo em torno da produção de subjetividades ao administrar a vida dos pais como uma política pública.

Os depoimentos dos *experts* passam a ser compreendidos como a chave da biopolítica, uma vez que procuram educar a população que, de acordo com Grinberg (2013),

[...] a educação é essencial na nossa moderna e/ou pós-moderna sociedade. Esse nível é central para entender que políticas da vida são práticas pedagógica. [...] A sociedade esclarecida é ela própria uma sociedade pedagogizada. A formação é inseparável da razão, seja quando a pensamos como educação daqueles que vêm ao mundo, seja quando a pensamos como

autoeducação¹¹². (In: NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2013, p. 119, tradução nossa).

Esse treinamento se faz presente no momento em que o Estado cumpre sua função de educar a população por meio de práticas sociais e de uma materialidade discursiva cujo vocabulário produz efeitos de sentidos pedagógicos como no caso do depoimento de Thalita Rebouças, escritora de livros juvenis,

Meu conselho aos pais que sofrem para os filhos fazerem a tarefa é aquele que nunca sai de moda: o diálogo. Mostrem a eles o que têm a ganhar como pessoa ao cumprir aquela obrigação. (Thalita Rebouças)

Ao pensar a mídia educativa, especificamente, o *hotsite*, como uma *prática discursiva*, é preciso compreendê-la como produto da linguagem e de uma história nos quais apreendemos que o poder na sociedade educativa se efetiva na relação entre palavras e ações. Ou seja, os pais não estão sozinhos nesse barco e, recuperando as palavras de Bauman (2005, p.95), “[...] todos nós dependemos uns dos outros. [...] Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos juntos”.

A discursividade das expressões enunciadas pela escritora produz sentidos de “conselho”, reafirmados em “Mostrem a eles”, “ganhar como pessoa” que se instituem como verdades e implicam uma rede flexível, uma forma econômica de governo que tem uma natureza biopolítica, uma vez que há uma produção de processos de bem estar e de ensino para a constituição das subjetividades dos pais, fundamentada e conduzida nas relações sociais.

Esses mecanismos biopolíticos são materializados em depoimentos de outras personalidades que se sobressaem em suas áreas de atividade e evidenciam uma relação direta entre fama, estudo e lição de casa. Entre esses, fazem parte desse elenco o publicitário Washington Olivetto e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Vejamos trechos de seus depoimentos acerca da relevância da lição de casa:

Fez me descobrir que sou um resolvedor de problemas. Sempre fui assim, mas consegui me organizar mentalmente de modo mais eficaz graças às

¹¹² [...] la educación es clave en nuestras modernas y/o pós-modernas sociedades. En este plano es central entender que las políticas sobre la vida son en sí mismas prácticas pedagógicas. [...] La sociedad ilustrada es en sí una sociedade pedagogizada. La formación es inseparable de la razón, sea que la pensemos como la educación de los que llegan al mundo, sea que la pensemos como auto-educación. (In: NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2013, p.119)

horas que passava fazendo as tarefas escolares com minha mãe, Antônia, ou com minha tia Lígia. (Washington Olivetto)

Sinto que esse apoio às crianças, seja na sala de aula, seja nas lições de casa, é essencial, especialmente no Brasil, onde em geral o período letivo e a duração das aulas é tão curto, que sem a complementação da família, no lar, fica difícil avançar no aprendizado. (Fernando Henrique Cardoso).

Essas celebridades ou *experts* pedagogizam os pais com seus discursos que constroem sentidos de comportamentos exemplares em relação ao dever de casa. Eles passam, a partir de um sistema biopolítico, a operar transformações nas subjetividades da família, envolvida por formas de controle nômades, flexíveis (DELEUZE, 1992) como o depoimento de Washington Olivetto quando afirma: “consegui me organizar mentalmente de modo mais eficaz graças às horas que passava fazendo as tarefas escolares com minha mãe”. Ou no depoimento do presidente Fernando Henrique, “sem a complementação da família, no lar, fica difícil avançar no aprendizado”.

De acordo com Noguera-Ramirez e Marin-Diaz (2012), é possível perceber no contexto da modernidade que,

[...] apesar de a escola ter um lugar de destaque na sociedade educativa, não é ela que define a natureza educacional daquela: a sociedade é educativa, porque, além da escola, o indivíduo precisa ser ensinado, educado, aprender e continuar a aprender ao longo das suas vidas. A sociedade educativa torna o mundo um grande escola e da educação um fato permanente¹¹³ (NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2012, p.19, tradução nossa).

A compreensão dessa descentralização do poder estatal e ampliação dos poderes para pensar as práticas pedagógicas, levam a compreender a participação da sociedade como parte das transformações do governo da população, na racionalidade do governo, cujo objetivo é governar menos, mas com o máximo de eficiência. Para tanto, os pais terão que perceber que a lição de casa precisa ser “valorizada” por todos e que não é uma tarefa fácil, pois há uma demanda de coordenação do tempo, do espaço e do comportamento dos pais e filhos e exige da família uma rotina que não se reduz ao espaço escolar durante as aulas, mas deve continuar em casa e não pode ser em “[...] frente à televisão nem enquanto janta” (Regina Scarpa, coordenadora pedagógica da Fundação Victor Civita).

¹¹³ [...] a pesar de que la escuela ocupe un lugar destacado en esa sociedad educativa, no es ella quien define el carácter educativo de aquella: esa sociedad es educativa porque, además de la escuela, más allá de ella, el individuo precisó ser enseñado, ser educado, aprender y continuar aprendiendo a lo largo de su vida. La sociedad educativa hace del mundo una gran escuela y de la educación un hecho permanente. (NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2012, p.19)

Práticas biopolíticas no *hotsite* Lição de casa

A fim de continuarmos problematizando a emergência de práticas biopolíticas no autogoverno dos pais pelo movimento *Educar para Crescer* quando a família passou a ser alvo desta campanha e de suas práticas de governo, é necessário compreender que o poder não é mais um conjunto de relações de dominação, de disciplinamento de corpos, mas um jogo de ações sobre ações que deve ser capaz de ampliar a autonomia dos sujeitos. É o poder biopolítico no qual o

[...] o Estado não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar. E o problema está em saber como se desenvolve essa maneira de governar, qual a sua história, como ela ganha, como ela encolhe, como ele se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas – é esse o problema, e não fazer do [Estado], como no teatro de fantoches, uma espécie de policial que viria reprimir as diferentes personagens da história. (FOUCAULT, 2008, p. 9).

Nessa “maneira de governar”, o Estado convoca o *hotsite* que se destaca ao formalizar esta nova arte de governar neoliberal que vai se fazer presente na mídia educativa quando esta ratifica os discursos do Estado formando novas combinações para assegurar a transformação do indivíduo em um sujeito “livre” e responsável por suas ações, atitudes, comportamentos. Nessa *governamentalidade*, novas práticas discursivas surgem para dar passagem do “[...] governo da sociedade’ – no liberalismo – para o ‘governo dos sujeitos’ – no neoliberalismo” (VEIGA-NETO, 2000, p.199). A mídia educativa faz parte da ampliação das racionalidades de governo e de uma relação diferente entre os sujeitos e os *experts*.

Para compreender, então, como o *hotsite Lição de Casa é Participação* age sobre os pais, se faz necessário ampliar esta discussão com a questão da biopolítica que não está mais associada a um poder disciplinar e normalizador no qual “[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2002, p. 289). Mas, a um governo que tem como foco a população, e de cujo interior emerge um sujeito *expert* de si, que se constitui a partir de discursos exemplares das celebridades, como de Marcelo Gleiser, físico, astrônomo, escritor e professor do Dartmouth College, nos Estados Unidos, quando afirma o quanto a lição de casa é “extremamente importante” e agregadora de conhecimentos pois permite “incorporar novos conceitos”:

Eu me lembro muito bem das tarefas escolares! O dever de casa não era um problema, simplesmente fazia parte da rotina e acho que é um trabalho extremamente importante porque permite incorporar novos conceitos. (Marcelo Gleiser).

Pois é aqui, precisamente, neste processo de autogoverno que as subjetividades dos pais se descobrem, se revelam, que a relação com o outro não se faz mais num movimento vertical na tentativa de encontrar um eu profundo, “[...] soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares” (FOUCAULT, 2004c, p.291). É preciso compreender que o sujeito na contemporaneidade vai além desse processo, uma vez que ele se constitui por meio de *práticas de liberdade*, que são realizadas a partir de regras, convenções, encontradas na sociedade educativa. Com a multiplicação de *expertises* que se configuram em uma intervenção indireta do Estado, abrem-se espaços de autorregulação espontânea dos sujeitos e de responsabilidade por suas próprias ações. Isso conduz os pais a tornarem-se *experts de si mesmos* (ROSE, 2001).

A biopolítica amplia o governo sobre o indivíduo e a sociedade passa a ser orientada por meio de um regime de verdades que não tem especificamente um governante, mas processos subjetivadores, constituídos por mecanismos, procedimentos, instrumentos de poder e de uma *expertise* que vai pressupor, provocar, estimular, transformar, corrigir as subjetividades a partir de práticas discursivas. A autoridade nesse exercício biopolítico funciona como um guia responsável pelas ações dos pais. Não pode ser qualquer pessoa, mas uma celebridade que reproduza de uma forma mais amena e sutil as verdades que serão necessárias à manutenção do Estado.

É o que os *experts* do *hotsite* fazem com os pais em relação ao dever de casa e que podemos recuperar no enunciado de Marcio Atalla, educador físico:

Acredito que a família deve estar sempre em sintonia com a escola. Agora, como treinador e professor, costumo passar lições de casa para os meus alunos, o que é essencial para estabelecer uma relação de corresponsabilidade. (Marcio Atalla).

Os sentidos deste enunciado reafirmam as marcas de um Estado educador que não está nem no início ou centro das ações, mas no final. O Estado não um é “monstro” nem um ancoradouro para subjetividades, mas se constitui a partir de outras maneiras de governar a conduta da sociedade. A mídia educativa, na autoridade dos *experts* com seus regimes de verdade, ajuda a ampliar a função reguladora do Estado com a invenção de novos mecanismos reguladores da conduta dos sujeitos. É a mídia “[...] mantendo a tripulação em seus postos,

dizendo-lhes o que fazer, sustentando a direção, comandando a manobra” (FOUCAULT, 2004a, p.392) que neste caso, são os pais, a família, compreendida como mais uma instituição a quem cabe a responsabilidade de orientar o filho na lição de casa e ficar atento para que nada fuja ao controle.

Essa manobra está atrelada às posições ocupadas pelos sujeitos quando enunciam como é possível evidenciar na materialidade do depoimento de Marcio Atalla, um discurso legitimador de parceria no termo “sintonia” que é bem mais ampla que a relação educador e pais. Essa “sintonia” está em uma racionalidade política autenticada pelo próprio *hotsite*, representada pelo MEC e pelo grupo Abril, que promovem uma condução da conduta dos pais de forma sutil e indireta em relação à resolução dos problemas com o dever de casa. E, Marcio Atalla, de forma perspicaz, retoma e vai educando as ações dos pais ao ratificar uma “corresponsabilidade” com o aluno que, indiretamente, chama os pais a esta parceria.

Ao examinarmos as práticas discursivas que elaboram a produção de subjetividades dos pais, no *hotsite Lição de Casa é Participação*, percebemos a recorrência de enunciados que ensinam um outro modo de se comportar como pai durante as lições de casa. Mas, antes de analisarmos estes depoimentos, consideramos relevante para a desconstrução da ideia de tecnologias de poder pensadas como coercitivas, retomar, a partir de Negri e Hardt (2004), a atualização dos conceitos de biopoder e biopolítica, propostos por Foucault¹¹⁴, em seus cursos, para tentar marcar de que lugar teórico estamos pensando as estratégias biopolíticas que atravessam as práticas discursivas do *hotsite*. Vamos tomar o conceito de biopoder e de biopolítica desses autores.

Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Como disse Foucault, “a vida tornou-se objeto de poder”. A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo é a produção e a reprodução da própria vida” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 43).

E a biopolítica,

¹¹⁴ Não vamos historicizar o percurso de Michel Foucault acerca do biopoder e biopolítica, pois a discussão requer mais espaço. Vamos nos ater apenas ao paradigma proposto por Michel Hardt e Antonio Negri (2001;2004).

[...] significa que a relação entre os conjuntos demográficos ativos (a educação, a assistência, a saúde, os trabalhadores, etc) e as estruturas administrativas que os percorrem é a expressão direta de uma potência produtiva. A produção biopolítica nasce da conexão dos elementos vitais da sociedade, do meio ambiente ou do Umwelt nos quais estão inseridos, e considera não que o Estado é o sujeito dessa conexão, mas, ao contrário, que o conjunto das forças produtivas dos indivíduos e dos grupos se torna produtivo à medida que os sujeitos sociais se vão reapropriando do conjunto. Nesse âmbito, a produção social é completamente articulada através da produção de subjetividade (NEGRI, 2001, p. 33-34)

Para estes autores, o biopoder implica autoridade sobre a sociedade, enquanto a máquina biopolítica produz a emergência subjetividades. Além de implicar imanência à sociedade ao produzir relações sociais colaborativas ou de parceria, como estamos denominando, que se faz entre sujeitos livres, em um jogo que, quanto mais aberto, mais atraente e fascinante se torna. É neste jogo colaborativo que Marcello Serpa, publicitário, e Ronaldo Fraga, estilista, evidenciam, respectivamente, em seus enunciados, a lição de casa como um momento de aproximação da família, de parceria, de produção de subjetividades:

Tenho percebido, ao longo dos meus anos de pai, que o momento de fazer a tarefa escolar com os filhos é mais um tijolo no vínculo que estabelecemos com eles. Isso ajuda a elevar e a manter a qualidade da relação. (Marcello Serpa)

Todos os dias, antes de dormir, eles mostram o dever de casa para minha esposa, Ivana, e para mim. Se não está bom, digo para corrigirem e eles resolvem sozinhos. Sempre fico por perto, mas nunca fiz nada no lugar deles. (Ronaldo Fraga).

Os mecanismos biopolíticos materializados por estratégias linguísticas que elaboram os dizeres das celebridades, “manter a qualidade da relação” e “sempre fico por perto”, investem sobre a família, este corpo coletivo, misturando saberes, dedicação, vontade. A essa relação, Foucault (2008) chamou de “*governamentalização*” na medida em que a educação se constituiu uma prática educativa de fundamental importância para o governo da população e a mídia educativa torna-se uma aliada do Estado ao fazer circular discursos de verdade que são imprescindíveis para a condução da conduta dos sujeitos.

Esse investimento é justificado por Foucault em seu curso de 1979, ao demonstrar as mudanças em seu ponto de vista em relação ao fato de que o poder não se limita mais a um Estado totalizador, provedor e protetor, mas a áreas que vão além do Estado e envolvem a iniciativa privada, como o *hospício*. De centralizador das ações, o Estado passa a ser visto como um distribuidor de tarefas e uma dessas tarefas seria a subjetivação dos pais, que precisam

aprender a governar os filhos em relação ao dever de casa. É a *expertise*, constituída por diversas autoridades, que passa a ensinar aos pais técnicas pelas quais eles possam conduzir-se de outra maneira em relação às atividades que são propostas pela escola e enviadas para casa. Vejamos o depoimento de Frei Beto:

O dever de casa facilita algo fundamental na nossa formação que é a síntese cognitiva, elencar as informações. Lembro que minha mãe sempre obrigava meu irmão e eu a lermos muito. A gente esparramava um monte de enciclopédias e dicionários na mesa da sala de jantar... Era um momento especial, que acho que todo mundo devia cultivar com os filhos. Não pode ser algo tolerado, com um olho no dever da criança e outro na televisão. Para o filho tem de ser um dever, para o pai ter de ser um prazer. (Frei Beto).

Podemos evidenciar novamente um discurso de parceria entre o *expert* e os pais que traz em seu interior a ideia de que a lição é uma tecnologia importante no processo de aprendizagem do filho/aluno. Essa prática utilizada pelo religioso caracteriza o dever de casa como algo que amplia a qualidade da educação, conforme objetivo do movimento. Além disso, o dever serve como facilitador, “o dever de casa facilita”, desafiador “obrigava a lermos muito”, investigativo “esparramava um monte de enciclopédias”, agregador da família “momento especial com os filhos” e, por fim, um misto de dever e prazer. Essa relação se constitui em uma tecnologia de poder que busca capturar e regular o pensamento dos pais, conduzindo-os a uma política-prática da qual a lição de casa aponta para o sucesso e fracasso escolar e isso só se efetivará se os pais assumirem esta responsabilidade junto ao *hotsite*.

As práticas discursivas que perpassam o *hotsite Lição de Casa é Participação* produzem efeitos de sentidos que traduzem uma compreensão de que não há mais uma ordem como: *você deve (ou não deve) fazer isso ou aquilo*, pois essa atitude amplia a revolta; mas, como uma sugestão: “você quer isso, você o merece, você deve isso a si mesmo, você pode consegui-lo, logo, vá atrás” (BAUMAN, 2009, p.103). Nesse jogo de relações entre poder e liberdade se produzem os modos de subjetivação contemporâneos que são atravessados por práticas de parceria, propostas por *experts* em seus discursos de verdade, que, neste caso do *hotsite*, evidenciam certa autonomia ou autogoverno dos pais ao enunciar que “Lição de casa é participação” e propor a eles: “Faça sua parte! Acompanhe a lição de casa do seu

filho.”, pois de acordo com o expert Gustavo Ioschpe, “A lição de casa é uma poderosa ferramenta na aprendizagem de seu filho”¹¹⁵.

Conclusões

A noção de biopolítica e de governamentalidade neoliberal discutidas a partir dos enunciados propostos pelo *hotsite*, implicam não uma “retirada” do Estado da cena de governo e muito menos uma redução de suas práticas de regulação e controle. O que vimos foi uma reorganização ou reestruturação das estratégias biopolíticas de governo, que deslocam a competência do Estado para a mídia e esta toma para si a condução da conduta das subjetividades dos pais “comprometidos – e em alguma medida, obrigados – a seguir aprendendo em todos os espaços e no decorrer de sua vida toda” (NOGUERA-RAMIREZ; MARIN-DIAZ, 2014, p.54).

Além disso, as discursividades que atravessam os depoimentos dos *experts*, evidenciam que o *hotsite Lição de Casa é Participação* se constitui em uma maquinaria biopolítica que engendra ações para a condução da conduta dos pais em relação à lição de casa. Ou, modos de subjetivação constituídos por ações e verdades que apontam para a direção da conduta pelos próprios sujeitos, neste caso, os pais. Como expõe Foucault (2004c) em relação às práticas pedagógicas:

Não vejo onde está o mal na prática de alguém que, em um lado do jogo de verdade, sabendo mais do que o outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas; o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação. (FOUCAULT, 2004c, p.284-85).

Foi essa a direção que tomamos neste artigo quando propusemos que a mídia desempenha um papel não apenas de tecer um controle social, mas de produzir uma regulação da liberdade com exercícios persuasivos, perspicazes, convincentes na condução da conduta dos pais. As práticas discursivas do *hotsite* se constituem em peça relevante nos processos de subjetivação da família, uma vez que, em vista das mudanças na racionalidade neoliberal e tecnologias de direcionamento da conduta, a discursividade de parceria se faz cada vez mais presente e atuante na mídia educativa.

¹¹⁵ Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/licao-de-casa-740760.shtml>. Acesso em: 28 abril. 2015.

Essa parceria é uma possível solução em vista de o Estado não poder assumir todas as responsabilidades no governo dos sujeitos e nem por uma “educação para todos”. Deste modo, o Estado divide esse encargo com uma *expertise* que se encarrega de promover, junto com as celebridades, mecanismos compensatórios da liberdade que dizem aos pais como se conduzir em meio aos processos de subjetivação, constituídos por regras facultativas. Isso faz com que os efeitos do poder, por sua quase invisibilidade e leveza, se ramifiquem por todo o tecido social e penetrem em todos os lugares, buscando capturar e regular a conduta da família.

A positividade das estratégias discursivas biopolíticas implicam um autogoverno dos pais e isso já não se constitui em novidade na sociedade educativa, pois todos são chamados a participar, a ser sujeitos, a redimensionar as condutas e ações. Essa forma de governo vai além da escola e demonstra o quanto a educação deve ser por toda a vida. Enfim, a partir de uma relação de parceria, concluímos que os depoimentos das “celebridades”, a quem o *hotsite* atribui a condição de *expert*, fazem circular discursos cujos sentidos operam como dispositivos biopolíticos para governar os pais e estes governarem os filhos na lição de casa.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.
- _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- NEGRI, Antonio. **Exílio**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto; MARIN-DIAZ, Dora Lilia. Educar es gobernar: la educación como arte de gobierno. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 14-29, Apr.

2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/03.pdf>. Acesso em: 31 Mai. 2015.

_____. Biopolítica y Educación: hacia una nueva crítica de la educación. Entrevista a Silvia Grinberg. In: **Pedagogía y Saberes**, No. 38, Universidad Pedagógica Nacional Facultad de Educación. 2013, pp. 115-124. Disponível em:

<http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/2144>. Acesso em: 08 Mai.2015.

_____. O efeito educacional em Foucault. O governmento, uma questão pedagógica?. **Proposições**, Campinas , v. 25, n. 2, p. 47-65, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n2/03.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? **Educ. Realidade**, 2001, Jan-Jun; 26 (1): 33-57.

VEIGA-NETO. Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (orgs). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

MULHERES, PERIFERIA E AGENCIAMENTO ENUNCIATIVO: ANÁLISE DE UMA LETRA DE MÚSICA¹¹⁶

Valquíria Botega de LIMA¹¹⁷

Mónica Graciela Zoppi FONTANA¹¹⁸

Resumo: Neste artigo nosso objetivo é analisar o funcionamento semântico-enunciativo da letra da música *Flow* – música cantada na série televisiva *Antônia* (exibida pela Rede Globo em 2006). Situamo-nos teórica e metodologicamente no interior da Semântica da Enunciação. Essa teoria considera que o Locutor é predicado por um lugar social cujos dizeres são atravessados pela exterioridade. Nossa análise identificou um agenciamento de dizer para o qual é importante ressaltar onde se habita e depois indicar quem enuncia. Observamos que existe uma relação significativa entre o lugar físico onde o sujeito está situado e os seus modos simbólicos de significá-lo.

Palavras-chave: Mulher. Cidade. Agenciamento enunciativo. Sentidos.

Resumen: *Nuestro objetivo en este artículo es analizar el funcionamiento semántico-enunciativo de la música Flow – música cantada en la serie televisiva Antônia (exhibida por el canal de televisión Rede Globo en 2006). La Semántica de la Enunciación fundamenta de forma teórica y metodológica este trabajo. Esa teoría considera que el Locutor es predicado por un lugar social cuyos decires son atravesados por la exterioridad. Nuestra análisis identificó un “agenciamento” de decir para el cual es importante subrayar donde se vive/habita y después indicar quien enuncia. Observamos que existe una relación significativa entre el lugar físico donde el sujeto está situado y sus modos simbólicos de significarlo.*

Palabras-clave: *Mujer. Ciudad. “Agenciamento” enunciativo. Sentidos.*

¹¹⁶ O presente artigo é uma versão reformulada do trabalho final apresentado à disciplina “Semântica da Enunciação” ministrada pelo prof Dr Eduardo Guimarães no Instituto de Estudos da Linguagem- IEL/UNICAMP. Nossa tese de doutorado encontra-se em andamento nesse Instituto e está fundamentada principalmente no campo teórico da Análise de Discurso francesa (AD), no entanto trazemos contribuições da semântica enunciativa para refletir sobre nosso material de pesquisa, qual seja: séries televisivas brasileiras. Nossa tese recebe apoio da FAPESP- Processo nº 2013/14542-0.

¹¹⁷Doutoranda em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem- IEL/UNICAMP. Campinas, SP-Brasil. E-mail: valbotegalima@gmail.com.br

¹¹⁸ Professora Dr^a do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem- IEL/UNICAMP. Campinas, SP-Brasil. E-mail: monzoppi@uol.com.br

Considerações Iniciais

Nosso artigo está fundamentado na teoria enunciativa tal como é desenvolvida e praticada por Guimarães (2005, 2011). De acordo com Zoppi-Fontana (2012, p. 6), essa abordagem:

[...] se encontra alicerçada em sua concepção de enunciação como *acontecimento* e de sua definição do *espaço de enunciação*. Como consequência destes dois conceitos teóricos, tanto a noção de sujeito (na sua dimensão de falante e de locutor) quanto a noção de temporalidade, pilares da tradição de estudos enunciativos aberta por Benveniste (1966), são afetadas no seu cerne e deslocadas para um quadro teórico que as redefine e relaciona com uma reflexão semântico-enunciativa sobre a textualidade.

A semântica da enunciação entende que os sentidos são produzidos no acontecimento da enunciação, Guimarães explicita que a “significação é produzida enunciativamente” (2006, p. 77). Sendo assim, a enunciação é definida como acontecimento de linguagem por meio do qual são produzidos os sentidos.

Essa teoria também toma como relevante o fato de que o sentido emerge da relação de um enunciado com outro enunciado. Este, por sinal, configura-se como a unidade de análise da semântica. De maneira mais detalhada podemos ler em Guimarães (2005, p. 7) que

[...] o ponto de vista de uma semântica linguística é tomar como lugar de observação do sentido o enunciado. Deste modo, saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do enunciado. Mas para mim, considerar o processo no qual uma forma constitui o sentido de um enunciado é considerar em que medida esta forma funciona num enunciado, enquanto enunciado de um texto. Ou seja, não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto.

Temos então que o enunciado se significa porque está funcionando em um texto. Por conseguinte, o texto significa porque *integra* enunciados produzidos na enunciação. Assim sendo, para essa teoria a *relação de integração* é caracterizadora do texto e funciona normalmente de modo transversal (não-segmental). O texto não é composto por segmentos, mas sim “[...] integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração” (GUIMARÃES, 2011, p. 22-23).

Para esse artigo, selecionamos de nosso arquivo¹¹⁹ de pesquisa a série *Antônia* e da sua primeira temporada tomamos como objeto de análise a letra da música *Flow*. Entendemos a letra dessa música enquanto texto integrado por enunciados. Sendo assim, propomos uma análise acerca do funcionamento semântico-enunciativo da letra da música *Flow* a fim de descrever a configuração dos lugares de dizer e dos sentidos produzidos a partir desses lugares.

De modo geral, a série *Antônia*, exibida em duas temporadas pela Rede Globo (anos 2006 e 2008), traz como argumento principal o desejo de quatro mulheres negras de formar e tornar reconhecido um grupo de Rap feminino (o grupo Antônia). Todas são moradoras do bairro Brasilândia, localizado na periferia paulistana. Ao longo dos episódios, as quatro protagonistas (Preta, Lena, Barbarah e Maiah) fazem shows e cantam músicas que mencionam a relação delas com o bairro, bem como o modo pelo qual se definem enquanto mulheres. A seguir, apresentaremos os princípios teóricos que nos guiarão na realização de nossa análise.

Algumas considerações sobre a teoria enunciativa

Guimarães (2005) esclarece que o ato de assumir a palavra se dá em cenas enunciativas, cenas que são tratadas como “[...] especificações localizadas nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

O autor define esse conceito da seguinte forma:

Uma *cena enunciativa* se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas [...] a cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição de lugares de enunciação no acontecimento (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

A partir do caráter constitutivo da relação “língua e falante” da qual se entende que não há falante sem língua, nem língua sem falante, Guimarães elabora o conceito de espaço de enunciação, espaço em que se dá o funcionamento da língua afetada pelo confronto de relações políticas. Falar é, de acordo com o pesquisador, assumir a palavra em um espaço

¹¹⁹ Do material de pesquisa formado por três séries televisivas brasileiras - série *Antônia* (anos 2006 e 2007) e série *Aline* (anos 2009 e 2011) Rede Globo; série *Alice* (anos 2008 e 2010) HBO - construímos nosso arquivo centrado na temática dos modos de subjetivação das mulheres urbanas, a partir das imagens que delas circulam na grande mídia.

dividido por línguas e falantes, nessa medida “[...] a enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua [...] neste embate [...] os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente” (GUIMARÃES, 2005, p.22).

Conforme esse campo conceitual, na cena enunciativa são constituídos os lugares de enunciação, visto que pelo agenciamento são configurados “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, respectivamente locutor e alocutário. O responsável pelo dizer, ou seja, “aquele que fala” é definido como Locutor (L), ele representa o tempo do dizer como o atual, o presente e se mostra determinado pelo acontecimento. Entretanto, o Locutor sofre uma divisão, ou seja, ele fica exposto a uma disparidade com a qual se dá a enunciação. Essa disparidade o leva a ser pensado enquanto lugar social. Mais adiante o autor salienta que “[...] é preciso distinguir o Locutor do lugar social do locutor, e é só enquanto ele se dá como lugar social (locutor-x) que ele se dá como Locutor” (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Outro aspecto fundamental em torno dos lugares enunciativos é a caracterização do enunciador como perspectiva/lugar de dizer. No entendimento do autor, os enunciadores “[...] se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor” (GUIMARÃES, 2005, p. 26). Isso ocorre em virtude da cena enunciativa colocar em jogo de um lado lugares sociais de locutor (preenchidos pela variável x) e de outro lado perspectivas de dizer (enunciadores que podem ser classificados como individual, genérico, universal ou coletivo). Os dois lugares coexistem no acontecimento da enunciação, porém ocorre uma relação tensionada entre eles, porque o enunciador se forja como lugar de dizer, promovendo uma espécie de esquecimento do lugar social de onde se parte, ou seja, da exterioridade que o constitui.

Considerando o que dissemos mais acima, o enunciado é a unidade de análise da semântica e essa unidade interessa enquanto integrada em um texto. Diferentemente de Benveniste (1995) - que trata as relações de sentido pela relação segmental e para o qual a frase é o último nível (de integração) que a análise linguística atinge, ou seja, pode-se passar do sintagma para a frase, mas não se pode passar de igual maneira da frase para uma unidade superior, no caso o texto, - Guimarães (2005, 2006, 2011) defende que as relações de sentido se dão geralmente como transversais, não-segmentais, em decorrência disso, a relação de integração ocorre pela passagem do enunciado ao texto.

Por sua vez, o texto é definido como uma unidade de significação que é integrada por enunciados, e essa característica mostra que o texto é texto porque significa e porque é produzido no acontecimento da enunciação. Com essa definição, temos que o enunciado só é

entendido enquanto tal, no momento em que se integra ao texto. Ele é caracterizado por Guimarães (2011, p.21) como um elemento linguístico que “[...] tem tanto sentido, integra texto, quanto forma, é constituído por certos elementos (sintagmas)”. Também é caracterizado por conter uma “[...] consistência interna e uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram texto”.

Uma maneira de responder como os sentidos podem ser interpretados no texto é pautar-se no dispositivo de análise semântica desenvolvido por Guimarães (2005, 2006, 2009, 2011). Ele classifica os procedimentos enunciativos de produção de sentido em dois tipos gerais: a reescrituração e a articulação.

O procedimento de reescrituração consiste em “redizer o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2005, 2006, 2009, 2011), com essa definição o autor mostra que quando se diz de novo, se produz sentido. Por sinal, “Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração)” (GUIMARÃES, 2009, p.53).

De acordo com o autor, há vários modos de se reescrever, eles podem ser por: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. Seguindo a mesma direção, os diversos modos de redizer o dito podem produzir sentidos por sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração (GUIMARÃES, 2006, 2009).

O procedimento de articulação consiste em ser “[...] uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2006, 2009). Esse autor considera três modos diferentes de existência da articulação, logo ela pode ser: por dependência, por coordenação e por incidência. No que diz respeito à articulação por dependência temos que “[...] os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento”; na coordenação ocorre “[...] um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade”; já a articulação por incidência refere-se à “[...] relação que se dá entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo” (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Vale destacar que esses procedimentos enunciativos de articulação e de reescrituração podem produzir, em muitos textos, coexistências de funcionamentos e de sentidos.

Lugares de dizer e produção de sentidos: uma proposta de análise

De acordo com o que dissemos na parte introdutória deste artigo, selecionamos como objeto de análise a letra da música intitulada *Flow*, música cantada pelas protagonistas da série *Antônia* no final do episódio 1 “De volta pra casa” (1ª temporada exibida em 2006). Tendo em vista as várias possibilidades de entrada analítica, especificamente ao analisar essa letra objetivamos descrever seu funcionamento semântico-enunciativo com foco nos lugares de dizer e nos sentidos produzidos a partir deles.

Como ponto de partida dessa análise, vamos caracterizar a cena enunciativa que configura a música *Flow*. Para isso, tomemos a letra da música:

Flow (Composição: <u>Negra Li/Leilah Moreno/Cindy Mendes/Quelinah</u>)	
Vem, vem, chegou a hora. [Refrão] <i>Vem com a gente nesse flow. Viaje nesse som. Da rua, sim! Da Brasilândia! Vem com Antônia. Vem com a gente nesse flow. Viaje nesse som. Da rua, sim! Da Brasilândia! Vem com Antônia. Vem...</i>	[Refrão] <i>Vem com a gente nesse flow. Viaje nesse som. Da rua, sim! Da Brasilândia! Vem com Antônia. Vem com a gente nesse flow. Viaje nesse som. Da rua, sim! Da Brasilândia! Vem com Antônia. Vem...</i>
Liberdade, Igualdade: minha necessidade. Estou de volta, Brasilândia: minha verdade. Ganhar a rua. Minha luta continua. Faço minha correria se der tempo corro pela sua.	Ahan... Vem com Antônia. (Coro) <i>Vem com Antônia.</i> Da rua sim com muito orgulho.
Entre grades e concretos, numa grande confusão. Mas em Sampa, na malandragem, resolva a situação. Várias minas e um sonho, quer desafiar? Demorô, somos 4.	Mulher de verdade. (Coro) <i>Vem com Antônia.</i>

Conforme já foi dito, o Locutor é caracterizado pela disparidade, uma vez que para se representar no lugar de quem enuncia necessita estar predicado por um lugar social (a variável x). Dessa maneira, L enuncia agenciado enquanto locutor-mulher suburbana. Em princípio, isso se dá porque “[...] o lugar social expõe a relação enunciativa com o fora do texto no acontecimento” (GUIMARÃES, 2011, p. 34).

Pelo léxico conseguimos localizar esse “fora do texto”, pois palavras tais como “rua” e “Brasilândia” denotam e delimitam um certo espaço da geografia urbana da cidade de São Paulo. De modo especial, o nome Brasilândia remete a esse fora, significando-se enquanto uma periferia paulistana. Temos, por sua vez, um locutor afetado pela presença nesse espaço urbano. Trata-se de um locutor afetado pelas enunciações, sobretudo, da vida suburbana.

Essa delimitação espacial é trabalhada por Orlandi (2010) em termos da política dos espaços. Para a autora, a cidade funciona por essa política, ou melhor, pela divisão absoluta deles, por isso: “[...] o espaço é demarcado, dividido e ele define as práticas. Elas significam porque se realizam neste e não naquele lugar” (ORLANDI, 2010, p. 31). Logo, há no processo de produção de sentidos uma relação significativa entre o lugar físico onde o sujeito está situado/onde ele habita e os seus modos simbólicos de significá-lo. Sobre a cidade tecem-se interpretações do que é centro, do que é periférico, do que é feio, ou do que é bonito, do que é perigoso/violento, do que é seguro... Tudo isso gera enunciações diversas, com as quais se configuram agenciamentos específicos, bem como predicções sociais específicas.

Reconhecida tanto a divisão da cidade quanto a divisão pela qual a língua se configura, é, pois, do lugar de locutor-mulher suburbana que as protagonistas tomam a palavra, palavra essa já predicada socialmente. Acentuamos a importância de se considerar o espaço de enunciação no qual se configuram os dizeres desse locutor. Entendendo que o agenciamento sempre é político, portanto, permeado por divisões, encontramos ao longo da letra dessa música marcas formais (*vem, a gente, Sampa, minas, demorô*) de uma relação entre língua e falantes funcionando sob um uso informal da língua e sob a sistemática da oralidade.

Esse agenciamento também vem atravessado pela presença de uma língua estrangeira. Desse modo, a palavra de língua inglesa *flow* é a que intitula a letra da música, além do mais está presente insistentemente no refrão, abrindo, com efeito, para a discussão sobre o funcionamento da língua e a materialização do político nos espaços de enunciação. A escolha por essa palavra explicita que há uma relação estabelecida entre falantes e as línguas portuguesa e inglesa. Tendo em conta “a disputa pela palavra” nos espaços de enunciação em virtude de sua divisão desigual (cf. GUIMARÃES, 2005), observamos nessa letra uma disputa travada entre essas duas línguas. Uma palavra do Inglês encabeça o título e se repete ao longo do texto. Poderíamos nos questionar o porquê de não ser expresso com uma palavra do

próprio Português Brasileiro o sentido de “fluidez, movimento direcionado¹²⁰” atribuído a *flow*. Que sentidos essa escolha materializa? Podemos dizer que aí estão implicados sentidos de prestígio, de valor, sentidos de fluência/domínio de uma língua internacionalmente conhecida. Com vistas nisso, fica realmente claro que nossa língua portuguesa mantém uma relação com a língua inglesa. “Em outras palavras, o espaço de enunciação do Português é também ocupado pela língua inglesa” (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

E no que se refere à perspectiva de dizer, fica explicitada a identificação desse locutor com a perspectiva coletiva (nesse caso, enunciador-coletivo). Isso se sustenta pela presença da forma linguística “a gente”, forma essa significada em paralelo à modalidade formal (cult) do pronome pessoal “nós”.

As falas das quatro personagens protagonistas - Preta, Lena, Barbarah e Maiah – se convergem na perspectiva coletiva. Essa perspectiva já está pressuposta no próprio sentido de “*grupo* musical”, possibilitando que o *grupo* se signifique por essa convergência e pela coerência das falas, ou seja, o que interessa não é a perspectiva individual que cada uma das personagens poderia assumir enunciativamente, mas sim a perspectiva de um *nós* (a gente) que inclui tanto essas mulheres quanto outras mulheres e outros moradores da Brasilândia. É fala em (comum)unidade.

Por essa razão, estamos considerando que não se trata de um enunciador genérico porque o que ocorre não é a falta de marcação de quem diz (um “*todos*” indefinido). Conforme está posto no refrão, as formas “a gente” e “Antônia” são correlatas de uma perspectiva de dizer coletiva. Enunciar “vem com *a gente* nesse flow” e “vem com *Antônia*” é deixar demarcado um lugar de dizer dentro da relação de sentidos estabelecida com um alocutário.

Atentando para as formas verbais “vem” e “viaje” localizadas, sobretudo, no refrão, gramaticalmente elas estão conjugadas no modo imperativo afirmativo, o qual serve para expressar ordens, conselhos, pedidos ou súplicas. Cumpre assinalar que, com exceção do verbo “viajar”, o verbo “vir” em termos normativos obedece a uma conjugação caracteristicamente coloquial, (“vem” ao invés de “venha”, para a 3ª pessoa do singular). Nessa via de raciocínio interpretativo, dizer essas palavras, ou, mais precisamente, dizer esses “verbos” é produzir um sentido de pedido. Tendo em conta um sentido geral dessas formas,

¹²⁰Definição fornecida pelo dicionário on-line Cambridge localizado no seguinte endereço eletrônico: <http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/flow>.

fica posta uma nuance performativa, na medida em que dizer “vem” e “viaje” com “a gente” funciona como fazer um pedido, um chamado.

Porém, mais do que se ater à evidência das formas, do ponto de vista enunciativo, conforme Guimarães (2002), o que se busca considerar é a enunciação se dando a partir de um lugar (l-x), isto é, nesse caso a performatividade se dá de um lugar específico. Dessa maneira, entendemos que dizer “vem” e “viaje” a partir do lugar de locutor-mulher suburbana é realizar o *engajamento performativo* (GUIMARÃES, 2011) de convidar (fazer um convite).

A partir daí, algumas questões podem ser colocadas, pois se torna produtivo questionar a quem é feito o convite, e se ele leva a conhecer o quê. O grupo Antônio? A rua? A Brasilândia? A rua da Brasilândia? Essas questões abrem para uma problemática sócio-histórica dos desvios de olhares sobre a periferia, explicitando que o convite, provavelmente, é feito para um alocutário que conhece, porém se desvia desse espaço, um alocutário afetado e constituído em outros espaços de enunciação, e em cenas enunciativas que significam a periferia por sentidos de negação (por exemplo: não há paz, não há qualidade de vida) e sentidos de desprezo, preconceitos, pobreza, bandidagem, vandalismo etc.

Essas marcas linguísticas (*vem e viaje*) funcionam afetadas pela historicidade, por uma memória de sentidos¹²¹. Podemos dizer que a memória da invisibilidade dos moradores do subúrbio diante dos moradores de outros espaços da metrópole paulistana ressoa nesse gesto de convidar. Temos ao mesmo tempo uma afirmação da memória do invisível (do não visto, do esquecido) e uma recusa da mesma a tal ponto do convite funcionar como uma resistência à invisibilidade.

Observamos especificamente que nesse refrão-convite há necessidade de se deixar claro de onde se fala, de onde se assume um lugar de dizer, lugar este constituído na relação com o espaço urbano, com a *cidade recortada* (ORLANDI, 2012) que autoriza e legitima o convite.

Trabalhando com o procedimento semântico da reescrituração, consideramos o modo de reescrever por repetição, cuja presença se evidencia à primeira vista, pois os dois primeiros enunciados aparecem, na sequência, reescriturados de forma repetida, resultando um refrão de quatro versos.

¹²¹ Fica explícito, na base teórica da Semântica da Enunciação desenvolvida e praticada por Guimarães, o diálogo estabelecido com a Análise de Discurso de linha francesa a qual considera que tanto o sujeito quanto o sentido são determinados por uma memória do dizer (interdiscurso).

Entendemos que, nessa cena enunciativa, a enunciação de várias palavras repetidas pelo locutor mulher-suburbana produz um sentido de insistência e, mais ainda, temos que o agenciamento por repetir insistentemente confere aos dizeres desse locutor um sentido de grito. Reescrevendo parafrasticamente um desses enunciados, entendemos que *é da rua, sim! da Brasilândia, sim! Que se grita: Vem com Antônia.*

Desse modo, enunciativamente não é apenas uma simples repetição que acontece, porque, quando se diz de novo, significações outras são produzidas. Em nosso recorte, o repetir é investido do sentido de grito, é um dizer que metaforiza o ato de gritar, o ato de falar em alta voz. É grito de guerra direcionado àqueles que se posicionam cegamente diante do subúrbio. A presença do advérbio afirmativo “sim”, funciona tanto para afirmar, para reforçar o grito quanto para confirmar o local de onde se diz. Simultaneamente trata-se de afirmar um grito/um brado e um lugar de autoridade.

Mobilizando o procedimento de articulação, notamos que ocorre uma articulação por dependência, pois “rua” depende de “Brasilândia”, lembrando que nesse procedimento os elementos são organizados de modo a formar significativamente um só elemento (GUIMARÃES, 2009). Se em um primeiro momento, na linearidade do enunciado, “rua” aparece sem determinação local, logo em seguida isso é descartado porque ela está determinada pelo bairro paulistano “Brasilândia”. Temos que “rua” se significa em virtude de pertencer ao bairro “Brasilândia”.

No enunciado citado, também é notável observar que “Antônia”, por conseguinte, o grupo musical, adquire sentido ao depender de “rua e Brasilândia”. O locutor é agenciado, no acontecimento em que se configura, a dizer, primeiramente, de que lugar no espaço da cidade se fala, para em seguida dizer quem fala. Essa direção traçada pelo dizer revela que o importante não é expor, de início, quem fala no lugar de todos, mas onde esse todos está inserido.

Temos, então, que é o Locutor, num acontecimento específico, quem atribui, ou seja, quem relaciona rua + Brasilândia e, ainda, Antônia + rua+ Brasilândia, porque não há nada previamente que garanta essa relação, dito de outro modo, não há nada garantindo, anteriormente, que um termo seja inerente ao outro, pois a relação de dependência é produzida nesse acontecimento, com essa temporalidade.

O dito desse locutor- mulher suburbana aponta que Antônia vem de algum lugar e é preciso mostrar qual lugar é esse. Por isso, acontece um agenciamento de dizer que busca tornar natural, primeiro, enunciar de onde se fala para depois indicar quem fala. Em outras

palavras, importa saber, antes, onde você mora, para depois saber quem é você. Trata-se de um dizer legitimado pela presença em um lugar da cidade. Insiste-se na identificação espacial para depois apresentar a identificação nominal. Por isso enuncia-se: *da rua sim, da Brasilândia, vem com Antônia*. Essa direção, essa prioridade pelo espaço físico (a periferia) produz o sentido de afirmação de um lugar da cidade, não se esquecendo de que por várias razões ele é desprestigiado, porém, nesse caso, é posto em relevo. Por sua vez, ser Antônia é ser, acima de tudo, da rua e da Brasilândia. Esse lugar da cidade as constitui, justamente porque: “Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade” (ORLANDI, 2004, p. 11).

A letra da música, tratada enunciativamente como “unidade de significação”, revela o trajeto tensionado de sentidos pelo qual percorre esse locutor mulher-suburbana. Por meio desse agenciamento de dizer, tendo em vista uma escolha lexical apontando para o que essas mulheres reclamam e para as suas demandas (liberdade, igualdade, orgulho de ser da Brasilândia, de ser da rua, de ser de “Sampa”, lutas, conquistas, sonhos, malandragem...) é que são produzidos sentidos de afirmação, de visibilidade, de convite nesse acontecimento de enunciação.

Considerações finais

O objetivo principal desse trabalho foi analisar o funcionamento semântico-enunciativo da letra da música Flow, a fim de descrever a configuração dos lugares de dizer e dos sentidos produzidos a partir desses lugares. Desse movimento analítico centrado na teoria enunciativa, algumas conclusões tomaram destaque.

A primeira delas refere-se ao agenciamento enunciativo. Temos um locutor predicado socialmente como suburbano e afetado pelas enunciações que emergem desse espaço citadino. Esse lugar social produz um dizer que se relaciona implicitamente com enunciações vinculadas a outros espaços da cidade paulistana. No interior de uma tensão constitutiva entre o dizer de si e o potencial dizer do outro (alocutário-x) a repetição de palavras (conforme vimos no refrão) produz um sentido de grito, sendo uma maneira de o locutor dar relevo ao espaço no qual vive/habita/se identifica.

Em segundo lugar, por meio desse agenciamento específico, o locutor se significa na originalidade de apresentar inicialmente o espaço geográfico onde ele fala e em seguida dizer

quem fala. Isso nos leva a pensar, junto com Guimarães (2009), que o sentido não se reduz simplesmente à relação interna dos elementos da estrutura, mas está relacionado, também, a uma exterioridade. Esse exterior é constitutivo do desdobramento do Locutor ao ser predicado por um lugar social. Sendo assim, é enquanto locutor-mulher suburbana que se torna possível enunciar, antes de tudo, de que lugar na cidade se fala para, em seguida, indicar quem está falando.

Por fim, no entanto não menos importante, a entrada analítica pelo viés dos lugares de dizer mostrou-se relevante pelo fato de indicar a dinamicidade que configura e estrutura os dizeres. Embora pareçam dispersos, os sentidos não estão soltos, eles se organizam e são produzidos a partir de lugares numa cena enunciativa. Sendo esse um dos ganhos de se estudar textos a partir da teoria enunciativa.

Referências

ANTÔNIA. Rio de Janeiro: Som Livre, 2007. 2 DVDs, son.,color.,série.

BENVENISTE, E. Os níveis de análise linguística. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 127-140.

GUIMARÃES, E. As fronteiras entre a Pragmática e a Semântica. In: ZANDWAIS, A. (Org.) **Relações entre Pragmática e Enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 36-46.

_____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Semântica e Pragmática. In: _____. **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes, 2006. p.113-146.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009.

_____. **Análise de Texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

ORLANDI, E.P. Formas de individuação do sujeito e sociedade contemporânea: O caso da delinquência. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: A fabricação do consenso. Campinas, SP: Ed. RG, 2010. p.11-42.

_____. A casa e a rua: uma relação política e social. In: _____. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 199-212.

ZOPPI-FONTANA, M. A arte do detalhe. In: **Web Revista Discursividade**. UFMS. Edição nº 09 - Janeiro/2012 - Maio/2012.

O GOVERNO DILMA ROUSSEFF E OS DISCURSOS SOBRE CORRUPÇÃO E DESGOVERNO

Alessandra Souza SILVA¹²²

Edvania Gomes da SILVA¹²³

Resumo: Neste trabalho, com base no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso e nas discussões contemporâneas acerca da relação entre mídia e política, analisamos discursos acerca de uma suposta incapacidade de gestão do Governo Dilma Rousseff, postos em circulação em artigos publicados nas revistas *Veja* e *Carta Capital* e nos jornais *El País* e *Folha de S. Paulo*. Verificamos que a imagem do referido governo que circula nos veículos de mídia aqui analisados, afasta-se da imagem de bom governante presente na sociedade atual.

Palavras-chave: Discursivo. Política. Mídia. (Des)Governo.

Abstract: *In this paper, based on theoretical and analytical device of Discourse Analysis and in contemporary discussions about the relationship between media and politics, we have analyzed discourses about an alleged management inability of the Government of Dilma Rousseff, put into circulation in articles published in the magazines *Veja* and *Carta Capital* and the newspapers *El País* and *Folha de S. Paulo*. We found that the image of the government circulating in the news media here analyzed, moves away from that image of a good ruler in today's society.*

Keywords: *Discourse. Politics. Media. (Mis)Rule.*

¹²² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGLin/ UESB, Vitória da Conquista – Bahia/Brasil, ale.souza01@hotmail.com.

¹²³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGLin/ UESB, Vitória da Conquista – Bahia/Brasil.

Introdução

Este artigo tem por objetivo investigar a discursivização acerca da imagem da presidente Dilma Rousseff em alguns veículos de mídia, no período em que as críticas ao seu governo começaram a ganhar cada vez mais espaço na sociedade. Para tanto, tomamos por *corpus* artigos que se relacionam, em alguma medida, a uma suposta incapacidade de gestão do Governo Rousseff, publicados nas seções *Política e Governo*, da revista *Carta Capital*; nas seções *Brasil*, da revista *Veja* e da versão brasileira do jornal *El País*; e nas seções *Mercado e Poder*, do jornal *Folha de S. Paulo*, todos em suas versões *online*¹²⁴, no período de novembro de 2014 (primeiro mês do Governo Dilma Rousseff após a eleição presidencial – mês em que as críticas ao referido governo tornaram-se mais frequentes na mídia de modo geral) a abril de 2015 (primeiras semanas após duas grandes manifestações populares contra o governo ocorridas já no segundo mandato da presidente).

Optamos por formar o *corpus* a partir de textos postos em circulação na mídia por considerar que esta, além de ser uma instituição legitimada pela nossa organização social, ocupa importante papel na propagação dos discursos e nos permite ter uma visão ampla dos diferentes discursos que circulam na sociedade contemporânea. Concordamos com Possenti (2007), segundo o qual não é possível compreendermos mais nossa sociedade sem considerar, para sua análise, as revistas, os jornais, os *sites*, os *blogs*, pois a mídia “é certamente a palavra que melhor designa a multiplicidade das formas de circulação de discursos” (POSSENTI, 2007, p. 12). Além disso, ao tratarmos de discurso político, é possível afirmarmos que a mídia possui certo protagonismo na veiculação dos mesmos, pois atua também como um agente político, contribuindo diretamente para que determinadas concepções de política e de político passem a circular com maior ou menor ênfase a depender da forma como espetaculariza os fatos relacionados a essas diferentes concepções.

A escolha de mídias *online* se deve, por um lado, à facilidade de acesso para a coleta do *corpus* e ao grande número de textos publicados, tendo em vista que o jornalismo *online* permite a transmissão de notícias em tempo real, possibilitando diversas reportagens atualizadas sobre um mesmo tema em um mesmo dia; e, por outro, à abrangência e à velocidade de circulação dos textos, os quais atingem um público maior e em menos tempo,

¹²⁴ Sites www.cartacapital.com.br, veja.abril.com.br, brasil.elpais.com e www.folha.uol.com.br

tendo em vista que a internet é o meio de comunicação que mais cresce no Brasil e capta a maior parte da atenção dos leitores e consumidores¹²⁵.

Todos os veículos de mídia aqui analisados tratam de informação e atualidades, abrangendo temas diversos como política, economia e cultura. Buscamos, na seleção, contemplar veículos que fossem socialmente atribuídos a lugares de identificação distintos, tendo em vista a necessidade de verificarmos se havia a presença de regularidades discursivas em veículos socialmente atribuídos a lugares discursivos divergentes. A revista *Veja*, criada em 1966 e publicada pela *Editora Abril*, é a revista de maior circulação nacional, e é considerada por alguns setores da sociedade como uma revista politicamente de *direita*; por outro lado, à revista *Carta Capital*, fundada em 1994 e publicada pela Editora Confiança, é socialmente atribuído o título de *revista de esquerda*. Situação semelhante ocorre entre os dois jornais analisados: o jornal *Folha de S. Paulo*, fundado em 1921, e que, desde a década de 1980, é o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral, que é considerado como *jornal de direita*; já, ao *El País*, jornal espanhol fundado em 1976 e que ganhou uma versão brasileira em 2013, é reservado o título de jornal de *centro-esquerda*. É válido ressaltar, também, que a escolha dos mesmos e não, por exemplo, de *blogs* nacionalmente conhecidos que tratam de temáticas semelhantes, deve-se ao fato de termos optado por analisar apenas veículos institucionalizados, com corpo editorial etc.

As discussões ora apresentadas se fundamentam na noção foucaultiana de governamentalidade e nas reflexões contemporâneas acerca da relação entre mídia e política. Além disso, o fio condutor de todo o nosso trabalho foi o dispositivo teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, o que pressupõe que partimos do texto para chegar ao discurso, utilizando as marcas linguísticas e textuais como pistas para identificar o funcionamento dos diferentes discursos materializados nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho. Compreendemos o discurso como um efeito de sentido entre locutores, que se materializa na língua e sempre se relaciona com discursos que o antecedem, conforme definido por Pêcheux (1983a). Assim, o discurso é, ao mesmo tempo, uma estrutura historicamente determinada e um acontecimento, isto é, a relação entre uma atualidade e uma memória, pois, até mesmo uma estrutura linguística - aparentemente fechada sobre si mesma,

¹²⁵ De acordo com pesquisa divulgada em 7 de março de 2014 pelo então ministro Thomas Traumann, o internauta brasileiro passa uma média de 3 horas e 39 minutos no computador, mais tempo do que em frente à televisão e apenas 6% do público tem o hábito de ler jornais e revistas impressas. Ver: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/132453/Ibope-internet-dispara-jornais-impressos-afundam.htm>.

com uma significação aparentemente rígida, concreta e absoluta – pode mudar sua significação a depender do lugar/campo onde ela figura (PÊCHEUX, 1983a). É nesta perspectiva que analisamos os discursos materializados no *corpus* aqui proposto, considerando-os para além das estruturas fixas da língua por meio da qual se materializam; observando, sobretudo, o que lhe é exterior, a fim de identificar quais os efeitos de sentidos que emergem dos mesmos.

A Governamentalidade e a imagem do bom governante

Com base nos postulados de Michel de Foucault, *governo*, em seu sentido amplo, deve ser entendido na relação com o que era no século XVI, designando a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos (governo das crianças, dos doentes, das famílias, das almas, das comunidades etc.) e não se limitando apenas às estruturas políticas e à gestão do Estado. A ocorrência de tal conceito de Governo, segundo Foucault (1979), emergiu na modernidade, devido ao fato de que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 1979, p. 247). Dessa forma, a constituição da noção moderna de governo se deu a partir da ocorrência da governamentalização do Estado e carrega em si elementos racionalizados de condução e direção dos indivíduos, o que Foucault denomina de governamentalidade.

A governamentalidade, numa perspectiva moderna, relaciona-se com o exercício de gestão das coisas e das pessoas e seu fim último é a população¹²⁶, a qual o Estado deve gerir. Foucault (1978a) define tal termo, ainda, como um dispositivo¹²⁷ de poder administrativo “[...] que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1978a, p.

¹²⁶ Foucault (1979) chama de população um conjunto de seres humanos reunidos em um mesmo espaço, com base em um copertencimento; este conceito foi construído para dar conta da dimensão coletiva e não mais individual dos homens, os quais deixam de ser corpos segmentados para tornarem-se um único corpo, todavia, um corpo múltiplo, com inúmeras cabeças; a população torna-se um objeto o qual é preciso conhecer para que se possa controlar e é tanto um alvo, como um instrumento em uma relação de poder.

¹²⁷ O dispositivo, para Foucault (1979, p. 364), é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas”. Em resumo, Foucault assevera que os elementos do dispositivo são o dito e o não dito e que o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses dois elementos.

143). No modelo atual de sociedade, a saber, o modelo neoliberal, a governamentalidade caracteriza-se pela busca por proporcionar condições para uma concorrência econômica verdadeira e eficiente, procurando, para tanto, operar uma ordem social equitativa; e o papel do Estado é o de assegurar a liberdade econômica, protegendo a propriedade privada. De acordo com Foucault, “o problema do neoliberalismo é [...] saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”. Trata-se, ainda segundo Foucault, de “relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 1978b, p. 181).

Assim, o bom governante na perspectiva da sociedade atual é aquele que cuida para que nada de ruim se abata sobre o Estado; que é capaz de gerir o Estado sem interferir na economia, ao mesmo tempo em que cuida para que haja boas condições de desenvolvimento desta; que proporciona aos indivíduos que governa condições de saúde, educação, moradia, trabalho, a fim de possibilitar que estes possam ser sujeitos de si, controladores de suas próprias vidas e responsáveis por seus sucessos ou fracassos; que sabe e consegue conduzir adequadamente aqueles que estão sob sua liderança, que fazem parte do seu governo etc. Quando um governo começa a sofrer com a insatisfação popular, é sinal de que ele está distanciando-se da imagem de bom governante que circula na sua sociedade. Dessa forma, podemos afirmar, primeiro, que a imagem do Governo Rousseff que está em circulação na sociedade atual, em alguma medida, afasta-se da imagem de um bom governante presente nessa mesma sociedade; e, segundo, que a espetacularização de discursos na/pela mídia que apontam para uma suposta incapacidade de gestão da Presidente Dilma Rousseff contribui para a configuração de uma imagem negativa do referido governo.

Discurso, mídia, espetáculo e política

De acordo com Fonseca-Silva (2008, p. 1), “a mídia pode ser definida como um lugar de memória discursiva¹²⁸ e como um lugar de fabricação espetacular e veiculação dos espetáculos políticos, entre outros”. Dessa forma, segundo a referida autora, uma grande parcela das atividades políticas, hoje, realiza-se, em sua dimensão pública, instituída pelas redes midiáticas (seja na televisão, seja no rádio, seja na internet, seja nas revistas de

¹²⁸ Pêcheux (1983b, p. 52) define *memória discursiva* como aquilo que face a um texto “surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

informação, dentre outras tantas, etc.). Uma explicação possível para tal fato vem do pensamento de Guy Debord (1967), segundo o qual a política se desenrola sob o pano de fundo de sociedades espetacularizadas.

Em 1967, Debord cunhou a noção de *sociedade do espetáculo*, que seria caracterizada pela transformação de tudo aquilo que era vivido em mera representação, em teatralidade; o que era real e autêntico tornou-se ilusão. Todavia, segundo o referido autor, o espetáculo não deve ser compreendido como um conjunto de imagens, mas sim como relações sociais entre pessoas, mediadas por imagens, sendo, portanto, relações de aparência (DEBORD, 1967, p. 14). Além disso, Debord (1967) afirma que o espetáculo é resultado dos modos de produção existentes que atuam a favor do capitalismo e levam ao consumo. Assim, o espetáculo tem sua estrutura baseada na aparência, mostrando somente aquilo que irá despertar desejos de consumo no espectador. Dessa forma, é impossível separar as relações sociais da relação de produção de mercadorias, de modo que, na sociedade do espetáculo, há uma interdependência entre o processo de acúmulo de capital e o processo de acúmulo de imagens. Vale ressaltar, ainda, que, de acordo com o que defende o referido autor, as necessidades dessa sociedade do espetáculo não podem encontrar satisfação senão pela mediação dos meios de comunicação em massa, levando a sociedade a uma era em que mais vale o (a)parecer. Essas mudanças não foram relacionadas apenas à economia e à cultura, pois também ocorreram no plano político.

Nessa perspectiva, de acordo com Courtine (2006), a partir da década de 1970, o discurso político passou por grandes alterações, fazendo com que as falas públicas longas e monológicas dessem lugar a outro tipo: falas públicas mais breves, fluídas, descontínuas, acompanhadas por imagens, com características de um espetáculo, de um *show* midiático. Em outras palavras, em nossa atual sociedade, a política precisa mostrar-se, e a mídia é a responsável por tal tarefa, desempenhando-a como num teatro ou numa novela, como um verdadeiro espetáculo. Assim, como afirma Piovezani Filho (2003), a mídia, ao inserir-se como parte do espetáculo político, passou a buscar uma posição de agente político, com papel determinado dentro desse espetáculo: a ela não basta mostrar os políticos, é preciso, acima de tudo, mostrar ao público o que ocorre nos bastidores do espetáculo político, tomando para si o *dever* de tornar a política *visível* para a sociedade, de mostrar para todos a *realidade*.

Porém, os textos em circulação na mídia não oferecem a realidade, mas sim, uma construção da realidade, possibilitando que o seu leitor produza formas simbólicas de representação da sua relação com a “realidade concreta” (GREGOLIN, 2003). E, como todo discurso, o midiático também é perpassado por uma ideologia, a mídia também fala de algum

lugar discursivo e, por isso, a espetacularização dos bastidores políticos não ocorre de forma isenta. Assim, esse *tornar a política visível* se dá a partir de uma tomada de posição específica sobre o que deve e o que não deve (e, ainda, como se deve) ser “mostrado” ao público. Nessa perspectiva, a mídia atua diretamente na seleção e divulgação dos fatos e atos ocorridos no universo da política, espetacularizando ou silenciando acontecimentos a partir do lugar em que ela está subjetivada e dos discursos que já circulam nesse lugar de subjetivação, por isso a importância de se analisar veículos de mídia que *falem* de diferentes lugares discursivos.

Análise do corpus

Apresentaremos, a partir de agora, a análise de 12 excertos que compõem o *corpus* deste trabalho, destacando algumas escolhas lexicais e observando como os diferentes modos de nomear o referente produzem efeitos de sentido distintos, pois a nomeação é uma das questões centrais quando pensamos na relação entre linguagem e realidade. A escolha de um nome sempre aponta para uma posição, para um lugar de produção, tendo em vista que os nomes significam em relação à memória. Ademais, as relações entre os nomes e os objetos também são de extrema relevância para que possamos compreender a construção dos efeitos de sentido, uma vez que o sentido de uma palavra e/ou enunciado está sempre relacionado a outras palavras e enunciados que funcionam em rede, que se encontram em relação de paráfrase. Os excertos aqui analisados foram separados em três blocos, cada um composto por quatro excertos, de acordo com temas gerais que norteiam suas argumentações, todos relacionados, direta ou indiretamente, à presidente Dilma Rousseff.

(i) O Governo do PT e o escândalo de Corrupção na Petrobrás

O primeiro bloco de excertos se relaciona com o um suposto envolvimento do Partido dos Trabalhadores, doravante PT, partido de Rousseff, no caso de corrupção da Petrobrás.

1. O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Humberto Costa (PT-PE), teria recebido 1 milhão de reais do esquema de propina e corrupção na Petrobras. Segundo informações do jornal O Estado de S. Paulo, o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa explicou que o petista utilizou o dinheiro para a sua campanha em 2010 (*Carta Capital*, seção Política, 23/11/2014, grifo nosso).

Aqui, cabe ressaltar a relação direta que é feita entre o Partido dos Trabalhos e a participação no caso de corrupção da Petrobras. Essa relação é estabelecida quando o sujeito

que, segundo o excerto, recebe a propina é apresentado como *líder do Partido dos Trabalhadores*, uma vez que o nome *líder*¹²⁹ e a expressão nominal *o líder* se relacionam a certa memória segundo a qual o líder é uma espécie de *guia*, e, portanto, de *responsável* pelas atitudes dos liderados. Na contemporaneidade, a expressão *o líder* é muito utilizada, por exemplo, no campo do empreendedorismo, onde o líder é apresentado como aquele que orienta, comanda, etc. Além disso, outra esfera em que a figura do líder é bastante arregimentada é a esfera religiosa. Nesse caso, desde os grandes líderes retratados pela Bíblia até as lideranças de movimentos e grupos religiosos, o líder é sempre um exemplo a ser seguido. Nesse sentido, quando a expressão *O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado* é usada para referir o senador Humberto Costa, o qual é apresentado na reportagem como alguém que *teria recebido 1 milhão de reais do esquema de propina e corrupção na Petrobras*, cria-se um efeito de sentido segundo o qual o próprio partido (PT) estaria envolvido no referido esquema de corrupção. Afinal, se o líder está envolvido, os liderados, que o veem como guia, referência, etc., também estão. Ou seja, o efeito é de que se o líder faz algo inadequado, todos os seus liderados o seguem no erro.

Abaixo, temos um excerto no qual a imagem do Governo Dilma Rousseff é filiada a imagem do Partido dos Trabalhadores, exemplo relevante para as análises aqui realizadas:

2. Propina era paga mensalmente a políticos da Lava Jato, acusa Janot

Dinheiro vinha de três diretorias da Petrobras e abasteciam, principalmente, três partidos, o PMDB, o PT e o PP. De 2004 a 2011, na Diretoria de Abastecimento os políticos beneficiados foram os do Partido Progressista (PP), atualmente aliado do Governo de Dilma Rousseff no Congresso. A partir de 2011 foi outra a sigla que recebeu supostamente o dinheiro: o PMDB, também aliado do Governo. De fato, tanto o presidente do Congresso, Eduardo Cunha, como o do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB, estão na lista, suspeitos de corrupção e de lavagem de dinheiro. Mas os cupins infiltrados na Petrobras não acabam aqui: a Procuradoria Geral da República acrescenta que em outras duas diretorias, a de Serviços e a Internacional, existiam esquemas parecidos de corrupção. A de Serviços beneficiava o Partido dos Trabalhadores (PT), a legenda de Dilma Rousseff (*El País*, seção Brasil, 07/03/2015, grifos nossos).

¹²⁹ O nome “líder”, nesse excerto, refere-se àquele que lidera o Partido dos Trabalhadores em um lugar específico: no Senado. Outros “líderes” também existem em outros espaços, como a presidência do referido partido, a presidência da república (cargo máximo que homem público pode exercer e, portanto, de maior respeito dentro de um partido), ou mesmo, referir-se a alguém sem nenhum cargo específico, mas apenas como lugar de reconhecimento e respeito atribuído a ele por outros, em razão de sua trajetória política. Em todos os casos, não é possível apagar a memória a qual remete tal expressão.

No excerto acima, o enunciador *El País* estabelece uma relação de correferência entre *propina* e *dinheiro*, tendo em vista que elas designam o mesmo referente no discurso. Essa relação atualiza, por meio de uma memória, um efeito de sentido segundo o qual houve recebimento de dinheiro de maneira ilícita para obtenção de alguma vantagem pessoal, o que se configura como uma forma de corrupção. Em seguida, os três partidos mencionados como receptores da “propina” são nomeados por meio de apostos definicionais da seguinte forma: PP– *atualmente aliado do Governo de Dilma Rousseff no Congresso*; PMDB – *também aliado do Governo*; e PT – *a legenda de Dilma Rousseff*. Nos dois primeiros apostos, repete-se o adjetivo *aliado*, indicando uma aliança, um compromisso entre os partidos envolvidos no recebimento ilícito de dinheiro e o governo Dilma Rousseff. Já no último aposto, a expressão nominal definida *a legenda de Dilma Rousseff no Congresso* é usada para nomear o PT, filiando, diretamente, a imagem de Dilma Rousseff à do referido partido. Ao estabelecer tais ligações, por meio dos apostos já citados, cria-se um efeito de sentido segundo o qual há uma relação direta entre o governo Dilma Rousseff e o recebimento ilícito de dinheiro, o que une, em certa medida, o nome da presidente ao caso de corrupção na Petrobrás. Os referidos partidos são novamente nomeados por meio da expressão referencial definida *os cupins infiltrados na Petrobras*. O nome *cupim* realiza a estratégia textual de encapsulamento dos nomes “PP, PMDB e PT”, por meio de uma rotulação, uma vez que oferece uma avaliação dos fatos e eventos descritos. De acordo com Francis (2003, p. 195), *o rótulo indica ao leitor exatamente como esta extensão do discurso deve ser interpretada*. O nome *cupim* diz respeito a um inseto de difícil controle, que se instala em diferentes objetos feitos de madeira (portas, móveis etc.) e os corrói, causando grandes prejuízos. Ao nomear tais partidos como *cupins*, o enunciador *El País*, por meio da atualização de uma memória, cria o efeito de sentido segundo o qual os referidos partidos são como insetos, pragas difíceis de combater, e que destroem a estrutura dos lugares nos quais estão *infiltrados*. A partir de tal rotulação, cria-se, ainda, o efeito de sentido de que a estrutura da Petrobrás estaria comprometida, uma vez que suas bases estariam sendo corroídas por tais partidos.

Vejamos, a seguir, como a filiação Dilma/PT se repete como estratégia de aproximação entre a imagem do governo Dilma Rousseff e a prática de corrupção.

3. Dilma lança pacto contra a corrupção que o PT institucionalizou
Presidente resgata medidas há anos engavetadas, e discursa como se seu partido não fosse um dos maiores beneficiários do esquema do petróleo (Veja, seção Brasil, 18/03/2015, grifos nossos).

O excerto três estabelece, mais uma vez, uma relação de filiação entre PT e governo Dilma Rousseff, pois nomeia o primeiro (PT) como *seu partido* [isto é, partido da presidente]. Já o título da reportagem, *Dilma lança pacto contra a corrupção que o PT institucionalizou*, traz em si um pré-construído¹³⁰ segundo o qual há uma corrupção institucionalizada pelo próprio PT e que essa corrupção é anterior ao “pacto contra corrupção”, lançado pela presidente. Cabe analisar, também, o uso de algumas nomeações. Destacamos a utilização do nome *esquema* para definir o caso de corrupção da Petrobrás, aqui chamado de *petrolão*, o que produz o efeito de sentido de que há uma estrutura organizada e articulada de corrupção instalada na Petrobrás. Por fim, a nomeação do caso de corrupção na Petrobrás como *petrolão* também funciona como um efeito da memória que incide sobre a atualidade, pois, a partir de uma rede semântica, atualiza o efeito de sentido do termo utilizado, remetendo a outros casos de corrupção, como o *mensalão*, e atualizando, por meio da memória discursiva, discursos segundo os quais o partido dos trabalhadores está envolvido, de forma recorrente, em escândalos de corrupção. Analisemos, agora, o excerto a seguir.

4. Vaccari usou gráfica para lavar propina do PT, diz juiz

Condenada por realizar propaganda irregular de Dilma Rousseff em 2010, a Editora Gráfica Atitude recebeu R\$ 1,5 milhão de um dos suspeitos de integrar o esquema de desvios na Petrobras, de acordo com o Ministério Público Federal. Pagamentos feitos entre 2010 e 2013 foram considerados pelo juiz Sergio Moro prova documental decisiva para a decretação da prisão preventiva do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, na manhã desta quarta (15) (*Folha de S. Paulo*, seção Poder, 15/04/2015, grifos nossos).

Destacamos, em primeiro lugar, o uso do substantivo *propina*. Tal substantivo indica um pagamento ilícito em troca da obtenção de benefícios e reforça, por um efeito da memória sobre a atualidade, o discurso segundo o qual o PT está vinculado à corrupção. Isso porque, o referido substantivo tem por determinante a expressão nominal *do PT*, a qual define *propina*, filiando, assim, o referido partido à corrupção que, como dissemos, liga-se ao nome *propina*. Ao filiar *propina* à expressão nominal *PT*, o enunciador *Folha de S. Paulo* produz uma generalização do efeito de sentido oriundo dessa relação, de forma que não apenas um membro ou grupo do PT é relacionado ao recebimento de propina, mas todos aqueles que fazem parte de tal partido. Verificamos, também, que o primeiro período (o título da

¹³⁰O conceito de “pré-construído”, cunhado por Pêcheux (1975), diz respeito a uma marca em um enunciado de um discurso anterior a ele, em outras palavras, é um já-dito que sustenta cada palavra e/ou enunciado, permitindo que seja realizada a remissão de um dizer a toda uma filiação de outros dizeres. Corresponde, assim “ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1975, p. 164).

reportagem) faz menção ao nome *juiz* como autoridade judicial e, portanto, voz autorizada para fazer acusações, o que garante credibilidade ao discurso veiculado. O período seguinte, por meio do aposto definicional *condenada por realizar propaganda irregular de Dilma Rousseff em 2010*, relaciona a gráfica acusada de pertencer ao escândalo de corrupção envolvendo o PT à imagem de Dilma Rousseff, o que, indiretamente, também filia o sujeito discursivo Dilma Rousseff ao PT. Ao especificar que houve uma condenação por uma ação diretamente relacionada à presidente, o enunciador não só cria o efeito de sentido de que tal condenação já era de conhecimento público e, portanto, de conhecimento do próprio PT, isto é, que o PT sabia que a empresa cometia atos legalmente contestáveis, como também mostra que a presidente pode estar diretamente envolvida no caso de corrupção ligado a referida empresa, uma vez que a referida presidente teve relações anteriores com a empresa. Além disso, Dilma Rousseff é apresentada como alguém que tem conhecimento de um ato ilícito cometido pelos representantes legais da Editora Gráfica Atitude, e que foi, inclusive, beneficiária deste. Por fim, no último período, por meio de uma nomeação, é retomado o sujeito apresentado no primeiro período (João Vaccari Neto), a partir da expressão nominal *tesoureiro do PT*. Ao apresentar tal definição, o enunciador *Folha de S. Paulo* não só relaciona o PT com o caso de corrupção na Petrobrás, como também cria o efeito de sentido segundo o qual as finanças do PT podem estar associadas com o referido escândalo, tendo em vista que o tesoureiro é a pessoa responsável pela movimentação financeira de qualquer empresa ou entidade.

Observamos, no conjunto de excertos apresentados nesse primeiro bloco, que os enunciadores *Veja*, *El País*, *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* estabelecem, de forma recorrente, uma relação entre todos os membros do PT e o caso de corrupção da Petrobrás, de forma generalizada, criando-se o efeito de sentido de que todos os membros do PT são corruptos, ora citando diretamente o *PT*, como ocorre nos excertos 2 e 3, ora fazendo referência a este por meio de uma figura importante dentro do mesmo, como ocorre nos excertos 1 e 4, o que, em ambos os casos, produz um efeito de generalização. Por outro lado, nos excertos 2 e 3 é estabelecida uma filiação entre Dilma Rousseff, o PT e a corrupção, e no excerto 4, esta mesma relação ocorre, de forma indireta, mediada pelo sujeito discursivo João Vaccari Neto.

Passemos, agora, à análise do segundo bloco de excertos.

(ii) Problemas na economia brasileira

Os textos que compõem o segundo bloco estão relacionados a supostos problemas na economia do Brasil, como podemos constatar no excerto cinco, abaixo:

5. O pacote fiscal do governo pressiona uma economia frágil em meio a incertezas globais

A situação está difícil, o mundo atravessa uma crise de duração indeterminada e o Brasil vive claramente um risco seríssimo de recessão, hipótese admitida em relatórios elaborados pelos maiores bancos do País. O complicador do quadro é o ajuste fiscal baixado pelo governo em dezembro, complementado na segunda-feira 19 com o aumento de impostos sobre combustíveis, crédito ao consumidor e importações e mudanças no Imposto Sobre Produtos Industrializados para o setor de cosméticos. [...] Não se sabe como o segundo governo Dilma Rousseff imagina atingir o objetivo pretendido com restrição do crédito de longo prazo para as empresas concedido pelo BNDES, anunciado em rodada anterior, e contração simultânea do crédito ao consumidor. O aumento do investimento público seria a resposta correta, mas nisso não se fala. Todas as fichas são colocadas na esperada retomada do ânimo empresarial, a partir de iniciativas aparentemente contraditórias com esse objetivo (*Carta Capital*, seção Poder, 01/02/2015, grifos nossos).

Na primeira oração, a definição de *economia*, por meio do adjetivo *frágil*, aponta para o discurso de que a economia brasileira está fraca e instável. Além disso, ainda no título, o adjunto adnominal *do governo*, que especifica a expressão *ajuste fiscal*, reforça quem é o responsável por tal ajuste. O termo *ajuste*, mais adiante, é definido, por meio de uma recategorização, como *complicador* para a estabilidade econômica do país: *O complicador do quadro é o ajuste fiscal baixado pelo governo em dezembro*. Assim, a culpa pela complicada situação econômica do país é atribuída diretamente ao governo. Ademais, o enunciado *não se sabe como o segundo governo Dilma Rousseff imagina atingir o objetivo pretendido*, reforçado pela expressão negativa *não se sabe*, aponta para uma desconfiança em relação à capacidade de gestão do referido governo em seu segundo mandato. Mais adiante, a partir do enunciado *O aumento do investimento público seria a resposta correta, mas nisso não se fala*, o enunciador *Carta Capital* sustenta o argumento de que uma resposta diferente da correta foi dada. Dessa forma, o referido enunciador mostra que, de acordo com o discurso materializado na/pela reportagem, a resposta dada pelo governo foi errada. Nesse sentido, o enunciador *Carta Capital* coloca em xeque, mais uma vez, a capacidade de gestão do governo Dilma Rousseff. Abaixo, apresenta-se os problemas na economia como “uma crise econômica”:

6. Quando o Brasil se perdeu?

Em apenas seis anos, o gigante sul-americano passou de uma era próspera e dourada com crescimento econômico acima da média mundial à cruel realidade da crise no Governo. Entre 2003 e 2010, dentro do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil viveu uma era dourada e cresceu em uma média de 4%, com um pico de 7,5%, em 2010, no epicentro da crise financeira mundial.[...] Hoje em dia, [...] o gigante latino-americano flerta com a recessão econômica, a sua inflação chega a 7,7%, o desemprego sobe, ainda que se mantenha próximo dos 5%, o dólar cada dia está mais caro (a última cotação o colocou em 3,2 reais) e o país vive em uma crise política e um imenso escândalo de corrupção [...] (*El País*, seção Brasil, 15/03/2015, grifos nossos).

A primeira oração do excerto indica, a partir de um pré-construído, que o Brasil está perdido. Essa afirmação diz respeito a uma crise na economia, o que é apresentado e defendido no período seguinte. As escolhas lexicais desse período são bastante indiciárias: o *gigante sul-americano* – para Brasil; *era próspera e dourada* – para situação econômica de 2009; *cruel realidade da crise no Governo* - para problemas na economia em 2015. Todas essas escolhas intensificam a carga semântica dos substantivos aos quais se referem (Brasil, situação econômica de 2009 e realidade econômica de 2015). Assim, o Brasil que está em crise é o gigante sul-americano, que, por ser gigante, deveria ser forte; a situação de 2009 não era apenas estável, mas era dourada e próspera, reforçando o efeito de sentido de grande desenvolvimento, de abundância; por fim, a realidade de 2015 não é só difícil, é cruel para a população. Outrossim, ao estabelecer o contraponto entre *prosperidade econômica* e *crise no governo*, o enunciador *El País* mostra que, além da crise econômica, há uma crise no próprio governo, uma vez que esse é o grande responsável pelos problemas enfrentados na economia. No excerto seguinte, de forma menos direta, também são apresentados argumentos que apontam para essa suposta incapacidade de gestão do governo. Vejamos:

7. Inflação, rombo nas contas públicas, juros altos, arrocho, paralisia econômica: O Brasil paga caro pela imprevidência e o imediatismo de seus governantes (*Veja*, seção Brasil, 04/04/2015, grifos nossos).

O primeiro período do excerto enumera os problemas que, segundo o enunciador *Veja*, afetam o Brasil; tal enumeração funciona textualmente como um aposto que define o que o referido enunciador chama de *pagar caro*. Verificamos, ainda, que na expressão nominal definida *seus governantes*, o pronome possessivo *seus* indica que os governantes referidos no texto são os governantes do Brasil. A partir dos nomes *inflação* e *juros altos*, apresentados no primeiro período, é possível verificar que a *imprevidência* e o *imediatismo* a que o enunciador se refere, dizem respeito especificamente aos governantes da nação brasileira, e não aos

líderes de estados ou de municípios, uma vez que estes não têm responsabilidade direta sobre as medidas de controle inflacionário e de juros. Além disso, a partir da ativação dos nomes *imprevidência* e *imediatismo*, o enunciador *Veja* retoma um pré-construído segundo o qual o atual governo brasileiro age sem gerenciamento e sem planejamento, o que não é uma atitude positiva para um governante. Dessa forma, é possível estabelecer, a partir das nomeações apresentadas no texto, que o governo do Brasil, e nesse caso, a presidente da República, maior responsável pela administração governamental, é responsável pelos problemas enfrentados pelo Brasil e não é capaz de gerir o país com eficiência.

No próximo excerto, vemos como a *crise* é apresentada por meio de dados numéricos.

8. A crise na indústria tem se ampliado [...]. A indústria caiu 9,1% frente a fevereiro de 2014 – maior queda desde julho de 2009, em meio à crise global. [...] Em 12 meses, acumula queda de 4,5% (Folha de S. Paulo, seção Mercado, 02/04/2015, grifos nossos).

Já no primeiro período, o enunciador *Folha de S. Paulo* destaca os problemas enfrentados na economia a partir do enunciado *A crise na indústria tem se ampliado*. Tem-se, nesse enunciado, um pré-construído segundo o qual existe uma crise na indústria. Os dados apresentados são utilizados para reforçar a hipótese da crise. Nesse sentido, a comparação com os anos anteriores, a partir do enunciado *maior queda desde julho de 2009, em meio à crise global*, o qual mostra que em 2009, último ano do governo Lula, o resultado foi ruim por causa da crise global, suavizando a culpado governo da época, cria o efeito de sentido de que há problemas na gestão atual, já que o referido governo não enfrenta nenhuma crise fora do país e mesmo assim permite que a indústria brasileira enfrente uma crise. É possível dizer, então, que os textos que compõem esse segundo bloco, em todos os veículos de comunicação ora analisados, convergem para a criação de um efeito de sentido segundo o qual o Brasil está enfrentando uma crise em sua economia, que é de responsabilidade da presidente Dilma Rousseff e que ocorreu por conta de sua suposta incapacidade de gestão.

A seguir, apresentamos as análises do último bloco de excertos:

(iii) Inabilidade política - crise com os aliados e isolamento:

No terceiro bloco são apresentados trechos de reportagens que materializam discursos segundo os quais o Governo Dilma está isolado e não sabe dialogar com seus aliados, o que resultaria em perdas do referido governo no Congresso, resultando em dificuldades para concretização das ações propostas por ele. Vejamos:

9. Trocas em ministérios evidenciam Dilma isolada e perdida

Quadro da máquina petista, Edinho Silva vai cuidar das verbas de publicidade do governo. Renato Janine Ribeiro será o novo titular da Educação. Ao nomear dois novos auxiliares nesta sexta-feira, Edinho Silva (Comunicação Social da Presidência) e Renato Janine Ribeiro (Educação), Dilma Rousseff deu mais uma demonstração de que segue isolada e incapaz de formar um time que reúna duas características: competência técnica e afinidade pessoal com ela própria (*Veja*, seção Brasil, 27/03/2015, grifos nossos).

Aqui, os adjetivos *isolada* e *perdida* são utilizados para qualificar a presidente Dilma Rousseff. Além disso, no último período do excerto, a expressão “*mais uma demonstração*” indica que outras demonstrações foram dadas. Isso mostra que, para o enunciador do discurso materializado no excerto, o isolamento e a incapacidade de formar um time com as características citadas é algo recorrente. Por fim, a escolha lexical da expressão nominal *máquina petista* para designar o PT, confere a esse partido uma imagem negativa, pois remete a um discurso produtivista, relacionado à produção em série, etc. Dessa forma, ao nomear um membro do referido partido como *quadro da máquina petista*, o enunciador *Veja* faz emergir uma memória ligada a mecanismos de controle de produção, presentes no capitalismo industrial, tais como o taylorismo e o fordismo. Tal memória afronta a própria constituição do PT, que se apresenta como um partido de esquerda, de base marxista e que luta pelos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, além de criticar a suposta inabilidade administrativa da Presidente Dilma Rousseff, o enunciador materializado no excerto faz uma crítica irônica ao Partido dos Trabalhadores, pois mostra que o referido partido se define como um partido de esquerda, mas funciona como uma máquina de formar quadros de políticos, formatados a partir de um *modus operandi*, tal qual ocorria nos modelos taylorista e fordista.

O tom irônico no final do excerto anterior, também pode ser verificado no próximo exemplo, retirado não mais de *Veja*, mas de *Carta Capital*. Vejamos, então, o excerto:

10. [...] Contração do PIB, desemprego, queda da renda, cortes orçamentários, juros nas alturas e o conhecido rosário ultraliberal são apresentados como a maravilha curativa para os males nacionais. Dilma conseguiu um feito de difícil construção: diante de um ataque da direita, consegue ser repudiada pela esquerda. Nenhuma voz de peso – nem mesmo seu antecessor ou membros de seu partido – consegue vir a público defender o kit ultra ortodoxo que apresenta (*Carta Capital*, seção Política, 31/03/2015, grifos nossos).

Esse excerto inicia com um aposto que define o que é apresentado como *a maravilha curativa para os males nacionais*. O pré-construído que sustenta esse enunciado é o de que a nação está sofrendo de *males* que precisam de cura, males estes que estão relacionados,

principalmente, à economia. A expressão *a maravilha curativa para os males nacionais* é uma ironia, pois aponta a relação paradoxal entre os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil e as medidas negativas adotadas pelo governo. Assim, nessa expressão, identificamos o princípio da ironia, conforme apontado por Maingueneau (2004). Segundo o referido autor, “no caso da ironia, o enunciador produz enunciado que ele invalida ao mesmo tempo em que fala” (MAINGUENEAU, 2004, p. 178)¹³¹. Dessa forma, ao referir-se *a maravilha curativa*, o enunciador já está invalidando este enunciado. No período seguinte, há o pré-construído de que Dilma está sofrendo um *ataque da direita* e a afirmação de que a própria esquerda, da qual ela também faz parte, rejeita-a. Verificamos, ainda, que o enunciado *Dilma conseguiu um feito de difícil construção* é, assim como o anterior, um enunciado irônico. Nesse caso, a ironia ocorre porque o enunciador *Carta Capital* associa a expressão *conseguiu um feito de difícil construção*, o que, *a priori*, é visto como algo positivo, pois demanda esforço e empenho, a duas expressões negativas: *sofrer um ataque da direita* e *ser repudiada pela esquerda*. Nesse caso, um enunciador E1 apresenta esses dois *golpes* sofridos por Dilma como *um feito de difícil construção* por ser algo que exige bastante esforço, sendo, portanto, avaliado de forma positiva. Mas, há outro enunciador, E2, que não se assimila a esse ponto de vista, mas que mostra, a partir de uma avaliação negativa, que o feito de Dilma Rousseff é de *difícil construção* por ser bastante improvável que um governante consiga ser rechaçado tanto pelos seus opositores quanto por seus próprios aliados. Dessa forma, a ironia se constitui quando o locutor do texto apresenta o ponto de vista de E1, mas, na verdade, concorda com o ponto de vista de E2. Nesse sentido, o excerto sob análise materializa, por meio da ironia, um discurso segundo o qual a presidente Dilma não tem capacidade para aglutinar aliados e faz com que, até mesmo *a esquerda*, seus supostos aliados, repudiem sua forma de governar. De acordo Brait (1996, p. 58),

[...] a ironia pode ser enfrentada como um discurso que através de mecanismos dialógicos oferece-se basicamente como argumentação indireta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de ideias e de normas institucionais, como a instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva.

Dessa forma, verificamos que o enunciador *Carta Capital* recorre à ironia como estratégia argumentativa para apresentar ao seu coenunciador pistas para a interpretação

¹³¹ Esse conceito de ironia, mobilizado por Maingueneau (2004), é o mesmo que fora, anteriormente, apresentado por Oswald Ducrot, no texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, de 1984.

textual do excerto em questão. Nesse caso, trata-se de uma ironia desqualificadora, a qual coloca em xeque a credibilidade da presidente. Assim, por meio das expressões referencias, dos pré-construídos e das ironias, vemos materializado o efeito de sentido de um isolamento político. Tal isolamento ocorre, ainda segundo o excerto, devido à adoção, pela presidente, de medidas impopulares, aqui nomeadas de *kit ultra ortodoxo*. Salientamos, ainda, que o isolamento político sofrido por Dilma Rousseff dentro do próprio Partido dos Trabalhadores é reforçado no último período do excerto sob análise, no qual lemos que: *nenhuma voz de peso – nem mesmo seu antecessor ou membros de seu partido – consegue vir a público defender o kit ultra ortodoxo que apresenta*. Nesse sentido, a partir da construção da imagem de uma presidente que está isolada e que não tem aprovação nem mesmo dentro do seu próprio partido, o enunciador do excerto questiona a capacidade de gestão da referida governante.

No próximo excerto, vemos, mais uma vez, materializado o discurso segundo o qual Dilma Rousseff está distante de seus aliados. Vejamos:

11. Com um recorde de rejeição e dificuldades de controlar sua base aliada, a presidente Dilma Rousseff está convidando líderes governistas do Congresso para uma reunião nesta terça-feira (7), quando pretende discutir o ajuste fiscal e medidas para retomada do crescimento do país. O encontro deve ocorrer no Palácio do Planalto e representa um aceno da petista a deputados e senadores que cobram maior participação e diálogo com o governo na tomada de decisões (*Folha de S. Paulo*, seção Poder, 06/04/2015, grifos nossos).

No primeiro período do excerto, destacamos o uso do substantivo *recorde*. Tal substantivo indica a superação de tudo o que já foi feito anteriormente no mesmo gênero. Sendo assim, a partir do uso de tal expressão, materializa-se o efeito de sentido segundo o qual Dilma Rousseff enfrenta, na atualidade, a maior rejeição que já teve durante a execução de seus dois mandatos. A partir da expressão *dificuldades de controlar sua base aliada*, há o pré-construído de que há divergências entre Dilma Rousseff e a sua *base aliada*, uma vez que a presidente está tendo dificuldades para controlar a referida base. Esse discurso segundo o qual há divergências entre Dilma e sua base aliada é reforçado pelo enunciado *representa um aceno da petista a deputados e senadores que cobram maior participação e diálogo com o governo na tomada de decisões*, pois aqui há o pré-construído de que os senadores e deputados da base aliada do governo estão insatisfeitos com o espaço que têm na participação do governo. Assim, esse excerto aponta para a existência de uma crise entre Dilma e sua base aliada e, ainda, para uma tentativa de reaproximação da Presidente com a referida base, efeito que se materializa a partir do uso do nome *aceno*. Por último, é válido ressaltar a forma pela

qual a presidente Dilma Rousseff é nomeada no último período, por meio da expressão nominal definida *a petista*, o que reforça a filiação partidária da referida presidente. Assim, o excerto ora analisado aponta tanto para o efeito de sentido segundo o qual a presidente Dilma Rousseff enfrenta problemas de articulação política com a sua própria base aliada, como reforça a ligação direta entre a presidente e o PT. O último excerto desse bloco também aponta, indiretamente, para uma dificuldade de articulação entre Dilma e os aliados do seu governo e, ainda, para uma incapacidade gestora da Presidente. Vejamos:

12. Contra crise, Dilma entrega a articulação política a vice, do PMDB

A presidenta Dilma Rousseff foi buscar dentro do próprio Palácio do Planalto uma solução para seus problemas de articulação política com o Congresso Nacional. Após falhar a tentativa de transferir o ministro Eliseu Padilha (PMDB), da Secretaria da Aviação Civil, para a Secretaria de Relações Institucionais, Dilma optou por entregar a interlocução com a base de seu Governo a outro peemedebista: o vice presidente da República, Michel Temer, que ocupa agora o lugar que foi do criticado Pepe Vargas (PT). A missão de Temer é basicamente pacificar o Congresso Nacional, onde seus companheiros de partido, os presidentes Renan Calheiros (PMDB), do Senado, e Eduardo Cunha (PMDB), da Câmara, têm conduzido pautas à revelia da presidenta (*El País*, seção Brasil, 07/04/2015, grifos nossos).

No enunciado *A presidenta Dilma Rousseff foi buscar dentro do próprio Palácio do Planalto uma solução para seus problemas de articulação política com o Congresso Nacional*, há uma memória, ativada por meio de um pré-construído, de que existem problemas de articulação política da presidente com o Congresso Nacional e de que a presidente não foi capaz de resolver tais problemas. Tal pré-construído é reforçado no próprio título da matéria, que retoma o discurso de existência de uma crise e afirma que *a articulação política* foi entregue a outra pessoa (o vice-presidente, Michel Temer, que é do PMDB). Além disso, ao utilizar o termo *missão*, designando-o, em seguida, como *pacificar*, o enunciador *El País* indica a existência de conflitos que deverão ser sanados por esse novo articulador político, já que a própria presidente não foi capaz de dirimi-los. O termo *conflitos* é definido, no último período, por meio da expressão *seus companheiros de partido, os presidentes Renan Calheiros (PMDB), do Senado, e Eduardo Cunha (PMDB), da Câmara, têm conduzido pautas à revelia da presidenta*. Assim, esse último excerto mostra a falta de articulação entre a presidente e seus aliados e, ainda, a falta de controle dela sobre a sua base, uma vez que, segundo o enunciador *El País*, pautas são discutidas sem a anuência da presidente. Assim, esse excerto mostra não só a dificuldade da presidente Dilma em lidar com a sua própria base, mas também a sua dificuldade em conduzir as decisões de seu governo.

A partir das análises realizadas, foi possível verificar que o conjunto de excertos mostra a existência de discursos segundo os quais a presidente Dilma Rousseff está sofrendo um isolamento político que é reflexo de um descontentamento de sua base com a sua forma de governar e com as medidas adotadas por ela; tal situação de isolamento é recorrente nos quatro excertos analisados nesse bloco. Outrossim, são apresentados problemas de condução do governo, oriundos dessa dificuldade de articulação com a base, que resulta em dificuldades em aprovar medidas na Câmara e no Senado, cujos presidentes são do PMDB, partido da base aliada do governo, ao qual pertence o vice-presidente da República, Michel Temer. Destaca-se, também, que a causa do isolamento político sofrido pela presidente é diferente entre o enunciador *Carta Capital*, revista, como vimos, associada à esquerda, e os demais veículos: enquanto *Carta Capital* tece críticas ao posicionamento do governo, afirmando que as medidas econômicas adotadas por ele são *ultraliberais* e estão afastando os militantes de esquerda do governo Rousseff, os outros três veículos referem-se ao suposto isolamento da presidente como reflexo de sua falta de capacidade de ouvir, articular e dar espaço aos políticos que compõem a sua base aliada no Governo.

Observamos, a partir das análises dos três blocos de excertos que, embora os sentidos possam deslizar de um enunciador para outro, já que cada um dos enunciadores fala de um lugar específico, há uma regularidade em torno de todos os discursos no que diz respeito a um descontentamento com o referido Governo e uma falta de governamentalidade da presidente. Assim, se no bloco um, a filiação direta entre Dilma, o PT e os casos de corrupção aparece com menor ou maior ênfase de acordo com o veículo midiático, é certo que em todos os casos a corrupção é apresentada como um mal que assola o governo Rousseff; se no bloco 2, a crise econômica é relacionada mais às indústrias ou mais aos investimentos em programas de desenvolvimento social, o fio condutor é que o Brasil está passando por problemas em sua economia que são reflexos das decisões do governo; por último, se no bloco 3, por um lado, fala-se de um isolamento da Presidente ocasionado por sua suposta falta de capacidade de articulação e inflexibilidade com sua base no Governo, e, por outro, dá-se maior ênfase ao descontentamento dos militantes de esquerda com a presidente por conta de medidas consideradas *ultra ortodoxas*, o fato é que todos os enunciadores apontam para um distanciamento entre Dilma Rousseff e aqueles que deveriam estar ao seu lado, como reflexo das atitudes da própria presidente.

Considerações finais

Como vimos, existe em circulação na sociedade um discurso sobre o que seria um bom governante, fundamentado a partir da concepção neoliberal de governamentalidade. Ao ir de encontro ao que prescreve tal imagem, um governo passa a ser visto como o seu oposto, isto é, como um mau governo, o que pode levar a um quadro de intensa insatisfação popular. Os doze excertos analisados no tópico anterior, embora discursivizados por veículos de mídia subjetivados em lugares distintos, materializam efeitos de sentido semelhantes, que apontam para um desgoverno, para uma falta de governamentalidade de Dilma Rousseff, uma vez que o papel de um governo na concepção de nossa sociedade atual, segundo efeitos discursivos também construídos historicamente, como vimos, deve ser fomentar o desenvolvimento do país e zelar pelo dinheiro público.

Ademais, a repetição dos mesmos efeitos de sentido, mesmo que reconfigurados, em veículos de mídia que falam de lugares diferentes, possibilita que tais discursos sejam inscritos na memória discursiva da sociedade, contribuindo para a configuração de uma imagem do Governo Rousseff como um mau governo, tendo em vista que, como observa Davallon (2007, p. 25), "para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância". Esses mesmos discursos em circulação na mídia, os quais apontam para um desgoverno de Dilma Rousseff, estão presentes também nos discursos que circulam socialmente entre muitos que tecem críticas ao referido governo. Dessa forma, é possível afirmarmos que, em alguma medida, a espetacularização midiática desses diferentes discursos acerca da incapacidade de governamentalidade da presidente fundamentam os discursos de insatisfação com o atual governo brasileiro e até mesmo os discursos que pedem o *impeachment* de Dilma Rousseff, levando-o a ser considerado um mau governo por uma parcela da sociedade que se identifica com tais discursos.

Referências

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre (*et. al.*). **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes – 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE (*et. al.*). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228. Coleção Clássicos da Linguística.

FONSECA-SILVA, M. C. Entre o verbal e o não verbal: memória e encenação discursiva da corrupção em Veja. In: **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL**, 2008, Goiânia. **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL - Grupo de trabalho em Análise do Discurso**, 2008. p. 1-3.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (Orgs.) **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1979], p. 231-249.

_____. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978a].

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978b].

GREGOLIN, Maria do Rosario. O acontecimento político na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cécília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997 [1983a].

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 5. ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2008 [1983b].

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988 [1975].

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosario (Org.). **Discurso e Mídia: A Cultura do Espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

POSSENTI, S. Uma leitura política. In: FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vit. da Conquista: ed. UESB, 2007.

O INGLÊS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: EVIDÊNCIAS DA SUBÁREA DE LINGUAGEM E LINGUÍSTICA

Kyria Rebeca FINARDI¹³²

Cláudio FRANÇA¹³³

Resumo: O artigo reflete sobre o papel do inglês na internacionalização da produção acadêmica brasileira. Para tanto o estudo revisa políticas educacionais, linguísticas e de internacionalização. A fim de subsidiar a reflexão proposta, o estudo analisa dados da produção científica em português e inglês na área de Artes e Humanidades – Subárea Linguagem e Linguística, em periódicos indexados na base de dados referencial *Scopus*, e os relaciona com a quantidade de citações recebidas. Os resultados mostram que há ainda pouca produção científica em inglês, na área investigada, gerando baixo número de citações internacionais, recebidas pelos artigos publicados nos periódicos da área estudada.

Palavras-chave: Produção acadêmica nacional. Papel do inglês no Brasil. Políticas educacionais e linguísticas. Internacionalização.

Abstract: *The paper reflects on the role of English in the internationalization of the Brazilian academic production. A review of educational, linguistic and internationalization policies is proposed. The study analyzes data from the scientific production in Portuguese and English in the area of Arts and Humanities - Language & Linguistics Subarea in journals indexed in the Scopus referential database, relating the amount of citations received. Results of the study show that there is still little scientific production in English, in the investigated area, yielding a low number of international citations received by articles published in the journals of the analyzed area.*

Keywords: *National academic production. Role of English in Brazil. Educational and linguistic policies. Internationalization.*

¹³² Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE), Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGEL) e Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil, Email- kyria.finardi@gmail.com

¹³³ Universidade Federal do Espírito Santo, (UFES), Vitória, ES, Brasil. Email-claudio.franca@ufes.br

Introdução

A ciência avança de forma cumulativa, de tal sorte que resultados de estudos anteriores são usados para expandir, revisar e aprofundar resultados e perguntas de pesquisas atuais. Na era da informação (por exemplo LEVY, 1999) e da economia do conhecimento (por exemplo SHIN; TEICHLER, 2013) na qual vivemos, o compartilhamento, a comparação e a generalização de resultados científicos é possível a uma velocidade nunca antes imaginada, graças, principalmente, a dois fatores: o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) (por exemplo WARSCHAUER, 2003; FINARDI; PREBIANCA; SCHMITT; ANDRADE, 2014) e o uso do inglês como língua franca acadêmica (KNIGHT, 2014; JENKINS, 2013).

Ainda que o inglês seja a língua estrangeira mais estudada e falada no mundo (KRAMSCH, 2014) e no Brasil (FINARDI, 2014), o impacto do uso desse idioma na produção e circulação do conhecimento, e no processo de internacionalização da educação ainda é pouco conhecido, apesar de algumas exceções (por exemplo, HAMEL, 2013; JENKINS, 2013). A fim de sanar parcialmente essa lacuna, este estudo oferece uma reflexão sobre o papel do inglês na circulação da produção acadêmica brasileira, e no processo de internacionalização do ensino superior, por meio da análise da produção científica em português e em inglês de uma área específica do conhecimento, qual seja, a de Artes e Humanidades.

Para tanto, o estudo revisa políticas educacionais, linguísticas e de internacionalização em relação ao papel do inglês no Brasil, analisando os dados da produção científica em português e em inglês na área de Artes e Humanidades – Subárea Linguagem e Linguística. A escolha da área e subárea se justifica por dois motivos: 1) a área de Artes e Humanidades e subárea de Linguagem e Linguística tem uma forte tradição de circular sua produção por meio de livros e capítulos de livros (FIORIN, 2007), em vez de circular em periódicos e 2) um dos principais programas de internacionalização no Brasil, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), não inclui essa área nem essa subárea em seu menu. Conforme sugerem Pinheiro e Finardi (2014), a não inclusão desta área e subárea no CsF representa uma limitação uma vez que não reconhece o papel dessa área e subárea para a internacionalização. Em relação à tradição da área de Artes e Humanidades e subárea de Linguagem e Linguística de publicar mais em livros do que em periódicos, vemos que essa tendência não se aplica às áreas tecnológicas que fazem parte do CsF.

O artigo está organizado em três partes: a primeira revisa o papel do inglês nas políticas educacionais, linguísticas e de internacionalização. A segunda descreve o estudo realizado para verificar a produção acadêmica em português e em inglês, na área de Artes e Humanidades e subárea de Linguagem e Linguística. A terceira e última parte tece algumas considerações sobre o papel do inglês na circulação da produção nacional, com base na revisão de literatura e nos dados produzidos pelo estudo.

Revisão da literatura - O papel do inglês

Finardi, Prebianca e Momm (2013) sugerem que o letramento digital e algum conhecimento de inglês são necessários para ampliar o acesso à informação, disponível principalmente *online* e nesse idioma, possibilitando a produção de capital social (WARSCHAUER, 2003) e simbólico (BOURDIEU, 1991). A essa necessidade do uso da língua inglesa apontada por Finardi, Prebianca e Momm (2013), acrescentamos a possibilidade de apropriação desse idioma, como língua internacional, para o exercício de uma cidadania global (por exemplo FINARDI, 2014) e para a internacionalização da educação (por exemplo FINARDI; PREBIANCA, 2014).

A internacionalização do ensino superior é uma das consequências da globalização (por exemplo BLOOMAERT, 2010; GUILHERME, 2014) e pode ser definida como o processo de integrar dimensões internacionais, interculturais e globais na missão, função ou proposta de uma instituição de ensino superior, e de acordo com Shin e Teichler (2014), é uma tendência muito forte na educação atual. Nesse contexto, as universidades se tornaram valiosas pelo seu capital intelectual, que passou a ser visto como um importante produto de importação e exportação na economia do conhecimento (SHIN; TEICHLER, 2014). A internacionalização do ensino superior afeta e é afetada pela globalização e pelo uso do inglês como língua acadêmica ou internacional (SHIN; TEICHLER, 2014; FINARDI; ORTIZ, 2015; GUILHERME, 2014, SAXENA; OMONIYI, 2010; VAVRUS; PEKOL, 2015).

As transformações percebidas no mundo globalizado atual são refletidas nos meios e formas de acesso, produção e circulação do conhecimento, e nem sempre chegam à academia com a mesma velocidade que chegam à sociedade. Pensamos ser necessário incluir uma reflexão sobre o papel do inglês no atual debate brasileiro sobre políticas de internacionalização, bem como o que as políticas educacionais e linguísticas têm a dizer sobre ele, tanto na educação básica quanto na educação superior.

Como apontado por Leffa (2013), precisamos lutar contra o isolamento linguístico neste país rodeado por hispano falantes, e pressionado pela globalização a falar inglês. Apesar de sermos oficialmente um país monolíngue, na prática somos multilíngue e, como tal, devemos aprender a língua do vizinho e das minorias linguísticas no Brasil, ao mesmo tempo em que lutamos contra obstáculos ideológicos e econômicos para aprender o inglês como língua internacional (FINARDI, 2014).

Gimenez (2013 p. 202) relata um levantamento no qual o Brasil ficou em 46º lugar entre 54 países em relação à proficiência no inglês. Apesar dessas estatísticas, e conforme atesta a autora (GIMENEZ, 2013), parece haver uma valorização do aprendizado desse idioma como demonstrado pelo número de cursos livres de inglês no Brasil. A crença da população de que o aprendizado desse idioma é necessário, por um lado, e a falta de políticas linguísticas que garantam seu ensino com qualidade na rede pública, por outro, aumenta a lacuna social dos que têm e dos que não têm acesso a esse capital/conhecimento.

Segundo a lei maior da educação básica no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o inglês tem o mesmo *status* de qualquer língua estrangeira e pode, ou não, ser ensinado a partir da 5ª série (quando inicia a obrigatoriedade da escola de ofertar uma língua estrangeira), já que a escolha da língua estrangeira a ser ofertada fica a critério da comunidade escolar. Ainda com relação à política educacional no que tange o ensino de línguas estrangeiras no Brasil, vemos que quando o inglês é ofertado no ensino básico, a principal habilidade trabalhada é a de leitura, incentivando nossos alunos a ter acesso a textos em inglês sem, no entanto, prepará-los para produzir conteúdos nessa língua.

Entretanto, quando analisamos o papel do inglês no ensino superior o panorama é bem diferente, e como mostram os programas Ciência sem Fronteiras (CsF) e Inglês sem Fronteiras (IsF-Inglês), o inglês tem um *status* diferenciado dos outros idiomas, recebendo muito mais recursos, e oferecendo muito mais possibilidades de mobilidade acadêmica e de internacionalização do que os outros idiomas estrangeiros.

Tendo em vista esse cenário na educação básica, pensamos ser necessário refletir sobre o papel das línguas estrangeiras em geral e do inglês em particular, na formação e informação da educação brasileira, no momento em que programas de internacionalização como o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), o Programa Idiomas Fronteiras (IsF) e o Programa Inglês Fronteiras (IsF- Inglês) são implementados, a fim de ampliar o debate com vistas a propor políticas que considerem uma visão de educação e internacionalização condizente com os desafios da sociedade atual brasileira que produz muito internamente,

mas circula pouco sua produção em nível internacional¹³⁴, como pretende mostrar este artigo.

Em relação ao Programa CsF criado em 2011 para alavancar a internacionalização brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade acadêmica nas áreas de tecnologia e inovação, Pinheiro e Finardi (2014) sugerem que uma das razões do questionável sucesso do programa CsF, em sua fase inicial, foi justamente a falta de reconhecimento do papel do inglês no processo de internacionalização, o que ficou comprovado pela baixa proficiência em inglês dos candidatos às mais de cem mil bolsas ofertadas. Essa falha do Programa CsF foi, até certo ponto, corrigida no ano seguinte, com a criação do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF-Inglês)¹³⁵ para impulsionar o aprendizado de inglês nas universidades brasileiras, principalmente com vistas a subsidiar a mobilidade acadêmica internacional. Em 2014 foi criado o programa Idiomas sem Fronteiras, reconhecendo o papel das línguas estrangeiras no processo de internacionalização do Brasil, e indiretamente reconhecendo o status do inglês como a língua estrangeira mais importante para a internacionalização, haja vista o montante de recursos destinados ao inglês e às outras línguas estrangeiras pelo programa, comparativamente.

Note-se que apesar da criação de programas como o CsF e o IsF-Inglês, a circulação da produção científica brasileira internacionalmente ainda é pequena, como nos lembram Silva, Menezes, Muszkat e Vieira (2003), ao reportar dados que mostram que o Brasil produz cerca de 1% de toda produção mundial, e está entre os 18 países que mais geram conhecimentos novos. Entretanto, a circulação de nossa produção ainda é muito baixa, uma vez que a produção nacional em periódicos reconhecidos e indexados em bases de dados internacionais ainda é escassa. De fato, Meneghini (1998, p. 219) sugere que a produção nacional lembra um *iceberg*, uma vez que a parte visível, que está indexada nas bases de dados internacionais como o ISI, corresponde a 20% - 25% do total, sendo que a parte submersa, que equivale à produção nacional não indexada no ISI, corresponde a cerca de 80%.

¹³⁴ Conforme se pode ver em notícia divulgada na Folha de São Paulo que coloca a produção acadêmica nacional em 13o lugar no ranking mundial, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266521-brasil-cresce-em-producao-cientifica-mas-indice-de-qualidade-cai.shtml>

¹³⁵ Após a criação do Programa Idiomas sem Fronteiras a abreviação IsF passou a ser usada para esse programa e a abreviação IsF-Inglês para o programa Inglês sem Fronteiras.

A título de ilustração, na Europa o cenário parece ser bem diferente. A Europa tem vários países que, como o Brasil, não tem o inglês como língua materna, mas que adotaram mais rápida e eficientemente esse idioma como língua acadêmica e internacional, com vistas à internacionalização (por exemplo COLEMAN, 2006). A necessidade de se apropriar de valores ligados à globalização tais como a proficiência em línguas estrangeiras, principalmente depois da Resolução de Bologna firmada em 1999, com o objetivo de integrar o ensino superior, e possibilitar uma maior mobilidade acadêmica na Europa, fez com que várias universidades europeias adotassem o inglês como língua acadêmica, como política de internacionalização na corrida para se posicionarem estrategicamente na lista das melhores universidades que não por acaso, é composta pelas universidades de países anglo-falantes ou das que adotaram o inglês como língua acadêmica (GRADDOL, 2006). A observação da tabela com as melhores universidades reportadas por Graddol em 2006 e uma comparação com outra tabela atual¹³⁶ mostra que esse cenário ainda não mudou, ou seja, ironicamente (ou não) as melhores universidades, segundo os ranques internacionais são as que estão em países anglo-falantes ou em países que adotaram o inglês como língua acadêmica.

A proeminência do inglês como língua internacional no atual cenário mundial, parece não ter concorrência de outros idiomas estrangeiros como aponta Kramsch (2014). Segundo a autora, e ainda levando em consideração o cenário europeu, 38% da população nesse continente fala inglês, sendo que apenas 14% fala francês ou alemão. Kramsch (2014) aponta que 19 dos 29 países investigados afirmam que o inglês é o idioma estrangeiro mais falado, sendo que na Suécia a porcentagem da população que fala inglês chega a 89% e a 87% na Holanda, segundo o barômetro europeu supracitado. Como resultado da atual crise financeira mundial, os países da Escandinávia cortaram subsídios para o ensino de outras línguas estrangeiras, mantendo apenas os recursos para a única língua estrangeira que eles consideram necessária para exercer a cidadania no mundo globalizado – o inglês. Na Finlândia 88% da população acredita que o inglês é o idioma mais útil para se aprender, e o único que deve ser ensinado nas escolas (EUROBAROMETER, 2006 *apud* KRAMSCH, 2014).

Nesse cenário as universidades competem pela internacionalização, oferecendo cursos em inglês usando a metodologia de ensino de conteúdos diversos por meio do inglês (*Content and Language Integrated Learning* - CLIL na abreviação em inglês) para permitir

¹³⁶ Disponível em <http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2014-15/world-ranking>

uma maior mobilidade estudantil tanto do tipo *IN* (a fim de receber acadêmicos estrangeiros) quanto do tipo *OUT* (enviando seus acadêmicos para o exterior) e como uma estratégia de se adequar à política global neoliberal. Outra estratégia de internacionalização usada por algumas universidades é o incentivo para publicar em inglês, permitindo uma maior circulação e difusão da produção institucional.

Finardi e Ortiz (2015) analisaram o processo de internacionalização do curso de Administração de duas universidades brasileiras, uma pública federal e a outra privada, de uma rede nacional. A motivação para fazer o estudo nesses dois contextos foi justificada pela 1) proeminência do curso de Administração no processo de internacionalização e 2) pelo pressuposto de que universidades públicas e privadas teriam diferentes motivações para a internacionalização, sendo elas de natureza acadêmica na pública, e lucrativa na privada. Resultados desse estudo sugerem que as universidades investigadas carecem de uma política de internacionalização articulada. Elas se limitam a programas de mobilidade acadêmica, a maior parte do tipo *OUT* como o Programa Ciência sem Fronteira. Os únicos programas de mobilidade acadêmica do tipo *IN*, são com países luso falantes e cujas universidades estão ranqueadas em situação igual, ou pior, do que as nossas, o que sugere que esses programas são mais conducentes de desenvolvimento de capital social nas instituições estrangeiras do que nas nossas. Finardi e Ortiz (2015) sugerem que a motivação para a internacionalização é acadêmica na universidade pública, e não existente na privada, em vista do tamanho do mercado nacional¹³⁷, e concluem que o maior obstáculo à internacionalização no Brasil é a barreira linguística, já que nossas universidades não oferecem cursos de ou em inglês como componentes curriculares. A esses desafios apontados por Finardi e Ortiz (2015) acrescentamos a pouca circulação da nossa produção científica nacional, com óbvias consequências para o desenvolvimento científico e internacional de nossas instituições.

Ao analisar o estudo supracitado podemos sugerir, ainda, que a fim de impulsionar a internacionalização do ensino superior é necessário investir em ações para promover a bilateralidade nos convênios firmados, se quisermos não só enviar, mas também receber acadêmicos em nossas instituições de ensino superior (IES), promovendo inclusive o ensino de português como língua estrangeira de forma estratégica.

Por entendermos que vivemos um momento político e econômico propício a

¹³⁷ Segundo mostra notícia no Portal Brasil que registra um número de quase 72% de estudantes universitários na rede privada contra 28% na rede pública, disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>

mudanças no contexto educacional, aceitamos a convocação de Nicolaidis e Tilio (2013) para sair de nossa zona de conforto, onde nos limitamos a desenvolver nossas pesquisas, dar nossas aulas, e fazer nosso trabalho sem confrontar crenças como “não se aprende inglês na escola”; “vivemos em um país monolíngue na prática, e isso nos impede de alcançar um maior destaque no mercado internacional, em termos econômicos”; “nossos pesquisadores publicam pouco em inglês”; “políticas linguísticas são para tratar de questões referentes a direitos linguísticos de línguas de indígenas e de imigrantes, e isso pouco nos diz respeito” (NICOLAIDES; TILIO, 2013, p. 287), e convidamos a todos a se unirem a nós para pensar políticas linguísticas e de internacionalização, capazes de refletir a realidade e necessidade da sociedade contemporânea, formando cidadãos críticos e reflexivos, capazes de exercer sua cidadania no mundo globalizado, através do uso do inglês como língua internacional e não apenas para “importar” informação, mas também para produzir e exportar “conhecimento” através da apropriação desse idioma como língua internacional (FINARDI, 2014).

A fim de subsidiar essa reflexão, descrevemos o estudo realizado a fim de verificar a situação da produção acadêmica nacional, em português e em inglês, da área de Artes e Humanidades, subárea Linguagem e Linguística. Como explicado na introdução deste artigo, a escolha da área se deve ao fato dela não fazer parte de um dos principais programas de internacionalização, o Programa Ciências sem Fronteiras. Outra motivação para a escolha da área se deve ao fato dela publicar tradicionalmente em livros mais que em revistas.

Metodologia

O estudo tem como objetivo analisar a produção acadêmica nacional da área de Artes e Humanidades, subárea Linguagem e Linguística em português e em inglês e é de natureza bibliográfica documental com um cunho híbrido (DORNYEI, 2007), uma vez que utiliza dados quantitativos e qualitativos para entender o papel do inglês na produção científica nacional na área investigada. Os dados foram extraídos da base *Scimago*, que produz uma série de indicadores sobre periódicos científicos, dentre eles o índice *Scimago Journal Ranking* (SJR), indicando o número de citações de trabalhos publicados indexados na base referencial *Scopus*. A opção de análise sobre a produção em periódicos se deu em virtude de os periódicos ainda conservarem a função de “comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados” (MUELLER, 2000, p.

75).

Após a identificação dos títulos nacionais que compõem o índice SJR, classificados na temática Linguagem e Linguística, procedeu-se à pesquisa na base *Scopus*, objetivando identificar as seguintes variáveis: período de cobertura de indexação, quantidade de artigos publicados, idiomas utilizados nos artigos e quantidade de citações recebidas.

Para a coleta dos dados supracitados, elaborou-se uma estratégia valendo-se do mecanismo de busca simples, com a aplicação da faceta “*SOURCE TITLE*”, que permite a recuperação de todos os artigos indexados, publicados por determinado periódico. O quadro 1 demonstra os periódicos nacionais da subárea Linguística e Letras, e o período de cobertura de artigos indexados na base *Scopus*.

TÍTULO – ISSN	PERÍODO DE INDEXAÇÃO
Acta Scientiarum Language and Culture – 1983-4675	2008-2015
Alea – 1517-106X	2008-2015
Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi: Ci. Humanas – 2178-2547	2011-2015
Cadernos de Linguagem e Sociedade – 0104-9712	2012-2014
Calidoscopio – 2177- 6202	2010-2014
Espaço Plural – 1518-4196	2012-2014

Quadro 1 – Periódicos Área Linguagem e Linguística indexados na base *Scopus*

A etapa posterior do estudo centrou-se na análise da quantidade de artigos publicados pelos periódicos no período 2008-2014. Valendo-se do filtro “*YEAR*”, disponível nos resultados recuperados, foi possível observar o quantitativo de artigos publicados por revista em determinado ano para, em seguida, alcançarmos o objetivo do estudo: a verificação do percentual de artigos publicados em português, inglês e em outras línguas.

A preocupação em determinar a variante idioma usado nesta pesquisa encontra abrigo em Fiorin (2007), que sugere duas formas tradicionais de mensurar os resultados da pesquisa de um país, quais sejam: a) o número de artigos publicados em revistas internacionais; b) e o seu impacto, determinado por meio da contagem das citações das quais foi objeto.

Para a internacionalização dos artigos de periódicos, um dos critérios que confere tal

predicado é a publicação em revistas indexadas em bases de dados internacionais, como a *Scopus* e a *Web of Science*. Somado à sua inclusão em bases referenciais, outro elemento de extrema importância em busca da internacionalização é a publicação dos artigos em língua estrangeira, principalmente o inglês, devido à “grande parte da população falar e conhecer o inglês e, por ser considerada a língua universal da pesquisa” (BERNARDES; BORBA; FERREIRA, 2014, p. 3).

O impacto das publicações é aferido por meio de métodos bibliométricos, que além de verificar o nível de interesse dos pares, a partir do número de citações recebidas pela pesquisa, de acordo com Braga (1974 *apud* VANTI, 2002, p. 155), examina diferentes variáveis, como por exemplo, “recursos humanos-documentos, artigos-periódicos, produção-consumo [...]”. Guedes e Borschiver (2005, p. 15) destacam que bibliometria é uma “ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento”. Bem aproveitados, os indicadores bibliométricos auxiliam no planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia de uma determinada comunidade científica ou país.

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC), os levantamentos bibliométricos, outrora de domínio exclusivo de estudiosos da área, hoje se encontram organizados e compilados em índices de citação e bases de dados de conteúdo referencial, como já destacado no caso da *Scopus* e da *Web of Science*; proporcionando subsídios para estudos de evolução científica de determinada área, bem como a influência de um idioma sobre as publicações, como o estudo que ora nos propomos a realizar.

Para levantamento dos dados relativos ao idioma dos artigos publicados nos periódicos estudados, bem como o quantitativo de citações recebidas, mais uma vez nos valem dos recursos contidos na base *Scopus*, que auxiliaram a análise dos dados, descrita a seguir.

Análise

Verificou-se no período analisado que os periódicos da subárea Linguagem e Linguística publicaram em seus fascículos os seguintes tipos de comunicação: artigos originais, artigos de revisão, editoriais, artigos de eventos científicos, entrevistas e análise de livros. Para os fins deste estudo serão considerados apenas os artigos originais e artigos de revisão.

O Quadro 2 mostra a ocorrência das comunicações em cada periódico estudado no

período de 2008-2014 e permite observar a predominância dos artigos originais como fonte principal utilizada pelos pesquisadores dessa subárea para divulgação da produção realizada.

TÍTULO	TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
<i>Acta Scientiarum Language and Culture</i>	Artigos Originais	211	94,61%
	Artigos de Revisão	8	3,58%
	Outros	4	1,59%
<i>Alea</i>	Artigos Originais	162	81,40%
	Artigos de Revisão	13	6,53%
	Outros	24	12,06%
<i>Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Ciências Humanas</i>	Artigos Originais	65	65,65%
	Artigos de Revisão	24	24,24%
	Outros	10	10,11%
<i>Cadernos de Linguagem e Sociedade</i>	Artigos Originais	66	85,71%
	Artigos de Revisão	6	7,79%
	Outros	5	6,5%
<i>Calidoscopio</i>	Artigos Originais	114	65,51%
	Artigos de Revisão	34	19,54%
	Outros	26	14,95%
<i>Espaço Plural</i>	Artigos Originais	47	61,03%
	Artigos de Revisão	21	27,27%
	Outros	9	11,7%

Quadro 2 – Tipos de documentos publicados nos periódicos da subárea Linguagem e Linguística

Importante variável analisada e que motiva a existência deste estudo diz respeito à observação do número de artigos publicados em inglês. Para tanto, realizou-se pesquisa na base *Scopus*, fazendo a busca por título, tipo de documento e idioma, obtendo-se o resultado tabulado no Gráfico 1, demonstrando que há forte predominância da língua portuguesa.

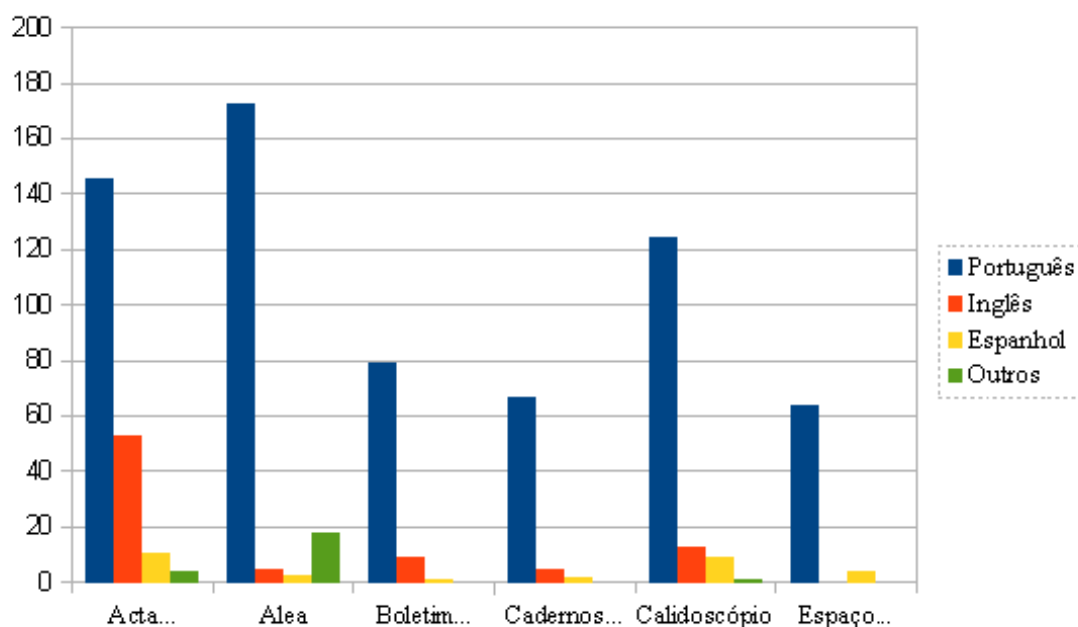


Gráfico 1 – Artigos publicados por idioma

O Gráfico 2 ilustra a quantidade de artigos em inglês publicados por ano nos periódicos analisados. Observa-se que mesmo diante da maior visibilidade e, conseqüentemente, internacionalização da ciência produzida, no caso da publicação na língua inglesa, os dados não demonstram uma evolução no número de artigos publicados em texto completo no inglês. Assim, apesar da elevação do quantitativo no ano de 2012 registrado em um dos títulos analisados, nos anos seguintes ocorre drástica redução, como mostra o Gráfico 2.

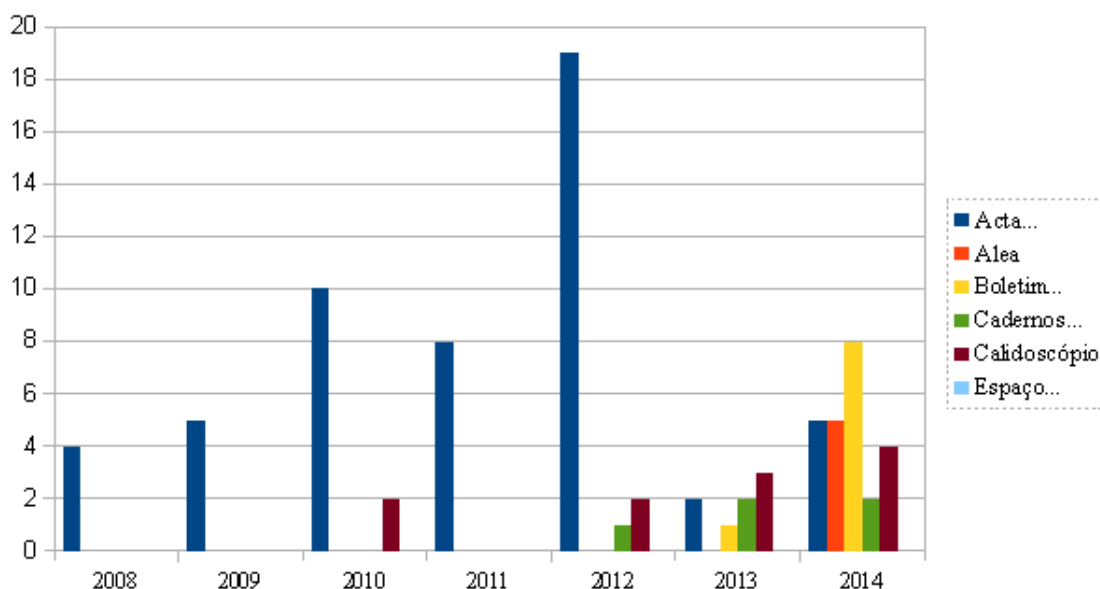


Gráfico 2 – Artigos publicados em inglês por ano

Outro índice que atua como suporte para observar a internacionalização da produção científica é relativo ao número de citações recebidas pelo documento, atestando a utilidade do documento para os pares em determinado momento. Apesar de sustentados em critérios bibliométricos, os índices de citação recebem inúmeras críticas da comunidade científica, mas de acordo com Strehl e Santos (2002), são usados no método de avaliação da qualidade de publicações científicas mundialmente difundidas e que demonstram uma forte correlação entre o número de citações e a qualidade de um artigo científico.

A partir do nosso objeto de estudo, procedeu-se à análise da quantidade de citações recebidas pelos artigos publicados nos periódicos investigados. Para o levantamento dos dados também se considerou o período 2008-2014, excluindo-se o corrente ano em função da imprecisão dos dados, já que a base sofre atualizações diárias.

TÍTULO	CITAÇÕES							TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
<i>Acta...</i>	2	1	2	1	0	1	0	7
<i>Alea</i>	4	1	2	0	1	0	0	8
<i>Boletim...</i>	-	-	-	-	8	8	0	16
<i>Cadernos...</i>	-	-	-	-	0	0	0	0
<i>Calidoscópio</i>	-	-	4	1	6	1	0	12
<i>Espaço...</i>	-	-	-	-	1	0	0	1

Quadro 3 – Citações recebidas no período 2008-2014

A partir da análise dos dados contidos no Quadro 3 e tomando-se a quantidade de citações recebidas como um dos parâmetros para aferir a internacionalização da produção, infere-se que é baixíssimo o índice de penetração dos artigos publicados no período estudado na produção internacional.

Obviamente que a simples publicação em língua inglesa não confere maior qualidade à produção científica. Tal presunção poderia indicar, erroneamente, que a produção científica em outros idiomas não é necessariamente de qualidade. Diferentemente, o que está em análise aqui é o pressuposto de que a internacionalização do conhecimento produzido no país, pode ser potencializado por meio de publicações na língua inglesa, a fim de conferir maior visibilidade da produção científica local.

Fiorin (2007) adverte que não é possível internacionalizar a produção científica em Ciências Humanas e Sociais – e nós acrescentaríamos Artes, Linguagem e Linguística – nos mesmos níveis de outras áreas, como Ciências Exatas e Ciências da Saúde, que normalmente investigam temáticas de relevância internacional, e que fazem uso dos periódicos como canal principal de divulgação. Contrariamente, as Ciências Humanas e Sociais, e acreditamos também, as Artes, Linguagens e Linguística, ainda utilizam como principal canal de divulgação o livro, que além de não possuir a versatilidade e agilidade do periódico na comunicação científica, tem baixíssima inclusão em bases bibliográficas de dados referenciais. Ainda que haja um apelo para indexação dos capítulos de livros das áreas de Ciências Humanas e Sociais, o progresso de tal ação ainda é bastante moroso e imperceptível em grande parte das bases de dados, dentre elas a *Scopus*.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica em português e em inglês na área de Artes e Humanidades – Subárea Linguagem e Linguística, em periódicos indexados na base de dados referencial *Scopus*, a fim de refletir sobre o papel do inglês na internacionalização da produção acadêmica brasileira. Os dados mostraram que o número de artigos publicados em inglês é muito baixo, sugerindo que a visibilidade da produção acadêmica nacional nessa área deve repensar as estratégias de circulação de sua produção, a fim de permitir uma maior internacionalização e intercâmbio científico, sem o qual a ciência não pode avançar de forma plena.

Tendo em vistas as políticas educacionais, linguísticas e de internacionalização vigentes no Brasil hodierno, e o papel do inglês na formação, informação, produção e circulação da produção brasileira, o estudo conclui que é necessário repensar o papel desse idioma na educação em geral, e na produção e circulação científica em particular, por meio de políticas de internacionalização sintonizadas com políticas educacionais e linguísticas de base.

Referências

BERNARDES, E. M. ; BORBA, J. A.; FERREIRA, D. D. Produção Científica em Língua Inglesa dos Docentes dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade no Período de 2000 a 2012. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 5. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: < http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/artigos/trabalhos_aprovados>. Acesso em: 07 maio 2014.

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 219. 2010.

BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Cambridge, MA: Harvard UP, p. 320. 1991.

COLEMAN, J. English-medium teaching in European higher education. **Language Teaching**, 39 (1). p.1-14. 2006.

DORNYEI, Z. **Research methods in applied linguistics: Quantitative, qualitative and mixed methodologies**. Oxford: Oxford University Press. p. 336. 2007.

FINARDI, K. R.; ORTIZ, R. A. Globalization, Internationalization and Education: What is the Connection?. IJAEDU- **International E-Journal of Advances in Education**, v. 1, pp. 18-25, 2015.

FINARDI, K. R. ; PREBIANCA, G.; MOMM, F. Tecnologia na Educação: o caso da Internet e do Inglês como Linguagens de Inclusão. **Cadernos do IL**, v. 46, p. 193-208. 2013.

FINARDI, K. R.; PREBIANCA, G. Políticas linguísticas, internacionalização, novas tecnologias e formação docente: um estudo de caso sobre o curso de Letras Inglês em uma universidade federal. **Leitura** (UFAL), v. 1, p. 129-154, 2014.

FINARDI, K. R.; PREBIANCA, G. V. V.; SCHMITT, J.; ANDRADE, D. F. Technology, English Language Teaching and Internationalization at a Crossroad: Insights from the Analysis of a Virtual Learning Environment in Brazil. In: International Conference of Education, Research and Innovation, 2014, Sevilha. **ICERI2014 Proceedings...** Madri: IATED, 2014. v. 1. p. 1-12.

FINARDI, K. R. The slaughter of Kachru's five sacred cows in Brazil and the use of English as an international language. **Studies of English Language Teaching**, v. 2, p. 401-411, 2014.

FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, p.263-281. 2007.

GIMENEZ, T. A ausência de políticas para o ensino da língua inglesa nos anos iniciais de escolarização no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia (Orgs.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p.199-218. 2013.

GRADDOL, D. **English Next**: Why global English may mean the end of English as a foreign language. The English Company (UK) Ltd. British Council. p.132. 2006. Disponível em <http://www.britishcouncil.org/learning-research-english-next.pdf>.

GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6., 2005, Valinhos, SP. **Anais...** Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib>> Acesso em: 26 maio de 2014.

GUILHERME, M. Glocal Languages And North-South Epistemologies. In: **European and Latin American Higher Education Between Mirrors**. Sense Publishers, 2014. p. 55-72.

HAMEL, R. E. L'anglais, langue unique pour les sciences? Le rôle des modèles plurilingues dans la recherche, la communication scientifique et l'enseignement supérieur. **Synergies Europe**, n. 8, 2013. p. 53-66.

JENKINS, J. **English as a Lingua Franca in the International University: The**

Politics of Academic English Language. Routledge, 2013. pp. 243.

KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalisation**. Global Perspectives on Higher Education, volume 13. Rotterdam: Sense Publishers. 2008. p. 229.

KNIGHT, P. Where next for EAP? **World Journal of English Language**, Vol. 4, n.2. p.1-6. 2014.

KRAMSCH, C. Teaching Foreign Languages in an Era of Globalization: Introduction. **The**

Modern Language Journal, 98, (1), p. 296-311. 2014.

LEFFA, V. Prefácio. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. (Orgs.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p.7-10.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34.1999. p. 260.

MENEGHINI, R. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. Trabalho apresentado no Seminário sobre Avaliação da Produção Científica, realizado em São Paulo pelo Projeto SciELO, de 4 a 6 de março de 1998. **Ci. Inf., Brasília**, v. 27, n. 2, p. 219-220, maio/ago. 1998.

MUELLER, S. O periódico científico. In: CAMPELLO, B.; CENDON, B.; KREMER, J. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 73-96.

NICOLAIDES, C.; TÍLIO, R. Políticas de ensino e aprendizagem de línguas adicionais no contexto brasileiro: o caminho trilhado pela ALAB. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. (Orgs.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p.1285-306.

PINHEIRO, L. M. S.; FINARDI, K. R. Políticas públicas de internacionalização e o papel do inglês: evidências dos programas CSF e ISF. In: II Conel, 2014, Vitória. **Anais... do II Conel**. Vitória: PPGEL, 2014. v. 1. p. 76-78.

SAXENA, M.; OMONIYI, T. (Eds.). **Contending with globalization in world Englishes**. Multilingual matters, 2010. p.256.

SHIN, J.; TEICHLER, U. **The Future of The Post-Massified University at the Crossroads. Restructuring Systems and Functions**. SHIN. J.; TEICHLER, U. (Eds.). Springer. 2013. p. 248.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. ; PINHEIRO, L. V. Avaliação da produtividade científica dos pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 193-222. 2003.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação ea difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v31n2/12918.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

VAVRUS, F.; PEKOL, A. Critical Internationalization: Moving from Theory to Practice, **FIRE: Forum for International Research in Education**: Vol. 2: Iss. 2, Article 2. p. 5-21. 2015. Disponível em: <[p://preserve.lehigh.edu/re/vol2/iss2/2](http://preserve.lehigh.edu/re/vol2/iss2/2)>

WARSCHAUER, M. Social capital and access. **Universal Access in the Information Society**, v.2 n. 4, p. 315-330, 2003.

ON THE FICTIVE INTERACTION QUALITY OF WRITTEN ROUTE DIRECTIONS

José Vicente Santos MENDES¹³⁸

Abstract: The paper elaborates on the dialog facet of the model Mendes (2008 [2005]) proposes for the conceptualization of written Route Directions (RD) in German, by showing the same findings as preliminary results of the investigation of this text genre in our mother tongue. It advocates that the concepts ‘motivation’, ‘dialogism’, and ‘co-ontogeny’ can further explain how our object of inquiry fits a ubiquitous Conversation Frame by involving, at least potentially, Fictive Interaction as a communicative strategy. The analysis of an instance out of an ever growing database of written RD in Brazilian Portuguese illustrates the argument.

Keywords: Communicative Strategy. Fictivity. Internal Dialog. Other-orientedness. Sociocognitive Interactionism. Wayfinding Instructions.

Resumo: *O artigo elabora a faceta ‘diálogo’ do modelo que Mendes (2008 [2005]) propõe para a conceptualização de Diretivas de Rota (DR) escritas em alemão, ao apresentar as mesmas descobertas como resultados preliminares da investigação desse gênero textual em nossa língua materna. Ele advoga que os conceitos ‘motivação’, ‘dialogismo’ e ‘co-ontogenia’ podem explicar melhor como nosso objeto de perquirição evoca uma ubíqua Moldura de Conversação por envolver, pelo menos potencialmente, Interação Fictiva como uma estratégia comunicativa. A análise de uma instância de uma base de dados sempre crescente de DR escritas em Português do Brasil ilustra o argumento.*

Palavras-chave: *Estratégia Comunicativa. Fictividade. Diálogo Interno. Orientação-para-o-Outro. Interacionismo Sociocognitivo. Instruções de Percorso.*

¹³⁸ Professor no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFSB, Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, em Teixeira de Freitas. Doutor em linguística cognitiva por Hamburg Universität, Alemanha. Mestre em linguística teórica por Sophia University, Japão. Licenciado em Português, Inglês e suas Literaturas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: vicentemendes@hotmail.com

Introduction

As Mendes (2008 [2005]) demonstrates, the spatial cognition reasoning that human beings are capable of unite two amazing abilities which exemplify how uniquely potent our mind as a species is, namely, mental mapping and sense-making by means of language use in dialogical cooperation. Very briefly, the PhD dissertation proposes a three-faceted model to account for the backstage conceptualization of Route Directions (RD) in written German: A knowledge model, a discourse model, and a dialog model. Here our attention will focus only on the dialog model facet of the proposal.

The paper is designed as follows: First, I sum up the essentials of the Dialog Model Sketch, henceforth DMS, Mendes (2008 [2005]) advances. Then, I extend those findings by showing the preliminary results of an ongoing research project, Mendes (in progress), which amounts to checking if what holds for RD in German also applies to this discourse genre in Brazilian Portuguese. Afterwards, three notions are maintained to explain why a paramount Conversation Frame underlies the verbal semiosis pertaining to my object of inquiry: ‘motivation’, ‘dialogism’, and ‘co-ontogeny’. The concluding discussion looks back at shortcomings and gain of the enterprise so far, after illustrating the argument by analyzing an instance of path descriptions in written Brazilian Portuguese from a database we are in the process of constantly enlarging.

The thrust of the argument can be summed up this way: Human beings make sense of the world around them by cooperatively using language. Part of this cooperation has to do with our navigational capacity, our being able to move around efficiently, and to instruct peers about how to get to places they have never been to. RD can transpire as oral or written verbal behavior. Although the latter may seem at first sight strictly monological, it turns out they are also dialogical, since they comply with an overarching Conversational Frame that calls for fictive interaction between RD’ instructor and RD’ instructee. Let us see how this is the case in theory and practice.

The essentials of DMS

The main claim of DMS is that, although written RD do not belong to the oral language modality, they also show dialogical features. Taking various insights Herbert Clark (and coworkers) contributed to research in psycholinguistics a step further, it maintains that

RD' informant and RD' addressee coordinate at a distance to collude at a meaning construction process. The interactants engage in a joint pretense to conceptualize the RD in question as a storytelling. The instructor tells the instructee a kind of a tale as mimetic/imaginal props to engross the RD' user as a virtual partner in a story world based on imagination. In this fable-like narrative, the addressee finds his/her way around in an unfamiliar environment and successfully – most of the times – reaches the intended target place. What DMS stresses is that the virtual partner plays an active role in the incorporeal joint venture with the narrator. The RD' user's disembodied presence urges that a constant double-sided monitoring run online in the head of the narrator. Such a phenomenon shows in the editing tactics that the narrator/instructor is pressured to adopt by the virtual partner/instructee's immaterial existence. And this configuration may encompass fictive interaction, as it will be detailed shortly.

As a result, the meaning negotiation dynamics RD encompass yields a generalization: RD' informant's self-focused monitoring aims at precision, has to do with local scope repair, and is signaled by discourse markers, and/or, sometimes, by certain punctuation resources. In contrast, RD' informant's user-targeted monitoring aims at the addressee's personal preferences, having to do with global scope repair, and is canonically signaled by means of one or two sentences propounding an alternative version of the whole (or a substantial part of the) path description at hand that has been previously provided. Moreover, it is the virtual partner's existence that causes the double-sided monitoring that RD' informant undergoes, and the editing procedures this narrator hence carries out. Now, pushing this bilateral perspective to any language communication event a step further, DMS expands on the notion of 'imaginary dialogues' Esther Pascual defends. It hence sees RD' informant and RD' user as parties that imaginarily talk to each other in order to agree on the semantic-pragmatic load a given wayfinding instructions token subsumes. The paper will elaborate on this shortly, when it deals with the Conversation Frame paradigm.

On fictive motion and fictive interaction

Several scholars have delved into the phenomenon of fictive motion. To mention just three prominent figures in this query, we could list Talmy, Langacker and Matsumoto. Langacker (1999) opposes actual - including mythical - entities to generic/fictive/virtual/metaphorical/metonymic/blended/hybrid entities as counterparts in our conceptualization of

states, processes and events. Both types of entities are available to us in our everlasting endeavor to make sense of the environment. If we choose a direct, real take of the surroundings, we conceptualize a scene using the former kind of entities. On the other hand, as long as our take on a scene has to do with a departure from actuality, virtual entities are resorted to. Now when it comes to construal of motion events, Matsumoto (1996) talks about ‘subjective motion’, Talmy (1999) speaks of ‘fictive motion’, and Langacker (2008) refers to ‘abstract motion’. These terminological nuances aside, we can follow Evans (2007, p. 78) and adhere to a bottom line: “fictive motion is the ascription of motion to an entity that cannot undergo veridical motion.” Besides, we take up Langacker (1999) and buttress that virtual reality is part of our semiotic life not only with respect to both the situations so being described and the implicit non-actual way of viewing it, but rather insofar as fictivity also exists at speech act, illocutionary force level.

Fictive interaction is a phenomenon in human mental and experiential everyday operations that can be seen as a hub where language, interaction and cognition conflate. It “constitutes a self-sufficient discourse unit conceptualized within a non-factive communicative occurrence, which functions syntactically and semantically as a grammatical constituent” Pascual (2006, p. 245). Pascual acknowledges that fictive interaction is an elaboration on Langacker’s (1999, p. 90) insight of a ‘schematized interactive frame’, which abstracts from tokens of speech acts in language use of particular grammars of the world at the performance level and provides speakers-hearers or writers-readers with a conceptual tier of an interactional scenario whose elements are not totally identified for this or that specific actual speech event. Moreover, Pascual (2006, p. 248) deals with “a conceptual channel of communication between at least two fictive interactants who do not always correspond to the addresser and addressee in the actual communicative situation or even to referents in the current discourse space.”

Pascual’s analysis of ‘fictive interaction’ mentioned above yields her advocating in her 2014 book that speech, meaning and language in general are fundamentally interactional in nature, and there is thus an overarching Conversation Frame as one of the basic underlying structures of cognition and discourse as a whole.

The current paper is in harmony with Pascual’s (2006, 2014) stance on fictive interaction and Conversation Frame. It defends that the self-displacement events written RD subsume involve change of location, Source-Path-Goal image schema, and directionality from a Conversation Frame perspective that allows fictive interaction between RD’s informant and

RD's addressee as a virtual partner. As we will see in the next section, written RD in Brazilian Portuguese consist in a text genre that corroborates this nowadays widely sustained premise: grammar, discourse and cognition in general are at least partially structured by the conversational quality inherent to natural language. Thus, concepts of 'intersubjectivity', 'addressivity' and 'theory of mind' (i.e. attributing intention to other people's mental, linguistic and behavioral moves) will crop up in the dynamics of how a fictive interaction layer of construal renders a paramount Conversation Frame present in the corpus of written RD we here scrutinize.

Fictive interaction in written RD in Brazilian Portuguese

Although the RD tokens under scrutiny do not transpire orally, this paper maintains that they still possess an interactive dimension. This is because RD' instructor and RD' user cooperate at a distance and both give their share to negotiate and agree on the verbal semiosis of this discourse type. Moreover, such dynamics involves Fictive Interaction, henceforth FI, because there is an imaginary talk between instructor and instructee for them both to be able to forge the verbal wording that materializes the RD at hand.

RD' instructor talks fictively to oneself by anticipating route segments that may cause confusion to RD' user and this process of self-monitoring – ultimately other-oriented – urges her to reformulate certain passages of the RD at stake in order to make sure the addressee will have no problems in finding his/her way around even at those most confusing stretches of the way being told. Another manner according to which RD' instructor complies with the virtual presence of RD' user is by adjusting the whole text genre, or a significantly long part of it, to the addressee's individual preferences or likes and dislikes. For instance, by teaching the interlocutor an alternative route (segment) that is more pleasing to the eye, if it belongs to their Common Ground / Mutual Knowledge the fact that the interactant is a person who enjoys contact with nature, and admires environmental beauty more than man-made beauty. RD' user, by her turn, demands from RD' informant that she be as clear and as adherent to a sequentiality in the verbalization of the telling the way in question as possible, adopting the egocentric reference frame prevalent in RD in Indo-European languages most of the time, in Levinson's terms. After all, when following the instructions, the chances to take a wrong turn at a decision point should be minimized as much as possible. This yields a verbalization that most likely will be efficient in leading RD' user from Source to Goal going fictively through

linearly ordered Paths proper and prototypical Landmarks in a mental map or factually out there in the world around an unfamiliar environment.

In a word, the FI quality of the RD instances Mendes (in progress) investigates involves a two-layered outline as a communicative strategy: a virtual talk RD' informant engages into with oneself, and an imaginary talk between RD' informant and RD' user, to assure their congruence in sense making.

The next step consists in the analysis of one instance of written RD in Brazilian Portuguese from our database. Afterwards, the notions of 'dialogicality', 'motivation', and 'co-ontogeny' account for the FI quality of our object of inquiry. Then, a discussion of our enterprise rounds off the text. The data token below is the first one we gathered that was hand-written instead of sent us *per* e-mail. We choose it to illustrate the contentions of our proposal due to its richness in partnership with the reader, which is blatant.

Viçosa, 04 de outubro de 2013

Bom dia Vicente.

Como você sabe, sou uma SãoPaulina fanática e por isso não perco um só jogo do São Paulo.

Bem, no próximo domingo, às 16 horas, haverá um jogo do São Paulo contra o arquirival Corinthians. Esse jogo será transmitido pela rede Bandeirantes ao vivo, como eu já disse às 16 horas. Como sei que você gosta de um bom futebol, gostaria de convidá-lo para assistir esse jogo comigo lá em minha casa. Para chegar lá, saindo do Departamento de Letras, você segue pela Avenida principal da UFV até chegar às 4 pilastras. Chegando lá, você sobe pela rua do cabo (paralela à PH Rolfs). Ao término da rua do Cabo tem um sinal. Você deverá atravessá-lo, seguir reto para frente e chegar na rua Gomes Barbosa. Segue então pela Gomes Barbosa até chegar ao colégio Edmundo Lins. Assim que passar por esse colégio, você entra numa rua que fica à esquerda desse colégio (1a à esquerda)! É a rua Alameda Albano Braga. Siga até o bloco 2 e aperte o interfone 401. Ao subir até o quarto andar, terá uma porta com uma placa lindíssima com os dizeres: Aqui mora uma SãoPaulina feliz. Aperte a campainha e soará o hino do São Paulo. Quando a porta se abrir, uma linda mulher com a camisa do São Paulo te atenderá e lhe servirá uma xícara de chá ou café sem açúcar (sic) no jogo de xícaras do São Paulo. Essa mulher serei eu.

A. – DLA (underlining in original)

I render the idiomatic translation of the token as follows straight, without going over glosses of word by word or proposition by proposition before doing that. This is because the emphasis of the approach I put forth is on the macrolinguistic (text / discourse) level of language use.

Viçosa, October 04 2013.

Good morning Vicente.

As you know, I'm a São Paulo soccer team fanatic rooter and that's why I do not miss one single match São Paulo play.

Well, next Sunday, at 4:00 PM, there'll be a match São Paulo playing their archenemy Corinthians. This match will be broadcast by Bandeirantes channel live, as I already told you, at 4:00 PM. Since I know you like good soccer, I'd like to invite you to see the match with me, at my place. For you to get there, leaving the Languages Department, you walk along the main Avenue of the University Campus until you get to the 4 pilasters [main "gate-like entrance"]. Once you get there, you go up along the Cape Street (parallel to PH Rolfs [Avenue]). At the end of Cape Street there are traffic lights. You should go over them, and straight ahead forward and get to Gomes Barbosa Street. You then follow along Gomes Barbosa until you reach the Edmundo Lins School. As soon as you go past this school, you enter a street that is to the left of this school (First to the left)! It is the Street [called] Albano Braga Grove. Go over to apartment block 2 and ring the interphone 401. Once you get up to the 4th floor, there'll be a door with a gorgeous sign on it that reads: Here lives a happy São Paulo soccer team rooter. Ring the doorbell and the anthem of São Paulo soccer team will chime. When the door opens, a very beautiful woman dressed in a São Paulo soccer team T-shirt will usher you in and serve you a cup of tea or coffee no sugar at the São Paulo soccer team cups set. This woman will be me.

A. – Languages and Arts Department

Let us now proceed with the analysis. A double monitoring as a corollary of FI is observable, which suggests that the results Mendes (2008 [2005]) found for German also hold for RD written in Brazilian Portuguese. First of all, albeit here we do not see the use of discourse markers to introduce local repair as a manifestation of the first tier of a two-layered FI (namely RD' instructor imaginarily talks to herself and makes sure that RD' user will be able to take the right route segment at a decision point along the way where potentially the wrong Path proper could be taken), we DO notice a punctuation mark instead to signal such process of near-self-repair. When A. introduces the prototypical Landmark Edmundo Lins School, she goes out of her way to call my attention to where I must turn after I go past this school. And this becomes patent by the use of an exclamation mark, after the reminder in between brackets: "As soon as you go past this school, you enter a street that is to the left of this school (First to the left)! It is the Street [called] Albano Braga Grove."

Now the second tier of the two-layered self-monitoring RD' informant abides by, which is typically introduced by one sentence or proposition, depending on the perspective the analyst takes, either linguistic (semantic-pragmatic) or logical (first-order predicate calculus), in this example is introduced without any overt marker. The preamble is covert. It is as if RD' instructor had started the telling me the way by saying something like "Dear Vicente, I could give you easier to follow or less strenuous RD to my place, but as I know you

love to be in contact with greenery, that you are a great admirer of natural beauty and a regular sports practitioner, I will teach you the way to my place that is somewhat pleasant to the eyes, since you will go past pretty landscape stretches with plenty of foliage and trees from Source to Goal and a steep stretch uphill: some outdoor working out, as you like it too, I'm positive ;-)." And then the RD proper followed. But instead of doing that, this preface to the narrative, so to say, is left implied due to the vast Common Ground or Mutual Knowledge A. and I share, and she goes straight to the RD of a trajectory that for a long while goes past a lake (the segment I should walk along the main Avenue on Campus), then connects after the traffic lights where the steep hill ends to a reasonably nice street which is also quite agreeable to walk along, with plants, a modest canopy... This process manifests the global-repair FI dimension of our illustration token. Factually RD' informant does not utter the introductory statement before teaching me the way per se with the explanatory remarks along the lines of what comes between double quotes above. This takes place only fictively, imaginarily, virtually, or subjectively.

I leave some further comments regarding the analysis of this illustration token for the discussion that consists of the last section of the paper. And I move on to the three notions that together, I contend, may explain why Fictive Interaction is indeed a conceptual and verbal operation that shows in the corpus instances under perscrutation.

On dialogicality or dialogism

Although 'dialogicality'/'dialogism' is a notion coined by Bakhtin, Vygotsky, and Voloshinov, all from the Russian school of theorizing about language and thought, here I rely on Per Linell's (2009, elsewhere) updating of its importance. To make a long story short, Linell teaches us that as far as the way human beings happen to cope with the world is concerned, 'perspectivizing', or, more technically, 'construing' reality is intimately associated with an 'other-orientedness' in perceiving, reasoning and languaging.¹³⁹ Linell (2009) links this other-orientedness to a network of related terms – internal dialogue, external dialogue, solo thinking and virtual others – that are seminal to the contention this paper advances, since they clearly manifest the ubiquity of a Conversation Frame and how ordinarily FI takes place

¹³⁹ Definitely, his stance places him in the socio-cognitive interactional front where Salomão, Marcuschi, Fauconnier, Sweetser, Fillmore, Turner, Lakoff, Langacker, Talmy, Sinha, Taylor, Ikegami, Yamanashi, Bergen, Albertazzi, Zlatev, Johanssen, Kertész, Soares da Silva, Geeraerts, and Jackendoff, to mention just a few, present a united legion.

therein. In particular, Linell (2009, p. 166-170) emphasizes that although “some texts are simply more monologizing, (...) all cognition and/or communication are dialogical, [...] [so] we can talk about a scale of several dimensions ranging from ‘monologue’ to ‘dialogue’.” He then lists three fundamental criteria as universally dialogical:

=> Responsivity: the interactants selectively attend to a given set of contextual conditions when they engage in verbal semiosis.

=> Addressivity: there is necessarily one specific (non-canonically generic) interlocutor in the speaker/writer’s mind.

=> Genre and sociocultural belongness: the doing things with words that people who are part of a certain speech community enact day in day out yields cumulatively a history of interactional practices that are easily identifiable to this or that Script, Frame, Scenario, or Discourse Type in general, initial capitals here signaling technical terms.

The corpus here under the microscope meets these three requirements. After all, “[e]ven some parts of discourse that emerge as monologically organized utterances – in which only one participant is overtly activated, constitute dialogical communicative projects” Linell (2009, p. 194). So, dialogicality helps to explain the FI nature of our object of inquiry, as although the tokens in our corpus seem to be nothing but monological language use stretches, they end up revealing solo-thinking, internal dialogue complementing external dialogue, telling stories to others and to oneself, auto-conversing, and other mechanisms that fit a paramount Conversation Frame.

On how ‘motivation’ helps to account for Fictive Interaction

According to Panther e Radden (2011), among all the peripheral information processing systems that collude to beget the human condition, a set that has language as its center – bodily experience, emotion, perception, action, social and communicative interaction, culture, etc. – motivation can be regarded as a special case of influence that one of these systems exerts upon another/others. Panther e Radden (2011) go on to demonstrate that the interrelation between language and cognition is thought. Cognition, in its narrow sense, is understood as specifically human higher-level mental processes: particular reasoning, inference computation, categorization, ecology, Framing, modeling, associative thinking, analogizing, blending and construal, as they move in a two-way traffic along one or several roads that surround this CPU, so to say. The scholars also buttress human interaction as a

subtype of human action that is mandatorily intersubjective, social and communicative, since it is compulsorily guided by intentionality, goal-directedness, and effectiveness. The effect, they remind us, may not be on the physical world by itself but rather on the mental world, [our interpretation/construal of actuality]. Yet it may have, all the same, material consequences. The researchers add that signs, in particular speech acts, but also physical ones, convey human communicative intentions, whose reading is at once culturally, individually and circumstantially anchored. Being able to decipher (or have an educated guess of) other people's mind and what they are hitting at by saying, implying or doing something is the basis of cultural cognition, following Tomasello's findings. From this synthesis, it is possible to see 'motivation' as the stimulus for both factual and fictive interaction in human ordinary mental and bodily behavioral practices in general.

Therefore, this tenet goes along with our defense that a Conversation Frame underlies the semiosis of RD, even when they transpire in the written language modality, by enabling fictivity to unveil how this text genre can also be analyzed from an interactional-turn perspective in cognitive linguistics.¹⁴⁰

The notion of co-ontogeny

In this section I attempt to adduce, as briefly as possible, evolutionary-based primatology studies from a neo-Darwinian viewpoint that could back up the case for FI as a constituent cognitive mechanism in the semiosis of RD this paper scrutinizes. Considering a continuum from those experts who see verbal communication as exclusively human, almost as a dogma at the very left end of the scale, and those who, more and more flexibly, see it most cogently as a gradual capacity between animal communication systems and human languaging the more you reach the right end of the continuum, we could perhaps propose the following gradient: at the far left pole we would have Noam Chomsky, for obvious reasons, whereas at the far right pole we could have Beto Vianna. In between them, moving from left to right, we might mention, say, Anderson > Dunbar > Suddendorf > Bickerton > Cohen > Hook > Grundmann > Raffaele > Greenspan e Schanker > Matsuzawa and co-workers, for instance.

¹⁴⁰ Other names that come to mind when we think about this interactional turn in the language sciences are Levinson, Jaisson, Enfield, Günther, Imo, Doppermann, Pederson, Palmer, Croft, Nuyts, Mello, Martínez, Harris, Kövecses, Tyler, Gibbs, and Demeurt.

Our focus here will be on Vianna's (2011, p. 136)¹⁴¹ import, whose definition of the term co-ontogeny reads:

[T]here are aspects of living and knowing that refer to living beings in general and are not restricted to humans, which are crucial to address processes that generate language, that is, the recurrent and recursive relationships between two or more organisms (co-ontogeny) which established shared experiences among themselves. [...] Using the explanatory path of specific systems theories and reports of my contact with nonhuman organisms [namely, great apes] and our living and knowing as observers of these organisms are equally instrumental in explaining the recurring co-ontogenic relations and the phenomenon we call language.

Vianna (2011, p. 144) goes on by advancing that living and knowing, biology and cognition, are operational synonyms for orangutans, humans, or any other living system, albeit we may describe in quite different ways what happens in each class of organisms within the coherence of their specific *conversational community norms*. (Emphasis in italics mine). Doing fieldwork with gorillas, Vianna (2011, p. 145-146) comes up with a genealogical tree of the great apes that forks into the African branch and into the Asian branch. The former branches down into humans, chimpanzees, bonobos, and gorillas, whereas the latter only branches further into orangutans. Moreover, Vianna (2011, p. 151-152) remarks that maternal care, social interaction, and using the hands under various circumstances are traits that passed generation after generation among gorillas and humans, in order for us to be able to identify the cousin species he labels under the cover term African great apes, which defines thus a common organization between these two primate kinds (gorillas and humans).

Vianna (2011, p. 153) concludes his argument in this fashion: Two or more organisms in structural connection will correspondingly change their structures in interaction. If these relationships last long enough, recurrently and recursively, *a linguistic domain* (my italics) will be established, which is the basis for a sociocultural system to be born (a network of live systems in consensual coordination of actions). Hence, 'co-ontogeny' might well be described as the biological foundation of the relational space that amounts to what we understand as 'linguistic phenomenon'. As a corollary, if we pay attention to how non-human great apes amorously parent their offspring [feeding, grooming, protecting...], build a complex social

¹⁴¹ In the original: “[H]ay aspectos relacionados con el vivir y el conocer que remiten a los seres vivos en general y no sólo a los humanos, y que son cruciales para hablar de los procesos generativos del lenguaje, es decir, de las relaciones recurrentes entre dos o más organismos (co-ontogenia) que establecen vivencias compartidas entre si. [...] Utilizando la vía explicativa de determinadas teorías sistémicas, así como el relato de mis contatos con organismos no humanos, y nuestro vivir y el conocer de esos organismos son igualmente valiosos en la explicación de las relaciones co-ontogénicas recurrentes y del fenómeno al que llamamos lenguaje.”

network, handle food and several utensils, manually forge instruments, and evolutionarily share(d) with us many other cognizing modi in operating with the elements of their surroundings, we must admit there is a mere tenuous line separating humans from non-human primates. After all, evolution provided us with a natural co-ontogenetic drift of distinct consensual linguistic domains.

The genetic and sociocultural leap that separated us from our great primate cousins was the symbolization of language and thought our species came to, as a hatchet effect, in Tomasello's terms, that with a stroke of good fortune, mingled nature and nurture in a quite peculiar manner. The result is that our human conspecifics became able to interact semiotically, linguistically, and therefore, conversationally, and, at least in potentiality, fictively.

Discussion as concluding remarks

If I had to pinpoint one drawback of the current enterprise¹⁴², I would say it is the scope of its corpus: the database of RD tokens it analyzes, still being amassed, for now consists in no more than 30 instances of this text genre / discourse type. Yet they are all genuine language-based instances of RD. In other words: They are authentic representatives of sense making interactively arrived at for RD' instructor and RD's immaterial user to agree on the semiosis of this particular subtype of spatial cognition event.

Therefore, we believe the paper was able to cogently make the case for the way Fictive Interaction – under the umbrella of an all-abiding Conversation Frame – pertains to the intersubjective construal of the Route Directions it attends to. Even though they may seem strictly monological at first glance.

Now, coming to the further comments I announced at the end of the section that analyzes one instance of our database above, it should be pinpointed:

=> The analysis could also have taken the perspective of RD' user, who, fictively, would ask RD' instructor to clarify if this virtual partner – the addressee – should go left or right after going past the prototypical Landmark Edmundo Lins School, and/or if this move at

¹⁴² The data collection started at my former workplace, Viçosa Federal University, where the investigation for Mendes (in progress) began, and continues at my current workplace, UFSB, as an ongoing research project.

the decision point ought to take place onto the first or the second Path proper along the way at that confusing stretch of the route in vogue.

=> Now for the global scope repair RD' user's immaterial presence obliges RD's informant to comply with, there is a virtual compromise both parties make: on one hand, A. knows that her addressee is someone who loves nature and physical activity, but on the other hand, A. also knows that the addressee's personality traits include a hectic, always-in-a-hurry quality. Thus, although A. could have given me RD that go always along beautiful scenery, (e.g., if, when coming to the 4 pilasters, she guided me round the other side of the lake, and out of Campus through the Acamari side gate, then through the woods, and via Santa Rita Boulevard before turning to the Grove she lives on, this would for sure have been much more picturesque. But it would have avoided the "outdoor gym" part of the route (the steep hill up). Moreover, it would make me take three or four times as long to reach the destination than the RD she opted for did. This delay could have upset me as the RD's user at hand. As a result, the RD she provided me preempted this a 100% bucolic, lighter version/alternative, in a Fictive Interaction negotiation, and the way taught was a balance between attractive urban landscape and medium temporal lapse for displacement from Source to Goal plus provision of some beloved physical effort to her interactant.

Acknowledgments

I thank Aparecida Oliveira for data collection help. I also thank John Taylor, Klaus-Uwe Panther, Len Talmy, Per Linell, Ray Jackendoff, Ron Langacker, and Yo Matsumoto, for providing me with invaluable comments on a draft version of this paper. Needless to say, all the flaws in the final rendition remain entirely mine. I am indebted to Mark Anthony Burdon for proofreading my English. I am also grateful to Esther Pascual and Sergei Sandler, whose invitation for me to contribute a chapter to the volume they were editing *The Conversation Frame: Forms and Functions of Fictive Interaction*, which was later aborted, is ultimately the initial kick that spawned the research this paper presents preliminary results of.

References

- EVANS, V. **A glossary of cognitive linguistics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- LANGACKER, R. Virtual reality. **Studies in the Linguistic Sciences** 29(2), p. 77-103, 1999.

- _____. **Cognitive grammar: a basic introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LINELL, P. **Rethinking language, mind and world dialogically:** interactional and contextual theories of human sense-making. Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2009.
- MATSUMOTO, Y. Subjective motion and the English and Japanese verbs. **Cognitive Linguistics** 7, p. 183-226, 1996.
- MENDES, J. V. S. **The semantics-pragmatics of route directions:** unveiling the complexity inherent to a subfield of German language-and-thought backstage spatial cognition. Saarbrücken: Verlag Doktor Müller, 2008. First published from Hamburg University Central Library as a PhD Dissertation in 2005. Available online at <http://www.sub.uni-hamburg.de/opus/volltexte/2005/2410/>
- _____. **Please, write me down how to get there:** contrasting route directions in German and in Brazilian Portuguese. Unpublished manuscript. Work in progress.
- PANTHER, K.-U.; RADDEN, G. Reflections on motivation revisited. In: PANTHER, K.-U.; RADDEN, G. (Eds.) **Motivation in grammar and the lexicon.** Human Cognitive Processing 27. Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-26, 2011.
- PASCUAL, E. Fictive interaction within the sentence: a communicative type of fictivity in grammar. **Cognitive Linguistics** 17-2, p. 245-267, 2006.
- _____. **Fictive interaction:** the conversation frame in thought, language, and discourse. Human Cognitive Processing 47. Amsterdam: John Benjamins, 2014.
- TALMY, L. Fictive motion in language and “ception” In: BLOOM, P. et al. (Eds.) **Language and space:** language, speech and communication. Cambridge, MA: MIT, p. 211-276, 1999.
- VIANNA, B. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. **Revista de Antropología Iberoamericana** 6 (2), p. 135-158, 2011.

Resumo: A presença das tecnologias digitais apresenta-se como um desafio aos atores do cenário da educação frente à possibilidade da busca e utilização de obras literárias de acesso livre no espaço virtual. O objetivo deste estudo foi verificar a existência de obras de literatura infantil disponíveis na *internet* para computadores portáteis, via análise de *sites* especializados em *e-books* e livros digitalizados de acesso livre. Os resultados revelaram poucas opções de acesso à literatura infantil na *web*, apesar do crescente índice de acesso à rede e do estímulo à democratização das TICs¹⁴⁵. As obras, presentes em diversos *sites*, são em quantidade limitada.

Palavras-chave: Ambiente virtual. Leitura. Literatura infantil.

Abstract: *The presence of digital technologies is a challenge for actors of the education scenery faced to the possibility of using free accessible literature in virtual space. The aim of this study was to verify the existence of literature for children available on the internet for portable computers, via analysis of specialized sites in e-books and free-accessible digitalized books. Results have revealed a few options of access to literature for children on the web, in spite of the growing rate of access to the net and stimulus for democratization of Information and Communication Technologies. Literary works, present in various sites, are limited.*

Keywords: *Virtual environment. Reading. Literature for children.*

¹⁴³ Este artigo representa parte de alguns dados da pesquisa **www.onde está a literatura infantil.com.br?**, que contou com o apoio da Universidade de Caxias do Sul, tendo como bolsista da Fapergs (0686-2551/14-4), Caroline Kloss, aluna do Curso de Letras (UCS).

¹⁴⁴ Doutora em Línguas Modernas. Professora da área de Letras do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade de Caxias do Sul, UCS, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, e-mail: sdroveda@ucs.br.

¹⁴⁵ Tecnologias de informação e comunicação

Introdução

O presente estudo está pautado no intuito de, em tempos de ampla difusão dos recursos multimidiáticos, verificar que obras de literatura infantil estão disponíveis na *internet* para computadores portáteis (*sites*). O acesso a informações dessa natureza pode subsidiar as ações de professores que almejam incorporar recursos próprios de ambientes virtuais para a difusão de novas possibilidades de acesso à leitura, bem como estimular leitores considerados nativos digitais quando da escolha de materiais para ler. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento acerca dos acervos disponíveis poderia facilitar a inserção do uso de novas tecnologias em sala de aula. A análise dos dados está fundamentada em referenciais orientadores preconizados por Iúta Lerche Vieira (2005), Eduardo S. Junqueira (2010), Ana Elisa Ribeiro (2011), Antônio Carlos Xavier (2005), Iolanda Bernabé (2012), Montserrat Del Pozo (2012), Ezequiel Theodoro da Silva (2008), Rubens Queiroz Almeida (2008a) e (2008b) pelo reconhecido trabalho versando sobre tecnologias digitais na educação como elemento integrador de novos saberes e novas posturas aos ambientes físicos ou virtuais de aprendizagem.

A diversidade de recursos tecnológicos está a cada dia mais presente no cotidiano de jovens, vem ganhando mais espaço na vida das crianças, independentemente da idade. Não causa nenhuma estranheza encontrar os *pequenos* manuseando celulares - normalmente pertencentes aos adultos à sua volta - *tablets*, equipamentos para jogos eletrônicos, no ambiente familiar ou em estabelecimentos públicos (restaurantes, *shoppings*, salas de espera etc.). O uso desses recursos aumenta diariamente, sejam bebês, jovens, jovens adultos ou adultos *seniors*. Há que se considerar, porém, como um dos obstáculos, o custo ao acesso a determinados produtos, mas ganham destaque e adeptos a praticidade de manuseio e a atratividade inerente à grande maioria dos materiais que integram recursos multimidiáticos (sons, imagens, cores, movimentos).

O *Projeto Um Computador por Aluno* (Pro-UCA) aportou no ambiente escolar como uma medida governamental, em nível federal, para ampliar as condições de acesso aos equipamentos e aos recursos que veiculam as novas tecnologias de busca de informações, por meio da rede mundial de computadores, assim como para a produção de novos saberes. Acessar é condição primeira para aprender a utilizar, sendo possível, em decorrência, a promoção de interações cotidianas já orientadas pelo uso da tecnologia, a exemplo do que ocorre em setores como prestação de serviços, indústria, comércio, entretenimento, sem esquecer de mencionar os ambientes de aprendizagem. A implementação do uso de

computadores, em salas de aula, prevê, além da ampliação do acesso aos mecanismos, o aprimoramento de habilidades necessárias, em distintos contextos, para o uso dos recursos tecnológicos, como as de leitura e produção de textos (em seus mais diversos gêneros).

É a possibilidade de agregar as inovações tecnológicas às propostas de aprendizado sistematizado, pela maior adequação ao perfil dos novos estudantes e das relações com o meio onde habitualmente interagem, em comparação aos materiais usuais, o que permite acreditar em uma mais efetiva aproximação entre a criança e a escola. A linguagem tecnológica seria, assim, promotora de novas formas de interações nos ambientes dedicados aos processos sistemáticos de aprendizagem, entre eles, os que cercam o mundo escolar, e os novos e futuros espaços pelos quais os aprendizes poderão movimentar-se, física ou virtualmente. Essa inovação é um desafio aos atores do cenário da educação que se deparam com a possibilidade e o desejo de buscar, encontrar e utilizar obras literárias de acesso livre no mundo virtual, especialmente materiais destinados ao público infantil e infantojuvenil.

A tecnologia na educação

É inquestionável o imenso avanço que os recursos da tecnologia digital e da *internet* ganharam na última década. Também é fato que sua aplicabilidade vem sendo ampliada e conquistando terreno nos distintos âmbitos da rotina dos afazeres diários, tornando-se parte da vida de todas as pessoas, independentemente do fator idade. O exemplo mais comum é o telefone celular que, normalmente, agrega inúmeros recursos e conquista a cada dia novos adeptos, independentemente de idade, escolaridade ou condição socioeconômica. As crianças, desde muito pequenas, falam com os avós por celular; as alfabetizadas ou não, conhecem os recursos como mensagens instantâneas, de texto ou de voz, e fazem contato, graças às possibilidades encontradas por meio do acesso à *internet* e às facilidades de manuseio dos equipamentos, com os pares que disponham dos mesmos serviços ou aplicativos. Pode-se dizer que o mundo está ao alcance das mãos e quase tudo pode ser feito com alguns toques.

A inserção de recursos e de tecnologias multimidiáticas na vida escolar vem ocorrendo de forma gradual, em ritmo muito menos acelerado que no cotidiano externo aos muros escolares. Há que se considerar, porém, que, na maioria das situações, são os estudantes que levam, junto a seus pertences, celulares ou *tablets*. O intuito não é a utilização como recurso digital pedagógico, motivo pelo qual são conhecidos os embates entre direção, corpo docente, estudantes, quando, não raro, envolvendo pais. É de fácil constatação que professores

conhecem, em geral, muito menos que os jovens, os recursos disponíveis nos aparelhos que manuseiam com tanta destreza.

Situação especial foi a vivida pelos profissionais e estudantes de escolas equipadas com os *laptops* com a configuração exigida pelo Pro-UCA. Os computadores portáteis representaram a incorporação, nos espaços de aprendizagem formal, de uma tecnologia que propiciava o acesso rápido à informação, à cultura e ao entretenimento, de modo a construir redes de relações com inúmeros pontos de interação: informação, conteúdo, professor, colegas, bem como outros agentes envolvidos na grande rede *web*. Nos espaços em que há *internet*, segundo Junqueira (2010, p. 212), se “congregam novos recursos para a produção de significados (fala e escrita) nos modos de produção (caneta, teclado, câmera) e de disseminação (*web sites*, vídeos digitais)”.

Ao estar incorporada aos espaços de aprendizagem, a *internet* passa a ser uma novidade que promove inúmeras outras. Almeida (2008a, p. 37) entende que o “conteúdo digital é um poderoso aliado para o ensino”, e que deveria ser aproveitada essa relação para evitar o fenômeno da fragmentação do mundo, acusação que está associada à da construção de um universo paralelo pela escola, onde o que é trabalhado não encontra aplicabilidade na realidade, nos eventos do cotidiano. Além dos desafios próprios e reconhecidos como intrínsecos à vida escolar, a instalação da *internet* e o possível acesso a ela, em aula, oportunizaria novas transformações e, até mesmo, dificuldades. Seria, efetivamente, uma nova mudança, e, pressupondo-se que a toda mudança está atrelada o estranhamento, não seria impróprio pensar em resistências.

A leitura *online* e seus pressupostos

Ao considerar o cotidiano, independentemente da disponibilidade de novas tecnologias, tem-se presente que um dos grandes desafios apresentados pelos professores, de todos os anos, de todas as matérias, é promover a leitura. Há que considerar também as crianças ávidas por ouvir ou ler boas histórias, mas que não possuem condições financeiras para a aquisição de livros. Poderia parecer uma solução acessível e menos onerosa um projeto integrado: o incentivo à leitura, ao prazer de ouvir e ler literatura infantil e infantojuvenil, ao uso do meio digital, com orientação de profissionais que atuam nas escolas.

Primeiramente, é necessário refletir sobre as consequências da passagem da atividade leitora do papel para a tela, pois surgem elementos inéditos como, por exemplo, novos

gêneros de texto e novas práticas discursivas, “estabelecendo um novo paradigma nas ciências da linguagem.” (VIEIRA, 2005, p. 19). E, além disso, é importante lembrar a secular relação estabelecida entre o livro e o leitor que o tem em mãos:

entre as mãos e o papel, o tato e a capa, as pontas dos dedos, a saliva e as arestas do papel, a página e a numeração, o movimento dos olhos e a forma das letras – a serifa -, a lombada e a estante, o cheiro de papel e a cor amarelada, a traça e o tipo de papel, a posição do corpo e o objeto mínimo que marca a página em que se interrompeu a leitura... (RIBEIRO, 2011, p. 129).

Consiste, conforme Ribeiro (2011), em uma relação sendo substituída por outra completamente diferente, na qual o leitor percebe-se diante de uma tela que emite luz, de um texto acessível, somente, de forma indireta (por meio do *mouse* ou do teclado), da eletricidade e de estalos da eletrostática, de ruídos leves do computador em uso e de uma superfície desligável, que é capaz de memorizar dados e fazer marcações virtuais. Há também a realidade própria dos *tablets*, suporte mais próximo ao livro, por ser portátil e planificado, o que permitiria, ao leitor, a realização de um processo semelhante ao desenvolvido com o papel. Suas características, porém, são semelhantes às do computador, diferindo basicamente quanto ao manuseio, em que tudo funciona ao toque do dedo diretamente na tela e não por intermédio do *mouse* ou do teclado.

São inúmeras as mudanças decorrentes do processo de substituição de suporte e que podem gerar desconforto. O estranhamento quanto à forma de ler e “manusear” o jornal na *web* exige a desconstrução do entendimento relativo à diagramação, à localização das informações, à forma de busca, à atualização das informações presentes no *site* em que o jornal está “hospedado”. Quando o leitor busca ler o jornal, imagina encontrá-lo “com sua diagramação e sua periodicidade peculiares”, assim como entende, por um conhecimento prévio e por expectativas construídas pelas experiências anteriores, poder ver as revistas, desdobrar as bulas de remédio, passar as páginas dos livros (RIBEIRO, 2011, p. 126). Todo veículo de publicação, todo suporte apresenta especificidades, e os novos vão exigindo novas formas de proceder quando da leitura. Podemos imaginar, na atualidade, com os *blogs* e páginas iniciais dos *sites* como deveria ser a leitura de um pergaminho (rola, enrola, desenrola).

Os aspectos comuns entre suporte antigo e atual permitem que o leitor possa atuar no recurso, movimentar-se pelo novo espaço sem a necessidade de instauração de um processo completamente novo de aprendizagem diante de uma novidade. Ao contrário, a familiaridade, devido aos conhecimentos prévios quanto à leitura (que vão além da decodificação e da

compreensão do texto), possibilitará a exploração do novo recurso, sem grandes inconvenientes.

A leitura no ambiente virtual, de acordo com Almeida (2008b), sofre influências de inúmeros fatores: a disposição textual na página, o tamanho e a fonte de letra utilizados, o modelo do monitor do computador, a ergonomia do mobiliário e a iluminação do espaço. Sem sombra de dúvidas, diferem das presentes quando da leitura própria de obras cujo suporte seja o livro. Outro aspecto que influencia a atividade leitora e pode ser objeto de comparação por contraste entre em cada um dos suportes consiste no cansaço resultante da leitura *online*. Sobre o assunto, Almeida explica:

Diversos estudos científicos [Nielsen, 1995] comprovaram que a velocidade de leitura a partir da tela de computador é 30% mais lenta que a partir de textos impressos. A resolução da tela de um computador é, em média, de 110 dpi (*dots per inch* ou “pontos por polegada”). Impressoras a *laser* modernas imprimem com uma resolução média de 600 dpi. Por essa razão, além da velocidade menor, a leitura a partir da tela do computador é mais cansativa e, conseqüentemente, a compreensão decresce com o tempo. (2008b, p. 90)

Dessa forma, é possível compreender que cada meio possui suas vantagens e desvantagens. Assim como a leitura na *web* promove um desgaste maior, ela oferece, como assegura Xavier (2005, p. 176), uma experiência singular ao leitor: a leitura sinestésica ou multisensorial. O autor afirma que a leitura “proporcionada pelo hipertexto é muito mais envolvente que qualquer outra vivida em um texto tradicionalmente publicado, sejam quais forem as razões do leitor para fazê-las, isto é, independentemente do seu projeto inicial de leitura”. A sinestesia, característica do mundo virtual, está disponível a todos, com potencial a ser sentido e explorado em âmbitos pessoais e profissionais, especialmente, em se tratando do cenário educacional.

Juntamente ao surgimento de novos recursos e suportes, nasce um novo leitor, mais ágil e mais íntimo de todo tipo de material. Diante dessa realidade, é importante refletir sobre as características desse perfil emergente, que, para Almeida (2008a, p. 34), consiste num leitor diferente do tradicional, porque “tem o mundo ao alcance do clique do *mouse*. Basta o texto tornar-se monótono para que [...] dirija-se a outras paragens, provavelmente para nunca mais voltar”. Logo, a natureza do suporte causa influência direta nas particularidades de seus apreciadores.

Argumentar sobre qual dos meios é o melhor não deve ser o intuito, uma vez que: “A leitura, seja no suporte papel ou digital, se constitui, sempre, na interação entre o conteúdo e o leitor” (JUNQUEIRA, 2010, p. 214). O foco deve permanecer nos objetivos, na busca por

novos conhecimentos e de práticas relevantes. Porém, quando o assunto for relacionado aos saberes e às capacidades necessárias ao leitor para a manipulação de qualquer um dos suportes, a questão torna-se expressiva e de fundamental relevância, retornando à problemática inicial: a integração entre meio digital e escola.

Recursos tecnológicos: novo desafio escolar

O ambiente escolar, entendido como o local onde o conhecimento sobre gêneros textuais, aliados a situações sociocomunicativas, deve ser explorado e difundido, revela-se o espaço privilegiado para que novos saberes e fazeres entrem em cena. Dessa forma, diante de cada novo gênero e suporte, o estudante pode fazer “reconfigurações pertinentes à percepção que tem do que lê, do que porta, do que tem em mãos, do que vê.” (RIBEIRO, 2011, p. 126). Ainda sobre o assunto, Silva acrescenta:

Creio não estar errado em afirmar que cabe à escola e ao professor organizar e implementar práticas de leitura/escrita que levem os estudantes ao domínio de competências para o manejo dos dois tipos de textualidade (impressa e digital), mesmo porque há vantagens e desvantagens em ambas, além de usos sociais próprios de cada uma delas. (2008, p. 123)

É explícita a posição dos estudiosos quanto ao fato de a instituição escolar ser a responsável pelo auxílio no conhecimento de textos, independentemente do suporte, pois, se a intenção é conectar saberes teóricos com a prática, deve-se considerar que o aluno tem contato com todo tipo de texto, aportado em diferentes meios, em sua vida exterior à escola.

Um dos protagonistas desse cenário educacional é o docente que se vê diante de uma nova possibilidade, com potencial desconhecido, por isso o educador precisa conhecer os benefícios da inovação e vencer a sua própria resistência ao novo meio de acesso à informação (ALMEIDA, 2008b). Analisando seus saberes prévios, o docente terá consciência da sua necessidade de aperfeiçoamento, seja em relação ao manuseio, aos conceitos básicos ou a questões específicas. O importante é estar em constante atualização, principalmente por seu objeto de trabalho estar em evolução ininterrupta, o aprimoramento se dá a todo momento.

Para a efetivação do processo, é necessária a sala de aula. Isso exige que o professor dedique tempo para refletir sobre a reformulação de conteúdos, tomando por base o suporte digital, a fim de proporcionar novas vivências em aprendizagens. Silva, reconhecendo a relação estudantes-tecnologias fora do ambiente escolar, diz que caberá ao professor “[...]”

estabelecer critérios de busca e seletividade de modo a, inclusive, gerar significação para as buscas e pesquisas através da leitura” (2008, p. 123). Para que o uso de tecnologias no âmbito escolar seja relevante, faz-se necessária a preparação do educador e, conseqüentemente, das situações promotoras de aprendizagem aplicáveis em sala de aula. Essa tarefa pressupõe um movimento urgente nos processos de formação docente.

A responsabilidade do docente é inquestionável, por ser ele o mediador entre o mundo e a turma, no entanto, para a realização de um trabalho efetivamente relevante, é preciso a colaboração de todos. “Não basta dispor de um computador por aluno. Um aprendizado que busca a autonomia pessoal, o trabalho em cooperação e a gestão conjunta do conhecimento exigem uma plataforma que facilite tais coisas” (POZO, 2012, p. 151). É importante que haja o apoio da escola e da comunidade escolar, em geral, para que todos se beneficiem do processo e dos resultados.

A utilização da *internet*, em sala de aula, não garante resultados positivos. É uma prática que depende de inúmeros fatores, mas o principal de todos é a vontade de agir, a desacomodação, por parte dos envolvidos. Na atualidade, os recursos revelam-se não absolutos e como entidades sem poder por si próprias (BERNABÉ, 2012), há a conscientização de que o caminho para a mudança está muito além das tecnologias. Os suportes são como materiais didáticos em potencial, se bem explorados, resultam em benefícios para a aprendizagem, no entanto, se ocorrer o oposto, os resultados são desastrosos, desvirtuando-se do objetivo fundamental da educação.

Metodologia

A pesquisa consistiu na busca por obras de literatura infantil em: a) sites reconhecidos como possíveis repositórios de obras; e b) sites selecionados pelo mecanismo de pesquisa *Google* ao serem introduzidos os seguintes termos: *livros de literatura infantil*, *livros de literatura infantil para baixar*, *livros de literatura infantil download* e *livros de literatura infantil online*. Primeiramente, visou à quantificação de materiais de literatura infantil presentes no ambiente virtual, nos espaços selecionados. Quanto ao intuito de analisar as obras encontradas, este não foi o objeto, mas algumas considerações serão alinhavadas.

Resultados e discussão

Tabela 1 - Quadro-síntese da pesquisa: relação entre *sites* e quantidade de obras de literatura infantil

<i>Site</i>	Quantidade de obras
<i>Canal do Ensino</i>	20
<i>Universia</i>	20
<i>Biblioteca de São Paulo</i>	20
<i>Pedagogia do Brasil</i>	20
<i>Domínio Público</i>	22
<i>Catraca Livre</i>	22
<i>Mundinho da Criança</i>	11
<i>elivros-grátis.net</i>	28
<i>Cidade do livro</i>	9
<i>Plano Nacional Leitura</i>	7
<i>Free eBooks.net</i>	78
<i>Google Livros*</i>	-

Fonte: DAMIANI, S, 2015

* O *site Google Livros* possui um acervo bastante extenso, não sendo possível, por isso, realizar uma contagem específica do número de obras.

Os *sites Canal do Ensino, Universia, Biblioteca de São Paulo, Pedagogia Brasil, Catraca livre e Domínio público* possuem, em seus acervos, vinte (20) obras de literatura infantil em comum, sendo que apenas o *Catraca Livre* é exatamente igual ao *Domínio Público* em termos de material (22 obras). As obras, apesar do texto completo, disponibilizado nos *sites*, estão em formatação própria de editor de texto, ou seja, não são apresentadas, na grande maioria dos casos, como livros. Há também problemas relativos a traduções. Essa é uma questão a ser estudada: o suporte *web*, ao trabalhar com obras infantis, clássicas em formato livro, poderiam dispor de outra apresentação? É plausível supor o uso de *hiperlinks*, a exploração da criatividade e da sinestesia para que o público interagisse? A leitura, por ser uma fonte de formação de leitores, deve estar disponível de modo a respeitar, criteriosamente, os elementos a serem aprendidos como construção de habilidades discursivas, portanto, responsabilmente, organizadas, redigidas, traduzidas, apresentadas, diagramadas. O cuidado é imperioso.

O *Domínio Público*, por ser órgão de instituição governamental, é o que dispõe de maior visibilidade: diversas páginas da *internet* remetem ao seu acervo, porém, de acordo com a pesquisa, somente uma das páginas indica-o como fonte do material apresentado.

Cada ambiente virtual possui recursos interessantes a serem explorados, mas há restrições.

O *site Mundinho da Criança*, como o próprio nome cita, é feito para as crianças, com o ícone do *mouse* de borboleta e flor, o movimento do *mouse* produzindo *glitters* na tela, o plano de fundo com tema infantil e o uso de cores. Entre os livros de literatura infantil da página encontram-se: *A casa feia*, de Mary França e Eliardo França; *A cesta da dona Maricota*, de Tatiana Belinky; e *Marcelo, marmelo, martelo*, de Ruth Rocha. Existem onze (11) obras anunciadas para *download*, porém, na tentativa de realizar o processo, constata-se que o serviço não está disponível.

O *Google Livros*, apesar de conter obras com pouca exploração de imagens e recursos interativos, comporta o maior acervo encontrado nas pesquisas, no entanto, a visualização dos livros é realizada de maneira parcial.

A página que contém a segunda maior quantidade obras é a *Free-ebooks.net*, um *site* de Portugal, que não apresenta obras de literatura infantil, somente juvenil. Para ter acesso ao seu acervo é necessário um cadastro e, gratuitamente, são permitidos cinco (5) *downloads* por mês.

O *site* mais conhecido, *Domínio Público*, registra vinte e duas (22) obras de literatura infantil e infantojuvenil, oito (8) delas da mesma autora, Lenira Almeida Heck. Além disso, há livros, aparentemente, sem revisão de ordem gramatical e livros em português de Portugal. A ele remetem outros ambientes virtuais, resultando no empobrecimento quanto à variedade de obras *onlines*, devido à repetição de conteúdo.

Em termos de atratividade e acessibilidade, três ambientes virtuais podem servir de exemplo. O *eLivros-grátis.net* oferece vinte e sete (27) obras de literatura infantojuvenil para *download* ilimitado e gratuito, porém algumas são as mesmas encontradas no *Domínio Público*; os textos estão dispostos linearmente, sem imagens e, quando em formato *e-book*, sempre há ilustrações. Há também a disponibilização de uma mesma obra em português, em inglês e em espanhol, característica relevante se pensada a aprendizagem enquanto interdisciplinaridade.

O *Plano Nacional da Leitura*, uma criação do governo de Portugal para incentivar a leitura das crianças, disponibiliza *e-books* coloridos e interativos, com sons a cada troca de página, e com um recurso particular: as histórias podem ser ouvidas, por meio de um comando com o *mouse*. O material pode servir para a observação da língua no Brasil e em Portugal.

O *Cidade do Livro* é um site desenvolvido para as crianças, com cores, imagens e sons. É necessário um cadastro, informando o nome, o *e-mail*, o telefone e a escola em que o leitor estuda. As obras simulam, até mesmo, o movimento de troca de página. São em formato de *e-books* coloridos, com letras bastão e, ao final de cada obra, há uma interação, convidando a criança a refletir sobre o tema tratado.

Sobre a leitura, o processo tradicional – relação entre a mão e o papel, descrita por Ribeiro (2011) – é diferente do ocorrido com o ambiente digital, no entanto, também como afirmou o autor, o novo suporte mantém características que o antigo possuía. Essa última questão evidenciou-se na análise dos resultados, quando foi possível perceber que muitas das obras apresentavam-se como *e-books*: com formatos, imagens, diagramações, paginações e fontes semelhantes às obras físicas, fatores que causam familiaridade ao leitor. Contudo, ainda existe uma minoria de obras, que, apesar de originárias de livros, na *internet*, apresentam-se somente como textos, com ausência de ilustrações, diagramações e outras características que se relacionariam com as obras tradicionais – impressas.

Considerando que a leitura constitui-se sempre na interação (JUNQUEIRA, 2010), independente do suporte, pode-se afirmar que as obras de literatura infantil no suporte físico e no virtual são semelhantes, porém, quando se trata da quantidade disponível numa estrutura e em outra, há disparidade. Na *web*, de acordo com a pesquisa realizada, existem cento e cinquenta e cinco (155) obras de literatura infantil (desconsiderando o *Google Livros*), na íntegra e disponíveis, no entanto há ressalvas. É preciso considerar todas as ressalvas e restrições particulares dos ambientes, como, por exemplo: a repetição de materiais, a falta de interatividade, a ausência de ilustrações, a impossibilidade de consulta integral etc.

A contribuição de Junqueira (2010) sobre o aspecto inovador da *internet* assemelha-se às consequências da implantação do projeto *Um Computador por Aluno (Pro-UCA)*, porque, tanto num caso como no outro, há mudanças. Da mesma forma que o ambiente virtual oferece uma infinidade de novos recursos, dentro da sala de aula, o professor se vê diante de outras possibilidades. O acesso ao computador é um modo de facilitar a aprendizagem, conforme afirmou Almeida (2008a), porém, para isso, se faz necessária uma mediação com objetivos pré-estabelecidos, em prol do benefício do processo de ensino.

Conforme Silva (2008), o docente precisa ter seletividade no momento de escolher o material para suas aulas, para que seja realmente significativo. Além disso, necessita ter domínio tanto do manuseio do suporte quanto do conteúdo. Talvez se faça necessária uma formação diferenciada ou continuada, para professores, visando às novidades do mundo

tecnológico. A própria *internet* oferece instruções de uso e sugestões – em formatos acessíveis, mas é preciso que haja conhecimentos básicos para, então, existir o aperfeiçoamento: o que não é novidade, em se tratando de educadores, pois estes deveriam ser eternos pesquisadores, estando sempre no ciclo pesquisar-aprender-ensinar. A busca por aprender acompanha o docente, uma vez que a falta de informação lhe causa profunda defasagem profissional.

Ainda sobre os professores, tanto Pozo (2012) como Bernabé (2012) refletiram sobre a necessidade de mediação e condução do aprendizado visando aos resultados positivos, pois os recursos, por si só, não garantem a aprendizagem de qualidade. Não existe um caminho certo a ser seguido. A vida de educador é cercada de desafios, com muitas possibilidades e poucas certezas. A *internet* é apenas um suporte, a ponte entre ela e o ensino é que deve ser construída. As inovações são inevitáveis e chegam antes à sociedade, à vida das pessoas. No ambiente escolar, o aprendiz permanece muito menos tempo que os professores. São muitas gerações sendo preparadas pelo mesmo profissional que, indubitavelmente, precisa acompanhar os movimentos e avanços da sociedade para que as distintas formas de proceder frente aos avanços não sofram com atividades ausentes de reflexão sobre sua eficácia diante de novos desafios. Como a interatividade é fato na vida de crianças e jovens, mas, lamentavelmente, ainda não faz parte da formação docente, em especial no espaço de formação, as universidades, faculdades, não basta ao professor recorrer à *internet*, é preciso saber analisar as fontes a serem utilizadas para o trabalho com equipamentos digitais.

Considerações finais

Talvez o grande desafio dos agentes do cenário da educação (educadores, futuros docentes, instituição escolar) seja a busca por materiais e suportes que se convertam em conhecimentos, por isso o presente artigo buscou explorar recursos práticos para se relacionarem com a teoria de forma a gerar resultados satisfatórios e aplicáveis.

São restritas as opções de acesso à literatura infantil na *web*, apesar do crescente índice de acesso à rede por crianças e jovens, inclusive por meio do programa governamental *Um Computador por Aluno (UCA)*, na escola. As obras, apesar de em pouca quantidade, e com restrições quanto à formatação e traduções, são opções para um primeiro contato e leitura por parte do professor. As Universidades, Faculdades, os Cursos preparatórios poderiam pensar na capacitação de professores, profissionais com competência para organizar bases de dados

para as escolas, materiais didáticos produzidos a partir do material que já é de domínio público, bem como pensar em propostas de atividades interativas com as próprias crianças ou com os jovens para “editar” seus livros em ambientes digitais. Sobreviventes às mudanças ou atores das mudanças são as distintas formas de agir que os profissionais da educação podem assumir, mas isso pode ser diferente se a preparação, o sentir-se capaz e autorizado estiverem na essência de sua formação: repetir ou criar.

É preciso vencer a resistência ao novo e seguir em busca de melhorias, pois, como afirma Ribeiro (2011, p. 129), “todas as novas formas de ler parecem vilãs de um tempo sem calor, quando, na verdade, são apenas possibilidades para algo que já se fazia e já se fez na história das interfaces de leitura, interfaces homem/objeto de leitura”. A fórmula para obter êxito na docência é a prática constante do desafio e da transcendência.

A tecnologia vem acompanhando e influenciando os avanços nos distintos setores da vida cotidiana, está em constante desenvolvimento, a fim de aperfeiçoar os processos fundamentais à vida e ao desenvolvimento humano. Parece natural que sua presença passe a conquistar de forma mais efetiva os espaços escolares, tornando os estudantes atores do uso e não apenas receptores dos resultados das escolhas dos professores. Até que haja uma nova postura frente à inserção dos recursos e à sua utilização para a construção da autonomia, faz-se necessária a disponibilização e o acesso aos recursos mínimos, no caso em questão, aos textos de literatura.

Referências

ALMEIDA, Rubens Queiroz. O leitor-navegador (I). In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. et al (Coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a. p.33-39.

_____. O leitor navegador (II). In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. et al (Coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b. p.89-106.

BERNABÉ, Iolanda. Os professores aprendizes com as TICs. In: BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià. (Orgs.). *Computadores em sala de aula: métodos e usos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 77-83.

Biblioteca de São Paulo (Comp.). *Biblioteca de São Paulo*. Disponível em: <<http://bibliotecadesaopaulo.org.br/2012/05/04/literatura-infantil-para-download/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL, Pedagogia. *Pedagogia Brasil*. Disponível em: <<http://pedagogiadobrasil.blogspot.com.br/2014/03/20-livros-de-literatura-infantil-para.html>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRITO, Elineide (Comp.). *Mundinho da criança*. Disponível em: <<http://mundinhodacrianca10.blogspot.com.br/2012/08/livros-para-baixar-literatura-infantil.html>>. Acesso em: 29 out. 2014.

CANAL do Ensino. Disponível em: <<http://canaldoensino.com.br/blog/20-livros-gratis-de-literatura-infantil-para-voce-baixar>>. Acesso em: 29 out. 2014.

CATRACA LIVRE (Comp.). *Catraca livre*. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/catraquinha/indicacao/mais-de-20-livros-infantis-para-baixar-gratuitamente/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

CIDADE DO LIVRO (São Paulo) (Comp.). *Cidade do livro*. Disponível em: <<http://www.cidadedolivro.com.br/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

ELIVROS-GRÁTIS. Disponível em: <<http://www.elivros-gratis.net/elivros-gratis-infanto-juvenil.asp>>. Acesso em: 29 out. 2014.

FRE-EBOOKS.NET. Disponível em: <<http://portugues.free-ebooks.net/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

GOOGLE (Comp.). *Google Livros*. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

JUNQUEIRA, Eduardo S. Mapeamento e análise das trilhas de navegação de alunos em artefatos digitais, com conteúdos hipermodais, de disciplina de Letras-Português na modalidade EAD. In: ARAÚJO, Júlio César; LIMA, Samuel de Carvalho; DIEB, Messias. (Org.) *Línguas na web: links entre ensino e aprendizagem*. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 209-228.

Portal Domínio Público (Comp.). *Portal Domínio Público*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>. Acesso em: 29 out. 2014.

PORTUGAL. GOVERNO DE PORTUGAL. (Comp.). *Biblioteca de livros digitais*. Disponível em: <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/bibliotecadigital/index.php>>. Acesso em: 29 out. 2014.

POZO, Montserrat Del. Como trabalhar com *notebooks* em sala de aula. In: BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià. (Orgs.). *Computadores em sala de aula: métodos e usos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 139-151.

RIBEIRO, Ana Elisa. Ler na tela: letramento e novos suportes de letramento e escrita. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2011. p.125-150.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Formação do leitor virtual pela escola brasileira: uma navegação por mares bravios. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. et al (Coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 115-126.

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. 2. ed. Rio de Janeiro:

Lucerna, 2005. p. 170-180.

UNIVERSIA. Disponível em:

<<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2011/12/09/896961/20-livros-literatura-infantil-download-gratuito.html>>. Acesso em: 29 out. 2014.

VIEIRA, Iúta Lerche. Tendências em pesquisas em gêneros digitais: focalizando a relação oralidade/escrita. In: ARAÚJO, Júlio César; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. (Orgs.). *Interação na internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-29.